

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTE E CULTURA VISUAL

MÁRCIA SANTANA SOARES

CAIXAS DAS VERDADES E AS IMAGENS DE VIVÊNCIAS TRANS SOB O OLHAR DA CULTURA VISUAL: AS IMAGENS
EDUCAM OS OLHARES

Goiânia, 2024





UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

MÁRCIA SANTANA SOARES

3. Título do trabalho

CAIXAS DAS VERDADES E AS IMAGENS DE VIVÊNCIAS TRANS SOB O OLHAR DA CULTURA VISUAL: AS IMAGENS EDUCAM OS OLHARES

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO*

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Fernando Sant Anna E Silva**, Professor do Magistério Superior, em 12/08/2024, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Márcia Santana Soares**, Usuário Externo, em 12/08/2024, às 18:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4737190** e o código CRC **AAC7FEBE**.

MÁRCIA SANTANA SOARES

CAIXAS DAS VERDADES E AS IMAGENS DE VIVÊNCIAS TRANS SOB O OLHAR DA CULTURA VISUAL: AS IMAGENS EDUCAM OS OLHARES

Tese apresentada à banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual – Doutorado da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTORA EM ARTE E CULTURA VISUAL, Área de Concentração: Artes, Cultura e Visualidades. Linha de pesquisa - Educação, Arte e Cultura Visual, sob orientação do Prof. Dr. Thiago Fernando Sant' Anna e Silva e coorientação do Prof. Dr. Renato de Oliveira Dering.

Goiânia

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Soares , Márcia Santana

CAIXAS DAS VERDADES E AS IMAGENS DE VIVÊNCIAS TRANSSOB O OLHAR DA CULTURA VISUAL [manuscrito] : AS IMAGENS EDUCAM OS OLHARES / Márcia Santana Soares . - 2024.

CCLXXV, 275 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Fernando Sant' Anna e Silva ;
coorientador Dr. Renato de Oliveira Dering .

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Artes Visuais (FAV), Programa de Pós-
Graduação em Arte e Cultura Visual, Goiânia, 2024.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, fotografias, abreviaturas, tabelas, lista de figuras.

1. identidade de gênero. 2. diversidade. 3. visualidade. 4.
educação. 5. decolonialidade. I. , Thiago Fernando Sant' Anna
e Silva , orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº10/2024 da sessão de Defesa de Tese de **Márcia Santana Soares** que confere o título de Doutora em Arte e Cultura Visual, na área de concentração em Artes, Cultura e Visualidades.

Aos oito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, a partir das quatorze horas, por videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada "CAIXAS DAS VERDADES E AS IMAGENS DE VIVÊNCIAS TRANS SOB O OLHAR DA CULTURA VISUAL: AS IMAGENS EDUCAM OS OLHARES". Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Thiago Fernando Sant'Anna e Silva (FAV/UFG), com a presença do Coorientador, Professor Doutor Renato de Oliveira Dering (UNIGOIÁS) e com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Guilherme Martins Teixeira Borges (UNIGOIÁS), membro titular externo; Professor Doutor Vicente Aguiar Parreiras (CEFET/MG), membro titular externo; Professora Doutora Leda Maria de Barros Guimarães (FAV/UFG), membro titular interno; Professora Doutora Lilian Ucker Perotto (FAV/UFG), membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros tendo a banca enfatizado a importância e pertinência da pesquisa para a área do programa, relevância social e acadêmica da pesquisa, originalidade e recomendando para publicação. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Thiago Fernando Sant'Anna e Silva, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos oito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro. TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Fernando Sant Anna E Silva**, **Professor do Magistério Superior**, em 09/08/2024, às 19:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leda Maria De Barros Guimaraes**, **Professora do Magistério Superior**, em 12/08/2024, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lilian Ucker Perotto**, **Professora do Magistério Superior**, em 12/08/2024, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renato De Oliveira Dering**, **Usuário Externo**, em 12/08/2024, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



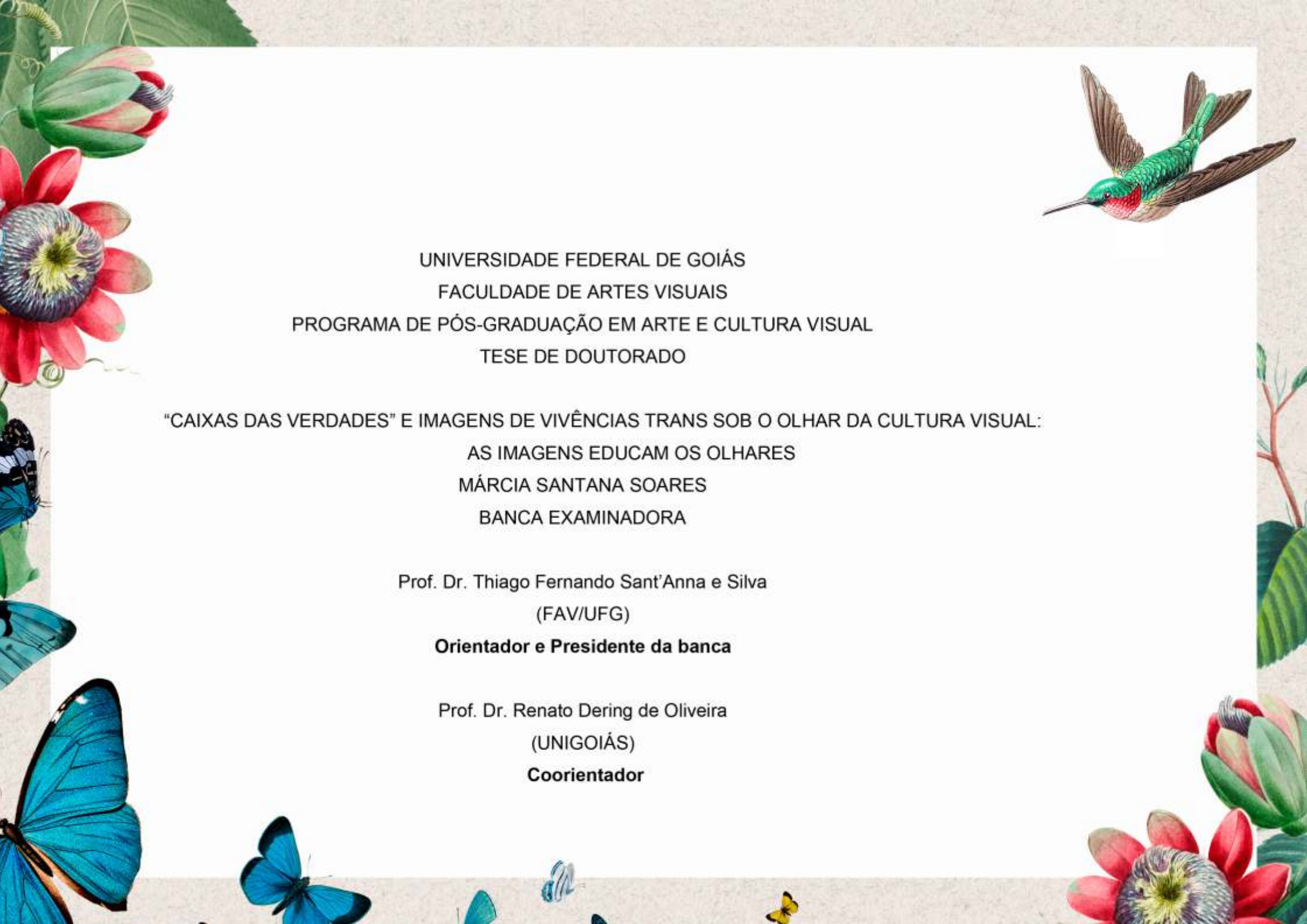
Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME MARTINS TEIXEIRA BORGES**, **Usuário Externo**, em 15/08/2024, às 12:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vicente Aguiar Parreiras**, **Usuário Externo**, em 21/08/2024, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4715305** e o código CRC **07FC7069**.

The page features a decorative border with various elements: a large red flower with a purple center on the left; a hummingbird in flight in the top right; several blue butterflies of different sizes along the bottom and left edges; and a red flower with a purple center in the bottom right corner.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTE E CULTURA VISUAL
TESE DE DOUTORADO

"CAIXAS DAS VERDADES" E IMAGENS DE VIVÊNCIAS TRANS SOB O OLHAR DA CULTURA VISUAL:
AS IMAGENS EDUCAM OS OLHARES
MÁRCIA SANTANA SOARES
BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thiago Fernando Sant'Anna e Silva
(FAV/UFG)

Orientador e Presidente da banca

Prof. Dr. Renato Dering de Oliveira
(UNIGOIÁS)

Coorientador



Prof. Dr. Guilherme Martins T. Borges
(UNIGOIÁS)

Membro externo

Prof. Dr. Vicente Aguiar Parreiras
(Posling/CEFET-MG)

Membro externo

Profa. Dra. Margareth Pereira Arbúes
(UAECSA-CG/UFG)

Suplente externa

Profa. Dra. Lilian Ucker Perotto
(FAV/UFG)

Membro interno

Profa. Dra. Leda Maria de B. Guimarães
(FAV/UFG)

Membro interno

Profa. Dra. Rosa Maria Berardo
(FAV/UFG)

Suplente interna



AGRADECIMENTOS





De início agradeço a Deus, pela fé que possuo, para que esse trabalho pudesse ser realizado. Gostaria de manifestar a minha gratidão ao meu pai, que no plano espiritual está acompanhando a minha trajetória. Ele foi a pessoa que mais acreditou no meu potencial, sendo a prova viva que a educação emancipa e gera autonomia. Meu pai acreditava que a educação era o maior instrumento libertador da humanidade. Não mediu esforços para que eu e meu irmão pudéssemos ter um ensino de qualidade. Quantos sacrifícios e sonhos interrompidos! Quantas saudades meu pai!

No plano terreno tenho muito a agradecer. Agradeço às vidas da minha vida: Felipe e Amanda, meus filhos, pelos quais tenho amor incondicional. A minha família muito me apoiou para que eu pudesse concluir minha pesquisa. Não poderia deixar de manifestar o meu amor e gratidão à minha mãe Eva, meu irmão Matusalém, Adriana, minha cunhada; Alexandre, Natan e Sarah, meus sobrinhos queridos. Devo minha formação *lato e stricto sensu* à Universidade Federal de Goiás. Fiz especialização, mestrado e doutorado pela UFG. Agradeço à coordenação do curso de Direito do campus da Cidade de Goiás (UFG), pelo apoio recebido. Manifesto minha gratidão ao meu amigo e orientador Dr. Thiago Fernando Sant' Anna e Silva, bem como meu coorientador Dr. Renato de Oliveira Dering, pelas orientações, os diálogos e afeto compartilhados. Eu os considero amigos-irmãos que quero levar para a vida.

Margareth Pereira Arbués, que propiciou para que eu pudesse conhecer a história de Nádia Köller; Maria Emília Carvalho de Araújo Vieira, que fez parte dessa trajetória desde as primeiras discussões em torno do objeto da pesquisa; Ricardo Gomes dos Santos, ex-aluno, artista plástico que deu vida às ideias que queria externar na tese, em torno de Paulo Freire e Nádia Köller; Carolina Mamede Pinho que pintou uma aquarela que simboliza o Rio Hades. Venho agradecer também o designer gráfico, Pablo Damasceno, que trabalhou com as imagens e ideias que foram se materializando em cada capítulo. Não poderia deixar de registrar aqui o amigo e prof. Rogério Leal, pelo apoio, escuta e afeto. Rogério é uma pessoa rara, daquelas que você agradece a Deus por ter encontrado e estar na sua vida.


Agradeço aos meus amigos(as) pelo apoio recebido e, em especial, minha amiga de doutorado Nélia C. Finotti, pelas conversas, dicas e amizade. Pessoa querida e que nossa amizade vá para além da academia. Também quero manifestar a minha gratidão ao PPGACV, em particular, aos professores(as), secretária que sempre me acolheram e respeitaram o meu lugar de fala.





*Sou feita de retalhos.
Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e que vou
costurando na alma.
Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas me acrescentam e me
fazem ser quem eu sou.
Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior...
Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma saudade...
Que me tornam mais pessoa, mais humana, mais completa.*

(Pizzimenti, Cris. **Sou feita de retalhos**, 2013)



RESUMO

O tema abordado nessa pesquisa é “Caixas das verdades” e imagens de vivências trans sob o olhar da Cultura Visual: as imagens educam os olhares” e visa problematizar a formação da identidade de gênero, a representação social, o lugar de fala, a colonialidade do ser nos estudos da Cultura Visual, numa perspectiva foucaultiana, apresentando a visualidade do discurso hegemônico em torno da sexualidade e a resistência de cada um dos sujeitos de pesquisa, Nádia Köller e Nicolas N. Mardem, através da imagens dos álbuns de família e narrativas, com o intuito de discutir a contravisualidade e experienciar o letramento decolonial, associado ao objeto da Cultura Visual. Na construção do feminino e masculino há disputas de poder, que reforça o discurso da heteronormatividade e da questão binária (homem/mulher), sendo que outras categorias identitárias estão presentes no meio social e reivindicam um direito de serem visualizadas. Um olhar sobre a transexualidade amparado na teoria queer rompe com a lógica binária acerca da sexualidade recusando o que a sociedade, a cultura, a linguagem visam incutir sobre a superfície dos sujeitos. Quando a sociedade dita a heteronormatividade como padrão de conduta, gays, lésbicas, transexuais, assexuais, intergêneros são vistos como sujeitos que se desviam da norma heterossexual, sofrendo, assim, a discriminação. Dessa forma, é necessário o processo educativo formal/informal possam discutir a diversidade, sexualidade, empoderamento, preconceito através dos retratos do acervo pessoal de pessoas transexuais e perceber como pode tais imagens educar os olhares, os corpos, e trazer o significado cultural, social dos sujeitos envolvidos, mediando as imagens e a Cultura Visual através da experiência em sala de aula, por meio do letramento decolonial com os alunos do terceiro ano do ensino médio do Colégio CEPAE - Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação. Para o desenvolvimento dessa pesquisa será utilizado o método de pesquisa inventariante e descritivo, de cunho etnológico e cartográfico, com procedimento em fotomemória e fotogênerominoria.

Palavras-chave: identidade de gênero; diversidade; visualidade; educação; decolonialidade

ABSTRACT

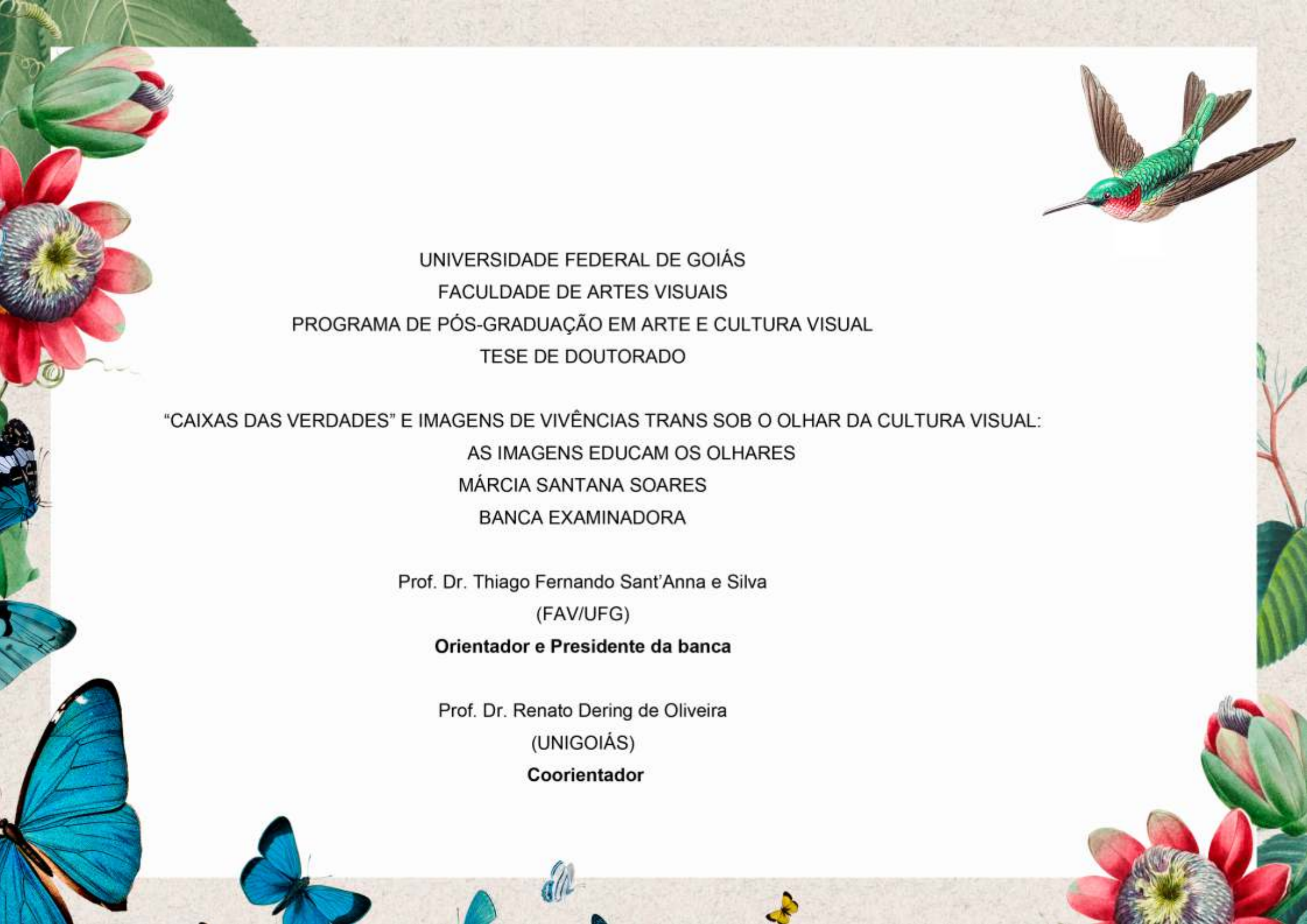
The theme of this research is "'Boxes of truths" and images of trans experiences from the perspective of Visual Culture: images educate the gaze" and aims to problematize the formation of gender identity, social representation, the place of speech, the coloniality of being in Visual Culture studies, from a Foucaultian perspective, presenting the visuality of the hegemonic discourse around sexuality and the resistance of each of the research subjects, Nádia Köller and Nicolas N. Mardem, through the image of family albums and narratives, in order to discuss contravisuality and experience decolonial literacy, associated with the object of Visual Culture. In the construction of feminine and masculine, there are power disputes, which reinforce the discourse of heteronormativity and the binary question (man/woman), while other identity categories are present in the social environment and claim the right to be visualized. A look at transsexuality based on queer theory breaks with the binary logic of sexuality, rejecting what society, culture and language aim to instill on the surface of subjects. When society dictates heteronormativity as the standard of conduct, gays, lesbians, transsexuals, asexuals and intergenders are seen as subjects who deviate from the heterosexual norm, and thus suffer discrimination. Thus, 'it is necessary for the formal/informal educational process to be able to discuss diversity, sexuality, empowerment and prejudice through portraits from the personal collection of transgender people and to understand how such images can educate gazes, bodies, and bring the cultural and social meaning of the subjects involved, mediating images and Visual Culture through classroom experience, through decolonial literacy with third-year high school students at Colégio CEPAE - Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação. This research will be carried out using the inventory and descriptive research method, of an ethnological and cartographic nature, with a photomemory and photogenerominary procedure.

Keywords: gender identity; diversity; visuality; education; decoloniality.

RESUMEN

El tema abordado en esta investigación es "'Cajas de verdades" e imágenes de experiencias trans desde la perspectiva de la Cultura Visual: Las imágenes educan la mirada" y tiene como objetivo problematizar la formación de la identidad de género, la representación social, el lugar de la palabra, la colonialidad del ser en los estudios de Cultura Visual, desde una perspectiva foucaultiana, presentando la visualidad del discurso hegemónico en torno a la sexualidad y la resistencia de cada uno de los sujetos de investigación, Nádia Köller y Nicolas N. Mardem, a través de imágenes de álbumes familiares y narrativas, para discutir la contravisualidad y experimentar la alfabetización decolonial, asociada al objeto de la Cultura Visual. En la construcción de lo femenino y lo masculino, hay luchas de poder que refuerzan el discurso de la heteronormatividad y la cuestión binaria (hombre/mujer), mientras que otras categorías identitarias están presentes en la sociedad y reclaman el derecho a ser visualizadas. Una mirada a la transexualidad basada en la teoría queer rompe con la lógica binaria de la sexualidad, rechazando lo que la sociedad, la cultura y el lenguaje pretenden inculcar en la superficie de los sujetos. Cuando la sociedad dicta la heteronormatividad como norma de comportamiento, gays, lesbianas, transexuales, asexuales e intergéneros son vistos como sujetos que se desvían de la norma heterosexual y, por tanto, sufren discriminación. Por lo tanto, es necesario que el proceso educativo formal/informal sea capaz de discutir la diversidad, la sexualidad, el empoderamiento y el prejuicio a través de retratos de la colección personal de personas transexuales y entender cómo tales imágenes pueden educar las miradas, los cuerpos y traer el significado cultural y social de los sujetos involucrados, mediando imágenes y Cultura Visual a través de la experiencia en el aula, por medio de la alfabetización decolonial con estudiantes de tercer año de secundaria en el CEPAE - Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação. Esta pesquisa será realizada através de um método de pesquisa inventariário e descritivo, de natureza etnológica e cartográfica, com um procedimento de fotomemoria e fotogenerominoria.

Palabras clave: identidad de género; diversidad; visualidad; educación; decolonialidad.

The page features a decorative border with various elements: a large red and purple flower on the left, a hummingbird in flight on the top right, and several blue and yellow butterflies scattered along the bottom and left edges. The background is a light, textured beige color.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTE E CULTURA VISUAL
TESE DE DOUTORADO

"CAIXAS DAS VERDADES" E IMAGENS DE VIVÊNCIAS TRANS SOB O OLHAR DA CULTURA VISUAL:
AS IMAGENS EDUCAM OS OLHARES
MÁRCIA SANTANA SOARES
BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thiago Fernando Sant'Anna e Silva
(FAV/UFG)

Orientador e Presidente da banca

Prof. Dr. Renato Dering de Oliveira
(UNIGOIÁS)

Coorientador

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Renascimento.....	23
Figura 2: Mosaico das imagens de Nádia Köller.....	40
Figura 3: Mosaio das imagens de Nicolas N. Mardem	41
Figura 4: Caminhos a serem desbravados na pesquisa	46
Figura 5: Pesquisa no PPGACV/UFG.	47
Figura 6: Dissertações e Teses do PPGACV/UFG que se comunicam com o meu tema	48
Figura 7: Descritores utilizados para a busca de pesquisas.....	49
Figura 8: Pesquisa na BDTD, utilizando como descritor transexualidade	51
Figura 9: Pesquisa na BDTD, utilizando como descritor identidade trans	52
Figura 10: Pesquisa na BDTD com o descritor teoria queer.....	52
Figura 11: Pesquisa na BDTD, utilizando como descritor decolonialidade.....	53
Figura 12: Pesquisa na BDTD, utilizando como descritor dispositivo de poder.....	53
Figura 13: Pesquisa na BDTD com o descritor imagem e Cultura Visual.....	54
Figura 14: Pesquisa na BDTD com o descritor identidade trans	54
Figura 15: Pesquisa na BDTD com o descritor masculinidade trans.....	55
Figura 16: Pesquisa na BDTD com o descritor Cultura Visual e educação.....	55
Figura 17: Pesquisa na BDTD com o descritor visualidade e Cultura Visual.....	56
Figura 18: Pesquisa na BDTD com o descritor fotografia e discurso	56
Figura 19: Descritor Transexualidade.....	57

Figura 40: Nádía com a família.....	110
Figura 41: Nádía e Brigitte Montfort.....	119
Figura 42: Maria de Fátima Priolli.....	121
Figura 43: Nicolas N. Mardem.....	129
Figura 44: Nicolas com 16 anos de idade (havia 2 pessoas dentro dele).....	150
Figura 45: A primeira camiseta cavada que usou após a mastectomia.....	151
Figura 46: Aniversário de 19 anos de Nicolas N. Mardem.....	155
Figura 47: Nicolas N. Mardem segurando uma seringa com ampola de testosterona.....	158
Figura 48:A namorada retirando o curativo.....	161
Figura 49: A felicidade de Nicolas com o resultado da cirurgia.....	161
Figura 50: “Caixas da verdade”.....	168
Figura 51: Fissuras das imagens de Nádía e Nicolas.....	183
Figura 52: Modelo de família.....	200
Figura 53: O que é normal?.....	201
Figura 54: Preconceito.....	202
Figura 55: Anime do Naruto.....	204
Figura 56: Nádía e Nicolas.....	207
Figura 57: Keron Kavash.....	209
Figura 58: Atlas da diversidade.....	211

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEPAE/UFG	Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da UFG
CFP	Conselho Federal de Psicologia
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAV	Faculdade de Artes Visuais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQUIAPN+	Lésbicas, gays, travestis, queer, intergêneros, assexuais, pansexuais, não binários
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGACV	Programa de Pós-graduação em Arte e Cultura Visual
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
UFG	Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1. EU NÃO ANDO SÓ: UMA CARTOGRAFIA EM TRANSEXUALIDADE E CULTURA VISUAL	28
1.1 Redescobrimo caminhos.....	29
1.2 Eu não ando só: Com quais autores eu ando?.....	32
1.3 Caminhos desbravados na pesquisa.....	45
2. MEMÓRIAS DE FAMÍLIA DE NÁDIA: NARRATIVAS E FOTOGRAFIAS DE UM CORPO DISSIDENTE	66
2.1 O lugar de fala e a colonialidade do ser.....	67
2.2 A construção da prática discursiva a respeito de Nádia Köller e a teoria foucaultiana	94
2.3 Nádia <i>versus</i> Agnaldo: o florescer de uma mulher que vivia nas sombras	98
2.3.1 Agnaldo e Reinaldo, uma rima entre o real e o fictício.....	111
2.4 A colonialidade do ser e a projeção de Brigitte Montfort.....	119
3. MEMÓRIAS DE SI: ENTRE AS VIVÊNCIAS DAS “CAIXAS DAS VERDADES” TRANS DE/A PARTIR DE NICOLAS	128
3.1 A performatividade de gênero na experiência transexual	129
3.2 As ressignificações de gênero.....	145
3.3 Corpo num contexto sócio-cultural	148
3.4 Identidade e diversidade: ser homem é demais!?	156
3.5 As fendas das caixas das verdades: corpos que são silenciados e que se silenciam.....	165

4. A EXPERIENCIAÇÃO EM SALA DE AULA PARA PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE	179
4.1 A práxis arteducativa e a relação com os princípios da pedagogia freireana	182
4.2 O letramento de perspectiva decolonial para aula de artes	189
4.3 Experienciação em sala de aula: as imagens educam os olhares	197
CONSIDERAÇÕES	215
REFERÊNCIAS	219
APÊNDICES	239
APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM ANA CHRISTINA	239
APÊNDICE B – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM NICOLAS N. MARDEM	240
APÊNDICE C – PLANO DE AULA	256
ANEXOS	268
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	268
ANEXO B – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)	272

A MULHER QUE VIVE EM MIM

É memória e resistência
É potência
É desejo e respeito
É contravisualidade
É um ser em construção
É emancipação
É enfrentamento e libertação
É rompimento
É vivência e convivência
É afeto
A mulher que vive em mim.

Márcia S. Soares



INTRODUÇÃO

A pesquisa a seguir discute sobre as “*Caixas das verdades* e imagens de vivências trans sob o olhar da Cultura Visual: as imagens educam os olhares”. Nessa perspectiva, temos, como objetivo geral, investigar as mediações entre as imagens e os sujeitos. Esse percurso é assumido por intermédio de uma pesquisa baseada em entrevistas e pela análise de registros imagéticos dos álbuns de família de Nádia Köller e de Nicolas N. Mardem, discutindo, nessas imagens, a emancipação, a transexualidade e a formação de uma identidade de gênero num processo de educação formal, permeada pelos princípios da pedagogia freireana e pela decolonialidade.

O estudo se justifica na preocupação de se observar, analisar e revelar, por meio das imagens empreendidas – e propondo-me a analisar as entrevistas a serem realizadas, bem como análise das memórias – narrativas, obtidas em primeira mão, por Nicolas e pela sobrinha de Nádia Köller. É necessário perceber como ocorreu a construção da identidade de gênero, buscando, nas referências teóricas, entender e esclarecer à comunidade acadêmica e à sociedade a importância da análise das imagens, além de evidenciar o que apresentam e representam na construção da identidade de gênero. Desse modo, a pesquisa contribuirá para a compreensão do processo de mudança e para a presença de diversidades no nosso meio social, utilizando as memórias obtidas através das imagens presentes nos retratos dos álbuns de família como instrumento de educação não formal dentro do processo educativo e cultural.

Seguindo essa lógica, Mirzoeff (2006) defende a ideia de que a Cultura Visual envolve um campo de estudo que tem por objeto as imagens e sua visualidade. Parto da análise das imagens de dois sujeitos de pesquisa – uma mulher e um homem trans –, com o intuito de desmontar essas imagens, buscando as visibilidades que emergem da análise crítica – especialmente presentes no interior dessas –, relacionando com outras imagens do mesmo acervo. Nesse movimento, busco compreender o

percurso espacial e temporal que tais pessoas percorreram como protagonistas de suas próprias histórias de vida. As visualidades emergem sentidos que impactam, abrem possibilidades de visibilidades, dúvidas e discussão nos modos de ver as imagens e como nos relacionamos com elas. Segundo Mitchell (2006, p.08), “a cultura visual não está limitada ao estudo das imagens ou dos meios, mas se estende às práticas cotidianas de ver e mostrar, especialmente aquelas que pretendemos imediatas ou não-mediadas”.

Nessa perspectiva, valho-me das imagens intermediadas pelas narrativas da sobrinha de Nádia Köller, Ana Christina, e do próprio Nicolas N. Mardem. Apresento fatos, acontecimentos da cena fotografada, além de outras situações que emergiram das entrevistas. Os estudos em Cultura Visual revelam as relações de poder disseminadas na vida cotidiana. O ato de ver é uma prática social e cultural, a qual possibilita o desenvolvimento de um posicionamento crítico em relação ao poder das imagens.

O discurso é coletivo, numa perspectiva histórica, e os sujeitos da pesquisa são Nádia e Nicolas, que representam uma voz coletiva, sendo necessário que a própria estrutura do título leve em consideração as ‘caixas’ pelas quais os sujeitos da pesquisa se sujeitaram e, posteriormente, escolheram. As narrativas desenvolvidas são mediadas em segundo plano pela pesquisadora, que segue a ideia bakhtiniana em torno do discurso. Segundo Costa (2015, p. 324):

...entre seu momento de enunciação e seu momento de recepção as palavras são sempre já de “segunda-mão”, sempre já habitadas pelas marcas que os outros usuários nelas imprimiram, de que toda enunciação não passa, no fundo, de um rearranjo singular de palavras alheias, e também a concepção de que jamais se enuncia sozinho, que a enunciação é um processo coletivo em que no mínimo duas pessoas estão envolvidas, tratando-se sempre de uma co-enunciação.

Ao buscar a origem etimológica do nome Nádia, observa-se que significa mensageira, esperança e Nicolas significa vitorioso (REVISTA CRESCER, 2022). Ambos passaram por transformações em torno do corpo, gênero, performance e identidade, as quais coincidem com os significados dos nomes que carregam. Nádia é uma mulher trans que nasceu na década

de 30, no corpo de um homem na Cidade de Goiás; e Nicolas, um jovem trans que nasceu na década de 90 em Rio Verde. Duas histórias, isto é, duas vidas que carregam consigo uma mensagem de esperança e vitória de afronta a um sistema binário de gênero.

Na Grécia Antiga, os fenômenos naturais e as questões ligadas à psique e às faculdades do ser humano eram associados aos deuses (Frota; Soares, 2014).

Léthe (Esquecimento) é filha de Éris (Discórdia). Era também, na mitologia grega, a fonte de um dos rios do Hades, reino dos mortos. As almas que se dirigiam ao Hades bebiam das águas do rio Lete, a fim de esquecer suas existências terrenas. Mas também era o único rio que se atravessava no retorno a esta vida. (Marcieira, 2019, s.p)

Com o declínio do período politeísta, a deusa da memória, *Mnemósine*, se transformou em fonte, fazendo par com o esquecimento, sendo que a memória representava a imortalidade, e o esquecimento, a morte. (Frota; Soares, 2014). Segundo Halbwachs (1990, p. 26), “as lembranças são coletivas e, mesmo que vivenciemos episódios que apenas nós estamos envolvidos, os outros também participam dessas lembranças. Inclusive, há episódios em nossa vida que não queremos lembrar ou temos de dificuldade de relembrar”. Por sua vez, Frota e Soares (2014, p. 24) afirmam que “a memória representa uma conquista para o homem do seu passado individual como a história é, para um grupo social, uma conquista do seu passado coletivo”.

Buscar as memórias dos sujeitos desta pesquisa, associadas às suas imagens, fará emergir o rio da memória, construindo uma história individual com repercussão coletiva. Desse modo, discute-se a sua libertação e a emancipação, bem como a transexualidade e a construção de sua identidade de gênero por meio das visualidades; tudo isso num contexto temporal da infância à fase adulta.

A partir da imagem apresentada, a qual simboliza o emergir do Rio Hades, com renascimento, com transformação e com a presença da borboleta associada à metamorfose e as orquídeas que representam a sexualidade e a beleza feminina, associada aos pássaros que representam a liberdade propõem-se os seguintes questionamentos:

Figura 1: Renascimento



Fonte: Aquarela de Carolina Mamede Pinho, em coautoria com Márcia Santana Soares, que apresentou a ideia a ser representada.

Nicolas e Nádía querem esquecer da vida anterior ou querem lembrar? Ao passar pelo Rio Hades, eles querem lembrar do que esqueceram? Lembrar-se do que esqueceram?

Ao apresentar o verbo *educar*, no título, faz-se uma referência à educação emancipadora proposta por Paulo Freire. A teoria educacional de Freire visa emancipar aqueles que são oprimidos no processo de desumanização imposto pelo sistema capitalista (Freire, 1987).

Não basta ao homem reconhecer-se como pertencente a um grupo social e adaptar-se a esse grupo, mesmo que suas condições sejam boas ou ruins, é fundamental que se reconheça e se perceba enquanto sujeito no mundo, responsável pelas condições do mundo em que vive, consciente de que pode através de sua ação transformá-lo. (Ribeiro, 2018, s.p)

Com essas visões, é importante questionar como as visualidades presentes nos álbuns de Nádia e de Nicolas são capazes de suscitar esse movimento de transformação – tanto do corpo quanto da sexualidade – e produzem efeitos nos olhares, nos corpos, nos comportamentos diante da experiência transexual?

A partir da problematização apresentada, outras ramificações emergem:

- a partir de que momento as imagens do álbum de Nádia e de Nicolas nos permitem perceber sua afronta à imposição de um gênero que não lhe pertencia, o qual lhe foram impostos?
- que histórias de suas vidas as imagens nos contam sobre as práticas e sobre as resistências em torno da experiência transexual?
- como ocorreu a construção da identidade de gênero de Nicolas e de Nádia em ser ou tornar-se trans? De que forma as visualidades emanadas nos álbuns de família construíram uma identidade trans?
- como o processo educativo (formal e informal) legitima e/ou propõe questionamentos em torno da relação de poder e da construção de identidades?
- de que forma pode ser apresentada uma proposta de letramento decolonial no ensino de Artes, integrando imagens e o objeto da Cultura Visual?

A proposta de pesquisa tem, como objeto, a coletânea de fotos dos álbuns de família de Nicolas e de Nádia, em várias etapas de suas biografias, passando por diversos espaços e experiências, indo desde a sua infância e adolescência, chegando à fase adulta. Desse modo, o presente estudo justifica-se, em sua proposta, por se tratar de uma temática contemporânea, articulada aos novos objetos, aos novos problemas e às novas abordagens pelos saberes escolares. A motivação pessoal ocorreu através de uma disciplina que ministrei como Núcleo Livre na UFG (Campus da Cidade de Goiás) sobre Direito e Sexualidade, que me despertou o interesse em buscar estudar gênero, sexualidade, transexualidade, sendo que há mais de 10 anos trabalho com projeto de extensão “Prevenção à violência de gênero”, tendo inclusive produzido um curta-metragem: “Memórias de Sombras”, juntamente com o professor Dr. Douglas Antônio Pinheiro.

Com essas travessias eu senti a necessidade de buscar conhecimento em outras áreas, para que eu pudesse propor metodologias ativas, que envolvessem os (as) discentes e, assim, tratar com transversalidade temas urgentes, necessários, como a questão da transexualidade, em disciplinas do núcleo obrigatório no curso de Direito.

Diante de tais visualidades, pretende-se buscar o sentido presente nas imagens tanto para o observador quanto para aquele(a) que é observado(a) (nesse caso, Nádía e Nicolas, sujeitos da pesquisa), inclusive analisando a interpretação das imagens dentro de si mesmas.

A tese está construída a partir da discussão das concepções teóricas estudadas pela Cultura Visual, pela Antropologia Visual, pela Sociologia, pela Filosofia e pela Educação, que envolvem a linha de pesquisa “C”, estando articulada com os dados levantados no estudo. Inclusive, acerca desses dados, deve-se enfatizar que o álbum de família é um instrumento de educação informal rico de impressões visuais que ajudam a elucidar o tema proposto no estudo e a discutir como esse documento pode ser um instrumento de tecnologia informal para educar os olhares e os corpos. Além disso, busca-se evidenciar o significado cultural e social dos sujeitos envolvidos, mediando as imagens e a Cultura Visual, sendo utilizado e percebido pelo educador, bem como, através de Nádía e Nicolas, pode ser promovida a emancipação e a autonomia dos(as) discentes.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro deles discute o percurso metodológico da pesquisa, com a descrição do método cartográfico, além dos caminhos pelos quais percorri, os sujeitos de pesquisas que me foram apresentados, os descritores, os bancos de teses e dissertações de mestrado e doutorado e o aporte teórico que sustentou o objeto da pesquisa. O mapa apresentado não é estático, isto é, fechado, mas sujeito às modificações e às ramificações. No segundo capítulo, discutem-se as memórias, as narrativas e as fotografias de Nádía Köller, em que, primeiramente, evidencio o lugar de fala e a colonialidade do ser, pois me proponho à escuta e à análise das imagens enquanto pesquisadora, mesmo sem fazer do grupo LGBTQUIPAN+; em seguida, apresento o emergir de Nádía, uma mulher trans que nasceu na década de 30 numa sociedade patriarcal na Cidade de Goiás; depois, discuto sobre as narrativas da sobrinha Ana Christina, associadas às imagens do álbum de família; por fim, reflito sobre a transição de gênero; analiso a colonialidade do ser e a repercussão na construção da identidade feminina. No terceiro capítulo, apresento as memórias de Nicolas N. Marden e me proponho a discutir

sobre a performatividade de gênero na experiência transexual, as ressignificações de gênero numa perspectiva *queer*, negando o sistema binário, o qual está amparado no sistema contra-hegemônico e na ecologia dos saberes; em seguida, proponho a análise do corpo num contexto sociocultural; a formação da identidade, em que se percebe que ela não é inata, mas cambiante dentro de um contexto sócio-histórico-cultural e as fissuras nas 'caixas das verdades', investigando, com e a partir de Nicolas e Nádía, as maneiras com as quais os outros espaços existam. O quarto capítulo discute a experiência em sala de aula para a promoção da diversidade no colégio CEPAE/UFG, numa proposta de letramento na perspectiva decolonial para aula de artes, com a apresentação da estrutura do plano de aula a ser aplicado, a discussão dos princípios da pedagogia freireana, a qual está pautada na decolonialidade, de modo a desenvolver a conscientização a respeito da diversidade, a discussão de preconceitos e, por fim, propor uma atividade artística a respeito das temáticas desenvolvidas em sala de aula.



"Deixe-me ir
Preciso andar
Vou por ai a procurar
Rir pra nao chorar

Quero assistir ao sol nascer
Ver as aguas dos rios correr
Ouvir os passaros cantar
Eu quero nascer, quero viver

Se alguem por mim perguntar
Diga que eu so vou voltar
Quando eu me encontrar..."

(Candeia, 1976)

1. EU NÃO ANDO SÓ: UMA CARTOGRAFIA EM TRANSEXUALIDADE E CULTURA VISUAL

"Deixe-me ir
Preciso andar
Vou por aí a procurar
Rir pra não chorar
Deixe-me ir
Preciso andar
Vou por aí a procurar
Sorrir pra não chorar

Quero assistir ao sol nascer
Ver as águas dos rios correr
Ouvir os pássaros cantar
Eu quero nascer
Quero viver

Deixe-me ir
Preciso andar
Vou por aí a procurar
Rir pra não chorar
Se alguém por mim perguntar
Diga que eu só vou voltar
Depois que me encontrar

Quero assistir ao sol nascer
Ver as águas dos rios correr
Ouvir os pássaros cantar
Eu quero nascer
Quero viver

(...)"

(Antônio Candeia Filho., 1976)

(R) EXISTIR



Handwritten text in various colors:
 amor
 diferença
 respeito
 liberdade
 força



Handwritten text in various colors:
 Woolf
 Beauvoir
 Miller
 m

1.1 Redescobrimos caminhos

Halbwachs (1990) foi o sociólogo precursor em discutir sobre a memória coletiva. Os registros da memória, mesmo sendo pessoais, perpassam por uma construção coletiva, e os grupos sociais determinam o que é 'memorável'. As memórias pessoais acabam recebendo influência da coletividade porque apresentam elementos mais amplos do que os individuais. As lembranças se tornam, portanto, um processo de reconhecimento e de reconstrução. Não há uma linearidade dos fatos, das vivências e das convivências do passado. Ao resgatar esses acontecimentos de um grupo de referência do qual fez parte, há uma preocupação atual com as relações sociais do passado, que vão além do aspecto afetivo e dos sentimentos envolvidos. Segundo Mahfoud (1993, p.289), "a memória é este trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os "quadros sociais" nos quais as lembranças podem permanecer e, então, articular-se entre si". Nessa lógica, as lembranças possibilitadas por Ana Christina Rocha Lima em relação à sua tia, Nádia Köller, e evidenciadas por Nicolas N. Mardem permitem-nos contextualizá-las nas vivências sociais atuais e fazermos uma análise dos discursos apresentados.

Numa perspectiva decolonial, parto de um lugar de fala de uma mulher pesquisadora, parda, cis e heterossexual para dar voz àqueles(as) que foram silenciados pelo sistema opressor no qual estamos inseridos. Desse modo, inicio observando o nosso próprio sistema de colonização, em que era validado somente o discurso do homem branco, europeu, cis, heterossexual. Calar-se diante de tal sistema se tornou uma forma de sobrevivência.

Chegar aos sujeitos de pesquisa não foi um caminho fácil. Eu comecei minha trajetória procurando transexuais na cidade de Goiás, pois venho do espaço acadêmico do *Campus* da Universidade Federal de Goiás (UFG). Eu fui apresentada a uma transexual que reside na cidade de Goiás, e ali objectivei conversar e apresentar o objeto desta pesquisa, mas ela não aceitou ser sujeito da pesquisa. Posteriormente, foi-me apresentada uma estudante do *Campus* Goiás, transexual que aceitou ser sujeito de pesquisa para a realização do pré-projeto de doutorado, mas, desde que entrei no PPGACV, ela já estava insegura, não queria se expor e, por morar na Cidade de Goiás e a sociedade local não saber que é uma mulher trans, a participante não queria se revelar. Ao longo da pesquisa, tal questão foi confirmada, a ponto de ela desistir de participar do pesquisa.

Ao entrar em contato com a profa. Dra. Lêda Maria B. Guimarães, foi-me indicada uma professora do curso de Pós-

graduação da Universidade Federal de Pernambuco, a qual me passaria o contato de uma aluna mestranda, transexual. Eu entrei em contato com a docente por e-mail, apresentando o estado de arte da minha pesquisa, mas a primeira pergunta que a mestranda fez foi se eu sou transexual e, quando informei que não era, imediatamente, a futura participante disse que não me concederia a entrevista. A partir dessa negativa, comecei a pensar sobre a denominada 'autorização discursiva' a respeito do meu objeto de pesquisa.

Por indicação de colegas do PPGACV, foi-me apresentada uma artista transexual do interior de São Paulo que, primeiramente, aceitou participar, mas depois que começou a ter um relacionamento sério, duradouro, expondo nas redes sociais, ela recuou e não quis mais ser sujeito de pesquisa. Por indicação de um outro colega, conheci uma aluna trans do curso de Designer da UFG, que prontamente aceitou e, inclusive, cedeu imagens e participou de uma entrevista para um artigo científico. Posteriormente, ela também desistiu de ser sujeito de pesquisa. Então, por indicação de uma colega de turma, entrei em contato com uma cantora transexual do Estado do Pará, mas esta se negou a conceder entrevista.

Nesse momento, eu precisava definir por quais espaços eu poderia procurar outros sujeitos de pesquisa, pois, até então, eu só havia conversado com mulheres trans. Eu entrei em contato com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas de Goiânia e me indicaram militantes na causa LGBTQIAPN+ em Goiás. Entrei em contato com duas militantes que não aceitaram participar. Então, fui pesquisar nas redes sociais, em perfis de militantes a nível nacional, já que percebi que redes sociais como *Instagram*, *Facebook* e *Twitter* seriam veículos facilitadores de comunicação a distância. Por muitas vezes, fui ignorada, mas um fato interessante é que somente uma dessas pessoas tinha fotos de antes da transição, pois as demais haviam destruído esses arquivos, talvez numa tentativa de também destruir essas memórias. No contato com pessoas trans, constatei o silenciamento imposto a esses corpos, bem como aos corpos que se silenciaram voluntariamente para participar dessa pesquisa. Mas a que se deve esse silenciamento? Nos estudos decoloniais, buscarei a resposta, bem como discutir sobre esse lugar de fala. Continuei, paralelamente, procurando outros sujeitos e chegou até a mim, por meio de uma professora da UFG, o livro de memórias de Nádia Köller, escrito por Ana Christina da Rocha Lima, sua sobrinha. Nádia foi uma mulher que nasceu na década de 30, mas que viveu no corpo de um homem por 52 anos, até passar pela travessia de se tornar uma mulher trans¹. Conhecer as

¹ Na época, não se utilizava o termo mulher trans, para aquelas mulheres que não se submetiam a tratamentos hormonais e à intervenção cirúrgica. Denominava-se travesti, mas Nádia exercia sua identidade, sua representação social e o gênero feminino. Por respeito à memória de Nádia, vou, no curso da tese, denominá-la mulher trans, pois era assim que se via e exercia sua feminilidade.

memórias de Nádia foi uma experiência única, uma vez que perceber pelas imagens o que se podia revelar pelo desmonte desses arquivos com a narrativa de Ana Christina me propiciou conhecer uma mulher memorável para a sua geração, ainda mais numa sociedade conservadora, como a cidade de Goiás. Sua sobrinha prontamente aceitou ser entrevistada por mim e me cedeu o acervo de imagens presentes no livro de memórias e em outras do acervo da família. Posteriormente, fui convidada pelo meu coorientador Dr. Renato Dering para assistir à defesa de TCC de Nicolas N. Mardem, que se formou em Letras pela Universidade Federal de Jataí. Nicolas é um homem trans e aceitou, com entusiasmo, participar da pesquisa, de modo que seus relatos e imagens² pudessem ser um instrumento de educação no espaço formal da minha experiência no Colégio CEPAE (Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação).

Um dos objetivos da tese era trazer para o espaço formal de educação, nas duas turmas do 3º ano do Ensino Médio do Colégio CEPAE, na aula de Artes, as vivências e as travessias desses sujeitos de pesquisa, e discutir questões referentes à sexualidade, com elaboração de uma sequência didática, por meio da leitura de texto, de discussões e, ainda, pela elaboração e criação de quadrinhos de forma individual, com colagem ou desenho à mão livre, bem como com desenhos e textos sobre os temas trabalhados, promovendo, assim, um espaço de discussão sobre preconceitos e sobre a conscientização de direitos.

1.2 Eu não ando só: com quais autores eu ando?

Este trabalho está construído a partir da discussão das concepções teóricas obtidas pela Cultura Visual, pela antropologia visual, pela filosofia e pela educação, envolvendo a Linha de Pesquisa 'C', já que está articulado com os dados levantados na pesquisa, enfatizando o álbum de família como instrumento de educação informal rico de impressões visuais que ajudam a elucidar o tema proposto nessa pesquisa e, desse modo, procuro discutir como o álbum de família – sendo um instrumento de tecnologia informal – pode educar os olhares, os corpos e trazer o significado cultural e social dos sujeitos envolvidos, mediando as imagens e a Cultura Visual. Nessa lógica, esse material ainda pode ser utilizado e percebido por educadores como Nicolas, o

² Os relatos de Ana Christina da Rocha Lima, sobrinha de Nádia e Nicolas N. Mardem foram coletados através de entrevistas semi-estruturadas, com perguntas fechadas e abertas, onde os entrevistados tiveram a oportunidade de discorrer sobre os fatos e temas propostos.

estudante do curso de Letras (Português) da Universidade Federal de Jataí, o qual enfrentou o poder estabelecido, promovendo a emancipação. Além disso, valer-me-ei dos registros de imagens de Nádia Köller e das narrativas propiciadas por sua sobrinha, Ana Christina da Rocha Lima, que apresentou as memórias dessa mulher trans que desafiou os ditames patriarcais de uma sociedade conservadora, como a vilaboense.

A educação popular preconizada por Paulo Freire, esclarece Brandão (2006), refere-se não propriamente ao público, mas ao saber popular, isto é, à cultura popular, incorporando-se ao processo educacional. Dentro desse contexto, parto da ideia de que o conceito de educação perpassa a mediação entre o sujeito e a sociedade, o que faz com que o álbum de família de Nádia e Nicolas sejam usados como objetos do processo de educação não formal, situando o significado dos elementos culturais através das imagens e das vivências sociais, educando os olhares e percebendo os comportamentos num processo de libertação. Nas vivências e convivências de Nicolas no ambiente universitário e no meio social, desenvolveu-se uma consciência crítica que “é a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas correlações causais e circunstanciais” (Freire, 1967, p.105). Portanto, é necessário o estudo desses sujeitos no mundo e com o mundo em que produz cultura.

Nessa perspectiva, é crucial discutir sobre os princípios da pedagogia freireana, como o diálogo, a autonomia dos sujeitos, o desenvolvimento da criatividade, o respeito às diferenças e aos saberes. Na consideração da realidade social, o ensino participativo, a escuta, o respeito ao dizer e o conhecimento do outro são ferramentas fundamentais para se compreender como as memórias dos sujeitos de pesquisa podem ser utilizadas no processo de educação formal (Oliveira; Santos, 2017). No processo educacional proposto por Freire, há três elementos básicos: diálogo, conscientização e libertação. A ideia é conciliar o álbum de família – enquanto instrumento de educação informal – e os preceitos de uma educação popular e libertadora, preconizada por Freire numa perspectiva decolonial.

O álbum de família surge nesse contexto como um instrumento de educação informal, levando-se em consideração o processo de socialização do indivíduo, os seus valores e as suas crenças, o qual está inserido num processo permanente dentro da lógica de socialização, conduzindo o indivíduo a uma educação crítica e emancipatória (Afonso, 2001). A compreensão das

experiências visuais requer pensarmos acerca do contexto histórico e temporal no qual estão inseridas essas pessoas. Assim, ao analisar o álbum de família de Nádia Köller e de Nicolas N. Mardem, observar-se-á a trajetória desde a infância à fase adulta desses sujeitos. Dentro dessa percepção imagética, ao se discutir a Cultura Visual, realiza-se uma análise que vai além das imagens, uma vez que esse movimento extrapola aquilo que é visto, percebido, exibido, inclusive aquilo que está escondido, dissimulado e que, muitas vezes, não queremos ver, pois se encontra inserido num sistema de códigos e de construções simbólicas (Mitchell, 2006). Conforme Monteiro (2008, p. 132), “nos estudos de cultura visual, a cultura é entendida como produção social e, por isso, o olhar pode ser definido como construção cultural, com a competência visual do espectador sendo estabelecida socialmente”. Partindo desta perspectiva de análise, o estudo da Cultura Visual é marcado pela interdisciplinaridade, abrangendo uma interface da visualidade enquanto processo social e cultural contemporâneo. Valendo-me da ideia de Mirzoef (2016), reivindico o direito a olhar discutindo sobre o processo de emancipação dos sujeitos da pesquisa, pretendendo visualizar o seu processo de transformação e apresentando a visualidade imposta pela sociedade em torno da formação de sua identidade. Dentro dessa perspectiva, utilizarei as memórias e os álbuns de fotografias dos sujeitos da pesquisa. As recordações serão analisadas dentro de um contexto social, de modo que se faça a própria reconstrução da memória, a qual não é somente individual, pois se encontra dentro de um grupo social.

Seguindo a linha de pensamento de Bosi (1979, p.17), “a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo”. Nessa lógica, a memória é um processo de reconstruir as experiências ocorridas e, para provocar esta reconstrução, valer-me-ei de fotos que revelam um momento apreendido da memória, compreendendo e percebendo a imagem fixa, investigando o que está sendo revelado em sua análise. Essa percepção propõe um estudo para além da imagem, já que perpassa a história de vida do sujeito da pesquisa, retratando sua cultura, o descobrimento de sua identidade,

sua sexualidade e sua atuação política e social. Assim, pretende-se discutir esse aparato de imagens e observar se estão relacionadas à legitimação e/ou ao rompimento de padrões sociais e culturais, especialmente levando em consideração o conceito de *gênero, identidade e transexualidade*.

As discussões a respeito de *gênero, sexualidade e corpo* têm ganhado novos significados nas últimas décadas, num diálogo que perpassa o critério biológico, alcançando uma abordagem que envolve o gênero e suas manifestações. A dualidade *sexo e gênero*, em que o sexo é natural, e o gênero é socialmente construído foi o pilar de problematização na obra de Judith Butler, a qual defende que o sexo não é natural, mas é também discursivo e cultural, assim como o gênero. A imagem e os sentidos atribuídos aos corpos são uma invenção social, sendo culturalmente variáveis, podendo, inclusive, questionar-se a criação do sexo pelo gênero ou ainda a criação do corpo pelo papel social que desempenha (Swain, 2000). O gênero é construído com a repetição de atos que são apresentados como necessários – daí seu caráter performativo. Ao mesmo tempo, “o gênero é uma norma impossível de se incorporar completamente” (Butler, 2014, p. 200). É uma fantasia, um estereótipo; porquanto, é uma imagem ideal de ser e existir. O sujeito não é uma essência, por sua natureza. A impossibilidade da constituição completa do ideal de gênero é por conta da identificação. Ao mesmo tempo em que há um discurso que limita as possibilidades de ser baseado na ideia de sexo, o indivíduo tem autonomia e agência para desfazer e refazer as normas de gênero propostas para seu corpo (Butler, 2000).

A concepção de sexo é formada por significados que consideram um pensamento sobre o corpo. O discurso atinge cada corpo de acordo com o sexo. Isso significa que as práticas e o tratamento desses corpos serão diferentes de acordo com o que é determinado discursivamente. As percepções acerca das imagens do álbum de família dos sujeitos da pesquisa acerca do seu exercício de poder se fazem necessárias, pois, nesse movimento, verificar-se-á de que forma houve o processo de desconstrução da categorização sexual, tendo por base as teorizações sobre o poder em Foucault (1982). A análise do discurso foucaultiano

permite que os teóricos *queer* analisem as condições de possibilidade e as formações discursivas da normalização. Assim, o que o saber inscreve na realidade não são verdades imutáveis e prontas, já que as verdades são efeitos do discurso. A atenção desses estudos é sobre como o poder age, quais meios utiliza, quais são as suas estratégias de produção de sentidos e de normalização dos corpos. Butler, por exemplo, ressalta que a ideia da genealogia não é buscar causas ou origens de categorias de identidade, mas perceber como elas são efeitos de instituições, de práticas e de discursos (Butler, 2014, p. 9).

O foco dos estudos *queer* é relacionar as questões de poder às técnicas de produção do gênero e observar como o poder organiza os corpos por meio da ideia pré-discursiva de *sexo* como essência (Butler, 2014). Segundo Salih (2018, p.20), a teoria *queer* significa “a indeterminação e a instabilidade de todas as identidades “generificadas” e sexuadas”. Há um processo de desconstrução da categorização sexual, tendo por base a teoria do poder de Foucault (1982), ao considerar a relação entre poder e saber nas sociedades modernas. Nessa visão, Foucault (1982) enfatiza que a produção de “verdades” tem o intuito de ludibriar uma prática de dominação do homem, por meio de práticas políticas e econômicas da sociedade contemporânea. O intelectual, na sociedade capitalista, difunde o discurso da classe dominante, legitimando o exercício do poder dominante. Devido ao fato de que o poder não está nas mãos de alguns, ele funciona em rede, estando em todo lugar, e os indivíduos o exercem e sofrem sua ação, através dos saberes e do discurso.

O poder é exercido em diferentes pontos da rede social, numa teia, por meio do micropoder dentro das relações sociais, integrados ou não ao Estado (Miskolci, 2017, p.28). Assim, segundo Foucault (1982, p.10), “o poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente”. A partir da ideia de uma analítica do poder, “a nova política de gênero começa a modificar essa forma de conceber a luta política e apontar como é a cultura e suas normas que nos criam como sujeitos”.

Associada à ideia de gênero, temos o conceito de *identidade* e de *performatividade*. Hall (2006) distingue dois tipos de gênero: o gênero como identidade, sendo definido com base no sexo biológico, nas normas sociais, na cultura e nos papéis sociais desempenhados pelo indivíduo; e o gênero como performatividade, o qual envolve suas ações, vestimentas, acessórios, linguagem, comportamento, voz e forma de agir que constroem a identidade de gênero. De toda forma, Hall (2006) deixa evidente que a identidade é fluída e as pessoas podem exercer diferentes identidades de gênero ao longo da sua existência. Inclusive, as relações de gênero são relações de poder que são mantidas pelas normas sociais e culturais, mas que podem ser desafiadas a construir novas identidades de gênero. A multiplicidade e a fragmentação do sujeito possibilitam a formação de novas identidades.

As visualidades presentes nos álbuns de família de Nicolas N. Mardem e Nádia Köller permitem discutir o gênero associado à questão da identidade e da performatividade, e perceber o movimento de transformação do corpo e da sexualidade capazes de produzir efeitos nos olhares, nos corpos e nos comportamentos diante da experiência transexual.

É necessário pensar numa metodologia visual crítica. Rose (2002, p.3)³ pontua que:

Eu chamo de "metodologia visual crítica". Por 'crítica' quero dizer uma abordagem que pensa sobre o visual em termos do significado cultural, das práticas sociais e das relações de poder nas quais ele está embutido; e isso significa pensar sobre as relações de poder que produzem, são articuladas através de, e podem ser desafiadas por, modos de ver e imagem. (Tradução nossa)

Pensar na visualidade da imagem nos faz discutir sobre o que é visto e como é visto numa perspectiva de uma construção cultural. A imagem fotográfica constitui um vestígio documental, sendo necessário analisar as imagens dos corpos deste acervo, de modo que se perceba quais são os mecanismos de disciplinas que podem ser visualizados, inclusive numa perspectiva crítica dos estudos de Cultura Visual e de gênero.

³ Citação no original: "I term a 'critical visual methodology'. By 'critical' I mean an approach that thinks about the visual in terms of the cultural significance, social practices and power relations in which it is embedded; and that means thinking about the power relations that produce, are articulated through, and can be challenged by, ways of seeing and imaging" (Rose, 2002, p.03).

. A imagem, segundo Monteiro (2008, p. 133), expressa “diversidade de grupos e ideologias presentes em determinados momentos históricos. Assim, através da análise das imagens, é possível melhor entender as mudanças e transformações por que passaram os diferentes grupos sociais”.

A iluminação e a questão espacial das fotografias revelam o caráter diurno ou noturno do ambiente fotográfico, do qual podem ser extraídos elementos da cultura material. Ao captar a imagem, que pode ser feita de perto ou de longe, o quadro da câmera estabelecido pelo fotógrafo define quais são os elementos, as pessoas e o instante que deseja retratar. Além disso, o fotógrafo também acessa as cenas apresentadas, com a indumentária, a pose, o olhar, os gestos e a expressão facial – que ora foram coletadas de forma natural e espontânea, sem a intervenção do fotógrafo, ora com sua intervenção. De acordo com Rodrigues (2007, p. 88), “exatamente por possuir um “olhar que a produziu”, a fotografia tem certo grau de ilusão, pois, ao ser “construída”, capta aquilo que o fotógrafo deseja mostrar com base em enquadramentos, ângulos de tomada, objetivas usadas, iluminação etc.” Para a análise das imagens, foram elaboradas perguntas no formato de uma entrevista semiestruturada em que Ana Christina, sobrinha de Nádia, e Nicolas responderam e relataram o conteúdo das imagens. À medida que transcorria as entrevistas, outras perguntas surgiram. As respostas que foram apresentadas, mesmo elucidando as cenas dos retratos, são parciais no contexto de análise do objeto da pesquisa. O olhar da observadora e pesquisadora buscou compreender, primeiro, a mensagem transmitida, seja pelas circunstâncias da cena, seja pela iluminação, seja pelo conteúdo. Posteriormente, farei uma análise histórica, social e cultural.

Apresento os retratos dos sujeitos da pesquisa no formato de um mosaico, para que o leitor possa ter uma ideia das fases da vida de cada um deles e dos temas a serem abordados.

Figura 2: Mosaico das imagens de Nádia Köller



Fonte: Acervo Pessoal de Ana Christina da Rocha Lima e da pesquisadora.

Figura 3: Mosaico das imagens de Nicolas N. Mardem



Fonte: Acervo pessoal de Nicolas N. Mardem

A análise das imagens e a entrevista com os sujeitos da pesquisa – Nicolas N. Mardem e Ana Christina da Rocha Lima, a qual escreveu a biografia de Nádia Köller – se fazem necessários, pois “em se tratando de uma forma de recuperação do passado conforme concebido pelos que o viveram, é fundamental que tal abordagem seja efetivamente relevante para a investigação que se pretende realizar” (Verena, 2005, p. 30). Assim, serão coletadas as impressões dos sujeitos da pesquisa em torno do que se vivenciou dentro de um contexto social, histórico e cultural, optando-se pelo tipo de entrevista de história de vida, incluindo as suas trajetórias desde a infância até a fase adulta, com suas experiências e impressões sobre o tema pesquisado, investigando a construção da identidade de gênero.

Seguindo a proposta metodológica de Éclea Bosi, associar-se-ão, no estudo, a teoria e o empirismo, em que o pesquisador e o objeto do conhecimento – a pessoa pesquisada - alternam-se produzindo o saber. Não há uma posição rígida entre o pesquisador e o sujeito pesquisado. Conforme Bosi (1994, p.38), “nesta pesquisa – fomos ao mesmo tempo sujeito e objeto. Sujeito enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto enquanto ouvíamos, registrávamos, sendo como que um instrumento de receber e transmitir suas lembranças”.

Nicolas dará a interpretação de sua vida em primeira mão, já que é nativo da própria história de vida, dos relatos e da memória que ele mesmo viveu; quanto à Nádia, a pesquisadora fará a interpretação de segunda mão. Sendo assim, para o desenvolvimento da pesquisa, há a proposta de desenvolver uma metodologia de cunho etnológico, valendo-me do método descrito por Talamoni (2014, p.54), o qual é baseado no programa da descrição densa que “objetiva proporcionar a compreensão das estruturas significantes implicadas na ação social observada, que necessita primeiramente ser apreendida para depois ser apresentada”. As estruturas significantes dizem respeito à interação do indivíduo no meio social no qual faz parte, podendo o indivíduo aceitar, questionar ou ignorar a realidade que lhe é imposta, propondo uma compreensão individual daquilo que lhe é

apresentado. Há três ideias fundamentais no programa de descrição densa proposto, quais sejam: “o conceito de cultura, a ideia do “estar lá” e a do pesquisador enquanto autor” (Talamoni, 2014, p. 55).

As imagens do grupo social familiar propiciarão analisar o comportamento, a construção das relações de gênero, as relações de afeto e a individualidade de cada membro – em especial dos sujeitos da pesquisa. As imagens, neste caso, fazem parte do processo investigativo. A pesquisa em Cultura Visual viabiliza o estudo de imagens fotográficas, em que se encontram cenas, conceitos, relações e identidade, problematizando o olhar que se debruça sobre as imagens, propiciando revelar, por meio das imagens, os sentidos, as representações e os signos que elas conduzem.

Nesse movimento, haverá uma mediação entre memória, história oral e antropologia visual. Segundo Verena (2005, p. 55), “a memória individual só interessa na medida em que permite conhecimento do fenômeno social”. Neste sentido, procurar-se-á entender o fenômeno social da transexualidade a partir da experiência de Nádia e Nicolas, sendo que a categorização das memórias do sujeito da pesquisa será marcada pelo gênero (Verena, 2005).

Quanto aos métodos de procedimento, serão utilizadas a fotomemória e a fotogênerominoria. A fotomemória diz respeito à análise das imagens do álbum de família de Nádia Köller e de Nicolas N. Mardem, observando o *studium* da imagem, ou seja, as impressões externas, como: quem está na foto, as roupas, o vínculo de afetividade, o ambiente, o acontecimento, o ano e a coloração – colorida ou em preto e branco. Assim, levantado o que se observa na imagem, indagar-se-á como era Nicolas e Nádia naquele momento (impressões internas e externas), observando-se o *punctum*, quando serão abordados os seus sentimentos, o que aquela imagem lhe recorda de fatos ocorridos, bem como as situações vivenciadas na construção de sua identidade (Barthes, 1984). A fotogênerominoria diz respeito ao estudo de um grupo social, que, neste caso, é a comunidade LGBTIPAN+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, intergêneros, pansexuais, assexuados e não binários), e, em especial, os transexuais,

com suas características antropológicas, sociais e culturais. Dessa forma, por meio da fotografia, revelar-se-á a significação da construção de gênero.

A metodologia criada por Miriam Moreira Leite também será utilizada, pois as fotografias serão utilizadas mobilizando a memória e, assim, construindo a biografia dos sujeitos da pesquisa (Leite, 1993). Miriam, além disso, usa a Gestalt, que também será evidenciada nesse trabalho, pois como ela própria afirma “para você poder ver o que está na foto, você precisa ver o que está no foco e o que está em torno, que é uma das técnicas da Gestalt” (Barbosa, 2009, p. 343)

A técnica de pesquisa empregada será de documentação indireta, abrangendo a pesquisa bibliográfica. Valer-me-ei do texto e da imagem como fontes de pesquisa, reforçando que “estão carregados de subjetividade, de interpretação, de recortes, de escolhas, mas se configuram como possibilidades de abordagem e forma de aproximação distintas de um mesmo fenômeno, uma enriquecendo a outra: o texto diz, a imagem mostra” (Pinheiro, 2000). Para além disso, utilizarei a documentação direta por meio da técnica de entrevista, com os sujeitos que compõem e instituem as relações sociais, objeto de investigação deste trabalho. Nessa metodologia, serão apresentadas perguntas que devem ser respondidas por áudio, com a presença da pesquisadora, sendo entrevistados Nicolas N. Mardem e Ana Christina da Rocha Lima, com a devida aprovação do Comitê de Ética da Universidade Federal de Goiás.

Os relatos serão gravados em áudio, por meio de uma narrativa, com o intuito de registrar suas impressões e suas memórias. Posteriormente, será realizada a análise das imagens e dos áudios, para que se possa perceber quando e de que forma começou a construção da identidade de gênero dos sujeitos da pesquisa, com o objetivo de elucidar os problemas propostos nesta tese de doutorado.

O estudo dos autores aqui apresentados e outros que serão discutidos ao longo dos capítulos da tese estão presentes num método de pesquisa cartográfico. Segundo Deleuze e Guatarri (2006), a cartografia é interpretada como um dos princípios do

rizoma, que possibilita interpretá-lo e adentrá-lo. O rizoma remete a um conceito empregado na botânica, o qual, no sentido filosófico empregado pelos autores, diz respeito àquilo que não tem começo nem fim, mas está no meio, emaranhado, e que representa uma multiplicidade que se conecta a qualquer ponto. O rizoma é um sistema aberto, sujeito a modificações, tal como o mapa produzido pela pesquisadora cartógrafa. Segundo Lima (2021, n.p), "uma pesquisa rizomática é uma pesquisa de devires, de por vir, não existe um caminho pré-estabelecido, tudo é novidade em função da pesquisa ser construída durante o percurso". A pesquisadora cartógrafa não traçará um caminho fechado, e o mapa aqui realizado não é estático, pois os movimentos que se realizam, tal como a construção de um mapa pelos geógrafos, vão se adequando aos novos rumos e caminhos. Assim, à medida que a pesquisa avança, os sujeitos de pesquisa são apresentados e entrevistados, e a experiência empírica em sala de aula permite discutir conceitos e apresentar propostas didáticas que evidenciem o exercício de uma pedagogia decolonial. Segundo Rolnik (2011, p. 23), "[...] paisagens psicossociais são cartografáveis. A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos."

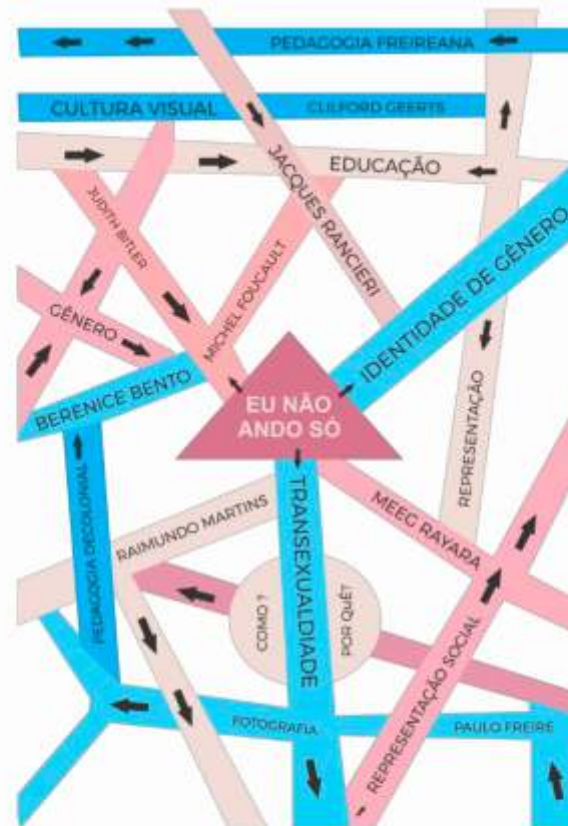
1.3 Caminhos desbravados na pesquisa

A metodologia empregada também é inventariante e descritiva, visando identificar, nas produções acadêmicas e científicas, como está sendo discutida, durante certo recorte de tempo, a temática da pesquisa que estamos procurando desenvolver. O pesquisador, nesse momento, busca, por intermédio dos dados bibliográficos, os resumos, as palavras-chave, os

mapeamentos do ano, do local e da produção; assim, este poderá selecionar os trabalhos que se aproximam e/ou que se distanciam do tema investigado (Ferreira, 2002).

Procurei desenhar o caminho da minha pesquisa sem mapeá-lo de forma fechada, estática. A ideia aqui proposta está sujeita a novos caminhos e descobertas.

Figura 4: Caminhos a serem desbravados na pesquisa



Fonte: autora, 2021.

Foi possível conhecer e reconhecer conhecimentos interdisciplinares que já foram desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual (UFG), bem como em outros programas de Pós-Graduação no Brasil. Identifiquei na linha de pesquisa em que investigo (linha C) três dissertações de Mestrado e uma tese de Doutorado do PPGACV (UFG), que se comunicam com o meu tema. Assim, é possível trazer o que foi discutido e poder utilizá-lo como fonte de pesquisa para minha tese de doutorado.

O recorte temporal pesquisado foi de 2005 a 2023 no PPGACV/UFG, sendo encontradas 222 dissertações de Mestrado e 45 teses de Doutorado.

Figura 5 - Pesquisa no PPGACV/UFG

PPGACV	ANO DE PUBLICAÇÃO	DSSERTAÇÃO DE MESTRADO	TESE DE DOUTORADO
PPGACV	2005	9	0
PPGACV	2006	9	0
PPGACV	2007	11	0
PPGACV	2008	18	0
PPGACV	2009	15	0
PPGACV	2010	19	0
PPGACV	2011	14	0
PPGACV	2012	16	0
PPGACV	2013	18	0
PPGACV	2014	23	0
PPGACV	2015	14	9
PPGACV	2016	13	9
PPGACV	2017	12	7
PPGACV	2018	9	7
PPGACV	2019	16	9
PPGACV	2020	5	4
PPGACV	2021	1	4

Fonte: PPGACV/UFG, 2023.

Dentre as dissertações de Mestrado e teses de Doutorado do PPGACV/UFG, destacam-se os trabalhos abaixo:

Figura 6. Dissertações e Teses do PPGACV/UFG que se comunicam com o meu tema

PPGACV	2020	Animação; LGBTQI+; Arte Sudaca; Pigmentos Naturais; Pesquisa em Arte	SANTANA, Janayna M. Pinto. Animação e diversidade: gênero trans e arte sudaca – aquarelando com pigmentos naturais para além do azul e rosa. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Artes Visuais.
PPGACV	2014	Corpo; gênero; profanação; performance; poéticas visuais.	MARQUES, Roberta Leticia Pereira. Corpo deseducado: gênero, performance e política do corpo em poéticas visuais . Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Artes Visuais.
PPGACV	2014	Retrato de família; crítica visual; crítica feminista; visualidade dos corpos femininos.	RIBEIRO, Rafaella Sudário. As caixas de memórias de Marilda Godói: arquivo, visualidades dos corpos e poder (1889-1969) . Tese (Doutorado). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Artes Visuais.
PPGACV	2012	Homossexualidade; ignorância; queer; educação.	VAZ, Tales Gubes. Pedagogia queer, Cultura Visual e discursos sobre (homo)sexualidades em dois cursos de extensão online . Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Artes Visuais.

Fonte: Autora, 2023

Percebe-se, pelo levantamento apresentado, que não há nenhuma dissertação de Mestrado ou tese de Doutorado que discuta a temática por mim desenvolvida.

Ao realizar o levantamento de obras, de teses de Doutorado e de dissertações de Mestrado que dialogam com meu tema, busquei, por meio de descritores, trabalhos que, ao menos, relacionem, de forma direta e/ou transversal, temas como

transexualidade, gênero, representação social, identidade, teoria *queer*, decolonialidade, dispositivo de poder, potência e resistência, imagem, discurso, visualidades e contravisualidades. A seguir, observam-se os descritores, de maneira ilustrada.

Figura 7. Descritores utilizados para a busca de pesquisas



Fonte: Autora, 2023.

Para tanto, antes de iniciar o levantamento do referencial teórico, é preciso esclarecer que o estudo aqui proposto parte de um de um conceito de paradigma de pesquisa pós-positivista qualitativo, levando-se em consideração a realidade em que o pesquisador está inserido, e no exercício de uma pesquisa carregada de valores, cujos métodos são flexíveis, sem o uso de uma amostra aleatória; e o uso da pesquisa não é generalizado, mas está inserido num contexto social, histórico e cultural (Fortin; Gosselin, 2014).

A cartografia, como método de pesquisa-intervenção proposto por Passos, Kastrup e Escóssia (2009), parte dos repositórios de pesquisas acadêmicas, e o pesquisador vai construindo o seu caminho, sem que haja uma prescrição pré-determinada, mas aberto a novos campos. Passos; Barros (2009, p. 17) comentam que “a diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados”. Há, desse modo, múltiplas possibilidades de entradas, e apresenta-se como um mapa em que a delimitação é móvel.

O referencial teórico, juntamente às imagens e às narrativas de Nádia Köller e de Nicolas N. Marden, em que se fundam a imagem e os contextos social, histórico e político em que estão inseridos, possibilitará discutir a visualidade da imagem e apresentar a contravisualidade. Com respaldo nos princípios da pedagogia freireana e de pedagogias decoloniais, partindo dos estudos de Paulo Freire e Catherine Walsh, pretendo apresentar uma sequência didática que possui o objetivo de estabelecer uma mediação entre Arte, Educação e Cultura Visual, por meio de práticas educativas que visem envolver as seguintes ações: saber, conhecer, ouvir, compreender, compartilhar, analisar em diálogo, criticar e propor (Dering, 2021), Por intermédio do desenvolvimento de um pensamento crítico, haverá a proposta de uma oficina artística com quadrinhos e desenhos, com temática sobre o respeito às diferenças, o preconceito, a sexualidade e o gênero. O educador, nesse processo, segundo Guimarães (2020, p.311), “é aquele(a) que inserido em um determinado contexto (social, histórico, organizacional, institucional, espacial e temporal) poderá intervir e propor práticas docentes em artes a partir de sua própria inserção e olhar comprometido que o processo investigativo lhe permitiu construir”. Assim, pretendo desenvolver uma pesquisa em arte-educação, com uma investigação baseada na imagem no contexto da Cultura da Visual, e perceber como a educação informal e formal podem educar os olhares e os corpos, e, nesse movimento, promover um processo de conscientização, de autonomia e de emancipação daqueles que ensinam e aprendem.

Nesse processo, é importante escolher as bases de dados, especificar a data e a fonte acadêmica que, associados às imagens e às narrativas, serão a base de elaboração deste trabalho. As bases de dados de recorte da pesquisa foram o repositório do Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual, o catálogo de teses e dissertações da CAPES, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, o Google Acadêmico e os cadernos de pesquisa SCIELO, além de livros em formato pdf e impressos que fazem parte do meu acervo.

No sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), considerando os descritores apresentados (transexualidade, teoria queer, gênero, decolonialidade, dispositivo de poder, imagem e cultura e visual), foi encontrada a quantidade de trabalhos abaixo apresentados, dos anos de 2010 a 2023. Para a construção das tabelas e gráficos abaixo, foram selecionadas 10 instituições com o maior número de publicações.

Figura 8: Pesquisa na BDTD, utilizando como descritor transexualidade

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO		TESE DE DOUTORADO	
INSTITUIÇÃO	RESULTADOS	INSTITUIÇÃO	RESULTADOS
PUC SP	20	UFRRJ	10
UERJ	17	UERJ	08
FIOCRUZ	12	PUC SP	07
UFRN	12	UFRN	07
UFSC	12	UFSC	07
UNB	11	UNB	05
UFC	09	FIOCRUZ	02
UFSCAR	08	PUC RS	02
UFG	06	UFBA	02
UFU	06	UFC	02

Fonte: BDTD, 2023.

Figura 9: Pesquisa na BDTD, utilizando como descritor identidade trans

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO		TESE DE DOUTORADO	
INSTITUIÇÃO	RESULTADOS	INSTITUIÇÃO	RESULTADOS
UNB	18	UFRRJ	19
UFBA	15	UFSC	04
UFG	15	UNB	04
UFSC	14	UNICAMP	04
PUC SP	13	UFBA	03
UERJ	13	FIOCRUZ	02
UFRRJ	11	PUC RS	02
UFRN	10	UFSCAR	02
FIOCRUZ	09	UEM	01
UFS	09	UEPG	01

Fonte: BDTD, 2023.

Figura 10: Pesquisa na BDTD com o descritor teoria queer

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO		TESE DE DOUTORADO	
INSTITUIÇÃO	RESULTADOS	INSTITUIÇÃO	RESULTADOS
UNB	31	UFRRJ	45
UFSC	27	UNB	21
CUB	23	UERJ	16
UFG	23	UFSC	15
UNICSUL	23	CUB	14
UERJ	22	UFBA	14
UFTM	21	UNICSUL	14
UFRN	20	UFG	12
UFU	20	UFTM	12
UFSCAR	19	UFPB	11

Fonte: BDTD, 2023.

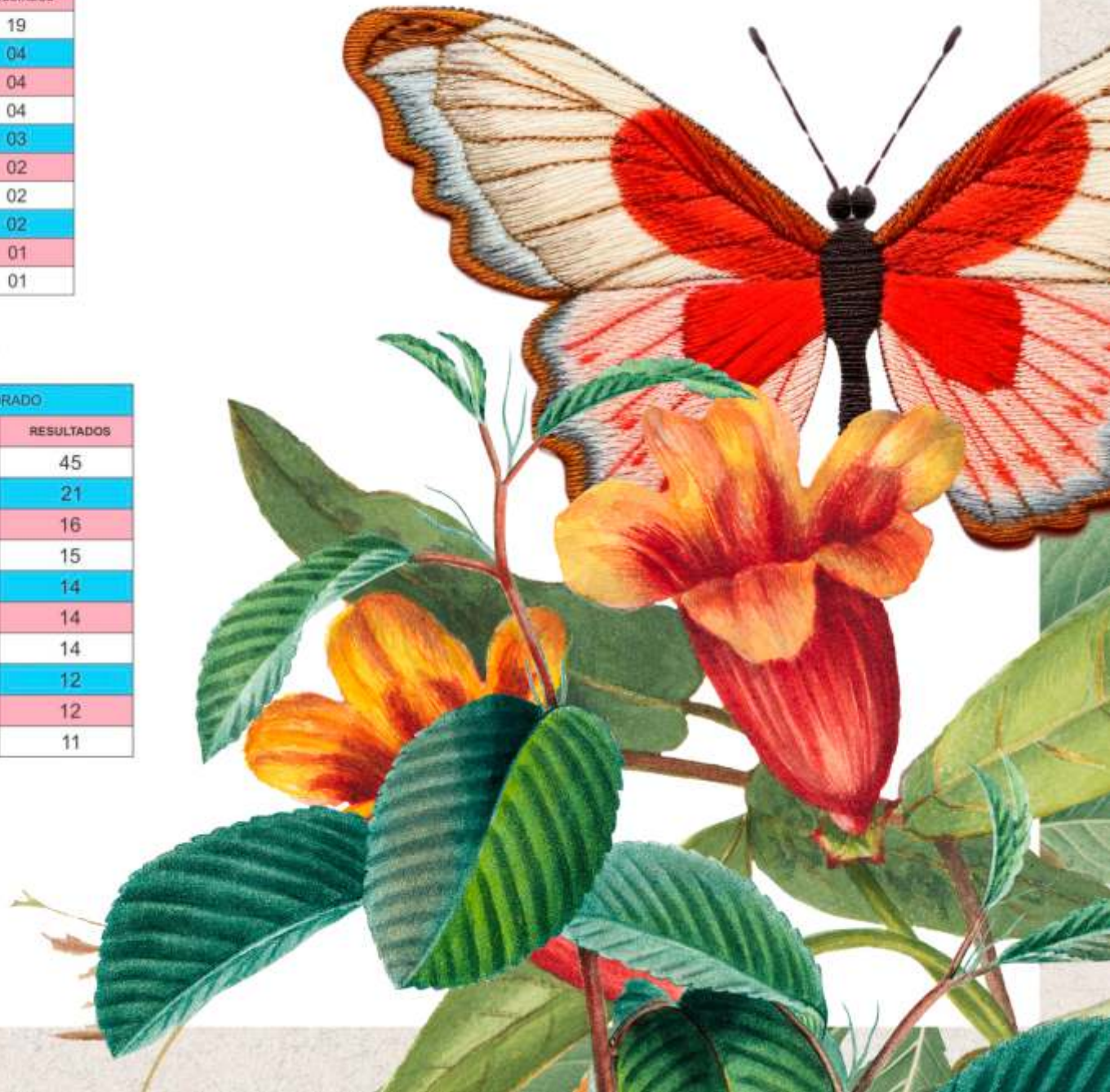


Figura 11: Pesquisa na BDTD, utilizando como descritor decolonialidade

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO		TESE DE DOUTORADO	
INSTITUIÇÃO	RESULTADOS	INSTITUIÇÃO	RESULTADOS
UNB	56	UFSC	54
UFSC	53	UFRRJ	45
UFG	41	UNB	40
UNILA	20	UFG	21
UFBA	19	UFMT	20
UFMT	19	UFBA	18
UERJ	18	UNICAMP	18
UFS	18	UERJ	17
UFC	17	PUC SP	12
UTFPR	17	UFC	11

Fonte: BDTD, 2023.

Figura 12: Pesquisa na BDTD, utilizando como descritor dispositivo de poder

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO		TESE DE DOUTORADO	
INSTITUIÇÃO	RESULTADOS	INSTITUIÇÃO	RESULTADOS
UFSC	376	UNICAMP	214
UNICAMP	373	UFSC	207
UNB	277	UFRRJ	162
UTFPR	214	UFC	118
UFSCAR	203	UNB	109
UFC	201	PUC SP	107
UFRN	201	UFRN	99
PUC SP	191	UFSCAR	98
UFPE	164	UFU	86
UNESP	152	UNESP	73

Fonte: BDTD, 2023.



Figura 13: Pesquisa na BDTD com o descritor imagem e Cultura Visual

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO		TESE DE DOUTORADO	
INSTITUIÇÃO	RESULTADOS	INSTITUIÇÃO	RESULTADOS
UFG	113	UFG	51
PUC SP	41	UFRRJ	42
UNICAMP	34	PUC SP	29
UNB	32	UNICAMP	27
UERJ	29	UERJ	21
UFRN	24	UNB	14
UFC	23	UFSC	12
UFPB	28	UFBA	09
MACKENZIE	17	UFU	07
UFSC	16	UTFPR	07

Fonte: BDTD, 2023.

Figura 14: Pesquisa na BDTD com o descritor identidade trans

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO		TESE DE DOUTORADO	
INSTITUIÇÃO	RESULTADOS	INSTITUIÇÃO	RESULTADOS
UNB	18	UFRRJ	173
UFBA	15	UFBA	13
UFG	15	UNB	10
UFSC	14	UERJ	07
PUC SP	13	UFSC	07
UERJ	13	UFU	07
UFRRJ	11	UNICAMP	06
UFRN	10	UFRN	05
FIOCRUZ	09	UFG	04
UFS	09	PUC RS	03

Fonte: BDTD, 2023.



Figura 15: Pesquisa na BDTD com o descritor masculinidade trans

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO		TESE DE DOUTORADO	
INSTITUIÇÃO	RESULTADOS	INSTITUIÇÃO	RESULTADOS
UFSC	07	UFRRJ	19
UERJ	04	UFSC	04
UFV	04	UNB	04
FURG	03	UNICAMP	04
UFBA	03	UFBA	03
UFC	03	FIOCRUZ	02
UFG	03	PUC RS	02
UNB	03	UFSCAR	02
PUC SP	02	UEM	01
UFPB	02	UEPG	01

Fonte: BDTD, 2023.

Figura 16: Pesquisa na BDTD com o descritor Cultura Visual e educação

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO		TESE DE DOUTORADO	
INSTITUIÇÃO	RESULTADOS	INSTITUIÇÃO	RESULTADOS
UFG	135	UERJ	32
UERJ	54	UFG	23
UNB	34	UNB	13
MACKENZIE	33	UFRRJ	12
UFPB	30	UFSC	11
UFPEL	23	UNICAMP	11
UFSC	20	PUC SP	10
UFRN	19	UFPB	10
UNICAMP	19	UFBA	09
UFSM	16	MACKENZIE	08

Fonte: BDTD, 2023.



Figura 17: Pesquisa na BDTD com o descritor visualidade e Cultura Visual

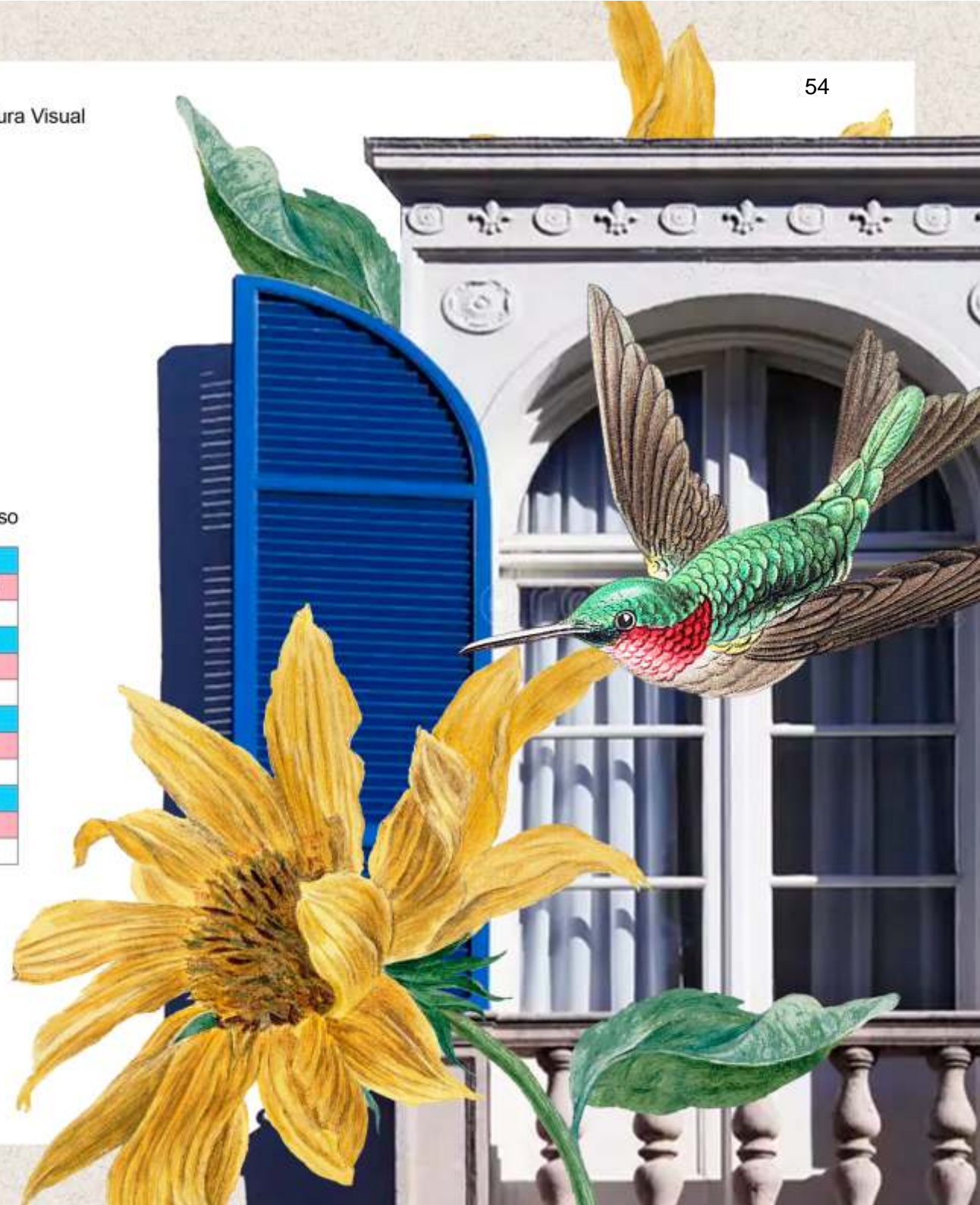
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO		TESE DE DOUTORADO	
INSTITUIÇÃO	RESULTADOS	INSTITUIÇÃO	RESULTADOS
UFG	246	UFRRJ	96
UNICAMP	94	UFG	88
UNB	92	PUC SP	74
PUC SP	79	UNICAMP	64
UERJ	68	UFSC	48
UFSC	61	UNB	43
UNESP	57	UERJ	38
UFRN	54	UFV	27
UTFPR	53	UFPB	18
UFPB	52	UFRN	18
UFC	50		

Fonte: BDTD, 2023.

Figura 18: Pesquisa na BDTD com o descritor fotografia e discurso

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO		TESE DE DOUTORADO	
INSTITUIÇÃO	RESULTADOS	INSTITUIÇÃO	RESULTADOS
UNICAMP	39	UFRRJ	35
PUC SP	36	UNICAMP	32
UFC	29	UFSC	28
UFSC	27	PUC SP	23
UFPB	26	UERJ	14
UNB	26	UNB	12
UFRN	25	UFC	11
UFPA	23	UFRN	10
UFBA	22	UFS	09
UFRGS	22	UNESP	08

Fonte: BDTD, 2023.



Aqui, vale ressaltar que, no catálogo de dissertações e teses da Biblioteca Digital, percebo que a maior quantidade de teses e dissertações se encontra nas regiões sudeste e sul, principalmente se levarmos em consideração os descritores *transexualidade* e *teoria queer*. Contudo, quanto ao descritor *imagem* e *Cultura Visual*, a UFG se destaca, devido ao Programa de Pós-graduação em Arte e Cultura Visual; evidentemente, há trabalhos de todas as regiões do país, mas ainda em número pequeno.

Em relação ao catálogo de teses e dissertações da Capes, utilizando os descritores abaixo mencionados, foram encontrados os seguintes resultados:

Figura 19: Descritor Transexualidade

DESCRITOR	RESULTADO
TRANSEXUALIDADE	560
DOUTORADO	88
MESTRADO	427
MESTRADO PROFISSIONAL	45

Fonte: Catálogo de teses e dissertações da CAPES,

2023. Figura 20: Descritor teoria queer

DESCRITOR	RESULTADO
TEORIA QUEER	656
DOUTORADO	150
MESTRADO	405
MESTRADO PROFISSIONAL	23

Fonte: Catálogo de teses e dissertações da CAPES, dez. 2023.

Figura 21: Descritor decolonialidade

DESCRITOR	RESULTADO
DECOLONIALIDADE	1822
DOUTORADO	524
MESTRADO	1099
MESTRADO PROFISSIONAL	199

Fonte: Catálogo de teses e dissertações da CAPES, dez. 2023. Figura 22: Descritor dispositivo de poder

DESCRITOR	RESULTADO
DISPOSITIVO DE PODER	7.507
DOUTORADO	2.053
DOUTORADO PROFISSIONAL	1
MESTRADO	5018
MESTRADO PROFISSIONAL	445

Fonte: Catálogo de teses e dissertações da CAPES, dez.

2023. Figura 23: Descritor fotografia e discurso

DESCRITOR	RESULTADO
FOTOGRAFIA E DISCURSO	849
DOUTORADO	248



MESTRADO	582
MESTRADO PROFISSIONAL	19

Fonte: Catálogo de teses e dissertações da CAPES, dez. 2023

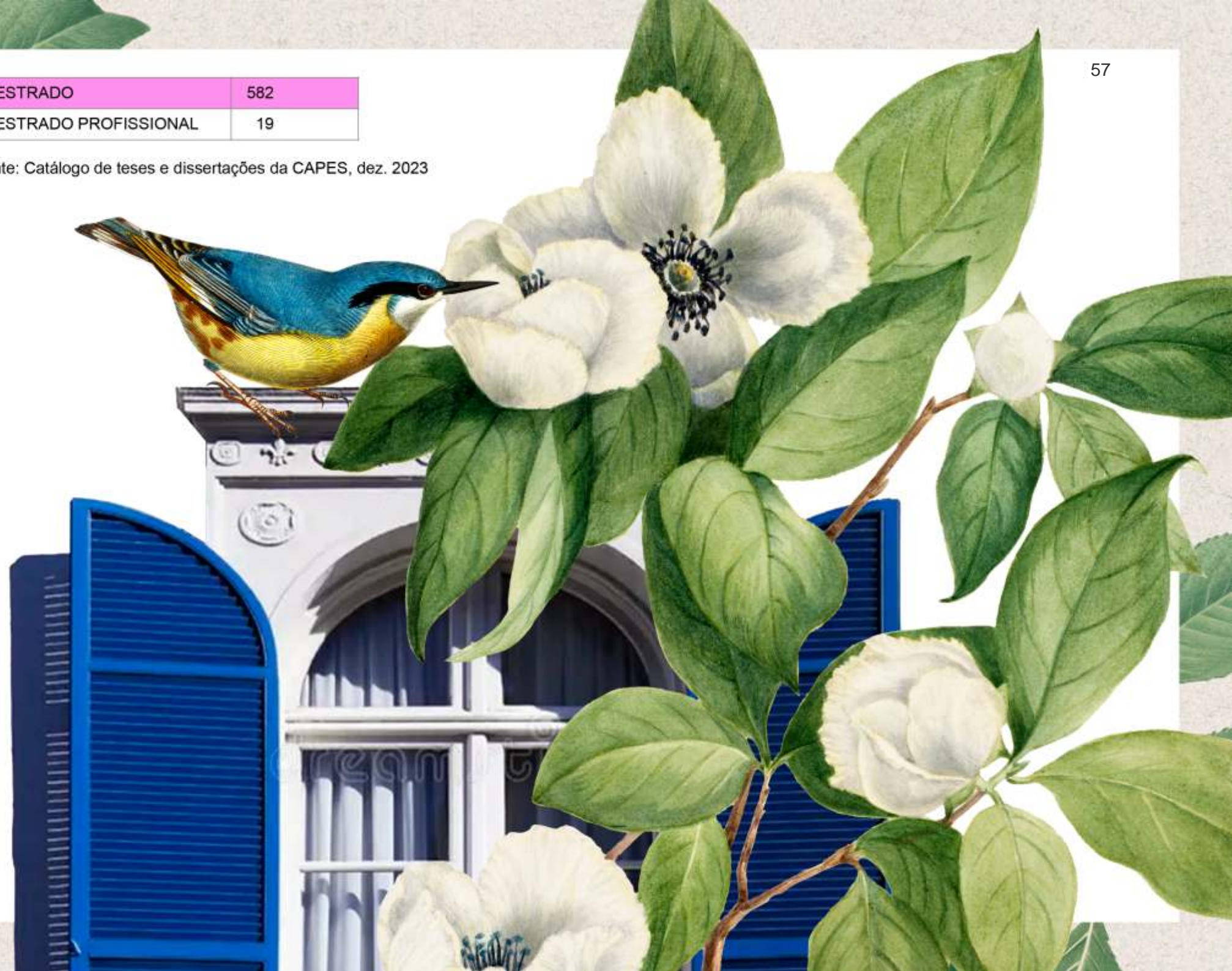


Figura 24: Descritor imagem e Cultura Visual

DESCRITOR	RESULTADO
IMAGEM E CULTURA VISUAL	437
DOUTORADO	120
MESTRADO	303
MESTRADO PROFISSIONAL	14

Fonte: Catálogo de teses e dissertações da CAPES, dez. 2023

Figura 25: Descritor identidade trans

DESCRITOR	RESULTADO
IDENTIDADE TRANS	284
DOUTORADO	74
MESTRADO	198
MESTRADO PROFISSIONAL	12

Fonte: Catálogo de teses e dissertações da CAPES, dez.

2023 Figura 26: Descritor masculinidade trans

DESCRITOR	RESULTADO
MASCULINIDADE TRANS	108
DOUTORADO	27
MESTRADO	77
MESTRADO PROFISSIONAL	4

Fonte: Catálogo de teses e dissertações da CAPES, dez. 2023



Figura 27: Descritor Cultura Visual e educação

DESCRITOR	RESULTADO
CULTURA VISUAL E EDUCAÇÃO	357
DOUTORADO	92
MESTRADO	237
MESTRADO PROFISSIONAL	26

Fonte: Catálogo de teses e dissertações da CAPES, dez. 2023

Nesse refinamento, as dissertações de mestrado e teses de doutorado são vistas em diversas áreas do conhecimento, mas por meio dos resumos dos trabalhos é que será possível selecionar os trabalhos que me acompanharão em minha pesquisa.

Em relação ao Scielo, utilizando os descritores abaixo mencionados, foram encontrados os seguintes resultados:

Figura 28. Pesquisa no repositório do Scielo (<https://www.scielo.org/>)

DESCRITORES	RESULTADOS
TRANSEXUALIDADE	154
TEORIA QUEER	182
DECOLONIALIDADE	132
DISPOSITIVO DE PODER	295
FOTOGRAFIA E DISCURSO	19
IDENTIDADE TRANS	54
MASCULINIDADE TRANS	11
IMAGEM E CULTURA VISUAL	59
CULTURA VISUAL E EDUCAÇÃO	45
VISUALIDADE E CULTURA VISUAL	24

Fonte: SCIELO, dez. 2023

Os trabalhos encontrados com os descritores apresentados no Scielo são diversificados, já que podem ser artigos científicos publicados em revistas, anais, livros digitais, bem como a presença de teses e dissertações. Em relação ao repositório do Google Acadêmico, utilizando os descritores abaixo mencionados, foram encontrados os seguintes resultados:

Figura 29 – Pesquisa no repositório do Google acadêmico (<https://scholar.google.com.br/scholar>)

DESCRITORES	RESULTADOS
TRANSEXUALIDADE	31.400
TEORIA QUEER	50.700
DECOLONIALIDADE	15.100
DISPOSITIVO DE PODER	1.800.00
FOTOGRAFIA E DISCURSO	367.000
IDENTIDADE TRANS	102.000
MASCULINIDADE TRANS	26.1000
IMAGEM E CULTURA VISUAL	224.000
CULTURA VISUAL E EDUCAÇÃO	263.000
VISUALIDADE E CULTURA VISUAL	25.7000

Fonte: Google acadêmico, dez. 2023

No repositório do Google Acadêmico, o refilamento foi geral, utilizando dos descritores acima mencionados. O resultado da pesquisa apresentou artigos, anais, livros digitais, teses e dissertações em diversas áreas do conhecimento.

Percebe-se que, por meio do refilamento da busca por trabalhos, não foi encontrada nenhuma dissertação de Mestrado ou tese de Doutorado que discuta, especificamente, a transexualidade na perspectiva da Cultura Visual. Inclusive, de acordo com os

repositórios dos Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* que tenham, de acordo com a BDTD, abordado a transexualidade e a teoria *queer*, as regiões que se destacam são a Sudeste e o Sul; e onde esses temas são menos explorados é na região Norte.

Além dos descritores apresentados, os principais autores que estão de mãos dadas com a minha pesquisa são Berenice A. Bento, Catherine Walsh, Clifford Geerts, Guacira Lopes Louro, Jacques Aumont, Jacques Rancieri, Judith P. Butler, Aníbal Quijano, Robert W. Conell, Michel Foucault, Nicholas Mirzoeff, Paul B. Preciado, Paulo Freire, Djamila Ribeiro, Sara Salih, Stuart Hall e Tamsin Spargo.

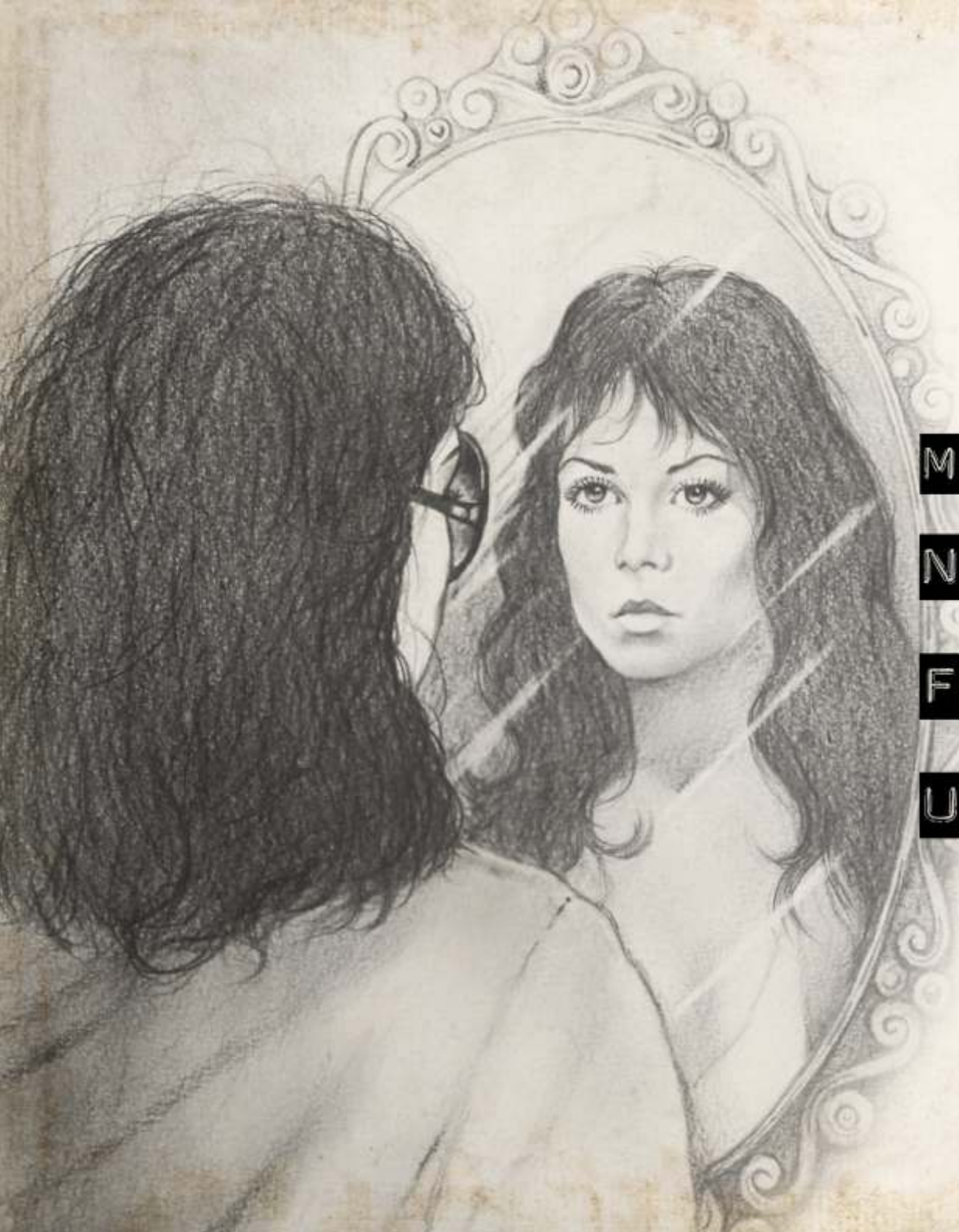
Figura 30 – Mapeamento com autores que inicialmente irão caminhar comigo na pesquisa



Fonte: autora, 2023.

Através dos levantamentos feitos e das fontes consultadas, a estruturação das dissertações e teses construídas reverberarão na construção da tese de Doutorado que proponho realizar, com base numa análise do contexto histórico, social, político, cultural; inclusive, com respaldo nas narrativas dos sujeitos de pesquisa, com a intenção de analisar que o discurso da visualidade e a visualidade do discurso e poder descortinam a contravisualidade.

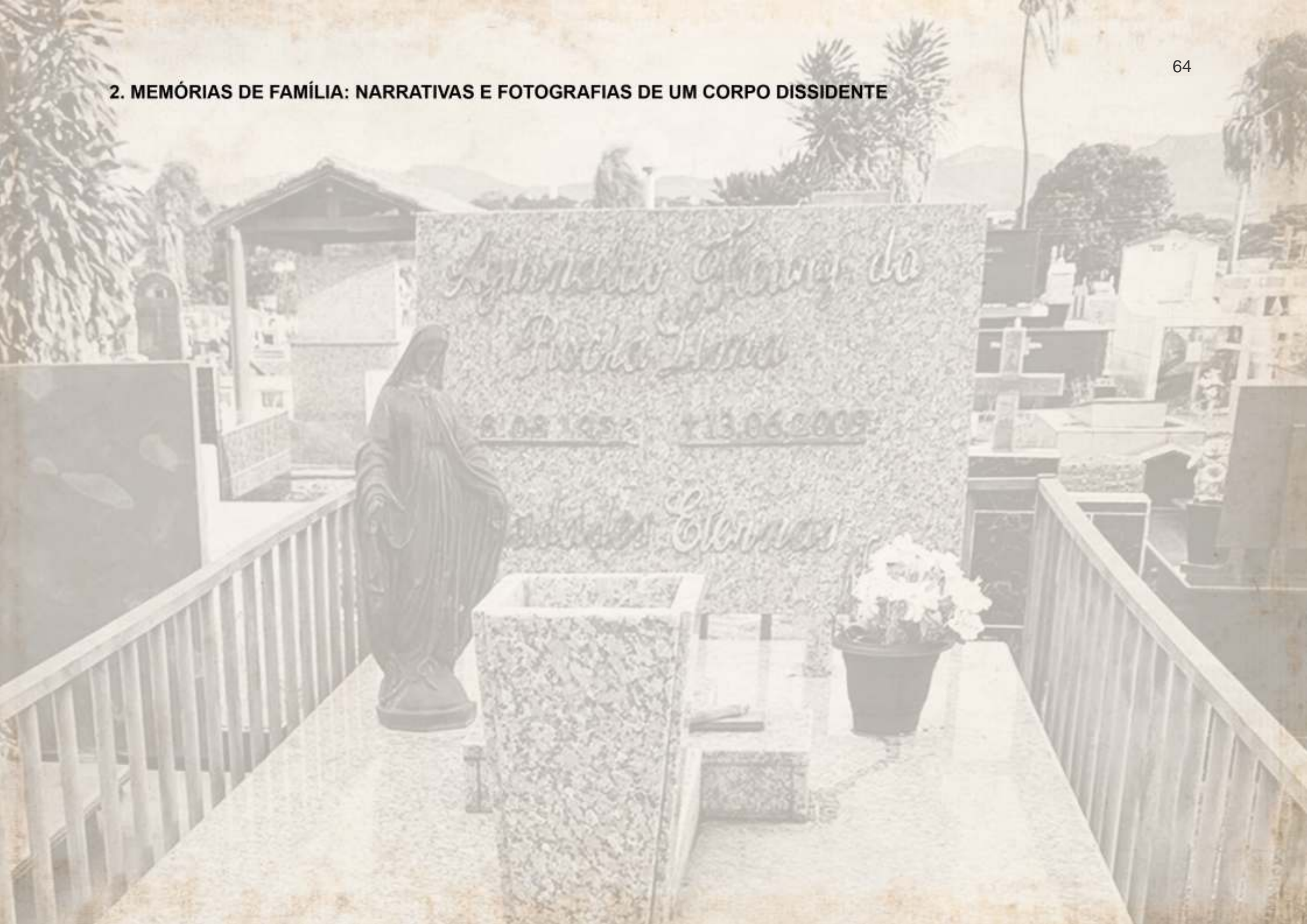




MEMÓRIAS DE FAMÍLIA:
NARRATIVAS E
FOTOGRAFIAS DE
UM CORPO DISSIDENTE



2. MEMÓRIAS DE FAMÍLIA: NARRATIVAS E FOTOGRAFIAS DE UM CORPO DISSIDENTE



Meu papel – mas esse é um termo muito pomposo – Mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que pensam, que elas tomam por verdadeiro, por evidentes, certos temas fabricados em um momento particular da história, e que essa pretensa evidência pode ser criticada e destruída (Foucault, 2004, p.295).

2.1.O lugar de fala e a colonialidade do ser

Figura 31: Lápide do túmulo de Nádia Köller



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora



A figura acima é a lápide do túmulo de Nádia Köller, que faleceu de câncer em 13 de junho de 2009, aos 77 anos de idade. O túmulo, bem como a lápide, foram construídos em granito. O nome do registro de nascimento se encontra em destaque em letra dourada 'Agnaldo Fleury da Rocha Lima' e, no canto direito, encontra-se escrito – de forma discreta – o nome “Nádia”, que incorporou sua identidade feminina aos 52 anos de idade – e por 25 anos vivenciou o gênero feminino. Nesse espaço, observa-se como o masculino sobrepõe-se ao feminino, ocupando um lugar de destaque. O feminino, mesmo que no nome, está no canto, de forma diminuta e singela para alguém que se fez presente de forma tão altiva, potente e singular quanto Nádia.

O cemitério, de modo geral, nos traz uma memória coletiva dos antepassados e, ao mesmo tempo, remete a uma memória individual. Este cenário pode ser considerado um “museu ao céu aberto”, segundo Borges (2013, p. 113). Ao redor do túmulo de Nádia, observam-se grades que, conforme informações prestadas por sua sobrinha, Ana Christina da Rocha Lima⁵, eram um modelo de jazigo que se utilizava na época.

⁵ Sobrinha de Nádia, entrevistada pela pesquisadora. A narrativa que apresentarei é baseada nos escritos e nas falas de Ana Christina da Rocha Lima, sobrinha de Nádia Köller.

Figura 32: Túmulo de Nádia Köller



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora

Borges (2013, p. 120), ao comentar sobre os túmulos populares construídos por pedreiros, afirma que “[...] são ornamentadas com algum símbolo cristão tradicional, sendo o mais corrente a representação da cruz latina, e com vasos de flores



artificiais bem coloridas ou suvenires de devoção, montados pelos proprietários que, em um momento de suas vidas, tornaram-se decoradores anônimos”.

Sobre o túmulo de Nádia, há a imagem da Nossa Senhora das Graças, a cruz de Jesus Cristo crucificado na cruz, um vasopara colocar flores de granito e outro vaso com flores artificiais. A santa simboliza o quanto Nádia era religiosa, católica e, de formabreve, se formos fazer uma analogia, a imagem de Jesus crucificado na cruz, para salvar os cristãos dos pecados, também estaria salvando Nádia, pois ela já se encontrava doente⁶. Conforme relato da sobrinha, Lima (2017, p. 22): “Próximo à morte, já debilitadapelo câncer, perguntou a sua melhor amiga: “Será que Deus irá me perdoar?”. Somente uma vez, uma pergunta em voz alta do drama que a assolou a vida inteira”. Nádia carregava a culpa, o pecado apregoado pela sua crença – a religiosidade, devido ao gênero e orientação sexual que exerceu, o qual destoava daquilo que, na igreja, era dito como sendo natural, ou seja, a pessoa do sexo masculino deve ser homem e heterossexual, e a pessoa do sexo feminino é mulher e heterossexual. Qualquer desvio desse determinismo cristão é encarado como sendo pecado.

Nádia pediu ao irmão mais novo, Hélios José, o seu melhor amigo, que não queria que em seu jazigo fosse enterrado nenhum outro membro da família⁷. A mulher que guardou seus segredos, sentimentos, angústias e viveu de forma reservada os seus desejos não queria compartilhar o espaço do corpo morto com mais ninguém.

Após a morte, na sala da casa de Hélios José, sobre a cristaleira, foi montado um altar de devoção, e lá encontra-se um quadro com a foto de Nádia, ao lado da imagem de Jesus Cristo e da Virgem Maria, o que demonstra a religiosidade da família. Abaixo do quadro de Nádia, encontra-se uma declaração de amor redigida por seu irmão e por sua cunhada: “É com muita **honra**,

⁶ Nádia teve câncer no final da vida. Ela faleceu em decorrência da doença.

⁷ Relato coletado em entrevista feita pela pesquisadora.



orgulho, respeito e muito **Cristianismo**, é que colocamos a sua foto neste local. Quanto ao seu espírito, O **Senhor Cristo Redentor**, já colocou à sua destra. Seu irmão, Zezinho e Leda”.

Figura 33: Homenagem do irmão, Hélios José, à irmã, Nádia Köller



Fonte: Acervo pessoal de Ana Christina Rocha Lima

Apesar de, na lápide, haver o destaque para o nome masculino, inscrito no registro de nascimento, retornando o corpo à concepção de que o gênero é associado ao sexo biológico, a memória de Nádia não é esquecida ou apagada; pelo contrário, a família reserva um lugar de destaque e de honra na sala da casa. O texto da homenagem expressa o orgulho, o amor e o respeito com que Hélios José e sua esposa têm por Nádia⁸.

Conforme relato da sobrinha, que não teve coragem de chegar perto do caixão, temos o seguinte comentário: “Minha mãe me contou, comovida, atravessada, por uma dor profunda, pois perdeu a melhor amiga de uma vida inteira: “Você precisava de ver a Nádia no caixão, a Nádia, não estava lá, tinha um homem, nada de Nádia estava lá” (Lima, 2017, p.22).

Ao entrevistar Ana Christina⁹, sobrinha de Nádia, temos a afirmação feita por ela de que a frase da mãe foi uma grande homenagem, um reconhecimento da questão do feminino, algo que está além do corpo. Nota-se isso, pois, quando a Nádia se expressava, ela era mulher e, quando parou de expressar, ficou com um corpo de homem, masculino. Para a mãe da sobrinha, Nádia era uma mulher, e o que a mãe se assustou foi ao olhar para aquele corpo masculino e não ver Nádia, pois ela, aos olhos da sobrinha, era aquela pessoa como se apresentava, falava e pensava. Ana Christina não viu como um desrespeito vesti-la de homem em seu enterro, pois a família nunca a desrespeitou. Ela travestiu, teve esposo, criou uma criança como filho e exerceu a maternidade. Andava nas festas de família e era respeitada.

A partir dessa colocação da sobrinha nos cabe indagar: qual é o lugar de fala de Nádia, da sobrinha, e qual é o meu olhar, enquanto pesquisadora, sobre o lugar de fala dela?

⁸ Conforme relato da sobrinha Ana Christina, Hélios foi o melhor amigo de Nádia, foram sócios e o retrato dela na sala da casa demonstra respeito e afeto à memória da pessoa que foi. Inclusive, ele gravou um depoimento sobre a irmã, que se encontra no *Instagram* da sobrinha.

⁹ Depoimento coletado em entrevista feita pela pesquisadora.

É preciso reconhecer que eu, enquanto pesquisadora e a sobrinha – enquanto autora da biografia de Nádía, partimos de diferentes lugares de fala, o que viabiliza incluir Nádía, mesmo contrariando o discurso dominante, no lugar social de mulher transgênero que exerceu o gênero feminino na sociedade vilaboense.

Ribeiro (2021) adverte que a origem epistemológica do termo 'lugar de fala' é impreciso, mas acredita-se que possa ter surgido "a partir da discussão sobre *feminist standpoint* – em tradução literal "ponto de vista feminista" – diversidade, teoria social crítica e pensamento decolonial". A produção teórica e crítica se posicionou contra uma autorização discursiva imposta pelo poder dominante. O lugar de fala não parte da experiência do indivíduo, mas das próprias condições sociais que possibilitam o acesso ao exercício de direitos, de se ver respeitado e inserido em políticas públicas para o exercício da cidadania.

Uma mulher transgênero e travesti vivencia uma experiência de gênero diferente de uma mulher cis, mas ambas são atravessadas pela colonialidade de gênero, em que o poder dominante legitima o corpo que é validado para falar. O lugar social subalternizado, que foi silenciado nas estruturas sociais, dificultou o próprio lugar de existir da mulher trans, travesti. A experiência individual de Nádía, aqui relatada, constitui experiências compartilhadas por outras mulheres travestis e trans da mesma época em que viveu, bem como ainda reflete em experiências atuais dessas mesmas mulheres.

Os discursos da sobrinha e da cunhada relatam uma experiência de opressão social, isto é, silenciada, a partir de uma matriz de dominação, calcada em um pensamento machista, sexista, branco e heterossexual. Conforme Kilomba (2020), é necessário romper com um discurso universal, o qual impõe um regime de 'verdades' em torno da sexualidade e de gênero e que permita uma autorização discursiva.

Nádia, uma mulher travesti (transgênero)¹⁰, nascida na década de 1930, na cidade de Goiás, antiga Vila Boa do Estado de Goiás, rompeu com os valores morais de uma sociedade patriarcal, machista e conservadora. Ela se assumiu para a sociedade aos 52 anos de idade para ser, definitivamente, Nádia. Durante esse tempo, ela era uma mulher que vivia nas sombras, esperando a hora de poder vivenciar a experiência de ser uma mulher no corpo de um homem.

Ela fazia parte de uma minoria que foi subalternizada. O contexto no qual ela viveu a proporcionou isso. Afinal, nasceu na década de 1930, uma época em que, para mulheres, não havia uma representação política e legal, tampouco existia o próprio termo "trans", o que a fez ser excluída socialmente por habitar num corpo dissidente, em que se pode inferir toda opressão e marginalização.

Eu, mulher cis e heterossexual, não tenho como construir um discurso de resistência e não tenho como falar por Nádia. Precitaria ouvi-la e proporcionar o seu lugar de fala; mas Nádia está falecida. Não pretendo transformá-la em objeto de pesquisa, mas busco reforçar que ela é um sujeito da pesquisa, analisando a formação discursiva a respeito do gênero que exercia e desvendar, por meio das imagens apresentadas, narrativas de sua biografia, além de analisar a sua identidade e sua representação social.

Não há como representá-la, pois a ideia que temos de representação, na língua portuguesa, dentre os seus vários sentidos, seria de assumir o lugar dela, falar por ela (DICIO, *on line*). Contudo, é necessário evidenciar e delinear sua trajetória, percursos de uma mulher travesti (transgênero) que resistiu contra um modelo dominante, pautado na cis-heteronormatividade.

¹⁰ A identidade de gênero travesti é um termo criado na América Latina e representa uma pessoa que age, se comporta e exerce uma performance de acordo com o gênero com o qual se identifica, realizando ou não uma cirurgia de redesignação sexual. Algumas pessoas o interpretam como um terceiro gênero, sem se rotularem como homem ou mulher, por rejeitar a binaridade colonial de gênero (homem/mulher) (Oliveira, 2017). A partir daqui só irei me referir à Nádia como mulher, pois este era o gênero que exercia e foi reconhecida até a sua morte.

O fato de eu não ser uma mulher trans não deslegitima o que venho apresentar e refletir acerca de Nádia Köller, uma vez que não é somente o subalternizado que pode falar do seu *locus* social. Assim, mesmo estando inserida em uma norma hegemônica, é preciso discutir acerca das hierarquias nas quais estamos submetidos, bem como romper com a lógica colonial, e, desse modo, criar espaços para que o subalterno possa ser ouvido. Não posso legitimar ou deslegitimar o que representou Nádia, haja vista o fato de que não tenho autoridade para isso.

Conforme Freire (2012) nos propõe a discutir, é preciso que o oprimido saiba ler o mundo, conscientize-se da sua situação para poder, depois disso, transformá-lo. Discutir a questão da opressão na pedagogia freireana propõe pensarmos sobre a educação bancária a que Nádia recebeu, seja no sistema formal de ensino, seja no convívio familiar. Ali, foram depositados valores, costumes, conhecimentos, a fim de legitimar a cultura do silêncio na sociedade opressora em que estava inserida. O educador, na família e na escola, é o sujeito ativo do processo, enquanto o educando é aquele que nada sabe, em que é depositado o conhecimento repassado (Leão; Palafox, 2004). A sociedade patriarcal, isto é, hierarquizada, propiciou a *cultura do silêncio*. A questão binária é determinada na sociedade na qual estava inserida, e corpos dissidentes não podiam se expressar, levantar a voz e vivenciar a sexualidade e o gênero. Desde criança, Nádia demonstrava maior interesse pelo universo feminino. Associado a esse fato, Nádia era competente com as finanças, gerenciando os negócios com o irmão Hélios José, papel esse masculino, ao considerarmos uma sociedade conservadora. Ser a protagonista dessa libertação exigiu de Nádia coragem para se fazer respeitar, sair da zona de obediência e partir para a ação. A *práxis* de Nádia revela a busca e o reconhecimento em ser mulher numa trajetória de vida de 52 anos.

Segundo Freire (2012, p.35):

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação?

Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela.

Nádia foi alvo de comentários maldosos na cidade de Goiás; apedrejada, chegou em casa ensanguentada, mas não quis falar sobre o fato. Manteve-se em silêncio (Lima, 2017).

A sobrinha relata que

pouco se sabe das agressões que sofreu. Já mais velha, morava em um bairro mais afastado do centro da cidade. Um dia, ao voltar para a casa, no início da noite, foi atingida por uma pedrada na cabeça. Caiu. Meio tonta chegou à casa, o sangue escorria. Ela não comentou, nem permitiu comentários, só disse que foi alguém que atirou uma pedra, não se sabe as circunstâncias. Guardou silêncio. (Lima, 2017, p. 21)

O apedrejamento é uma das formas pelas quais o preconceito se concretiza de maneira sólida. Ele é simbólico. O que representa?

Primeiro, devemos retomar à sociedade patriarcal presente no Império Romano, podendo dispor da vida da mulher, dos filhos e dos escravos enquanto posse, enquanto coisa, aspecto que reverbera ainda na nossa sociedade. Lei e Igreja sempre estiveram presentes no Estado. A separação entre igreja e Estado só ocorre na República. Os matizes morais são ditados pela religião (Narvaz; Koller, 2006). O apedrejamento ocorre para que aquele corpo não deva existir. A simbologia está no fato de querer negar a existência dessa pessoa dissidente. Ela deveria ser um homem, cis e heterossexual.

Nádia era religiosa, católica e, já debilitada pelo câncer que a consumia, perguntou à sua melhor amiga se Deus iria perdoá-la. Na pergunta de Nádia, nota-se o conflito *pecado versus aceitação*. Um dos grandes dilemas de Nádia foi exatamente com a fé que possuía, com o gênero e com a orientação sexual que exercia.

Percebe-se que, nos estudos das relações sociais, evidencia-se uma organização hierárquica nas relações de gênero. Destaca-se, no topo, o masculino heterossexual; abaixo, o feminino heterossexual e os homossexuais de ambos os sexos. Em

nossa cultura ocidental, baseada na tradição judaico-cristã, observam-se valores misóginos que orientaram a construção da identidade masculina, feminina e homossexual. O homem sempre foi visto como "mais sagrado", podendo corrigir e contribuir para a salvação das mulheres e dos homossexuais.

As relações sociais desiguais de poder entre homem e mulher, construídas socialmente, baseiam as relações de gênero, reforçando as diferenças biológicas para justificar as desigualdades das relações sociais entre os sexos.

A religião, por meio dos seus sistemas de símbolos, reforça a construção das subjetividades sobre o papel masculino, feminino e homossexual, que interagirá com os elementos presentes na cultura contemporânea. O cristianismo, por sua vez, foi desenvolvido em um contexto do mundo greco-romano, distanciando-se tanto do radicalismo do estoicismo, que encarava como má a sexualidade, quanto do hedonismo, o qual defendia a busca do prazer, de modo que houvesse a humanização do homem. O corpo e o sexo, sendo criação de um Deus bom, não podiam ser maus em si mesmos, mas concebiam a sexualidade como um elemento meramente biológico do ser humano, cujo ato sexual seria para a procriação (Rubio, 2001).

A identidade que tem sido favorecida na tradição judaico-cristã é a masculina, seja na ideia do sagrado – que se encontra em Deus (masculino) e o seu único filho Jesus (masculino) –, seja quando Deus se revela em Abraão, Jacó, José, Moisés, Davi, Salomão..., sendo afastada a identidade feminina, por ser inferior, pecadora, isto é, não merecedora de confiança. A sexualidade feminina só deveria ser exercida com o intuito da procriação, de forma moderada, e com devoção à família e a Deus; caso contrário, seria levada à condição de Eva, que se deixa seduzir pela serpente (demônio), levando o seu companheiro Adão a cometer o pecado original, desobedecendo Deus (Gn, 2,20).

Partindo-se desta análise, fica claro que, diferenciando o sagrado do profano, e a religião sendo uma sacralização da identidade, e, ainda, considerando a identidade masculina como *mais sagrada*, percebe-se que o lugar da mulher nesse espaço é

de um sujeito de um espaço privado em torno da família, com o ideal de fidelidade em relação ao seu marido, sendo um processo natural assumir o espaço profano.

A identidade de gênero masculina revela força e poder nas atividades e nas relações sociais. Essa identidade traz uma ideia de coesão social pelo poder, sustentando a cultura patriarcal, base da nossa sociedade. Bourdieu (2012) ressalta que vê na dominação masculina a violência simbólica, suave, insensível e invisível, sendo exercida pelas vias simbólicas de comunicação ou conhecimento, sendo que, nas religiões judaico-cristã, esta relação de dominação se destaca por meio dos signos, da simbologia, das práticas e da divindade.

No final do séc. XIX, a expressão *homossexual* surge com o intuito de criar uma dicotomia que une os diferentes e separa os iguais. O heterossexual se identifica como sendo a pessoa que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de sexo diferente, e o homossexual se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de mesmo sexo. Ocorre que a heterossexualidade não é algo natural, mas é o resultado de práticas sociais, sendo uma instituição política compulsória (Rich, 1980).

Como resultado dessa dicotomia, surge a *homofobia*, expressão cunhada pelo psicólogo norte-americano George Weinberg em 1971, significando medo, aversão e ódio a pessoa homossexual ou à homossexualidade (Weinberg, 1972). Neste contexto, se encontra a *homofobia pastoral*, que aceita o homossexual nos cultos e nas práticas religiosas, mas com o intuito de resgatá-lo moralmente e convertê-lo para a heterossexualidade. Esse movimento ocorre por meio de sessões de cura e de exorcismo, pois considera o ser homossexual como doente e inferior, necessitando ser reestruturado em sua subjetividade, isto é, ser transformado para heterossexual, pois a identidade heterossexual é vista como natural, e a homossexualidade não é vista como identidade, mas um erro na trajetória da vida cristã (Natividade; Oliveira, 2009).

Dentro desse contexto, encontra-se Nádia, vítima de homofobia e que vive o dilema do pecado da sua fé cristã, resistindo a uma sociedade machista e patriarcal até seu último suspiro. As suas angústias, os medos, as tristezas, os amores e os desamores

Nádia os sofreu em silêncio. A morte de seu pai simboliza a libertação de Nádia para a vida. A necessidade de se revelar e a coragem de se libertar ocorrem aos 52 anos de idade. A compreensão e superação da opressão que Nádia vivenciou residem em buscar compreender o significado, os efeitos e a necessidade da libertação dessa opressão. A sua vivência e convivência fizeram com que Nádia transformasse parte da sociedade local, que estava impregnada por um determinismo biológico, e que convivia com a mulher elegante, educada, refinada, a qual se travestiu e pôde experimentar a sua própria "verdade". O processo de mudança de gênero provoca não só a revelação de Nádia se descobrir enquanto mulher, mas também provocar a consciência de que a *práxis* de sua existência tem o poder de provocar rupturas nessa sociedade, bem como promover uma consciência crítica de que é possível vivenciar para além da binaridade de gênero. O oprimido é o sujeito da história, pois é a partir dele e não sobre ele que se transforma a si mesmo e o mundo em que ele vive (Freire, 2012). A partir de fissuras, ou seja, pequenas rupturas numa sociedade em que há um padrão de comportamento a ser seguido – uma padronização em torno da normatização dos corpos e ser homem/mulher, indaga-se: dentro desse padrão cis-heteronormativo, quais vozes estão legitimadas a discutir a "verdade" sobre as relações de gênero?

Para discutir as vozes legitimadas a produzir o discurso, valemo-nos da teoria do discurso de Foucault (1982), em que o poder não está nas mãos de alguns, mas funciona em rede, estando em todo lugar, e os indivíduos o exercem e sofrem sua ação, por meio dos saberes e do discurso. O poder é exercido em diferentes pontos da rede social, numa teia, por intermédio do micropoder dentro das relações sociais, integrados ou não ao Estado. Conforme defende Foucault (1982, p.10), "o poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente". Esta prática se materializa no discurso em que será analisado por meio do seguinte enunciado: o processo educativo (formal e informal) legitima e/ou propõe questionamentos em torno da relação de poder e do regime de autorização discursiva.

De acordo com Ribeiro (2021, p.55), “[...] não há uma epistemologia determinada sobre o termo lugar de fala especificamente, ou melhor, a origem do termo é imprecisa. Acreditamos que este surge a partir da tradição de discussão sobre *feminist standpoint* – em uma tradução literal “ponto de vista feminista” – diversidade, teoria racial crítica e pensamento decolonial.” O lugar social ocupado por determinados grupos, como LGBTQUIAN+, restringe oportunidades no meio social. Então, é preciso discutir acerca do lugar desse grupo social nas relações de poder e, dessa forma, entender as consequências que a falta de oportunidade de acesso a certos espaços possa acarretar, como nas relações sociais e nas políticas educacionais e trabalhistas, por exemplo. Não poder acessar esses espaços implica inexistência de as vozes desses grupos serem ouvidas. O lugar de existência não tem a ver com a essência do indivíduo. A experiência individual deve ser analisada dentro das condições sociais do grupo que se faz parte, pois interessa as experiências compartilhadas com o grupo do qual se faz parte. No entanto, há de se reconhecer que grupos subalternos são invisibilizados e, mesmo que possam falar por si, existe um sistema de poder que interdita essas vozes, de modo que não são ouvidas.

Na definição de Spivak (2010, p.126), o sujeito subalterno “é aquele pertencente às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”. Assim, valho-me da visão de Spivak (2010) para questionar o meu próprio lugar de fala, bem como para discutir, criticar a subalternidade e o regime de autorização discursiva.

Fomos submetidos a uma colonização europeia, ancorada em uma discursividade de uma elite branca, masculina e cis-heteronormativa. Nesse sentido, ocorre a construção social do estereótipo de gênero, o qual é, antes de tudo, uma ideologia formadora de mão de obra. Quem produz a ideia de gênero produz também trabalhadores que se encaixam no gênero construído. Existe, ainda, nesse movimento, um olhar colonizador sobre nossos corpos, o que faz persistir a ideia de um discurso universal, em que se pensa na coletividade a partir de um discurso masculino, quando, na verdade, não é possível termos um discurso

universal, vistas as desigualdades sociais, raciais e de gênero oportunizadas pela colonialidade do poder. Ao falar em nome de todos, na verdade, está se exaltando a si próprio, por inexistir essa fala universal (Ribeiro, 2021). Diante disso, tem-se “a colonialidade do poder consiste, em primeiro momento na colonização do imaginário e, por colonizá-lo, age em sua interioridade/subjetividade” (Dering, 2021, p. 25). Portanto, um discurso universal nada mais é do que uma proposta de silenciamento, haja vista o fato de que “a colonialidade promove uma dominação nos modos de conceber o conhecimento, bem como uma dominação sobre os modos de produzir e significar saberes” (Dering, 2021, p. 25).

Entretanto, indago: de que mulheres estamos falando? A pergunta é pertinente, considerando que é preciso pensar a mulher trans a partir de si, sem compará-la ao homem ou mesmo à mulher cis. Beauvoir (1970) cria a categoria do *outro* a partir da constatação de uma dualidade presente nas sociedades, desde as mais primitivas. Assim, se não se pertence a uma determinada sociedade, você faz parte da categoria dos *outros*. “A categoria do Outro é tão original quanto a própria consciência. Nas mais primitivas sociedades, nas mais antigas mitologias, encontra-se sempre uma dualidade que é a do Mesmo e a do Outro” (Beauvoir, 1970, p. 12).

Logo, a mulher aqui é pensada fora da categoria de homem, sendo, então, o *outro*, devendo cumprir uma determinada função, seja de procriação, submissão, heterossexualidade, invisibilidade e outras que a colonialidade e suas amarras vão criando.

Ao pensarmos sobre diversas categorias, é possível estabelecer relações de interação entre elas, por exemplo: o homem branco, o homem negro; a mulher branca, a mulher negra; mulher cis, a mulher trans. Fatores sociais como gênero, sexismo, localização geográfica, idade, classe social e raça se interagem e atingem um grupo de pessoas dentro de uma sociedade. A essa interação, denomina-se *interseccionalidade*¹¹. Desse modo, ao pensarmos sobre Nádía, uma mulher transgênero, percebe-se que

¹¹ Este termo foi criado em 1989, por Kimberlé Crenshaw.

ela foi atravessada pelo patriarcado e pelo machismo – presentes na Cidade de Goiás. Inclusive, nasceu na década de 30, passando pela conceituação hegemônica de gênero, pelo *status* social que ela e a família ocupavam e, apesar disso, existia um lugar subalternizado em que se encontrava, uma vez que Nádia é inferiorizada em relação à mulher cis. Afinal, ela se traveste aos 52 anos de idade e passa a exercer a performance feminina num corpo que, até então, era masculino. Para a sociedade local, Nádia não era uma mulher.

Há de se ressaltar que o estado de Goiás vivenciou o coronelismo, com a denominada “República dos Coronéis”, que se instalou no ano de 1889, sendo que a Primeira República foi até 1930. Segundo Campos (2015, p. 49), “o coronelismo que se fez presente foi o da ‘periferia’, pois se tratava, na época, de uma região de menor importância econômica, considerada ainda pobre, e atrasada frente a outras localidades. Não apenas, como ainda concentrava baixa densidade demográfica e uma população que era pouco representativa para o governo federal”. Assim, o coronel era o mediador entre as instituições federais e exercia o poder em todas as esferas de poder (executivo, legislativo e judiciário). Além disso, o coronel era proprietário de grandes extensões de terra, em que exercia o poder sobre os seus subordinados. Os resquícios dos tempos do coronelismo perduraram mesmo com o fim da República dos Coronéis em 1930 (Cunha, 2021).

Cunha (2021, p.60) comenta que

o perfil da mulher brasileira era o da “boneca” educada apenas para enfeitar os lares, nem sendo capaz de promover a devida educação de sua prole, que deveria ficar a cargo do homem, responsável por todas as questões internas das relações familiares, portanto, cabendo à mulher, meras futilidades, demonstrando uma visão sexista da total incapacidade das mulheres brasileiras para assuntos que demandassem coordenação e inteligência, no mínimo.

Nádia gozou dos privilégios da figura masculina nas relações familiares e no meio social da cidade de Goiás. A sua autoridade como Aginaldo era respeitada pelos funcionários da fazenda de seu pai. Tinha interesse pelas finanças da fazenda.

Fazia negócios juntamente ao irmão Hélios José. Inclusive, a parte contábil era confiada a Nádia¹². Em 1984, aos 52 anos, Nádia se assume enquanto mulher, mas não era sequer aceito o exercício pleno de seus direitos civis, como, por exemplo, a retificação do registro civil, o reconhecimento do nome social, a união estável e o casamento de casais homoafetivos, além de o crime de homofobia¹³ não ser tipificado. Contudo, com a travessia, sua autoridade e respeito já tinham sido adquiridos, exercidos no corpo de um homem (Agnaldo). Por ter vivenciado a experiência da figura masculina, impor-se como mulher exercendo atividades atribuídas aos homens ratifica que esse papel poderia também ser exercido por uma mulher. Ter transitado entre esses dois universos facilitou a construção de uma subjetividade empoderada e independente.

O próprio discurso presente nas leis, enquanto normas que regem a vida social, negava a existência civil das mulheres trans. O sistema colonial moderno de gênero não enquadra as experiências das mulheres travestis, transgênero, transexuais no gênero *mulher*, por entender que a vivência das feminilidades só é possível em relação à mulher cis. Logo, percebe-se que a vigilância constante em torno do exercício das vivências binárias (homem/mulher) gera a sensação de não pertencimento, especialmente quando o corpo dissidente não se enquadra nessa classificação, como é o caso da criança, do/da adolescente e do/da adulto/adulta trans (Nascimento, 2021).

¹² Relato da sobrinha Ana Christina.

¹³ Em 2016, com o Decreto n.º 8.727, o Brasil promulgou o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. "No Superior Tribunal de Justiça (STJ), o primeiro passo para que os transgêneros pudessem ter o direito de usar o nome social sem maiores burocracias aconteceu no julgamento do REsp 1.008.398, em 2009". (Portal do STJ, on line). Em maio de 2011, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), de forma unânime, equiparou as relações entre pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis entre homens e mulheres, reconhecendo, assim, a união homoafetiva como um núcleo familiar. A decisão foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132" (Portal STF, on line). "A Resolução n.º. 175/2013 do CNJ deu efetividade à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e reconheceu não só a união estável, mas a possibilidade de casamento entre pessoas do mesmo sexo/gênero. No julgamento do mandado de injunção, em junho de 2019, o Tribunal havia reconhecido a omissão do Congresso Nacional em criminalizar a discriminação por identidade de gênero e orientação sexual e determinado o enquadramento da homotransfobia no tipo penal definido na Lei do Racismo (Lei 7.716/1989)" (Portal STJ, on line).

A mulher travesti e trans seria a antítese da mulher cis, tendo sido negada a autoridade de desafiar essa conceituação.

Situar historicamente o lugar de fala de Nádia Köller nos remete a localizá-la como descendente de famílias tradicionais da cidade de Goiás, como: Rocha Lima, Fleury e Caiado. Nádia era uma mulher alta, elegante, sem ter se submetido às intervenções farmacológicas, como tratamento com hormônios. Ela se fazia respeitar pela sua personalidade e *status* social que ocupava.

Nádia fazia parte de famílias tradicionais, ricas e poderosas, e este fato lhe garantiu respeito em relação às pessoas que estavam no seu círculo social. A sobrinha relatou que ela não comentava sobre o preconceito sofrido dentro dos muros da cidade de Goiás, nem mesmo sobre as piadas, os cochichos e os comentários homofóbicos. Ana Christina comenta que suportava em silêncio as consequências de viver em uma sociedade patriarcal, que não admitia conviver com pessoas fora dos padrões impostos, para além da questão cis-heteronormativa. Ninguém fazia perguntas sobre a sua vida pessoal, seus desejos, seus sonhos, seus amores...Havia um pacto de silêncio¹⁴.

Esse pacto retrata um discurso de colonialidade, em que não se fazem perguntas, não apenas para não ouvir respostas indesejadas, ou questionamentos daquele(a) que está na condição subalternizado(a), mas sim para manter com que esse sujeito permaneça em um *locus* social silenciado, não reconhecido e que não há pleno exercício do direito à cidadania.

Para que possamos melhor entender essa questão, faz-se necessário ampliar o conceito de *colonialidade*. A nossa colonização foi exercida por Portugal – de modo geral, em que, além da exploração econômica, houve o quase aniquilamento dos povos originários e a imposição de costumes e cultura europeus. Percebe-se que essa imposição cultural acabou silenciando a cultura que aqui existia. O controle de poder foi imposto com o intuito econômico. Para explorar as nossas riquezas naturais, implantou-se uma ideia de evolução dessa sociedade dita *primitiva* pela dominação de poder em diversas instâncias, estabelecendo padrões. A isso, caracteriza-se a dominação europeia em nosso continente como um eurocentrismo, em que se

¹⁴ Comentário de Ana Christina em entrevista.

considera que as ideias, os valores, os costumes e a cultura que foram trazidos da Europa fossem melhores do que os que havia aqui. Essa ideologia teve a intenção de 'apagar' o que se viveu aqui em outros tempos, promovendo memoricídeos. Por isso, adverte Mignolo (2010) que o eurocentrismo é uma questão não de geografia, mas de epistemologia.

A colonialidade e a modernidade foram instaladas a partir do padrão de poder advindo da Europa, baseado nas premissas do sistema de produção capitalista e na naturalização das relações intersubjetivas, numa estrutura axiforme, isto é, numa inter-relação, envolvendo os quatro âmbitos da vida humana que Quijano (2000, p.01) defende: “[...] 1) o trabalho, seus recursos e seus produtos; 2) o sexo, seus recursos e seus produtos; 3) a autoridade coletiva (ou pública), seus recursos e seus produtos; 4) a subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e seus produtos”¹⁵ (tradução nossa). Esses quatro pilares mencionados sustentam o poder capitalista eurocêntrico global.

A modernidade, para Quijano (2005), é composta de conhecimento racional no qual a Europa olha para o mundo e se considera como estando no ponto mais avançado da humanidade, ou seja, numa temporalidade contínua, unidirecional e linear. Esse pensamento europeu, instituído sobre os povos originários no colonialismo, divide a sociedade em dicotomias, como racional e irracional; primitiva e civilizada; tradicional e moderna. Segundo Mignolo (2017, p.02),

a tese básica – no universo específico do discurso tal como foi especificado – é a seguinte: a “modernidade” é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a “colonialidade”. A colonialidade, em outras palavras, é constitutiva da modernidade – não há modernidade sem colonialidade.

¹⁵ “1) el trabajo, sus recursos y sus productos; 2) sexo, sus recursos y sus productos; 3) autoridad colectiva (o pública), sus recursos y sus productos; 4) subjetividad/intersubjetividad, sus recursos y productos”.

Portanto, a modernidade e a colonialidade são colocadas no mesmo patamar porque a segunda é uma parte fundamental da construção da modernidade ocidental. O discurso da modernidade emprega práticas econômicas que aniquila vidas humanas, como os negros escravizados e os indígenas, e o conhecimento justificava práticas racistas e sexistas (Mignolo, 2017).

Dering (2021, p.26), nessa linha de raciocínio, comenta que

o projeto colonialidade/modernidade, portanto, é um modelo que hierarquiza saberes pela manutenção, principalmente, da ideia binária do conhecimento em que se considera a existência de uma elite que modela/moldura/dita as regras da sociedade. Por assim ser, compreendemos que nesse projeto de modernidade/colonialidade há uma racionalidade – de origem eurocêntrica – que ainda ordena o mundo e o classifica, taxativamente, por posições binárias e, por assim ser, naturaliza padrões e neutraliza subjetividades e seus corpos políticos e linguísticos.

Assim, a modernidade pode ser vista como uma fusão da experiência do colonialismo com o capitalismo e serviu para imprimir uma certa forma de existência nos povos originários nas relações intersubjetivas. O diformismo sexual, pautado nas diferenças entre homem e mulher, na presença de dois tipos distintos numa mesma espécie – a heterossexualidade e o patriarcado – estão presentes na construção do conceito colonial de gênero.

A categoria sexo, de Quijano (2000), é desconstruída por Lugones (2008), pois o autor considera sexo como algo inato e estritamente biológico, e o gênero não é construído. Para Lugones (2008), gênero não pode ser reduzido ao sexo biológico. No padrão de Quijano (2000), os homens têm controle e as mulheres possuem o recurso da sexualidade, sendo que as mulheres não disputam em nenhum nível o acesso a sexo.

Lugones (2008) promove uma crítica à heterossexualidade enquanto modelo e sobre como é utilizada a figura feminina no projeto de colonialidade do poder, ou seja, sendo reprodutora da classe branca e burguesa, e aquelas pessoas que não fossem brancas seriam reduzidas a animais. A heterossexualidade propõe um conceito em que é construída miticamente, produzida por

um determinado sistema de poder e obrigatória, ou seja, compulsória. Na fase pré-colonial, a heterossexualidade não tinha o peso social, econômico e político que passou a ter a partir do projeto de colonização das Américas (Lugones, 2008).

Lugones (2008, 31) afirma que "caracterizar esse sistema de gênero como colonial/moderno, tanto de maneira geral como em sua concretude específica e vivida, nos permitirá ver a imposição colonial em sua real profundidade; nos permitirá estender e aprofundar historicamente seu alcance destrutivo". O sistema moderno de gênero decorre de uma imposição colonial. A raça e o gênero são construídos ideologicamente e estruturam todo nosso sistema político, econômico e social.

É importante observar que Segato (2012) e Lugones (2008) defendem que a dominação de gênero e a presença do patriarcado não são universais, mas decorrem de uma imposição colonial. Segundo Segato (2012), as mulheres europeias teriam função civilizatória de transmitir o avanço dos direitos conquistados ao mundo colonizado, sem se ater às particularidades de cada sociedade, numa posição anti-histórica.

Aqui, é interessante inferir que o patriarcado – presente na sociedade vilaboense, a dominação masculina de gênero, o binarismo e a heteronormatividade foram conceitos incorporados pela colônia, refletindo na formação social e moral da província de Goyas¹⁶; evidentemente, Nádía surge como um grito de existência e de resistência às normas presentes na matriz de colonialidade de poder. Observa-se, pelos relatos da sobrinha Ana Christina, que Nádía teve sua fala reprimida, reduzida a segredos em torno de sua privacidade e das hostilidades sofridas. O segredo de Agnaldo¹⁷ foi silenciado para a sociedade até os 52 anos de idade, quando, então, assume a sua identidade de gênero.

Para Lugones (2008), não houve gênero na sociedade pré-colonial, pois essas diferenças foram implementadas com o colonialismo, em que a questão binária e hierárquica se fez presentes, sendo um dos pilares da colonialidade de poder. Segato

¹⁶ Hoje Cidade de Goiás.

¹⁷ Nome no registro civil de Nádía Köller.

(2012) refuta Lugones e, devido aos relatos etnográficos levantados, entende que a questão de gênero se fez presente nas sociedades indígenas e afro-americanas, com a existência do *patriarcado de baixa intensidade*, pois essa forma de patriarcadonão é tão opressiva quanto as relações patriarcais impostas pela colônia e estabilizadas na colonialidade moderna.

Dessa forma, o projeto de colonialidade persiste, impondo medo e castigo ao ser que afronta aquele que está autorizado a falar, e acaba por silenciar vozes, marcar corpos. A diminuição e a exclusão de corpos e saberes nos espaços sociais propiciam a construção de identidades falsas em torno de conhecimentos e saberes em uma elite dominante.

Vale compreender que “a colonialidade do saber um modelo de controle que promove a desvalorização e o conseqüente apagamento da identidade dos sujeitos” enquanto tem-se que “a colonialidade do ser é um modelo de controle que visa a inferiorização, subalternização e desumanização dos sujeitos” (Dering, 2021, p. 39). Logo, a colonialidade do ser dita o lugar do subalterno, impede a sua condição como ser humano, o discrimina e o invisibiliza, para que não se possa questionar o seu lugar de fala. Assim, ela se revela no controle da subjetividade, da sexualidade e dos papéis de gênero, ao mesmo tempo em que temostanto a colonialidade do ser quanto a do saber, propiciando a manutenção da Matriz Colonial de Poder (Oliveira, 2021).

Em 1984, o pai de Nádia falece, e, a partir de então, Agnaldo se assume definitivamente como Nádia¹⁸, internalizando o feminino e permitindo que Nádia possa florescer. A sua performance, a partir desse momento, condiz com a sua representação social. A autoridade paterna não permitia que Agnaldo deixasse florescer Nádia. A figura do pai, enquanto chefe de família, exercia poder sobre seus membros de forma material e simbólica. Essa autoridade bem representa a colonialidade do ser, em que, segundo Quijano (2005), as relações de poder influenciaram e moldaram as identidades e subjetividades das pessoas não só no aspecto econômico e político, mas também dentro da hierarquização racial, considerando os recortes de gênero e de classe. A

¹⁸ O seu nome de batismo era Agnaldo, e pode ter o nome Nádia ter derivado do apelido Naldinho.

sobrinha relata o *status* social da família, o preconceito, a posição política que exercia, a hierarquia de gênero e a dominação pela figura masculina; inclusive, a sobrinha reflete sobre a ideia de submissão das mulheres à figura do chefe de família. Assim, era inconcebível, dentro de uma ideia de binaridade de gênero, poder se apresentar socialmente um corpo dissidente.

Lima (2017, p. 21) comenta que Nádia “viajou alegriíssima com as sobrinhas para Goiânia e comprou vestidos e sandálias, sutiãs e enchimentos. Comprou também grandes óculos escuros que usava sempre e muitas bijoux – amava acessórios coloridos.”

Figura 34: Nádia Köller numa festa da família



Fonte: Acervo pessoal de Ana Christina da Rocha Lima.

Nessa imagem, podemos observar Nádia com óculos *max* e escuros, brincos, colares, batom, estando numa festa de família, maquiada, com roupa em tom claro, além de cabelos penteados. Nota-se que ela está sorrindo, com roupas consideradas elegantes e aparenta felicidade. A fotografia advém de uma linguagem culturalmente codificada que revela uma verdade interna que se mostra pelo olhar do observador e que constrói o significado da imagem. A referência da fotografia é o real, o que a difere das demais artes visuais, pois, nesse caso, lidam com o imaginário. Uma vez colocadas em sequência, como no caso do álbum defamília, as imagens ganham um novo sentido para o observador. A própria subjetividade do espectador é alterada pelas imagens apresentadas. As fotografias apresentadas nos capítulos 2 e 3, por exemplo, aproximam o espectador dos sujeitos e dos objetos que fazem parte do cenário da imagem, com a presença do real. No processo de captação da imagem do(a) referente, é possível perceber o gênero e a identidade através da aproximação com o referente. Não é possível afirmar que as imagens apresentem uma linguagem clara e direta aos olhos do observador, pois a análise da imagem precisa de uma contextualização histórica, social e cultural. É preciso uma análise crítica, isto é, sensível do observador, para que se possa decifrar e dar voz à polissemia da fotografia, estabelecendo um código de leitura por meio da sequência de fotos e de fatos analisados numa ordem cronológica, possibilitando fazer inferências sobre os sujeitos com a refacção do passado.

Segundo o relato de Ana Christina, Nádia se travestiu e passou a exercer a performance feminina de forma definitiva. A sobrinha relata que Nádia não se colocava como homem, mas como pessoa¹⁹. Não se tornou uma nova pessoa quando se travestiu, sendo um processo muito natural²⁰. Na época da infância da sobrinha, ela via o tio Agnado como assexuado. Não tinha namorada, não era casado.

¹⁹ Relato coletado em entrevista.

²⁰ A sobrinha relata que o processo foi natural, pois não viram que a passagem da performance causou estranheza, pois o modo de ser de Nádia já estava presente em suas ações. Nádia, enquanto Agnaldo, era delicado, afeto ao universo feminino e a morte do pai oportunizou que pudesse se revelar.

A sobrinha Ana Christina comenta, em entrevista, que ficava envergonhada quando a chamava por Agnaldo. Ela se corrigia e a chamava de Nádia. Nádia não sofreu intervenções cirúrgicas nem tratamento hormonal. Edina, mãe de Nádia, a reconhecia como mulher e a chamava pelo nome feminino. Segundo o relato, Edina foi mãe de seis filhos, mas sempre quis ter uma filha. Nádia era a filha que Edina sempre quis ter, pois era atenciosa, cuidadosa, companheira, segundo relato de Ana Chistina. Nádia, ao se travestir, não marca um rompimento na forma como sempre a mãe a tratou. Edina projetou em Nádia a filha que sempre quis ter, ratifica Ana Christina. A mãe empodera essa mulher que floresce nas sombras das árvores retorcidas do cerrado, permitindo-lhe ter espaço e voz, principalmente numa família em que a figura masculina dita as regras, conduz a família e exerce o poder patriarcal.

Grupos subalternos, como a comunidade LGBTQIAPN+, ao qual Nádia pertencia, não tem direito à voz como deveria, especialmente quando compreendemos a modernidade/colonialidade. Viver em silêncio implica legitimar esse discurso, mas o rompimento desse pacto de silêncio do subalternizado é necessário para que, de fato, possa deslegitimar a norma colonizadora a respeito do sexo e do gênero. É também aceitar o silenciamento. Por isso, é necessário pensar, refletir e criticar o discurso da colonialidade, com o intuito de romper com essa posição, a fim de que mulheres transgênero e travesti possam ocupar o seu lugar de fala e de existência.

Descaracterizar Nádia, no momento do ritual de sua morte, pode ser interpretado como um desrespeito à mulher que travestiu e enfrentou a sociedade vilaboense, mas é silenciada quando não se identifica à Nádia no caixão, pois, como a própria cunhada afirma, “[...] Nádia, não estava lá, tinha um homem, nada de Nádia estava lá” (Lima, 2017, p.22). Ela passa pela caixa do homem cis, do homem cis homossexual e da mulher trans. Nessa última caixa, Nádia permanece até a morte, mas é colocada forçadamente na caixa de homem cis, por vontade da família. A caixa está protegida por grades, que simbolizam o aprisionamento de Nádia, sendo capturada pelo discurso dominante da heteronormatividade.

Figura 35: túmulo de Nádia Köller



Fonte: Acervo da pesquisadora

Este fato retrata a dominação de gênero em que Nádia, enquanto viva, era uma mulher e, quando morta, volta a ser homem, uma vez que a mulher que desafia o patriarcado, como Nádia, acaba sendo aniquilada, não se permitindo que essa mulher esteja presente quando é silenciada, até mesmo pela morte. Nesse momento, a identidade de Nádia já não pode mais ser

questionada sobre o corpo morto que se encontra vestido com um paletó dentro de um caixão. Devolveu-se a Agnaldo a performance que exercia antes de Nádia florescer e, mais uma vez, percebe-se a dominação do gênero masculino que sobrepõe ao feminino nesse contexto social. Enterraram definitivamente o homem que existiu em Nádia, ao mesmo tempo em que deslegitimaram a mulher que florescera. A memória dela continua sendo lembrada, revisitada, enquanto resistência, frente a um corpo que não se identificava com o gênero que exercia.

Em volta de seu túmulo, há grades. Nádia manifestou em vida que não queria que nenhum outro parente fosse enterrado nesse jazigo. O túmulo é a última caixa em que Nádia é colocada, pois ela sai voluntariamente da caixa do homem cis homossexual e entra na caixa da mulher trans e, no momento da morte, colocam-na na caixa de homem cis. Nádia vivenciou sua *verdade* ao resistir e enfrentar a sociedade vilaboense.

Na conversa com a sobrinha, Ana Christina, a entrevistada deixou claro que a família nunca perguntou sobre a travessia de Nádia para o gênero feminino, nem mesmo comentou-se nada sobre o fato de ela chegar na cidade com vestimentas e acessórios femininos e, a partir daquele dia, performar como Nádia Köller. Com essas informações, questiono: a família a viu de forma natural ou, no silêncio dos comentários, foi uma prática discursiva violenta que se consumou?

A mulher que enfrentou a sociedade patriarcal machista e conservadora da cidade de Goiás, no momento da morte, sem possibilidade de resistir no silêncio do corpo, são impostos a vestimenta e o nome de registro de nascimento. A solidão, as violências e os sonhos que não foram compartilhados foram guardados e levados consigo, mas Nádia deixou claro que queria que o corpo ficasse só, pois, devido ao fato de não dividir suas angústias, suas decepções e seus amores, preferiu ficar só após a morte. Com o falecimento, Nádia é capturada pelo discurso da autoridade dominante, e as grades em volta do túmulo podem simbolizar esse aprisionamento.



Na perspectiva foucaultiana, temos o controle da população pelo biopoder, por meio de mecanismos de características biológicas, como a diferença sexual e gênero, dentro desse discurso, os quais alimentam uma estratégia política de poder, na qual inferioriza a mulher, ressalta as características de força do homem, impõe a heteronormatividade e o modelo de família respaldado na diferença sexual e de gênero, alimentando, também, o sistema econômico de produção. Foucault (2008) não se preocupa em conceituar o poder, mas busca entender a sua dinâmica. Vejamos o que Foucault (2008, p.03) comenta a respeito do biopoder:

(...) essa série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder.

Os procedimentos têm por finalidade estabelecer, manter e transformar os mecanismos de poder. Foucault (2008) propõe que existem mecanismos de segurança que interagem, não havendo um único que seja determinante, existindo o sistema Código Penal, o qual proíbe determinada conduta; a lei, a qual prescreve condutas, os mecanismos de vigilância, correção e o mecanismo disciplinar; e o dispositivo de segurança. Esse dispositivo estabelece o que é aceitável na sociedade, denominado por *normação*, o qual não proíbe nem prescreve, mas aniquila o que se considera inaceitável e regula uma realidade social.

2.2.A construção da prática discursiva a respeito de Nádia Köller e a teoria foucaultiana

Com o intuito de interromper a autorização discursiva, valemo-nos da teoria foucaultiana a respeito do discurso, sendo necessário apresentar alguns conceitos básicos como *enunciado*, *prática discursiva*, *sujeito do discurso* e *heterogeneidade*

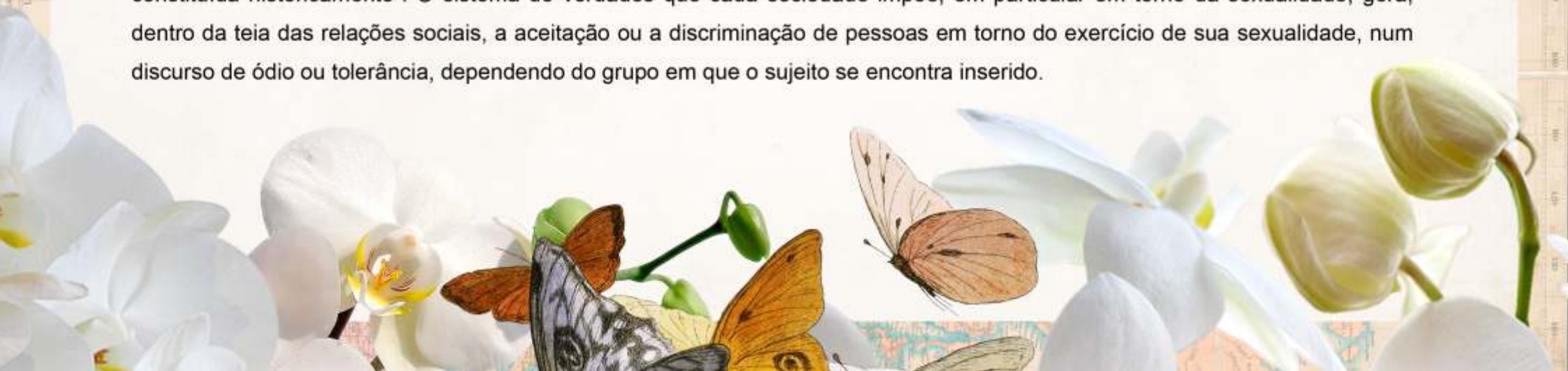


discursiva. Assim, poderemos perceber a prática discursiva em torno das imagens e dos relatos a respeito de Nádia Köller e analisar como ocorreu a construção da prática discursiva.

Primeiro, é preciso nos desvencilhar de um recurso muito usual na interpretação de um discurso: buscar o sentido oculto da representação dos signos, como se a verdade estivesse sempre atrás do discurso, isto é, escondida, esperando ser decodificada.

No ato de fala, de escrita e de simbologia, ou seja, no campo da comunicação, há a manutenção, transmissão e articulação de ideias que formam o discurso, sendo que quem domina o discurso domina o poder e os corpos dentro de um regime histórico. Ao mesmo tempo em que o discurso constrói o conhecimento, ele também (re)produz o poder e as ideologias. Foucault (2008) enfatiza que a produção de *verdades* tem o intuito de ludibriar uma prática de dominação do homem, por meio de práticas políticas e econômicas na sociedade contemporânea. O intelectual na sociedade capitalista difunde o discurso da classe dominante, legitimando o exercício do poder dominante. Pode-se compreender, portanto, que há discursos que desejam manter a colonialidade e estes, por sua vez, promovem essa dominação e constroem verdades.

Devido ao fato de que o poder não está nas mãos de alguns, percebe-se que ele funciona em rede, estando em todo lugar, e os indivíduos o exercem e sofrem sua ação por meio dos saberes e dos discursos. O poder é exercido em diferentes pontos da rede social numa teia, por meio do micropoder dentro das relações sociais, integrados – ou não – ao Estado. Conforme argumenta Foucault (1982, p. 10), “o poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente”. O sistema de verdades que cada sociedade impõe, em particular em torno da sexualidade, gera, dentro da teia das relações sociais, a aceitação ou a discriminação de pessoas em torno do exercício de sua sexualidade, num discurso de ódio ou tolerância, dependendo do grupo em que o sujeito se encontra inserido.



O objeto de análise é a biografia em forma de texto e relatos sobre Nádia, elaborados por sua sobrinha, Ana Christina. Procura-se interpretar e compreender o que foi dito e produzido, pois o sentido do discurso não existe em si mesmo, mas as palavras estão inseridas num processo sócio-histórico-cultural.

Entender, primeiro, a formação discursiva é essencial para a análise do discurso, pois, para a sua compreensão, é necessário associar o conjunto de convicções políticas aos princípios filosóficos e sociais; ou seja, deve-se relacionar a ideologia presente ao processo de produção dos sentidos do discurso. A linguagem e a ideologia estão entrelaçadas. As palavras produzem sentido, especialmente quando estão inseridas na discursividade, permeada por uma ideologia (Orlandi, 2020).

Nas formações discursivas, estão presentes o interdiscurso, isto é, a constituição de um discurso em relação a outro já existente, fazendo com que os sentidos das palavras estejam de acordo com o contexto em que estão inseridas, sem se apegar à rigidez literal de sua formação etimológica. No funcionamento do discurso é que vamos perceber o sentido das palavras empregadas (Orlandi, 2020).

A interpretação de um discurso evidencia a presença de uma ideologia, pois, ao interpretar aquilo que é simbólico, nega-se o próprio processo histórico-social de sua formação; naturaliza-se aquilo que se conclui e a própria ideologia aniquila a interpretação, trazendo a impressão de que a linguagem, bem como o sujeito, são transparentes.

Há de se esclarecer que a memória discursiva não tem relação com lembranças individuais, mas é concebida numa esfera social e funciona no encontro de uma memória mítica, de uma memória social inscrita em práticas e de uma memória construída do historiador (Pêcheux, 1999). São as redes de memória que possibilitam retomar o que já foi dito, sendo, também, um ponto de embate de forças ideológicas, em que a memória estabilizada pode ser desafiada por um acontecimento discursivo. Analisa-se o acontecimento discursivo, as mudanças que ocorrem no discurso e as novas significações que o acontecimento histórico invoca por intermédio das novas séries de enunciados, os quais se formam a partir da desestabilização daquilo que é dito normalmente.



O interdiscurso e a memória discursiva sustentam a impressão de que dominamos o que falamos, pois o discurso que foi produzido anteriormente à fala atual do sujeito – e às próprias formulações que já foram esquecidas – criam a ilusão de que a origem do discurso está nele próprio, mas na verdade a língua é atravessada pela história e pela ideologia. Buscar somente o sentido literal da linguagem, fora de qualquer contexto, reforça a submissão do sujeito ao discurso (Orlandi, 2020).

No caso de Nádia, o acontecimento discursivo foi assumir o gênero feminino, provocando a desestabilização do discurso heteronormativo dominante na sociedade vilaboense. A produção de enunciados e a mobilização de novos discursos e saberes provocaram – e ainda provocam – o questionamento sobre questões associadas ao gênero e à sexualidade.

A posição que o sujeito ocupa no discurso legitima o que diz, pois cria-se sentido em relação à sua formação discursiva, reforçando uma identidade. A própria colonialidade do ser através do discurso exige que exista uma associação entre as diferenças de gênero, sexuais e raciais. Segundo Bhabha (2019, p. 119), "...o corpo está sempre simultaneamente (mesmo que de modo conflituoso) inscrito tanto na economia do prazer e do desejo como na economia do discurso, da dominação, do poder".

A dominação masculina branca, determinada pela colonização europeia, reproduz tanto na colônia quanto nos corpos que aqui se encontram a discriminação e a hierarquização, num processo de submissão do gênero feminino ao masculino. As diferenças raciais, culturais e históricas sustentam o reconhecimento da matriz colonial do poder. Tal discurso está explícito na vigilância dos corpos, na sexualidade e no próprio objetivo do discurso colonial, o qual sempre busca apresentar o colonizado como uma população desprovida de saber e, assim, justificar o sistema de instrução, isto é, de educação formal. O jogo de poder no interior do discurso colonial emprega um sistema de representação de signos que produz um regime de verdades para ser aceito, não sendo questionado por aquele que está inserido nesse contexto social.



Nádia era vista como um corpo dissidente, que não se adequava às normas de gênero impostas pela sociedade local. O discurso, na época produzido em torno de sua orientação sexual e transição de gênero, era visto como doença psíquica²¹, pois era inadmissível qualquer conduta fora da binaridade de gênero. Além disso, havia ainda o discurso religioso que apregoava a conduta como pecaminosa e que a fazia sofrer²². A colonialidade do ser se beneficia da linguagem e da ideologia para reforçar a matriz dominante de poder, com a definição dos papéis sociais, com o exercício da sexualidade e com a tipificação de doenças psíquicas. Nádia enfrenta esse discurso e parte para uma conduta decolonial, na busca pelo direito ao exercício da diferença e da própria existência, desconstruindo padrões e dar voz àquela que foi silenciada por 52 anos de sua própria existência.

2.3. Nádia versus Agnaldo: o florescer de uma mulher que vivia nas sombras

Nádia nasceu em 16 de agosto de 1932. Foi registrada como Agnaldo Fleury da Rocha Lima, filha de Edina Fleury Rocha Lima e de Wadjou da Rocha Lima, neta do Major Geraldino Caiado Fleury, membros de famílias tradicionais da cidade de Goiás. Ela atravessou os séculos XX e XXI, afrontou o conceito de gênero presente nessa sociedade patriarcal, com um discurso dominante pautado na cis-heteronormatividade²³.

²¹ Era tipificada como Transtorno de identidade de gênero. Nádia, para a comunidade científica da época, sofria com disforia de gênero, ou seja, havia uma incongruência entre a sua identidade de gênero e o sexo de seu *status* biológico (MANUAL MSD, on line).

²² Relato da sobrinha, Ana Christina.

²³ A narrativa que irei apresentar é baseada nos escritos e fala de Ana Christina da Rocha Lima, sobrinha de Nádia Köller.

As relações sociais, muitas vezes, são descritas em desenhos, pinturas, fotografias e diários, os quais registram o acervo da memória e se tornam materiais a serem analisados, para se entenderem os fatos sociais, a cultura e os valores de um grupo social.

Figura 36: Agnaldo com a mãe e irmãos



Fonte: acervo pessoal de Ana Marina da Rocha Lima

A mãe de Nádia, Edina, está ao centro com os filhos, respectivamente: Hélios José ao colo e Aginaldo ao lado, com a mão direita sobre a perna da mãe; Miguel está atrás de Nádia, Alcyon atrás da mãe e Geraldino ao lado da mãe. Segundo Leite (1993, p. 109), “as relações de posição, centralidade e planos em que são colocadas as personagens na fotografia refletem condições sociais da vida do grupo e as forças que presidem a organização das formas”. A posição da Edina na fotografia, estando sentada numa cadeira ao centro com os pés cruzados e os filhos em volta, traduz que ela é a mãe das crianças. O vestido com mangas curtas, *longuete*, sem decotes, com estampa em tons claros e o semblante que aparenta seriedade registra uma mulher casada com sua prole em volta.

As vestimentas da época mostram as crianças maiores de idade com paletó, camisa e sapatos não apropriados para a idade de cada um; calças curtas até o joelho, cabelos curtos bem cortados e penteados, semblantes que aparentam seriedade, menos Aginaldo, que abre um leve sorriso, cujo cabelo não está cortado como dos irmãos, tendo um corte “chanel”. Inclusive, a roupa tem recortes infantis na gola e punho da manga, estando com sandália. O bebê no colo está com camisa de manga curta, *short* e sapatinhos. Os meninos maiores estão todos vestidos de forma igual, com postura ereta, num sentido de ordem e de disciplina. Para a sociedade da época, as crianças eram tratadas como pequenos adultos, que deveriam, em suas vestimentas e atitudes, imitá-los.

Os trajes dos meninos traduzem a diminuta importância que era dispensada a eles. O estilo de roupa era trazido da Europa, em que famílias abastadas como a de Aginaldo copiavam o traje adulto, para vestirem os meninos. Nesse contexto, a roupa traduz a condição social da família retratada, que, no presente caso, era uma família com *status* social privilegiado na cidade de Goiás. O comportamento dos meninos maiores é de um adulto, o que condiz com o traje em que se encontram vestidos (Valdez, 2003).

A roupa dos meninos é séria, em tom claro e sóbrio, além do semblante, que transparece seriedade, sem nenhum sorriso, para que, assim, pudessem ser introduzidos num universo adulto e representar o prestígio que a família exercia nessa sociedade patriarcal. Nessa época, nem todos tiravam retratos, pois era caro, sendo privilégio de famílias ricas e poderosas, de pele branca, como a de Agnaldo. A imagem fotográfica posada legitima, nesse caso, a existência do núcleo familiar patriarcal.

A família, na sociedade patriarcal, sempre foi valorizada, e uma família apresentada dentro dos padrões morais impostos para a época significava que ela era estruturada e feliz, que conduziria a uma sociedade equilibrada. Nesse contexto, o que é registrado pelo retratista é um modelo formal de família, em que a mãe é identificada pela roupa que traça e está sentada ao centro com crianças pequenas em volta. Nessa época, não eram todas as ocasiões da vida doméstica que eram fotografadas (Leite, 1988). No presente caso, reflete um aspecto das relações familiares, que, no caso em análise, está representado com a mãe e os filhos no registro da linhagem. A fotografia foi registrada na parte externa da casa, durante do dia, para se ter uma melhor luminosidade. Esse instante congelado da imagem não permite tirar conclusões em torno das mudanças que essa família sofreu. Então, fazem-se necessárias outras imagens desse núcleo familiar, em outras épocas, a fim de que se possa perceber as mudanças que sofreu. Leite (1993, p. 47), ao abordar a comparação da linguagem fotográfica e verbal, faz o seguinte apontamento: “enquanto esta responde a questões antes que lhe sejam propostas, a linguagem fotográfica – como uma elaboração sistemática de significações de uma sociedade – apresenta-se como uma resposta provisória, parcial e fragmentada de questões já feitas.” Afinal, na interpretação da fotografia, busca-se a mensagem do conteúdo da foto, no instante em que é produzida na percepção do observador.

A imagem fotográfica apresenta significados evidentes num primeiro olhar, mas é possível ampliar sua interpretação e, no caso da utilização das fotos de família de Nádia, é possível perceber a dinâmica do agrupamento familiar e fazer a leitura do

conteúdo presente na fotografia e aquilo que está por trás das imagens, sendo perceptível no seu desmonte. Há uma reprodução da condição social do retratado, dos padrões de comportamento, do conformismo e da submissão.

Ao identificar o conteúdo da fotografia, podemos perceber aquilo que não se vê, ou seja, o modelo da família patriarcal presente na sociedade vilaboense. O modelo da instituição familiar brasileira foi patriarcal, desde a nossa colonização. Primeiro, num ambiente rural, com imensos latifúndios advindos do sistema sesmarial e, posteriormente, já no ambiente urbano, com um regime autoritário de dominação social sobre a mulher. O patriarcado é uma forma de organização social em que as mulheres são inferiorizadas, estando submissas ao poder dos homens, e os jovens estão submetidos hierarquicamente ao poder dos homens mais velhos.

O discurso do patriarcado naturaliza e legitima o controle dos corpos, da sexualidade e dos papéis sociais, e valida os privilégios dos homens (Narvaz; Koller, 2006). Esse conceito é bem desenvolvido na sociologia Weberiana, em que a figura masculina exerce poder não só sobre os bens materiais, mas também sobre a esposa e sobre filhos – os quais exercem o direito de uso, de gozo e de disposição²⁴. A autoridade exercida pelo patriarca advém da tradição, na crença de que o exercício dessa autoridade sempre foi assim (Weber, 1991). Ainda segundo Weber (1991), a superação do patriarcado ocorreu a partir do processo de racionalização da sociedade²⁵, e a tradição cederia espaço à organização da sociedade de forma racional, calculada e estável, conduzindo também a política, a economia e as artes (Rezende, 2015, p.09).

A eliminação do patriarcado na vida pública não refletiu na vida privada e familiar, uma vez que, enquanto no âmbito público o Estado liberal apregoava a liberdade, no âmbito privado a relação de submissão das mulheres persistiu diante da

²⁴ O direito de uso, gozo e disposição, do ponto de vista legal, jurídico, de acordo com o art. 1228 do Código Civil são faculdades inerentes ao proprietário sobre os bens móveis e imóveis que possui.

²⁵ Esse processo de racionalização que Weber comenta referia-se a países europeus e tal racionalização não se aplica ao Brasil.

autoridade patriarcal dos homens. Segundo Scott (1990), a categoria social masculina determina que as mulheres sejam hierarquicamente subordinadas aos homens, e os jovens sejam submissos aos homens mais velhos. Essa supremacia também ditou uma desvalorização das atividades femininas em relação às atividades masculinas. Em razão do exercício dessa dominação, o gênero feminino se vê numa posição de submissão em relação ao gênero masculino, desencadeando a diferença de gêneros, aspecto que gera situações de violências física e simbólica, haja vista o fato de que os valores culturais presentes numa sociedade são opressores, arbitrários e relacionados à pessoa vitimizada, que, por vezes, não consegue reagir a esse sistema simbólico, o qual, por meio da cultura dominante, impõe conduta, preceitos morais, exercício da sexualidade e liberdade e, por fim, naturaliza situações de violência.

À época de seu nascimento, ocorreu a fundação de Goiânia, que se tornou a capital do Estado de Goiás. Agnaldo nasceu na época da Revolução de 1930²⁶. Na casa de seu avô, Major Geraldino, durante as férias, Agnaldo, ao brincar com as meninas, mergulhava no universo feminino, usando vestidos e dançando com os peões da fazenda (Lima, 2017).

Agnaldo cresceu e, aos dezoito anos, fez “tiro de guerra” e serviu a um pelotão. Seu maior temor nessa época era ter que banhar na presença dos outros recrutas. Não se sentia confortável com essa exposição. Tal qual como Diadorim²⁷, precisava se esconder nas vestes e nas atitudes de um soldado, demonstrando que era destemido, pois seus irmãos eram temidos, poderosos.

²⁶ Não foi uma revolução popular, pelo contrário, houve um descontentamento de grupos dominantes, como militares, classes médias de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Em Goiás observou-se a oposição de pequenos núcleos em Rio Verde, Inhumas e Anápolis. Devido à falta de uma economia organizada e um comércio ativo, a Revolução “limitou-se à ação pessoal do Dr. Pedro Ludovico Teixeira que, durante sete anos, tinha lutado na oposição em Rio Verde” (Palacin, Moraes, 2008, p. 152).

²⁷ Diadorim, personagem do romance “Grande Sertão: Veredas”, de Guimarães Rosa, que assume o gênero masculino, para participar de um bando de jagunços e somente com sua morte descobre-se que é uma pessoa do sexo feminino, a filha de Joca Ramiro, e se chama Maria Deodorina da Fé Bittancourt Marins.

Muito discreta, não narrava para a família as dificuldades e situações inusitadas que passou na travessia do gênero masculinopara o feminino²⁸ (Lima, 2017).

Figura 37: Aginaldo com a mãe e dois sobrinhos na fazenda



Fonte: Acervo pessoal de Ana Christina de Rocha Lima.

²⁸ Essa é uma das poucas passagens em sua biografia em que é narrado uma aflição nessa transição que Nádia sofreu.

A foto anterior, datada de 1967, foi tirada durante o dia no quintal da fazenda em que a família morava. Agnaldo está posicionado atrás da mãe, e tinha, à época, trinta e cinco anos. Na imagem, vê-se Édina sentada numa cadeira ao centro com duas crianças no colo, seus netos: Ana Christina e Walcio, filhos de Hélios José. Agnaldo está com as mãos sobre os ombros da mãe, apresentando semblante sério, até mesmo triste, e o olhar direcionado para baixo. Agnaldo está vestido com uma camiseta listada e calça de tergal. A mãe e as crianças olham para o retratista.

Conforme Lima (2017), nessa época, já se têm registros em que Agnaldo assinava com o nome Nádia Köller nas receitas, mas não há nenhuma explicação por qual motivo começou a assinar Nádia Köller. No caderno de receitas, havia o registro de sua vida financeira, com as anotações de suas posses e dos seus negócios, pois era muito organizada na questão contábil e, nesse mesmo caderno, havia o registro da atividade que mais gostava, as receitas, que a introduziram ao universo essencialmente feminino da época. Era uma excelente cozinheira, doceira. Na culinária, poderia demonstrar a sua feminilidade. Não se tem notícia do porquê adotou esse nome, mas sabe-se que é bem significativo, cujo significado evoca esperança, aquela que anuncia, mensageira (Revista Crescer, 2022).



Figura 38: Nádía com a mãe, Edina e o sobrinho-neto, filho de Ana Christina



Fonte: Acervo pessoal de Ana Christina da Rocha Lima.

Nessa imagem, encontra-se Nádía com o sobrinho-neto no braço, filho de Ana Christina. Além disso, ela está ao lado da mãe Edina numa festa de família. As duas aparentam estar felizes, mãe e filha. Segundo relato da sobrinha, Ana Christina, Nádía era filha que Edina sempre almejou, pois era companheira, atenciosa, amiga. Não houve rejeição ou estranhamento quando

Agnaldo travestiu e se assumiu como Nádia Köller. Édina empoderou Nádia, a acolheu e permitiu, sem questionamentos, o florescer da mulher que vivia nas sombras²⁹.

O primeiro relacionamento amoroso que assumiu foi na década de 1980, por volta dos 50 anos de idade. As pessoas ao seu redor percebiam, presenciavam e se silenciavam. Depois que saíram da fazenda, Nádia teve um relacionamento com um motorista e, posteriormente, uma união estável, e nunca mais se envolveu com outra pessoa de forma pública. Ela criou uma criança, Vitor, como um afilhado: ofereceu escola, alimentação e vestuário na primeira infância. Com essa criança, Nádia exerceu a função de mãe. Também teve uma moça chamada Beatriz que Nádia ajudou da mesma forma. Esse amor desprendido, altruísta, Nádia herdou da mãe, que era caridosa, acolhedora e recebia os necessitados em casa.³⁰

Segundo Ana Christina, sua sobrinha, Nádia não comentava sobre seus amores e decepções amorosas. Era discreta, não comentava nada a respeito e ninguém da família perguntava. Não tinha confidentes e de suas angústias, desejos e sonhos não se têm registro.

²⁹ Mais uma vez, temos o silenciamento. A mãe não comenta, não questiona. Não há enfrentamento. Será que a travessia foi natural para a mãe também?

³⁰ Ana Christina comentou que as pessoas do ciclo social de Nádia não comentavam sobre o seu relacionamento amoroso. Em entrevista, a sobrinha só mencionou dois amores de Nádia e nada mais. Até porque Nádia era muito discreta. A mãe de Nádia era muito caridosa, e a sobrinha acredita que a tia herdou esse altruísmo da mãe.

Figura 39: Nádia numa festa em família



Fonte: acervo pessoal de Ana Christina de Rocha Lima.

Na imagem anterior, Nádía está em uma festa de família, sorrindo para sua sobrinha, Ana Christina, que está com seu filho nos braços. Do lado esquerdo de Ana, encontra-se seu pai, irmão de Nádía, Hélios José, o amigo de uma vida inteira. Ela sempre com seus óculos escuros *max*, elegante e feliz. Conforme Ana Christina, a família não a aceitava, mas a respeitava. A melhor amiga da mãe de Ana Christina era Nádía. O irmão Hélios José era o mais novo e mais amigo de Nádía. Foi sócio dela na fazenda. Nádía sempre foi independente financeiramente, mas sua independência advinha da herança recebida e não de outra atividade laboral exercida na cidade de Goiás. Não tinha muito contato com os outros irmãos, mas todos a respeitavam.

Para apresentar, por meio de imagem, a relação que mantinha com a família, temos aqui Nádía numa reunião familiar - festade Natal e aniversário da mãe da Nádía, no ano de 1993, na casa dos pais de Ana Christina.



Figura 40: Nádía com a família



Fonte: Acervo pessoal de Ana Christina de Rocha Lima.

Descreverei a foto da esquerda para direita. Primeiro, temos Hélios José, irmão da Nádía; depois, 'Quita', apelido de Benedita de Assis, 'Beneditona', a senhora preta mais baixa; Benedita; a criança no braço é Gabriel Caetano, filho da irmã de Ana Christina; Flávia; ao lado, temos a esposa de Hélios, Leda; em seguida, a tia Ceci, Nádía e Miguel, seu irmão. Na segunda fila, da

esquerda para a direita, temos a Cida, com camiseta listada de vermelho, cuja avó a criava; depois, tem-se Abel, filho de Ana Christina, que está em pé na frente a avó Leda e a tia Flávia; abaixada com cabelos encaracolados, temos Luna, também filha de Ana Christina; em seguida, a avó, Edina, mãe de Nádia; depois, a prima Edina; e, em primeiro plano, na frente, vestida de macacão e blusa preta, Ana Christina.

Nessa imagem, percebe-se que Nádia está vestida de forma clássica, com vestido em tom verde claro e detalhe em tom branco. Na festa de Natal, a família se reúne e o que se percebe é que Nádia é aceita e, inclusive, está abraçada ao irmão Miguel, apesar de não ser tão próxima. As duas mulheres que se chamam Benedita trabalharam na casa da avó, e Cida foi criada pela avó. Não tinham salário, pois serviram uma vida inteira à família de Edina, mas nunca tiveram carteira de trabalho assinada nem mesmo direitos trabalhistas assegurados. Tal prática era muito comum cidade de Goiás, especialmente no que diz respeito a trabalhos domésticos.

2.3.1. Agnaldo e Reinaldo, uma rima entre o real e o fictício

A biografia aqui apresentada é baseada nos estudos de Souza (2020), cuja biografia admite a composição entre a teoria e a ficção e uma reflexão crítica com base nos pressupostos nos quais levantamos no presente estudo.

Um dos primeiros pontos a que lançamos mão é a questão da normatividade de gênero, a qual é marcada pelo binarismo: masculino e feminino. Esta é amparada na diferença da genitália dos corpos, sendo um fator biológico. Logo, esse referencial biológico marcou e ainda é uma amarra da colonialidade para marcar e para apontar as identidades na concepção hegemônica de gênero.



Para ampliarmos a discussão, retomamos os estudos de Lima (2017), o qual se reporta à personagem Diadorim³¹, fazendo um paralelo entre a personagem e seu tio, Agnaldo, pelo fato de ele esconder, atrás de sua performance, a identidade que se encontrava nas sombras. Sobre a personagem de Guimarães Rosa, Tiburi (2013, p. 193) comenta que

Diadorim é personagem multifacetado. Urobórica encarnação da dialética, da ambiguidade, do princípio da duplicidade que organiza o mundo na unidade tão impossível quanto almejada, encarnação da donzela guerreira, da crise do paradigma sexual e do amor platônico a um só tempo.

Diadorim nega o feminino em ser e se apresenta como mulher “para viver na liberdade do além-do-sexo” (Tiburi, 2013, p. 203). A sua condição feminina não permitia explorar o Sertão como desejava. Então, a personagem conseguiu viver essa sagarenunciando a sua feminilidade. O amor entre Diadorim e Riobaldo está para além da questão de oposição de sexo. A própria morte de Diadorim, ao se revelar como uma mulher morta, seria uma forma de justificar o amor de Riobaldo por outro homem. O corpo de Diadorim morto revela a morte da mulher que era o objeto de desejo, a subjugação do corpo ao patriarcado (Tiburi, 2013).

O processo discursivo, produzido na sociedade vilaboense, associa o gênero ao corpo como um dado natural e impõe o gênero e o sexo como sendo inatos ao indivíduo a partir de seu nascimento, sem que haja a possibilidade de fluidez. Agnaldo precisava se mostrar destemido, ao mesmo tempo em que o medo o angustiava em mostrar seu corpo diante dos colegas do batalhão. Tal como Diadorim, Agnaldo, aos 18 anos, destaca-se como atirador no pelotão, mas guardava em segredo os desejos que julgava serem proibidos (Lima, 2017).

No sertão e na sociedade vilaboense, o gênero era reforçado pelo exercício da sexualidade, considerando-se anormal qualquer prática sexual fora da heteronormatividade. O interesse, isto é, a atração que Riobaldo alimenta por Diadorim, é atribuída

³¹ Apelido de Reinaldo.



a feitiço, a coisa feita. Dessa forma, delega a terceiros, ao desconhecido ou às forças nefastas o demônio, o desejo por pessoa de mesmo gênero. Afinal, era inadmissível que um jagunço pudesse se interessar afetivamente ou sexualmente por outro homem.

Nesse contexto, deve-se fazer referência a Agnaldo, filho do major Geraldino, o qual sufoca seus desejos, alimenta amores platônicos e precisava provar a sua macheza, pois o patriarcado e o falocentrismo não admitiriam que a mulher escondida nas sombras pudesse se revelar.

Mas ponho minha fiança: homem muito homem que fui, e homem por mulheres! –nunca tive inclinação pra aos vícios desencontrados. Repilo o que, o sem preceito. Então – o senhor me perguntará – o que era aquilo? Ah, lei ladra, o poder da vida. Direitinho declaro o que, durando todo tempo, sempre mais, às vezes menos, comigo se passou. Aquela mandante amizade. Eu não pensava em adiação nenhuma, de pior propósito. Mas eu gostava dele, dia mais dia, mais gostava. Diga o senhor: como um feitiço? Isso. Feito coisa-feita. Era ele estar perto de mim, e nada me faltava. Era ele fechar a cara e estar tristonho, e eu perdia meu sossego. Era ele estar por longe, e eu só nele pensava. E eu mesmo não entendia então o que aquilo era? Sei que sim. Mas não. E eu mesmo entender não queria. Acho que aquela meiguice, desigual que ele sabia esconder o mais de sempre. E em mim a vontade de chegar todo próximo, quase uma ânsia de sentir o cheiro do corpo dele, dos braços, que às vezes adivinhei insensatamente – tentação dessa eu esparecia, aí rijo comigo renegava. Muitos momentos. Conforme, por exemplo, quando eu me lembrava daquelas mãos, do jeito como se encostavam em meu rosto, quando ele cortou meu cabelo. Sempre. Do demo: digo? (Rosa, 1994, p. 200-201)

Agnaldo era católico, sendo uma pessoa de muita fé em Deus e que se angustiava com a culpa por seus desejos íntimos. Na juventude, convivia com a castração cultural de seus sentimentos. A forma e o ambiente em que fora criado o reprimia, não permitindo que pudesse transgredir normas impostas pela sociedade e pelo núcleo familiar. Os irmãos de Agnaldo eram temidos, eo coronelismo era presente na sociedade local (Lima, 2017).

Segundo Paixão; Silva (2013, p. 219), o coronelismo no estado de Goiás foi marcado "pela situação de isolamento geográfico, político, social, econômico e de comunicação do estado com o centro hegemônico do poder nacional". A economia era baseada na pecuária de corte, após a fase aurífera, e os coronéis eram fazendeiros, grandes proprietários de terras. Dessa forma, o poder econômico refletia no poder social, político e militar. Houve o predomínio da família Caiado, a qual representava os

interesses da elite agrária goiana de 1909 a 1930, período marcado pela violência, com grupos particulares armados, chamados jagunços, bem como pela fraude eleitoral (Rocha; Luz, 2016).

A lógica binária masculino/feminino era a mesma que se aplicava ao Sertão. Agnaldo não podia deixar transparecer quem realmente queria ser, pois o código de honra seria abalado, quebrado. Diante dos colegas de pelotão, a macheza tinha que ser ressaltada, e ele a ratificava na habilidade com armas de fogo.

O comportamento de Diadorim apresentava-se de uma desarmonia dos papéis masculino e feminino. Era um jagunço bravo, temido, mas havia momentos de ternura e de delicadeza na sua forma de se expressar. A narrativa ocorre no sertão nordestino, lugar isolado em que valores e tradições poderiam ser conservados, com um sertanejo forte, bravo, destemido, viril (o dito cabra macho), sem terem sido alcançados pelos costumes e tradições do litoral (Alencar, 2012).

Agnaldo, ao mesmo tempo em que servia ao exército, tinha habilidade com arma de fogo, atirava bem, com boa pontaria. Apresentou, desde cedo, interesse pelas belas artes, como piano, pintura e poesia, além de ser excelente cozinheiro e apaixonado por doces. Ele contrariava os papéis sociais designados na família nuclear, pois a responsabilidade pelos afazeres domésticos era predominantemente feminina. O pai de Agnaldo, em sua adolescência, o levou para São Paulo para consultar, mas não se sabe sobre o resultado dessa consulta. Nada foi comentado. A autoridade paterna, como dirigente do clã, não deixava transparecer preocupação com o modo de agir do filho.

Agnaldo nasceu, viveu e morreu na cidade de Goiás, como dito, um espaço habitado por famílias tradicionais e com valores morais acirrados que dialogam com o que chamamos aqui de colonialidade do poder. A dicotomia de gênero se fazia presente como expressão natural da diferença de sexo. A concepção hegemônica de gênero ditava identidades baseadas na diferença de sexos, inclusive pautadas numa concepção biológica. Tal como no sertão nordestino, o patriarcado se fez presente

nessa sociedade, fato é que Agnaldo só se traveste após a morte do pai, o major Geraldino. A autoridade do pai se revelava não somente sobre a esposa, mas também sobre os filhos.

Contraopondo-se à concepção hegemônica de gênero, ancorada a um referencial biológico e relacionada à genitália dos corpos, temos a teoria *queer*, em que o gênero e o sexo são construtos sociais, pois não há um corpo masculino ou feminino determinado pela genitália que possui. A heterossexualidade, enquanto regime de poder, determina que o feminino deve estar presente no corpo de uma mulher, e o masculino, no corpo de um homem, não sendo possível que haja o trânsito de gênero, interpretado tal tentativa como *anormal*. A oposição binária homem/mulher sustenta o dimorfismo, enquanto discurso científico, associado à anatomia do corpo, para justificar a estrutura social e a tentativa de naturalizar os gêneros (Bento, 2012).

O estilo de corpo e comportamento socialmente apresentados também sinalizam o gênero de um indivíduo, pois perpassa a identidade, a individualidade e a performance. O gênero justifica um sistema de dominação em que os seres humanos femininos (cis ou trans) são inferiorizados, subjugados pelos seres humanos masculinos (cis).

O sistema binário de sexualidade nega, no exercício do discurso, outras possibilidades de identidade de gênero. Contudo, a negação não exclui a existência das pessoas que não se encaixam nesses modelos. Segundo Butler (2003), o gênero é uma invenção do mundo dos sentidos, sendo que não há um modelo ideal e verdadeiro da ideia de gênero e identidade. Tal concepção se encontra na obra de Platão (2019), o qual defendeu o mundo dos sentidos e o mundo das ideias. O mundo dos sentidos é físico, imperfeito, ilusório; já o mundo das ideias é o mundo perfeito, nele estando a essência das ideias verdadeiras. O mundo dos sentidos é uma mera cópia do mundo das ideias. Butler (2000, p.195) observa que “[...] se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos da verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável”.

Percebe-se, assim, que a ideia de gênero é uma ficção, pois a conduta social repetida incute no inconsciente coletivo como a identidade de gênero deve ser. A identidade de gênero é construída socialmente e sucede ao conceito de gênero, sendo um resultado performático do modo de ser no exercício de um comportamento (Butler, 2000).

A prática discursiva da materialidade do sexo no corpo reforça a ideia da diferença sexual, com o intuito de impor a heterossexualidade. O discurso de que a sexualidade é algo *natural* se sustenta no fato de se supor que todas as pessoas exercem a sexualidade de forma padrão, sem levar em consideração rituais, linguagens, fantasias e representações inseridas num processo cultural de uma sociedade, além de outros fatores que possam surgir (Louro, 2000, p.9).

A sexualidade é uma questão de ordem não apenas pessoal, mas também cultural, social e política. As relações sociais definem as identidades de gênero e sexuais, sendo construídas histórica e culturalmente. Britzman (1996, p.74) comenta que:

Nenhuma identidade sexual – mesmo a mais normativa – é automática, autêntica, facilmente assumida; nenhuma identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identificação heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade heterossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada.

Reconhecer-se numa identidade pode ter um caráter transitório, pois o pertencimento a um grupo social pode ser alterado, havendo a migração para o exercício de uma outra identidade em que a pessoa se reconheça. Segundo Louro (2020, p. 09), “[...] as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teóricas culturais”. Contudo, na sociedade ocidental, a qual também chamamos de modernidade/colonialidade, é difícil aceitar que a identidade de gênero possa ser maleável, pois o discurso que impera é de uma heteronormatividade constante, sem fluidez, e se espera que o corpo dite a identidade por sua aparência, pelos atos que executa.

As teias de poder presentes na sociedade alimentam as desigualdades, a hierarquia e as diferenças. Quando a sociedade dita a heteronormatividade como padrão de conduta, gays, lésbicas, transexuais, assexuais, intergêneros e não-binários são vistos

como sujeitos que se desviam da norma heterossexual, sofrendo, assim, com a discriminação. O grupo social que atende aos quesitos de gênero, de sexualidade, de raça, de religião e de classe social (homem branco, heterossexual, cristão e classe média) toma para si o direito de representação, impondo um padrão a ser seguido. De outro lado, aquelas pessoas que não se adequam ao padrão difundido por esse discurso contestam essa hegemonia e essa *normalidade*. Ser heterossexual é visto como normal, natural, padrão e parâmetro para todo tipo de comparação. Percebe-se, dessa forma, que a identidade perpassa também por uma questão política e não só cultural, histórica. (Louro, 2020)

Retomando a analogia à obra de Guimarães Rosa, percebe-se que Riobaldo vivencia um amor platônico por Diadorim. Desobedecer a heteronormatividade incidiria desviar do gênero masculino, fazendo com que Riobaldo fosse um homem desonrado. A honra do homem sertanejo estava associada às práticas heterossexuais. Sobre o sentimento que nutria por Diadorim, Riobaldo diz:

Mas eu gostava dele, dia mais dia, mais gostava. Diga o senhor: como um feitiço? Isso. Feito coisa feita. Era ele estar perto de mim, e nada me faltava. Era ele fechar a cara e estar tristonho, e eu perdia meu sossego. Era ele estar por longe, e eu só nele pensava. E eu mesmo não entendia então o que aquilo era? Sei que sim. Mas não. E eu mesmo entender não queria. Acho que. Aquela meiguice, desigual que ele sabia esconder o mais de sempre. E em mim a vontade de chegar todo próximo, quase uma ânsia de sentir o cheiro do corpo dele, dos braços, que às vezes adivinhei insensatamente – tentação dessa eu espairocava, aí rijo comigo renegava. (Rosa, 1994, p.201)

Nádia também vivenciou amor(es) platônico(s). O silêncio imperava. Não comentava sobre suas ilusões e desilusões amorosas. Enquanto Agnaldo não revelava seus sentimentos, apenas sufocava suas emoções e vivia o drama de não poder exercitar sua sexualidade. Até a transição, Nádia exercia a performance de um gênero masculino. Usava calça de tergal, camisa e sapato *mocassim*. Nessa época, não havia espaço para Agnaldo deixar fluir Nádia, que se encontrava nas sombras, no silêncio. Agnaldo administrava a herança que havia recebido com habilidade, pulso firme, anotava todos os gastos e executava o controle

contábil com presteza. Nunca teve um emprego formal, mas trabalhava na empresa familiar ligada à atividade agropastoril. A sobrevivência dele foi garantida pela herança herdada e pela habilidade com negócios. Assim, não precisava se submeter a maus-tratos por uma questão de submissão econômica.

Conforme Lima (2017, p. 20), Nádía “usava um pires de prata para comprimir o sexo sob a roupa e guardava uma boneca de louça no baú de madeira, lembrança da menina Nádía que sempre a habitou”. Diante dessa narrativa, nota-se o quanto é simbólico esconder a boneca que lhe pertencia em um baú. A boneca, que lhe remete à infância e àquela menina no corpo de um menino que lhe exigia esconder o sexo, fazem-lhe negar aquilo que lhe havia sido imposto sobre seu corpo. Ao mesmo tempo que Agnaldo estava presente nas relações sociais, Nádía vai crescendo e esperando a hora de poder se apresentar à sociedade vilaboense.

Já rapaz, o pai de Agnaldo o levou em São Paulo para avaliação e tratamento médico. Não se sabe ao certo o motivo, mas Ana Christina comentou que poderia ser algo relacionado à sua forma de ser, pois era diferente dos outros filhos. Ele teve algumas namoradas, mas não teve noiva. Tentou lutar contra a existência dessa mulher que estava presente nele. Quando terminou o ensino médio, resolveu ficar na cidade de Goiás, não quis ir para a capital do estado, Goiânia, algo comum. Além disso, não quis ir para outra localidade. Foi para a fazenda administrá-la.

Nádía falece e lhe são impostas as vestimentas de homem. Diadorim falece e é revelada a identidade de seu sexo. No momento da morte, o corpo é tomado pelo discurso da visualidade, ou seja, o aprisionamento do discurso dominante.



2.4.A colonialidade do ser e a projeção de Brigitte Montfort

Figura 41: Nácia e Brigitte Montfort



Fonte: Desenho realizado por Ricardo Gomes dos Santos em coautoria com Márcia S. Soares.



A sobrinha comenta: “Segredou-me que ao olhar-se no espelho via a imagem da heroína dos livrinhos de bolso que colecionava – Brigitte Montfort, a bela espiã solitária, irreverente e sensual, de cabelos negros e olhos azuis” (Lima, 2017, p.21).

Diante desse relato da sobrinha, pensemos: qual é a ideia de parâmetro do ser que Nádía buscou? Por que essa busca? Onde buscava?

Para respondermos a essas perguntas, faz-se necessário que situemos o parâmetro de ser que Nádía buscava, valendo-nos do conceito de colonialidade do ser. Nessa lógica, percebe-se que esse padrão de poder, advindo da colonialidade a que fomos sujeitados, reflete-se nas relações de trabalho, no saber, na autoridade, nas relações de gênero e nas intersubjetividades, utilizando-se da ideia de raça e de capital para impor uma hierarquia entre gêneros, entre raças e entre classes sociais; logo, justificando a forma de dominação e de subalternização imposta pelos europeus sobre os povos dominados.

Torres (2007, p. 130) discute essa ideia ao esclarecer que³²

a colonialidade do poder refere-se à inte-relação entre as formas modernas de exploração e dominação, e a colonialidade do conhecimento tem a ver com o papel da epistemologia e das tarefas gerais de produção do conhecimento na reprodução dos regimes coloniais de pensamento, a colonialidade do ser refere-se, então, à experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem.

Segundo Torres (2007), a superioridade entre os dominados dar-se-ia pela identidade racial. Sendo assim, “quanto mais clara fosse a cor da pele mais humano é”. Partindo dessa premissa, Nádía buscava se identificar com um padrão de mulher que

³²O trecho no original é “la colonialidad del poder se refiere a la interrelación entre formas modernas de explotación y dominación, y la colonialidad del saber tiene que ver con el rol de la epistemología y las tareas generales de la producción del conocimiento en la reproducción de regímenes de pensamiento coloniales, la colonialidad del ser se refiere, entonces, a la experiencia vivida de la colonización y su impacto en el lenguaje.”

fosse ao encontro com um padrão de beleza imposto nos moldes europeus. Uma mulher considerada pela sociedade como uma "morena clara", alta, de olhos azuis, corpo exuberante, cabelos pretos.

Era um padrão já conhecido. A saber, o desenhista José Luiz Benício da Fonseca, que criou a imagem de Brigitte Montfort, buscou inspiração na *socialite* carioca Maria de Fátima Priolli³³, candidata à miss Guanabara no ano de 1967. Maria de Fátima também atendia às exigências estéticas da época que lhe eram impostas, a fim de que uma mulher fosse considerada bela.

Figura 42: Maria de Fátima Priolli



Fonte: Passarela Cultural. Acesso em 07 de dez. 2023.

³³ Maria de Fátima tinha 20 anos em 1967, uma mulher considerada morena clara de cabelos pretos e olhos verdes.

Devido ao fato de Nádia encontrar-se num lugar subalternizado, em que o exercício de sua identidade de gênero não era aceito na sociedade vilaboense, ela busca se reconhecer numa mulher com esse perfil socialmente aceito: estonteante, linda, inteligente, enigmática e que poderia escolher o homem que quisesse se relacionar afetivamente. É interessante conhecermos um pouco da história da heroína Brigitte para entendermos o que Nádia buscava ao se projetar na imagem dela.

A personagem Brigitte Montfort era filha da espia Giselle Montfort e do estrategista nazista Fritz Bierrenbach. Sua mãe foi fuzilada pelos nazistas durante a ocupação de Paris, em 1944. Entretanto, ao ser capturada, confessou a uma companheira de cela, Gabrièle Lademe, que tinha tido uma filha com um alemão nazista. A filha, Brigitte, foi enviada ao nascer para a América, de forma clandestina, e foi adotada pela família Brierrenbach. Ela se naturalizou americana e formou-se em jornalismo pela Universidade de Columbia. Alcançou o sucesso como repórter do *Morning News*. Brigitte é poliglota e esportista, mas também é sedutora e atraente. Além desses atributos, tal como a mãe, é uma espia americana e, como jornalista, poderia chegar aos mais diversos lugares sem que percebessem que era uma agente internacional da C.I.A. A heroína só atua em causas que têm como objetivo a paz mundial (Gueiros, 1976, p.8-10).

A biografia de Brigitte reforça o perfil de mulher que Nádia almejava. Ela reservava para si suas fantasias, seus desejos e seus amores, não compartilhando nem mesmo com as pessoas mais próximas. Buscar a sua identificação com uma mulher linda, sensual, forte, empoderada – como Brigitte, alimentava seu ego e era uma forma de também satisfazer suas fantasias. Assim como Nádia, Brigitte era misteriosa, pois, como agente internacional da C.I.A, não confiava sua identidade profissional a ninguém por uma questão de segurança. Nádia não expunha sua vida pessoal, suas dores e guardava para si suas insatisfações. Buscar nessa heroína os predicados e as aventuras que vivia era uma forma de compensar a vida nos moldes conservadores da cidade de Goiás.

A sensualidade de Brigitte está presente em seus atos, no seu modo de ser e na forma de se vestir, como se percebe a seguir. "A linda jornalista sentou-se na poltrona baixa, em frente à escrivaninha do diretor e puxou a saia, pondo à mostra um par de coxas morenas, alucinantes." (Gueiros, 1976, p. 7).

Na descrição realizada pelo narrador, há uma objetificação do corpo da personagem, pois, ao descrever o corpo de Brigitte, apresenta-se como um objeto a ser avaliado de acordo com a sua aparência, tendo um observador que julga o corpo e dita se ele é (ou não) atrativo às outras pessoas.

De acordo com Loureiro (2014, p.20), "[...]a Teoria da Objetificação propõe que esse ambiente cultural objetificante as leva a introjetarem esse comportamento e a tratarem a si mesmas como objetos a serem observados e avaliados de acordo com sua aparência. Em outras palavras, elas internalizam a perspectiva de um observador externo sobre os próprios corpos, avaliando-os em termos de valor e atratividade para os outros".

Além da posição do narrador, que apresenta o corpo de Brigitte, há também o processo de auto-objetificação do corpo da mulher, que, desde a infância, aprende a tratar o corpo como um objeto a ser observado e avaliado, inclusive sexualmente (Loureiro, 2014).

Nádia busca um parâmetro de uma mulher cis-heterossexual, aceito na perspectiva da colonialidade do ser, que, apesar de inferiorizar a figura feminina em relação à figura masculina, alcança uma posição de prestígio pela aparência associada ao saber. A ausência da beleza, de sensualidade e de sexualidade à Brigitte não teriam feito ela ter tido sucesso na época e despertado interesse à Nádia.

Esse processo de objetificação do corpo feminino o inferioriza nas relações sociais, principalmente quando consideramos que esta é uma forma de colonialidade do ser e, conseqüentemente, do saber. A produção do conhecimento advindo da Europa

destaca a produção intelectual masculina, desconsiderando os saberes dos povos dominados, prestigiando e incentivando apenas as mulheres que se destacam intelectualmente e que estejam dentro de um padrão esperado.

Diante dessa lógica da colonialidade, pensemos sobre Nádia. Ela se traveste, não se submete a tratamento hormonal, não faz cirurgias, nem mesmo coloca próteses. Assim, diante da colonialidade do ser, Nádia se encontra num lugar subalternizado, sendo que não seria nem homem, tampouco mulher. É uma travesti que se encontra num lugar mais inferiorizado do que a mulher cis-heterossexual. Dessa forma, ao encontrar no espelho a imagem projetada de Brigitte, Nádia busca enxergar predicados que existam nela de forma oculta, desejando ser, de forma clara e transparente, a personagem e identificando-se com ela.

Brigitte é uma mulher, determinada, que foge aos padrões morais da época. O narrador, ao apresentar o diálogo entre o piloto do avião em que Brigitte foi para Roma, em missão secreta pela C.I.A, mostra o quanto ela é uma mulher de atitude, pois ele a convida para jantar e andar à noite em Roma, e Brigitte responde:

Assim, em nome da Lógica, venha até meu apartamento, aqui no hotel, entre sem bater...pois o trinco vai ficar aberto...e estabeleça o acaso do nosso encontro com a maior brevidade possível. É provável que, afinal de contas, tenhamos fome para jantar, e ânimo tranquilo para ver um pouco da noite romana lá fora. (Gueiros, 1976, p.18)

Ela deixa a porta aberta, conforme o combinado, o recebe e se entregam a uma noite de prazer, sem nenhum compromisso. Inclusive, o narrador faz uma breve descrição do corpo da Brigitte e das carícias que trocaram: "Ele beijou a ponta dos seios rosados, acariciou-lhes o dorso escultural, foi eloquente na hora em que um homem precisa ser eloquente" (Gueiros, 1976, p.18).

A narrativa traz, de forma leve, a descrição de cenas amorosas, bem como a presença de uma missão, com mistérios, que deve ser cumprida pela heroína. Brigitte não se encaixa no modelo patriarcal, apresentando-se como uma mulher bem à frente de seu tempo. Ela não precisa das lentes de aceitação dos homens para se autoavaliar e não é mediada pelo olhar dos homens sobre ela.

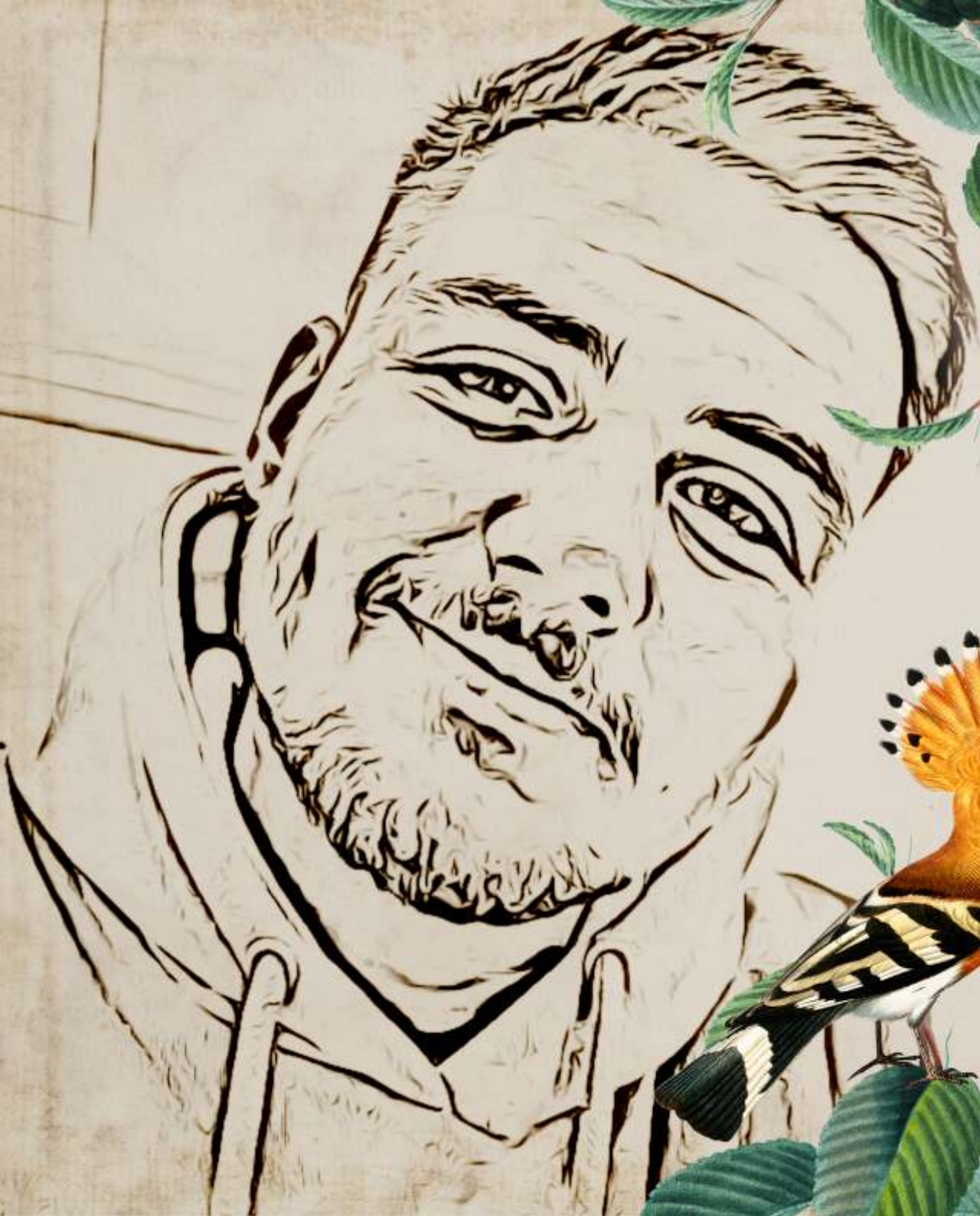
Contudo, precisamos também situar Nádía dentro da lógica da sociedade patriarcal. O patriarca exercia as relações de mando e de autoridade em torno da organização familiar – como esposa e filhos. As mulheres não se destacavam no mercado de trabalho, e pouco tinham destaque intelectualmente, devendo ser obedientes a seus pais e esposos e, dentro do espaço doméstico, ser boa esposa, de maneira dócil e meiga, cuidando da casa e servindo para procriar.

Nádía foi criada dentro desse contexto, e surge em sua vida a personagem de Brigitte, rompendo com os predicados de uma mulher honrada e virtuosa, ao mesmo tempo em que Nádía se traveste e assume a posição de uma mulher elegante, discreta, virtuosa (boa cozinheira, pianista) e afetuosa. Ela possui características associadas ao universo masculino da época, como ser boa administradora, estando muito ligada às finanças e às questões de contabilidade da fazenda. Desde criança, como menino Agnaldo, indicava as reses que deveriam ser suas e marcadas com as iniciais do seu nome A.F.: “Os vaqueiros obedeciam, marcavam a rês mesmo sabendo que pertencia a algum dos outros irmãos. Talvez por um respeito a um desconhecido e encabulante mistério que ela portava, ninguém a contrariava” (Lima, 2017, p. 20).

O exercício da sexualidade foi marcado pelo martírio do pecado, pela imposição do estereótipo de macho, com a repressão dos seus desejos. Percebe-se, assim, que Nádía carrega consigo traços do universo masculino em que foi criada e que, inclusive, a ajuda na sua manutenção após a morte de seu pai, além da transição de gênero. Ademais, outras características do universo feminino vão se apresentando, como o exercício da maternidade, que era próprio do querer das mulheres de sua época.

Com isso, ao analisar a imagem apresentada, podemos fragmentá-la, para fins didáticos, em: Nádía, o espelho, a imagem de Brigitte Montfort e o processo de reconhecer-se nessa imagem (Imanishi, 2008, p. 139).

Primeiro, ao evidenciarmos Nádía enquanto sujeito, na perspectiva lacaniana, vamos observar o eu do inconsciente – *Je*. Não se trata do eu racional consciente – *Moi*. A imagem refletida no vidro do espelho é o desejo de Nádía de se ver reconhecida como a mulher empoderada, sensual, justa, bela e com segredos, tal qual Brigitte Montfort. A superfície refletora do espelho não



Passarinho de toda cor
Gente de toda cor
Amarelo, rosa e azul
Me aceita como eu sou
Eu sou amarelo claro
Sou meio errado
Pra lidar com amor
No mundo tem tantas cores
São tantos sabores
Me aceita como eu sou

Renato Luciano

precisa estar vinculada necessariamente à materialidade do sujeito a ser refletido, mas pode refletir o que está para além do vidro, no inconsciente, no aspecto subjetivo do sujeito.

Lacan faz uma distinção entre o outro e o Outro. O outro – em letra minúscula – seria aquele que é semelhante e que serve como identificação para o sujeito que se vê refletido na imagem. Já o Outro, segundo (Imanishi, 2008, p. 141) “[...] é entendido como a linguagem, em outros, como a cultura e ainda como o Simbólico (um dos registros da topologia lacaniana)”. Ao observar Nádia diante do espelho, estamos evidenciando o Outro, já que ela, ao se reconhecer no espelho como Brigitte, projeta, de forma simbólica e metafórica, a mulher que se vê e que deseja ser. O Outro está na imagem do espelho refletido, isto é, Brigitte. O eu (*Je*) existe em função da existência de um símbolo, seja o corpo, sejam os desejos, sejam, ainda, os objetos do desejo. Há uma descorporificação do eu (*Moi*), nesse instante, e o eu (*Je*) corporifica o sujeito numa projeção de um eu ideal (Greco, 2011).

Assim, podemos fazer uma junção entre a teoria da colonialidade do ser e a teoria dos espelhos de Jacques Lacan e perceber que a imagem projetada no espelho é a forma como Nádia se vê e deseja ser, confirmando a teoria da objetificação do corpo feminino, a colonialidade do ser e o patriarcado, aspectos presentes nas teias do poder da sociedade vilaboense.



3. MEMÓRIAS DE SI: ENTRE AS VIVÊNCIAS DAS “CAIXAS DAS VERDADES” TRANS DE/A PARTIR DE NICOLAS



"Poxa, gostar de mulher tudo bem! Mas querer ser homem é demais!"
³⁴

(fala da mãe de Nicolas)

3.1.A performatividade de gênero na experiência transexual

Figura 43: Nicolas N. Mardem



Fonte: Acervo pessoal de Nicolas N. Marden

³⁴ Esta frase foi dita pela mãe de Nicolas quando ficou sabendo que estava disposto a enfrentar o processo transexualizador.

Nicolas Nunes Mardem³⁵ nasceu em 20/06/2000, em Rio Verde, mas mora em Jataí, onde cursou Letras na Universidade Federal de Jataí e atua como corretor de redação. Ele foi o primeiro filho e o primeiro neto de uma família de classe média alta nascida de Rio Verde. Teve uma infância tranquila e foi criado pela mãe e os avós; em sua casa, também vivia uma tia. Não teve muito contato com o pai até chegar à adolescência. Enquanto criança, trocou cartas e *e-mails*, mas não tinha uma relação estreita, passando a conviver com o pai aos 15 anos de idade. A mãe é fisioterapeuta e, quando era criança, tinha uma clínica, mas sempre trabalhou em sua profissão, seja em hospital, seja em clínicas. Ele tem um irmão, quatro anos mais novo, do relacionamento de seu pai com outra mulher, e tem uma irmã, fruto de um relacionamento de sua mãe, que nasceu quando já tinha 13 anos de idade. Quando Nicolas tinha quatro anos, sua mãe resolveu ir morar com o companheiro, pai da irmã dele, e Nicolas foi morar junto deles. Destaca-se que a fotografia foi criada na época da Revolução Industrial, em que a sua produção, inicialmente, era mais individual e, com o advento da globalização, passou a fazer parte de um processo denominado *hipermídiação*, que envolve texto, imagem e áudio de forma massificada (Tessari, 2012). A sequência de retratos utilizados nesta tese tem o caráter individual, as quais foram coletadas nos álbuns de família dos sujeitos da pesquisa. O olhar que se projeta sobre as imagens nos convida ao reconhecimento do(a) outro(a) num processo de ressignificação da realidade contida, muitas vezes, no retrato opaco e/ou amarelado, provocando um elo entre o objeto e o observador, o que traz a realidade vivida para o aqui, para o agora, provocando, até mesmo, uma abordagem crítica dos sonhos que não foram realizados. Nesse sentido, a fotografia não é uma mera ilustração desta pesquisa, mas possui o *status* de documento, pois é possível ser fonte de produção de conhecimento a respeito de

³⁵ É um homem transgênero, sujeito da minha pesquisa, que foi entrevistado por mim, a pesquisadora. Apresentá-lo como homem trans parte da sua própria performance, subjetividade e de sua narrativa, juntamente à transformação do corpo, por meio da hormonioterapia e a mastectomia masculinizadora, são elementos suficientes para lhe garantir a identidade.

acontecimentos e pela análise de um agrupamento social. A porta que se abre para o passado permite realizar uma análise crítica de temas que se desvendam pela lente do observador.

As imagens fotográficas coletadas são iconográficas, pois permitem que possam ser utilizadas como representação de uma afronta à ordem hegemônica de gênero, com o desmonte da imagem, e inclusive para perceber o que está no interior dela, já que, no olhar superficial do observador, o seu alcance passa imperceptível. A coleta das narrativas, associada aos retratos, permite-nos ampliar os seus sentidos. A sequência cronológica, relacionada ao espaço fotográfico e geográfico, é capaz de revelar a indumentária, os comportamentos e as representações sociais, aspectos que permitem que o leitor os decifre. Segundo Leite (1993, p.26), “[...] as fotografias estão a exigir um estudo comparativo de sistemas de significados, das mediações entre a realidade que se quer compreender e a imagem dessa realidade”. O instante congelado pela lente do fotógrafo não é capaz de captar as mudanças que ocorreram no decorrer do tempo, mas, por meio da justaposição de fotos, como as de álbum de família, pode-se procurar no núcleo temático do retrato e perceber as mudanças que ocorreram com os sujeitos envolvidos.

A fotografia é polissêmica, uma vez que pode ter vários significados. No sentido denotativo, a imagem representa o real que foi captado pela lente do fotógrafo, daquilo que ele viu e que desejou representar; no sentido conotativo, capta-se o que é visível, os sentidos, a interpretação feita pelo espectador e pelo receptor. Contudo, muitos autores afirmam que não existe uma *verdade* na fotografia, pois existem as influências do fotógrafo e do receptor. O que se busca nas imagens analisadas é a sua representação conceitual. Kossoy (2007, p. 61) afirma que “a imagem fotográfica vai além do que mostra em sua superfície. Naquilo que não tem explícito, o tema registrado tem sua explicação, seu porquê, sua história. Seu mistério se acha circunscrito, no espaço e no tempo, à própria imagem. Isto é próprio da natureza da fotografia: ela nos mostra alguma coisa, porém seu significado a ultrapassa”. Logo, a fotografia é capaz de revelar a rede de relações sociais nas quais estamos inseridos, muitas vezes com ocultações daquilo que se quer ser e viver. A imagem possui uma visualidade própria, que representa menos do que o



acontecido, daí o fato de ser um apontamento da memória, que, no seu conjunto – no álbum de família, representa uma reunião de imagens narrativas de uma história. Ao mesmo tempo que essas memórias simbolizam saudade, necessidade de guardar e de eternizar o momento, podem significar a ideia de esquecer e de distanciar-se do acontecimento vivido.

Segundo Sontag (2004, p. 176), “[...] uma pessoa é um conjunto de aparências, as quais podem revelar, mediante foco adequado, infinitas camadas de significação”. Nessas camadas de significação, busco a transição de gênero dos sujeitos de pesquisa, a afronta ao discurso binário dominante e a revelação de uma nova identidade. A fotografia é um instrumento da educação informal que educa os olhares e que provoca o exercício da dialética em torno de gênero, de representação social e de sexualidade.

A imagem e a fotografia fazem parte da vida cotidiana, sendo inclusive uma visão de Nicholas Mirzoeff, o qual defende que os estudos em Cultura Visual surgem da “necessidade de interpretar a globalização pós-moderna da visualidade como vida cotidiana, preenchendo a lacuna existente entre a riqueza da experiência perceptiva e a capacidade de analisá-la” (Fabris, 2007, p.32). Visualizar a existência, indo além da escrita, é uma tendência do mundo contemporâneo. As imagens aqui evidenciadas partem do modelo teórico em que a imagem é o espelho do real, a partir da relação com o referente, de modo que a fotografia seja analisada numa perspectiva cultural codificada. Mesmo admitindo-se que a imagem é uma representação do real, o processo de captação desta depende da autonomia do fotógrafo e de sua relação com o referente, que capta as impressões da cena de acordo com as suas próprias intuições e objetivos. Pode-se destacar, considerando as ideias de Dubois (1993, p.26), três percursos teóricos: a fotografia como espelho do real, devido à semelhança entre a foto e o seu referente; a transformação do real, em que a imagem pode ser usada como um instrumento de análise e de transformação da realidade social; e a fotografia como um traço de um real, em que o referente fotográfico é uma *coisa* necessariamente real. Aqui, vale ressaltar que Barthes (1984) comenta que a fotografia não é o real, mas uma perfeição analógica com uma mensagem denotativa.



Barthes (1984) concebe dois conceitos importantes: *studium* e *punctum*. O *studium* diz respeito ao conhecimento técnico, à cultura e ao conhecimento. O próprio termo tem, como origem, o verbo *studare*, o qual significa estudo. Já o termo *punctum*, que advém do verbo *pungere*, significa perfurar, e utilizamos o significado ponto. O *studium* diz respeito ao ato fotográfico, o qual vai desde a escolha do objeto, da cena e indo até a seleção da lente da máquina fotográfica; ou seja, o método para abordagem da imagem. Por outro lado, o *punctum* envolve a emoção diante daquilo que se olha, que se observa, que se pensa e que se sente. O espectador busca o sentido da imagem fotográfica analisando o *studium* e, por meio das suas impressões pessoais, culturais e da época da análise, encontra o sentido da fotografia pelo *punctum*. Logo, nota-se que a fotografia traz uma mensagem daquilo que ela registra.

Segundo Berger (2017, p.38), “a fotografia é um registro automático, com a mediação da luz, de um dado evento: mas ela usa o evento dado para explicar o seu registro”. Ela registra o que foi captado pela lente do fotógrafo, mas também se refere àquilo que não é visto, mas que é percebido pelo espectador no desmonte da imagem, considerando uma análise histórico-social. A fotografia não tem uma linguagem própria, pois as suas referências estão fora da imagem. Então, ela se vale, primeiramente, dos acontecimentos e da cena que permeiam a imagem. Posteriormente, o espectador busca a continuidade dos fatos que antecedem e que são posteriores ao recorte da imagem, e revela-se, assim, o que está presente e ausente na fotografia (Berger, 2017).

As fotografias podem fazer parte de uma experiência particular e/ou privada – como as que estão presentes nessa pesquisa –, além de outras que são utilizadas publicamente. Parto do acervo particular dos sujeitos da pesquisa, em que há uma análise do contexto social da fotografia, o qual segue para além do momento registrado.

Uma fotografia preserva um momento no tempo e impede que ele seja apagado pela sucessão de momentos seguintes. Quanto a isso, fotografias podem ser comparadas a imagens armazenadas na memória. Embora haja uma diferença fundamental: enquanto imagens lembradas são o resíduo de uma experiência contínua, uma fotografia isola a aparência de um instante desconectado (Berger, 2017, p. 90).



Os seus significados circundam o momento do recorte da apreensão da imagem. A fotografia ativa a memória de acontecimentos passados e promove recordar uma história de vida que pode ser utilizada como registro de uma resistência frente à ideologia dominante. Segundo as palavras de Rouillé (2009), as visibilidades contidas numa fotografia não se reduzem à cena e aos objetos, o que pode ser captado pela sensibilidade do fotógrafo, mas dizem respeito ao esclarecimento do que se quer mostrar, daquilo que pode ser percebido e não visto na imagem.

A imagem fotográfica não é um corte nem uma captura nem o registro direto, automático e analógico e um real preexistente. Ao contrário, ela é a produção de um novo real (fotográfico), no decorrer de um processo conjunto de registro e transformação, de alguma coisa do real dado; mas de modo algum assimilável ao real. A fotografia nunca registra sem transformar, sem construir, sem criar (Rouillé, 2009, p. 66).

As fotografias aqui analisadas são capazes de causar rupturas no discurso dominante em torno da heteronormatividade e apresentar possibilidades de discussão de conceitos que se naturalizaram em nosso meio social. O registro de um acontecimento em um álbum de família possibilita discutir acerca da visualidade e apresentar possibilidades de contravisualidade. Uma parte do real é registrada. Esse real, em si, é revelado pelas narrativas que antecedem e que sucedem a cena registrada. A compreensão da fotografia como uma metamorfose da realidade refere-se ao fato de que uma fotografia não é meramente uma reprodução direta da realidade, mas sim uma representação construída por intermédio das escolhas do fotógrafo, as quais vão desde a composição até as configurações da câmera. A mensagem fotográfica é culturalmente convencionalizada numa perspectiva antropológica, já que a interpretação da imagem é influenciada pelos valores culturais em que o(a) observador(a) está inserido(a).

Na construção da narrativa do processo transexualizador de Nicolas N. Mardem, pretendo fazer uma abordagem performativa ativa da linguagem enquanto ação, através dos atos de fala. Valer-me-ei dos argumentos de John Langshaw Austin, da escola de Oxford, filósofo da linguagem analítica que discute sobre a linguagem ordinária. Segundo Austin (1996), há uma



fusão entre o sujeito e a fala, que é o objeto. O pesquisador trabalha com três conceitos que são interdependentes: o *ato performativo*, o *ato de fala* e o *ato ilocucionário*.

Para Austin o ato de fala é composto de três partes, três atos simultâneos: um ato locucionário, que produz tanto os sons pertencentes a um vocabulário quanto a articulação entre a sintaxe e a semântica, lugar em que se dá a significação no sentido tradicional; um ato ilocucionário, que é o ato de realização de uma ação através de um enunciado, por exemplo, o ato de promessa, que pode ser realizado por um enunciado que se inicie por eu prometo..., ou por outra realização; por último, um ato perlocucionário, que é o ato que produz efeito sobre o interlocutor. Através destes três atos, Austin faz a distinção entre sentido e força, já que o ato locucionário é a produção de sentido que se opõe à força do ato ilocucionário; estes dois se distinguem do ato perlocucionário, que é a produção de um efeito sobre o interlocutor (Ottoni, 2002, p.128).

Assim, as frases são ações que agem sobre o real. Para Austin (1996), os atos de fala não são mera descrição do que ocorre na sociedade, mas ação. O ato performativo diz respeito à ação na ordem em que é dita, ou seja, realiza-se uma ação que se concretiza no momento da fala. Já o ato constativo se constitui por enunciados que constata fatos no meio social, os quais podem ser relatos e/ou descrições, que podem ser falsos ou verdadeiro, de modo que o pesquisador conclui que são atos performativos mascarados. A linguagem é uma forma de agir, já que existem três atos simultâneos: o *ato locutório*, que está associado ao uso linguístico para se dizer algo, com uso e disposição dos termos, a fim de dizermos algo; o *ato ilocutório* tem a ver com a força performativa, ou seja, com o modo de dizer e como a outra pessoa receberá essa informação, o que resultará em uma afirmação, negação ou pergunta; e por último, tem-se o *ato perlocutório*, o qual diz respeito ao modo como o outro receberá a mensagem, que depende da força ilocutória. Nem sempre o ato performativo será indicado por um verbo, podendo ser implícito.

Dessa forma, valho-me da visão performativa da linguagem para indicar que a narrativa aqui proposta é ativa, viva, não sendo mera descrição dos fatos, mas que exista o despertar da consciência, pelo ato perlocutório. Esse movimento dar-se-á por meio da força da linguagem obtida pelo ato ilocutório por parte da pesquisadora³⁶.

Então, vamos para a análise da imagem 42 aqui proposta. Nicolas estava com 17 anos de idade. Nessa época, já estava mais próximo do pai biológico e, no aniversário de 17 anos, decide cortar o cabelo. O cabelo é muito representativo, pois a mãe ditava até essa época o tamanho do cabelo, sendo essa a característica mais feminina que Nicolas tinha. Três amigas pagaram para cortar o cabelo dele, e esse fato foi a mudança de comportamento.

A mãe sempre o controlou, não convivendo com as namoradas dele, sentindo-se sempre atraído por mulheres. As mudanças do corpo vieram e isso o incomodava muito. No ensino médio, aos 16 anos se assume como homem trans para a mãe e, nessa época, já tinha começado a hormonioterapia sem acompanhamento médico, com testosterona em gel, e os resultados eram lentos. A ginecologista que o atendia se mostrou solidária, pois o conhecia desde a adolescência, indicando-lhe para um endocrinologista, o qual o acompanha até hoje.

Nicolas narra que a escolha do nome social foi parte de um processo simbólico libertador, uma vez que fez uma lista de nomes, olhava-se no espelho, até que se viu com o nome que hoje utiliza. Com mais de sete anos de transição, ainda é conturbado o processo de recepção das pessoas do seu convívio social, principalmente para nomeá-lo pelo atual prenome. Membros da família, ainda, por vezes, o chama pelo nome do registro de nascimento, mas Nicolas prefere não corrigir, pois o processo da transição de gênero foi muito traumatizante e, como forma de defesa, finge que não ouviu quando ou o tratam pelo artigo ou pelo pronome feminino, ou ainda pelo nome de batismo.

³⁶ Judith Butler utilizou da teoria da linguagem de Austin para propor a teoria sobre a performance de gênero.



A imagem vista anteriormente mostra um marco importante para Nicolas. A camiseta que está vestido foi a primeira que ele comprou sozinho, sem a presença da mãe, pois ela fazia questão de acompanhá-lo nas compras de vestimentas, já que era uma forma de controle. Nicolas tinha começado a fazer *Muay Tay* e, como não tinha roupa para ir à academia, ele comprou uma camiseta e uma bermuda. A mãe e a irmã de 2 anos foram buscá-lo à noite, na casa da amiga, e, quando o viu de cabelos curtos, ficou sem conversar com ele por uma semana. Os avós levaram um choque, mas não comentaram. Ali, a mãe percebeu que estava perdendo o controle sobre ele, já que Nicolas rompeu com aquilo que a mãe tinha maior controle sobre ele: o cabelo. A partir de então, o controle passa sobre as amizades, com quem iria sair e para onde ia.

Para a análise da questão de gênero, parto das performances de que o sujeito da pesquisa utiliza no seu dia a dia para ser reconhecido como homem, gênero com o qual se identifica, e evidencio a construção de sua identidade por meio de deslocamentos do feminino para o masculino.

Percebe-se que, até o séc. XVIII, houve a construção de um discurso em que os corpos masculino e feminino foram apresentados como um único sexo, em que o corpo feminino era uma versão inferior e invertida do corpo masculino. No séc. XIX, a compreensão do corpo humano muda radicalmente, com a existência de dois corpos diferentes, com ênfase na diferença reprodutiva, tendo as genitálias como marca dessa oposição sexual (Porchat, 2014).

No que diz respeito ao dispositivo da transexualidade, este surgiu após a Segunda Guerra Mundial e, com o avanço da endocrinologia, da cirurgia plástica e da psicologia, pessoas procuravam adequar o corpo ao gênero com o qual se identificavam, não se tratando de homossexualidade ou travestilidade. Em 1910, há o lançamento do livro *Die Tranvestiten*, do médico Magnus Hirshfield, em que se denominavam homossexuais, andróginos, hermafroditas e travestis como pessoas que atravessavam as fronteiras do sexo. Em 1917, o médico fundou o Instituto de Ciência Sexual, em que foi realizada a cirurgia de vaginoplastia. A

primeira faloplastia foi realizada em 1919 pelo médico Harold Gillies em Laura Dillon, que se tornou Michael. Com o crescimento de regimes autoritários, houve uma tendência de patologizar identidades que fugiam ao padrão binário e heterossexual (Munin, 2018).

Em 1953, o psiquiatra Harry Benjamin utilizou a palavra 'transexualismo' em uma conferência na Academia de Medicina de Nova York, como sendo um fenômeno autônomo, sem estar associada a uma patologia psicótica. Benjamin (1966, p. 11)³⁷ comenta que "os verdadeiros transexuais sentem que pertencem ao outro sexo, querem ser e funcionar como membros do sexo oposto, não apenas parecer como tal. Para eles, seus órgãos sexuais, tanto os primários (testículos) quanto os secundários (pênis e outros), são deformidades repugnantes que devem ser mudadas pelo bisturi do cirurgião" (Trad. nossa).

À época, a transexualidade estava associada à mudança de sexo, tanto é que o médico recomendava a cirurgia como única alternativa de tratamento (Benjamin, 1966).

Na década de 60, surgem os Centros de Identidade de Gênero, nos Estados Unidos, voltados para atender pessoas transexuais. Em 1973, a transexualidade passou a ser considerada uma "disforia de gênero"³⁸, por John Money (Bento, 2006). Patologizar a transexualidade é um dispositivo social que demarca o que é normal e patológico. O normal na relação hegemônica de poder é a visão binária de gênero (homem/mulher). Há a produção dessa verdade por meio do discurso. Associa-se a normalidade à questão da diferença biológica, por meio da genitália, da carga cromossômica, do corpo etc. Em 1993, temos o CID-10, em que a transexualidade aparece como um transtorno de identidade sexual, inserida no capítulo dos Transtornos Mentais e Comportamentais. Somente em 2018, "a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou da categoria de transtornos mentais para

³⁷ Texto no original: " True transsexuals feel that they belong to the other sex, they want to be and function as members of the opposite sex, not only to appear as such. For them, their sex organs, the primary (testes) as well as the secondary (penis and others) are disgusting deformities that must be changed by the surgeon's knife".

³⁸ De acordo com Bento (2006, p.43) "Segundo King (1998), a utilização do nome "disforia" teve como objetivo demarcar e delimitar o campo do saber médico com a popularização que o termo "transexualismo" adquiriu".

integrar o de “condições relacionadas à saúde sexual” e é classificada como “incongruência de gênero””. A Resolução nº 1/2018 do Conselho Federal de Psicologia determina que “transexualidades e travestilidades não são patologias; a transfobia precisa ser enfrentada; e as identidades de gênero são autodeclaratórias” (CFP, 2019).

Quanto à identidade transmasculina, este é um fenômeno relativamente recente, pois só houve a inserção e inclusão no Sistema Único de Saúde do processo transexualizador dos homens transexuais a partir da redefinição e ampliação pela Portaria nº2.803, de 19 de novembro de 2013 (Ministério da Saúde, 2013).

Os autores dos estudos *Gays and Lesbian Studies* entendiam que o sexo, o gênero e a identidade dependiam de um contexto histórico, social e cultural em que os sujeitos estivessem inseridos e pudessem se desenvolver. Contudo, para esse movimento, a existência da identidade *gay* e lésbica era fixa, involuntária e com normas para o coletivo homossexual. Assim, surgiu um novo grupo de estudos, denominado *teoria queer*, que busca questionar e desconstruir categorias pré-determinadas, como *gays*, lésbicas, homossexual e heterossexual. O sexo e o gênero são dispositivos de poder e de dominação, e as identidades são performativas, não estáveis, fluídas (Porchat, 2014).

O movimento social LGBTQIAPN+ compreende o termo *transgênero* como o exercício da livre autonomia do indivíduo de se identificar com o gênero oposto, incluindo os transexuais, sendo que hoje uma das principais reivindicações é o fim do protocolo médico e psicológico, impostos pelo Conselho Federal de Medicina e pelo Ministério da Saúde, para que possam se submeter à cirurgia de redesignação sexual.

Conforme Bento (2006) defende, não há um processo específico de construção de gênero na experiência transexual. O gênero ocorre pela reiteração da prática de experiências em torno de uma performance seja masculina ou feminina. O exercício da performance, que envolve o vestuário, o corte de cabelo, os acessórios, as cores, o comportamento, os gestos, a estilização do corpo e a repetição de atos qualifica o gênero numa ordem dicotômica (homem/mulher).



Percebe-se que, inicialmente nos estudos sobre os gêneros, foram elaborados constructos sociais, que buscavam explicar a submissão da mulher baseada nas ideias do patriarcado e do machismo, que partem de uma oposição binária homem/mulher e de caráter universal, com o intuito de naturalizar a identidade feminina e masculina de forma fixa, estável, devendo ser vivenciada e compartilhada por todos(as) em sociedade. O dimorfismo sexual dita dois corpos, em que sobre sua superfície age a cultura com seus significados e, assim, haveria a construção do gênero. Nesse contexto, os hermafroditas seriam uma anomalia, pois não seriam nem homem nem mulher. Para Beauvoir (1967, p. 148), “o homem representa o sujeito universal; a mulher, por sua vez, seria o seu outro absoluto”, sem se considerar os aspectos histórico e temporal. Logo, observa-se, aqui, o determinismo biológico.

A década de 90 foi marcada pela tentativa de se desnaturalizar e de dessencializar a categoria mulher, partindo para uma visão relacional, em que se propõe a desconstrução do homem universal a respeito das características ditas inerentes à masculinidade, como racionalidade, virilidade, violência etc. Isso significa pensar que nem todos os homens vivenciam a masculinidade da mesma forma e com as mesmas necessidades, e partiu-se para discutir o gênero masculino de forma interrelacional.

Butler (2014) ancora-se em dois conceitos de Jacques Derrida: a *iterabilidade* e *citacionalidade*.

A identidade de gênero ocorre pela repetição de condutas, de atos corporais e de discursos, os quais, com o decorrer do tempo, vão estabelecendo o gênero, mas sujeito a uma constante transformação. Por meio do ato de fala, o corpo ocupa um lugar político, sendo normatizado, regulamentado e submetendo-se a uma rigidez que parece ser natural, apoiada pelo determinismo cultural da binaridade de gênero. A performatividade age sobre a superfície do corpo e produz o gênero de forma histórica e temporal, caracterizando o que Butler (2003) denomina de “ritual social”, devido à repetição de atos com significados já determinados socialmente. O caráter político, na constituição do corpo e do gênero, sugere que o sexo natural esteja associado à constituição de um gênero relacionado ao sexo biológico, pois ambas as expressões estão sujeitas a uma naturalização discursiva,

engendradas nas relações de poder. Assim, não há uma naturalização pré-existente, o que possibilita afirmar que não há gênero falso ou verdadeiro, podendo ocorrer uma ressignificação corpórea e uma performance de gênero. A própria formação social da subjetividade ocorre também pela repetição não só da utilização do termo pelo qual se é chamado por outrem, mas também pelas atitudes condizentes seja com o feminino, seja com o masculino.

Butler (2003) adverte que a reiteração das normas de gênero, tendo como parâmetro outros corpos que exercem a mesma performatividade de gênero, denomina-se de *citacionalidade*. A partir do momento em que o sujeito faz parte de uma coletividade, a sua identidade passa a ser respeitada e reconhecida. Com o intuito de contestar o discurso de que o sexo é natural e o gênero decorrem do sexo, Butler (2003) traz a discussão da performatividade de gênero, justamente para desconstruir as identidades de gênero binárias impostas pela sociedade, pelo fato de ser uma prática regulatória dos corpos. Assim, a pesquisadora propõe que o gênero é fluído e se modifica conforme o contexto histórico em que está inserido (Haddad; Haddad, 2017). Ainda segundo Butler (2003, p. 25), o gênero é “o meio discursivo/cultural pelo qual a ‘natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura”.

A imagem e os sentidos atribuídos aos corpos são uma invenção social, culturalmente variável; pode-se, inclusive, questionar a criação do sexo pelo gênero, a criação do corpo pelo papel social que desempenha (Swain, 2000).

O gênero é construído com a repetição de atos que são apresentados como necessários, daí seu caráter performativo. Ao mesmo tempo, “o gênero é uma norma impossível de se incorporar completamente” (Butler, 2003, p. 200). Nota-se que o gênero é uma fantasia, um estereótipo; porquanto, é uma imagem ideal de ser e existir. O sujeito não é uma essência, por sua natureza. A impossibilidade da constituição completa do ideal de gênero decorre da identificação. Ao mesmo tempo que há um discurso que limita as possibilidades de ser baseado na ideia de sexo, o indivíduo tem autonomia e agência para desfazer e refazer as normas de gênero propostas para seu corpo (Butler, 2000). A concepção de sexo é formada por significados que

levam em consideração um pensamento sobre o corpo.

O discurso atinge cada corpo de acordo com o sexo. Isso significa pensar que as práticas e o tratamento desses corpos serão diferentes de acordo com o que é determinado discursivamente. Percebe-se, portanto, que o gênero é uma construção social cultural sobre a superfície dos corpos, não sendo estático e/ou imutável, como impõe o discurso dominante. A binariedade de gênero está inserida numa relação de poder, de modo a justificar a submissão dos corpos, as relações de trabalho e o interesse reprodutivo (Foucault, 1999).

A teoria *queer* surge na década de 80 como crítica à ordem sexual presente, tendo, como principal precursora, a ativista e filósofa Judith Butler, sendo que o termo, ao ser traduzido para a Língua Portuguesa, significa “estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário” (Louro, 2001, p. 546). A partir do momento em que se buscam as razões históricas e sociais em torno da manipulação dos corpos, compreendendo de que forma as estruturas de poder buscam insistir em manter a prática da heteronormatividade, evidencia-se que tais atos provocam fissuras no desmonte do discurso dominante.

O termo *queer*, conforme aponta Louro (2007), é uma expressão que ampara todos os comportamentos desviantes da binariedade de gênero, da heterossexualidade, como *gays*, *lésbicas*, *travestis*, *bissexuais*, *pansexuais*, *transgêneros*, *transexuais*, *dragqueens* e *kings*. Os teóricos *queer* não se propõem à apresentação de um corpo homogêneo; pelo contrário, eles propõem uma desconstrução em torno da heteronormatividade e da binariedade. O modelo tradicional propõe corpo-sexo-gênero-heterossexualidade, ou seja, corpo com sexo masculino, gênero homem e heterossexual; corpo com sexo feminino, gênero mulher e heterossexual. Não se admitem variações a respeito do gênero e da orientação sexual. O discurso da heteronormatividade sustenta as relações de poder em torno da educação, do saber, da política, da saúde e das demais esferas de poder que sustentam as relações sociais (Louro, 2008).



Nos estudos *queer*, Butler (2003) desenvolveu a teoria da performatividade de gênero e argumenta que o gênero e o sexo são culturalmente construídos e não são permanentes, mas estão inseridos numa cultura heterossexual e heterossexista. Com isso, as categorias de poder se encarregam de manter e de perpetuar a heterossexualidade compulsória. Sexo e gênero não são entidades materiais e/ou naturais, mas demarcam a superfície do corpo e são uma forma de controle e de disciplinamento social. A imposição de uma estrutura binária na regulação da sexualidade restringe a expressão de uma multiplicidade subversiva que desafia as hegemonias estabelecidas pela sociedade, seja no âmbito da orientação sexual da reprodução da espécie, seja na manutenção do poder patriarcal.

Ancorando-me nas ideias de Colling; Arruda; Nonato (2019, p.06):

Em Butler, tal teoria não trata só da linguagem, mas também como operam as forças estruturadas e estruturantes que incidem sobre a introjeção de valores que motivam a ação performativa. Butler também quer refletir sobre o movimento do corpo que tais forças ensejam e o efeito da repetição no processo de fabricação da materialidade corporal.

O que se percebe, aqui, é que gênero não é performance, pois não se trata de mero ato voluntário e/ou individual, que se consuma por aquele que performa. A performatividade é um ato reiterado, citacional, o qual transcende o ato consumado. A reiteração de uma conduta, que pode inclusive confrontar um ato naturalizado, acaba por gerar fissuras no ato performativo. A performance de gênero é aberta a deslocamentos, como ocorreu no caso de Nicolas, sendo que as relações de poder fantasiam um homem e uma mulher ideais, naturais, originais. Nicolas se apropria da performance masculina presente na vida cotidiana, por meio de atos continuados, repetitivos, e ressignifica tais atos gestuais e corporais (Gusmão, 2022). Nicolas não amanheceu em um dia dizendo que performaria um homem, mas a sua performatividade está associada à sua subjetividade.

Butler tece críticas à perspectiva essencialista e construcionista em relação ao corpo e ao gênero. Na teoria essencialista, o gênero decorre do sexo, sendo natural e permanente; já na teoria construcionista, o sexo é anterior ao gênero, e faz parte de

uma construção. Não há um sexo anterior ao gênero, e, por isso, não é natural ser mulher ou ser homem. O gênero decorre da genitália que difere os corpos (Colling; Arruda; Nonato, 2019). A partir do momento em que se visualiza a sexualidade como efeito de uma prática histórica-discursiva, é possível desorganizar a coerência natural entre sexo, corpo e atração sexual.

Não é possível conceber a construção de gênero, até porque o corpo é o sujeito das ações e não um agente que iria se apropriar de um gênero ou construir um gênero. Segundo Butler (2019, p. 195), “[...] se o gênero não está amarrado ao sexo, causal ou expressivamente, então ele é um tipo de ação que pode potencialmente se proliferar além dos limites binários impostos pelo aspecto binário aparente do sexo”.

O objetivo de Butler é apresentar uma visão de corpo e de sujeito que permita abrigar pessoas que não se encaixam nos padrões convencionais de gênero. É admitir que não há patologia nessa questão e que são cidadãos plenos; é, inclusive, permitir asua existência e o exercício de liberdade em afrontar a coerência da identidade de gênero.

3.2.As ressignificações de gênero

Ao naturalizarmos o sistema binário de sexo (masculino/feminino), percebe-se que esta é uma forma de deixar claro que o que está para além do binário não existe³⁹. Segundo Gomes (2017, p.155),

a luta pela visibilização de formas de conhecer e compreender o mundo que são invisibilizadas pela racionalidade da ciência moderna faz parte de uma estratégia de globalização contra-hegemônica. Nessa esteira, a racionalização operada pelo

³⁹ Boaventura de Sousa Santos descreve a sociologia das ausências e esta situação descrita, bem ilustra essa teoria.

conhecimento científico se coloca como uma forma de colonialidade para a qual precisamos pensar alternativas teóricas, epistemológicas e práticas.

No processo de colonização do saber científico, ficaram invisibilizadas práticas que não são hegemônicas e que estão fora dos discursos daqueles que querem exercer o poder. Consideram-se os conhecimentos hegemônicos como verdadeiros. É necessário o reconhecimento dos conhecimentos plurais e, inclusive, o diálogo com a epistemologia da ciência biológica, levando-se em consideração um paradigma social e cultural, de modo que sejam reconhecidos a pluralidade de gênero e o exercício de sexualidade (Gomes, 2017).

Santos (2002), ao discutir sobre a sociologia das ausências, sustenta que seu objetivo é fazer presente aquilo que era impossível, pois foi invisibilizado e desqualificado e, assim, poder torná-lo visível, substituindo a monocultura pela ecologia dos saberes. No campo das sociologias da ausência, esta visão aplica-se às experiências já disponíveis, como no caso da transexualidade, a qual até o ano de 1993 não era reconhecida como uma alternativa para além do sistema binário de sexualidade; contudo, a partir de então, passa a ser caracterizada como transtorno mental e, somente em 2018, deixa de ser patologia e é vista pelos profissionais da área da saúde como “incongruência de gênero” (Gomes, 2017).

A partir do momento em que se reconhece a existência da transexualidade, mas com o intuito de expandir as experiências disponíveis e possíveis, percebendo que o gênero pode ser fragmentado, e que os desejos e orientações sexuais não decorrem dogênero, inclusive evidenciando que o sexo também é um construto social, é, possível, assim, abrir possibilidades de discussões e saberes contra-hegemônicos. A ecologia de saberes propicia a existência de visões que emergiram dos movimentos sociais, como o movimento LGBTQIAPN+ na questão de gênero e sexualidade, a fim de que exista o pleno reconhecimento de sua existência, com efeitos jurídicos, sociais e políticos. Gomes (2017), portanto, afirma que “todo conhecimento é interconhecimento, reconhecimento e autoconhecimento”.

Nesse contexto, Preciado (2011) nega que haja células masculinas e femininas, e rejeita o discurso biológico, em que o natural é anterior e constitui os seres humanos. A epistemologia da ciência biológica produz o discurso daqueles que queiram regular e governar.

O corpo não é um dado passivo sobre o qual age o biopoder, mas antes a potência mesma que torna possível a incorporação protética dos gêneros. A sexopolítica torna-se não somente um lugar de poder, mas, sobretudo, o espaço de uma criação na qual se sucedem e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais... As minorias sexuais tornam-se multidões. O monstro sexual que tem por nome multidão torna-se queer (Preciado, 2011, p. 14).

Segundo Foucault⁴⁰ (1999), a sexualidade é um dispositivo de controle sociopolítico, cujo poder opera de maneira microfísica. Os micropoderes presentes na família, na igreja, na escola e no ambiente de trabalho estão disseminados no meio social e têm um poder de ação muito maior que o macropoder⁴¹, estando a serviço desses. O poder não está concentrado nas mãos de alguém ou de uma instituição, mas é difuso e está ramificado em todas as relações sociais. É uma ação e relação de força. Os mecanismos de controle são mais racionalizados e aparentemente invisíveis, a fim de disciplinar e de controlar os corpos. As relações corporais estão repletas de poder, mas produzem desejos, provocando uma resistência e gerando fissuras.

Foucault (2021, p.101) entende que “somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. Isto vale para qualquer sociedade, mas creio que na nossa as relações entre poder, direito e verdade se organizam de uma maneira especial”.

A partir do momento em que Nicolas não se enquadra mais na caixa de uma mulher cis, este, parte para a fissura das teias do poder, de modo a alcançar o desejo de se identificar no exercício do gênero trans, pois o poder que engendra o corpo individual e social produz um regime de verdades que se expressa em seu corpo. Essa decisão só foi possível, pois existe a normalização a

⁴⁰ A filosofia de Michel Foucault foi essencial para provocar os questionamentos levantados pelos autores *queer*.

⁴¹ É o Estado institucionalizado.

respeito dessa travessia, pois os mais variados dispositivos de poder não só reprimem condutas, mas disciplinam e as normalizam. Preciado adverte que o sujeito não discute acerca das possibilidades de se escapar dos aprisionamentos sociopolíticos e das modernas mudanças tecno-científicas em torno da sexualidade (Oliveira, 2021).

O gênero advém de uma prática discursiva, permitindo que haja ressignificações. A própria sexualidade é produzida através de discursos, de práticas e de instituições que moldam o modo como nos relacionamos com nossos corpos, com nossos desejos e com nossos prazeres (Foucault, 1999).

Foucault (1999) desvenda quatro discursos fundamentais que emergiram na era moderna com relação à sexualidade: o discurso médico-legal, focado em controlar e padronizar a sexualidade através da regulação da reprodução e da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis; o discurso religioso, o qual busca controlar a sexualidade por meio de princípios morais e éticos; o discurso científico, que busca compreender a sexualidade por meio da psicologia e biologia; e o discurso jurídico, que tenta controlar sexualidade por meio da legislação.

Esses discursos foram os responsáveis por criar diversas categorias e normas que moldam a nossa percepção sobre a sexualidade. Por exemplo, o discurso médico-legal criou as categorias de *normal* e *anormal* para classificar as práticas sexuais. O discurso religioso trouxe a ideia de que a sexualidade é pecaminosa e precisa ser controlada. O discurso científico estabeleceu a concepção de que a sexualidade é condicionada a fatores biológicos e psicológicos. E o discurso jurídico incutiu a noção de que a sexualidade constitui um crime, caso não esteja alinhada às leis pré-estabelecidas.

Foucault (1999) defende que tais discursos transcendem a mera repressão e são, também, produtivos. De fato, eles não apenas impõem limites em nossa sexualidade, mas também são responsáveis por criar novos desejos e novos prazeres. Podemos citar, por exemplo, que o discurso médico-legal criou a ideia de que o sexo deve ser seguro e prazeroso, o que levou ao surgimento de novos produtos e serviços sexuais.



Além das abordagens mencionadas, é possível acrescentar outras ideias à visão de Foucault (1999) acerca da sexualidade, como a questão de considerar o papel da subjetividade na sexualidade. A sexualidade não é apenas produzida por discursos e por práticas externas, mas também é moldada pela subjetividade individual. Cada pessoa experimenta a sexualidade de forma única, permeada por suas experiências, crenças e valores.

A visão de Foucault nos ajuda a enxergar a sexualidade como uma construção social, que é produzida por uma variedade de fatores, incluindo discursos, práticas, instituições, mídia e cultura popular.

3.3. Corpo num contexto sócio-cultural

O corpo é um sistema, pois envolve o corpo biológico e cultural, elementos que são interligados, inseparáveis (Greiner, 2005, p.42). A percepção e a consciência em torno da experiência corporal, da forma como interagimos com as outras pessoas, num contexto cultural, permite-nos que haja a construção da identidade social, a qual está associada ao exercício da subjetividade que envolve os sentimentos e os pensamentos do indivíduo, permeados pela linguagem e pela cultura numa experiência individual. Segundo Menezes (2016, p. 73), “[...] a subjetividade é formada por dois elementos centrais: o sujeito (ou indivíduo) e o social (as estruturas sociais e a cultura – elementos que interferem na formação da subjetividade)”. A subjetividade é individual e se reflete no processo de construção da identidade social.

Conforme Le Breton (2007, p.18) “[...] o homem não é o produto do corpo, produz ele mesmo as qualidades do corpo na interação com os outros e na imersão no campo simbólico. A corporeidade é socialmente construída”. Nessa perspectiva, percebe-se que a corporeidade, associada à identidade, se constrói na interação do indivíduo com o meio social. O corpo não é uma matéria

estática, sem vida, mas, segundo Foucault (1982), é uma superfície que se amolda culturalmente e que se transforma. É uma superfície carregada de símbolos, permeada pela cultura. A identidade social não é estática e pode sofrer mutações ao longo das experiências individuais. No caso específico da identidade de gênero, a qual envolve uma das dimensões – como o indivíduo que se apresenta socialmente, ela pode assumir um papel social dentro do universo feminino, masculino ou ainda em não se definir em uma dessas identidades.

O indivíduo, ao alterar a plasticidade corporal, pretende alcançar uma nova identidade. Convido a observar as imagens que se seguem, para pensarmos juntos a respeito da identidade de gênero: Nicolas, sujeito de pesquisa, se apresenta na imagem 44 com a identidade de gênero não definida aos 16 anos, vestido em uma calça *jeans*, com um *binder*, cabelos acima do ombro, descalço, com as mãos no rosto, mas com a projeção de duas imagens. Nesse momento, a representação social do gênero está associada ao sexo biológico. Ele estava com 16 anos. Odiava o corpo; via-se como andrógino. Não existia amor pelo corpo. As imagens projetadas eram como se existissem duas pessoas dentro dele. A performance, nesse cenário, não tinha autonomia para bancar o reconhecimento. Nunca teve medo das transformações. A partir do momento que enxerga essa possibilidade passa a ser um sonho.



Figura 44: Nicolas com 16 anos de idade (havia 2 pessoas dentro dele)



Fonte: acervo pessoal de Nicolas N. Mardem

No processo de experiência corporal que Nicolas vivenciou durante certos períodos de sua existência, as significações a respeito do corpo que lhe foram apresentadas ganharam significação na identidade de gênero feminino. No decorrer da adolescência, com novas experiências, Nicolas se define e se apresenta como homem.

Figura 45: A primeira camiseta cavada que usou após a mastectomia



Fonte: Acervo pessoal de Nicolas N. Mardem

Na imagem 45, Nicolas já tinha passado pelo processo de transição do corpo com uso de hormônio e fez a cirurgia de mastectomia masculinizante. Ele está vestido com uma bermuda rosa estampada com abacaxi, com camiseta cavada estampada, tendo assumido a identidade de gênero masculino. Essa imagem, para ele, é bastante significativa, pois foi a primeira vez que

usou camiseta cavada.

Observa-se que a plasticidade do corpo faz com que exista a sua transformação e ela, inclusive, fique condizente com as suas expectativas, para, de fato, assumir uma nova identidade de gênero. O uso de tecnologias oferecidas pelo sistema capitalista, como a matectomia, a harmonização facial e a utilização de hormônios apresentam o discurso da felicidade plena no sentido de adequar o corpo, por meio da representação social, indo ao encontro de uma possível identidade plena (Jesús, 2017).

As imagens aqui apresentadas estão inseridas em um contexto sociocultural. Que sentidos podem ser vistos e lidos nos processos de captação desses cenários? A imagem 44 de Nicolas é de um adolescente, que, ao olhar para o espectador, desafia a pensar sobre a questão de gênero, a identidade, a representação social, e, desse modo, propicia a discussão sobre a formação do sujeito. A interpretação de uma imagem é um processo complexo que envolve tanto o autor da imagem quanto o espectador. O autor, ao capturar a imagem, cria um conjunto de significados que estão implícitos nos elementos visuais da imagem. O espectador, por sua vez, interpreta esses significados de acordo com seu próprio contexto e experiência.

A análise que apresentamos aqui se baseia na perspectiva pós-estruturalista, na qual o significante e o significado não são fixos, mas sim construídos socialmente. Isso significa que a interpretação de uma imagem pode ser diferente para cada espectador, dependendo de suas crenças, valores e experiências. Esse movimento está ancorado em Michel Foucault e Gilles Deleuze (Foucault, 2014).

Nicolas, ao vivenciar um gênero imposto pela sociedade, em que a superfície do corpo é moldada de acordo com o discurso hegemônico da heterocisnormatividade, percebe-se que o corpo é *generificado* desde o início da sua existência, carregado de representação, que necessariamente não é o que provoca, mas o que faz os atos que pratica (Salih, 2018).

Na imagem 45, temos Nicolas, já adulto, o qual vivenciou um corpo dissidente, que culminou com o trânsito e com a fluidez da identidade de gênero, assumindo uma performance masculina, apresentando-se socialmente como um homem. Ao analisar esta

imagem, busca-se desmontar as suas partes, chamando a atenção para o acontecimento que envolve a imagem, pois este é mais relevante que a própria imagem. Acerca disso, Foucault (2021, p.209) comenta que “o desejo de retratar, refletir ou imitar é inócuo, pois estamos sempre diante de invisibilidades profundas e da impossibilidade de fazer com algo se torne efetivamente presente”. Assim, a visualidade presente nas imagens de Nicolas permite-nos discutir a identidade, a representação social e a transexualidade, que só se tornam visíveis quando partirmos para uma investigação dos acontecimentos presentes na imagem 44e comparados a imagem 45.

Dessa forma, apresento um questionamento, comum aos teóricos, sobre identidade de gênero: ela é natural ou construída? Há um discurso hegemônico em considerar o gênero como sendo natural, relacionado a uma questão de ordem biológica. Contudo, tal posicionamento não é unânime, pois sociólogos, como Hall (2006), discutem que há um processo de construção de identidade não acabado, fragmentado e que possibilita ser fluído. Jesús (2017, p.46) conclui que “as identidades são sempre construídas mediante a diferença, e não fora dela. Se não são dados naturais, logo, as identidades e as diferenças são efeitos das relações de saber-poder sobre as subjetividades e os corpos”.

Segundo Baumann (2005), o pertencimento de um indivíduo a uma certa comunidade envolve comportamentos, valores, performances e hábitos com fluidez e, inclusive, admitindo um processo identitário líquido. O fato de transitar em mais de uma identidade, não é garantia de se alcançá-la plena e permanente, pois ela é fluida, em virtude do fato de a cultura ser mutável.

A imagem e os sentidos atribuídos aos corpos são uma invenção social, sendo culturalmente variáveis, podendo, inclusive, questionar a criação do sexo pelo gênero e a criação do corpo pelo papel social que desempenha (Swain, 2000). Partindo-se dessas noções de identidade, é importante perceber o desmonte desse conceito associado à questão de gênero, especialmente devido às visualidades presentes nas imagens de Nicolas, suscitando esse movimento de transformação do corpo e da sexualidade, os quais são capazes de produzir efeitos nos olhares, nos corpos e nos comportamentos diante da experiência

transexual.

Historicamente, somente no séc. XX as pessoas passaram a ser reconhecidas com um gênero destoante do sexo. Bento (2012, p.18) entende a transexualidade como “uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero.” Sexo e gênero são a mesma coisa, sendo que a superfície dos corpos permeados pela cultura define o que seria gênero por meio do qual o sexo é estabelecido (Butler, 2003).



3.4. Identidade e diversidade: ser homem é demais?!

Figura 46: Aniversário de 19 anos de Nicolas N. Mardem



Fonte: Acervo pessoal de Nicolas N. Mardem

Na imagem anterior, Nicolas está completando 19 anos de idade. Foi um marco, pois se vestiu como queria. Estava com colegas da faculdade e com a namorada. Foi num *pub*, cuja proprietária é lésbica e, ali, se sentia seguro. No despertar da consciência, na adolescência, quanto ao exercício de gênero e identidade, Nicolas foi perdendo uma perspectiva de futuro e não imaginava que existia uma possibilidade de vida a médio e longo prazo. Nesse momento, já se sentia mais seguro, pois estava na travessia de gênero e procurando, por meio de atos reiterados, encaixar-se e ser visualizado no exercício do gênero e identidade masculina. Ao nascer, foi registrado como sendo do sexo feminino, a partir da genitália, e educado como mulher. Na adolescência, passa a se identificar no exercício de uma identidade masculina. Hoje, ele se vê como homem trans dentro do espectro binário de gênero⁴².

Butler (2019, p.56) analisa como a identidade é construída no interior da linguagem e do discurso: “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados”. A subjetividade não é anterior às convenções culturais, o que acaba por atribuir significados aos corpos e à identidade. A performance, praticada de forma reiterada, constitui a própria identidade como se fosse algo natural, mas na verdade renova o discurso, enquanto produto histórico e cultural. A identidade está presente nos atos de fala, enquanto ação.

Já Preciado (2011), adepto da filosofia da diferença, transgride todas as identidades, colocando-se no lugar de não identidade, isto é, a negação de você ter que corresponder a qualquer essência que seja estabelecida pelos outros ou por ele mesmo. O pesquisador desenvolve o conceito de sexopolítica, em que a reprodução da população, a binariedade de sexo egênero e o exercício da sexualidade são ficções e não existem fora de uma epistemologia capitalista. Todas essas são formas de discriminação. As identidades são construídas sob a ideia de submissão dos indivíduos às regras normativas.

⁴² Diferentemente das pessoas transmasculinas, que se vêem fora do binarismo de gênero, como não binário (Santos; Boffi, 2022).

Nicolas é um dissidente do sistema sexo-gênero, a partir da norma. Mesmo se colocando fora dela, o sujeito é tomado pela norma, pois nos orientamos pelos rótulos. De fato, não existe o não-lugar. A identidade é inútil, pois como estamos nos modificando o tempo todo, então ela é ilusória. É preciso romper com as identificações, isto é, com as “jaulas” que tentam nos colocar.

A masculinidade e a feminilidade não são entidades ontológicas, mas sistemas de poder. Os papéis sociais são ficções, podendo ser úteis ou inúteis, quando somos aprisionados por esses rótulos. Apesar da pluralidade, todas as designações estão fora da norma, e à sua margem são constituídas por meio do binarismo.

Como será possível desnaturalizar o gênero? Como será produzir uma sociedade de forma que as diferenças sexuais não incidam sobre o corpo? Como denunciar o caráter fictício do gênero? Ter uma sociedade em que a reprodução não estabelece o horizonte dessa sociedade?

Preciado (2022) se refere à palavra *prótese* para se referir às tecnologias que definem a performance de homem ou de mulher, ou seja, a forma com a qual esse corpo é reconhecido no mundo. No sec. XIX, há um discurso biopolítico acerca do nosso corpo, definindo os usos e os sentidos como sendo naturais. Desnaturalizar o corpo significa entregar-se ao exercício radical de outros usos para si. Preciado pensa como o corpo pode ter prazer para além da reprodução.

A cartografia que se impõe sobre nosso corpo determina zonas específicas para o prazer e para a reprodução. Há uma confluência do discurso médico, do discurso legal e de reclusão, regulando e disciplinando o corpo, que até produzem identidades, mas surgiram novos aparatos como novas tecnologias, drogas, hormônios e mídias. As técnicas de controle não são mais externas, mas internas, e funcionarão como próteses bioquímicas, com signos culturais, a fim de uma invocação performativa de uma identidade.

Figura 47: Nicolas N. Mardem segurando uma seringa com ampola de testosterona



Fonte: Acervo pessoal de Nicolas N. Mardem

A imagem anterior é muito simbólica para Nicolas, pois foi a primeira vez que se autoaplicou testosterona, a fim de que tivesse autonomia, haja vista o fato de que o uso é mensal, podendo ser aplicado de 15 em 15 dias. Este é um medicamento gratuito oferecido pelo SUS para quem participa do processo transexualizador. Entre os significados da testosterona, Nicolas

destaca que ela conforta o psicológico, impede que menstrue, e o próprio emocional não suporta não fazer o uso. Ele já fez o uso do androgel, mas as mudanças eram lentas. Quanto à voz, só fez o uso da testosterona. Ele ganhou mais massa muscular e mais gordura.

Preciado (2021, p.11) comenta: “e minha rota de fuga era, entre outras coisas, a testosterona. Neste processo, o hormônio não é de forma alguma um fim em si mesmo: ele é um aliado na tarefa de inventar um outro lugar. Assim, abandonei gradualmente o quadro da diferença sexual”.

Todo corpo é artificial e construído. A testosterona constrói a identidade dos sujeitos. A sua dissidência identitária rompe com a essência identitária. Há tecnologias medicamentosas para desnaturalizar a identidade e há coisas da nossa subjetividade que podem ser quimicamente feitas, como a produção de gênero e as ficções de subjetividade. A identidade é um lugar de redução, não de multiplicidade.

As identidades ganham sentido através da linguagem e por meio de símbolos que a representam. Para se afirmar que o sujeito possui determinada identidade, é necessário relacioná-lo a outra pessoa de identidade diversa. No caso de Nicolas, o gênero que lhe impuseram, a partir do nascimento, exige uma identidade feminina, mas ele se identifica com o oposto, o masculino. A diferença é marcada pela exclusão, pois, se é mulher, não pode ser homem. Existe uma associação da identidade com coisas que a pessoa usa. No caso de Nicolas, o cabelo curto, a camiseta, a bermuda, a barba e os pelos nas axilas são marcadores da masculinidade que exerce. Quando Nicolas parte para exercer a construção de outra identidade por intermédio da travessia de gênero, há efeitos materiais: a rejeição da família e da sociedade e os conflitos existenciais, estando sujeito à violência e à homofobia (Hall; Woodward, 2014).

A questão da identidade apresenta contornos diferentes numa visão essencialista e não essencialista. Para a definição de essencialista, quanto ao gênero e sexo, utiliza-se dos conceitos da Biologia, a qual afirma que há características inerentes à

natureza feminina e masculina que não se alteram com o tempo; isto é, são fixas, imutáveis. Já para os não essencialistas, o significado de ser homem e de ser mulher se alterou ao longo da história e, conseqüentemente, provocou mudanças na cultura. Percebe-se que o corpo define quem somos e fundamenta a nossa identidade. Não há uma identidade que seja verdadeira e/ou inquestionável, pois ela é relacional, sendo fluida. A construção e a manutenção da identidade dependem do processo social e simbólico (Hall; Woodward, 2014).



Figuras 48 e 49: Nicolas N. Mardem após fazer a mamoplastia masculinizadora

Figura 48: A namorada retirando o curativo Figura 49: A felicidade de Nicolas com o resultado da cirurgia



Fonte: acervo pessoal de Nicolas Marden

Fonte: acervo pessoal de Nicolas Marden

Em 2020, Nicolas fez a mamoplastia masculinizadora. A imagem acima retrata a felicidade com que ele ficou com a retirada das mamas. No processo de cirurgia, ele argumentou que era um momento dele e quis que a namorada o acompanhasse.

Teve um marco de 2 anos no processo transexualizador, com o uso de testosterona e mastectomia. A cirurgia começaria às 6:00 da manhã e não teve medo. Foi um momento de pedir proteção a Deus. Foi para o quarto dopado, mas acreditava que ia ficar bonito. Quando viu o resultado, ficou emocionado e era o que queria. A namorada, nesse processo, queria tanto quanto ele. Ela sonhou junto com ele, pois não queria uma mulher que só o respeitasse. A retirada das mamas foi um alívio e uma sensação prazerosa. Foram conquistas que não imaginava que iria ter. Era um momento que não quis dividir com a mãe e com os avós.

Mas, o que as imagens apresentam e representam na construção da identidade de gênero?

A construção da identidade de gênero de Nicolas sugere fragmentação; contudo, os sistemas dominantes de representação sugerem seus significados. Nicolas sofre com o preconceito e com a discriminação ditada pela binaridade de gênero.

A prática discursiva da materialidade do sexo no corpo reforça a ideia da diferença sexual, com o intuito de impor a heterossexualidade. O discurso de que a sexualidade é algo *natural* se sustenta no fato de se supor que todas as pessoas exercem a sexualidade de forma padrão, sem levar em consideração rituais, linguagens, fantasias e representações inseridas num processo cultural de uma sociedade (Louro, 2001). A sexualidade é uma questão de ordem não apenas pessoal, mas também cultural, social e política. As relações sociais definem as identidades de gênero e sexuais, sendo construídas histórica e culturalmente. Britzman (1996, p.74) comenta que

[...] nenhuma identidade sexual – mesmo a mais normativa – é automática, autêntica, facilmente assumida; nenhuma identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identificação heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade heterossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada.

Segundo Louro (2000, p.09), “[...] as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teóricas culturais”. Reconhecer-se numa identidade pode ter um

caráter transitório, pois o pertencimento a um grupo social pode ser alterado e, nesse movimento, pode haver a migração para o exercício de uma outra identidade em que a pessoa se reconheça. Contudo, na sociedade ocidental, é difícil aceitar que a identidade de gênero possa ser maleável, já que o discurso que impera é de uma heteronormatividade constante, sem fluidez, e espera-se que o corpo dite a identidade por sua aparência e pelos atos que executa.

As teias de poder presentes na sociedade alimentam as desigualdades, a hierarquia e as diferenças. Quando a sociedade dita a heteronormatividade como padrão de conduta, *gays*, lésbicas, transexuais, assexuais e intergêneros são vistos como sujeitos que se desviam da norma heterossexual, sofrendo, assim, com a discriminação. O grupo social que atende aos quesitos de gênero, de sexualidade, de raça, de religião e de classe social (homem branco, heterossexual, cristão e classe média) tomam para si o direito de representação, impondo um padrão a ser seguido. De outro lado, aquelas pessoas que não se adequam ao padrão difundido por esse discurso refutam e contestam essa hegemonia e *normalidade*. Ser heterossexual é visto como normal, natural. Percebe-se, dessa forma, que a identidade perpassa também por uma questão política e não só cultural, histórica. (Louro, 2000)

Associado à ideia de gênero, temos o conceito de identidade, que, segundo Hall (2006, p.10), identifica três concepções acerca da identidade: “[...] sujeito do Iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno”. O sujeito do Iluminismo apresenta-se com uma identidade individualista e respaldada no masculino, sendo centrado e unificado. Já o sujeito sociológico não é autossuficiente, sendo formado através das relações sociais, numa interação entre o eu e a sociedade, o que possibilita a fragmentação dessa identidade estável, anteriormente vivenciada, e abre espaço a várias identidades, devido às mudanças estruturais e institucionais presentes na sociedade. Esse processo de identificação, que projeta a identidade cultural do indivíduo, fez com que surgisse o sujeito pós-moderno, sem “[...] uma identidade fixa, essencial ou permanente” (Hall, 2006, p. 12). Ele está sujeito a uma transformação contínua, sendo uma ilusão pensar em uma identidade segura, perene e sem transformação, pois

essa visão se confronta com outras identidades com que possa se identificar ao menos provisoriamente.

Apresentadas essas concepções de identidade, destaca-se, em relação ao protagonista da pesquisa, o sujeito sociológico, pois a identidade não é em caráter permanente. Pelo contrário, Nicolas, a partir 16 anos, inicia o processo transexualizador para o gênero masculino, no exercício de sua performance, e passa a construir uma identidade masculina.

Hall (2006, p.17) destaca que a sociedade da modernidade tardia, tendo surgido na metade do século XX, marcada pela globalização, “[...] é atravessada por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições do sujeito” - isto é, de identidades – para os indivíduos”. Há criação de novas identidades e o descentramento do sujeito cartesiano. Na posição cartesiana, o sujeito é o agente. É na obra de Lacan que é produzido o conceito de *sujeito*, partindo-se da teoria psicanalítica de Freud, na qual o sujeito não é um conceito apresentado, mas discutido nas entrelinhas, tendo o nome de *desejo*, não existindo por si mesmo, mas podendo advir do inconsciente. Cukiert; Prizskulnik (2002, p. 145) comenta que “[...] Como paradigma do Imaginário, o estágio do espelho se refere à forma como a imagem do corpo próprio, a partir do outro, tem um papel fundamental na formação do eu e na imagem assumida pelo sujeito.” O sujeito é estabelecido pela sua função simbólica, numa relação com outro e intermediada pela linguagem. (Torezan; Aguiar, 2011)

O descentramento da identidade está baseado primeiramente na reinterpretação da teoria marxista; depois, na descoberta do inconsciente por Freud, para quem a sexualidade e os desejos são formados por processos simbólicos do inconsciente. Isso significa pensar que a identidade é formada por meio de um processo inconsciente, não sendo inata.

Além disso, o significado das palavras as coloca em movimento, não havendo um conceito fechado em torno da identidade, mas sim significados suplementares. Foucault (1982) promove novo descentramento ao identificar um “poder disciplinar”, ocupando-se da vigilância do indivíduo e do corpo, com base no poder administrativo das instituições coletivas que regulam a família, o prazer e a sexualidade. Por último, como quinto descentramento, aparece o feminismo, que questiona a

distinção entre público e privado e afirma que homens e mulheres fazem parte da mesma identidade.

Os movimentos civis e sociais LGBTQIAPN+ têm contribuído para enfatizar que as identidades são fluidas, cambiantes. Não se trata de uma essência estática, em que as diferenças são fixas ao longo da história (Weeks, 1994 *apud* Hall; Woodward, 2014).

3.5.As fendas das “caixas das verdades”: corpos que são silenciados e que se silenciam

Com o intuito de discutir sobre as fissuras nas caixas das verdades de corpos dissidentes e, em especial, de Nicolas, provooco o leitor para o seguinte questionamento: é possível falar com e a partir de Nicolas?

Enquanto mulher cis-heterossexual, não há possibilidade de eu assumir o lugar de fala e possuir argumentos de autoridade de um homem trans, mas como pesquisadora me é autorizado entrevistar Nicolas a partir do seu lugar social e construir sua narrativa de experiências. Com isso, analiso conceitos como sexo, gênero, identidade e discuto acerca de outros espaços que existem e sobre suas travessias que podem ser utilizadas como ferramenta pedagógica a partir da arte-educação, a fim de educar olhares. Não se trata de uma questão individual, mas de experiências comuns aos homens trans. A invisibilidade provocada pelas regras hegemônicas em torno do gênero e sexualidade, com imposição de uma heterossexualidade compulsória, decorre do projeto de colonização que sofremos.

O direito de fala era dado aos homens brancos europeus e, caso os indígenas quisessem reivindicar alguma voz, os europeus os silenciavam com castigo e com violência física. Submeter-se ao discurso do opressor era uma forma de sobrevivência. Pensar no lugar de fala remete-nos à autorização de que uma pessoa possui em falar sobre a sua própria situação

social, enquanto pertencente de um grupo minoritário, subalternizado. Grupos não hegemônicos precisam provocar debates face ao discurso hegemônico de uma sociedade branca, patriarcal, cis e heterossexual, de modo a provocar fissuras, fendas no discurso universal.

O regime de autorização discursiva provoca o silenciamento de pessoas do grupo LGBTQIAPN+ por dificultarem o acesso a espaços de saberes, como a universidade, os empregos e até mesmo o entretenimento. O grupo possui sua própria voz, mas é preciso propiciar meios de escuta.

Para iniciar a discussão em torno das caixas das verdades nas experiências de corpos dissidentes e, em especial, de Nicolas, parto da experiência de travessia de gênero de Nicolas, o que permite entender as condições nas quais o indivíduo perpassa ao afrontar as normas de gênero. Não se trata de uma mera experiência individual, com apego essencialista, mas com repercussão no coletivo. É um olhar sobre o lugar social que ele ocupa.

A partir de então, e já tendo iniciado o processo de travessia de gênero, com o uso de testosterona⁴³ - e por livre e espontânea vontade, ele entra numa nova caixa (homem trans) de forma mais satisfatória. Nicolas está excluído do sistema binário, mas é incluído na identidade trans, por se valer da performance masculina, apropriando-se dos símbolos e da representatividade masculina para exercer, de forma plena, a sua identidade.

É necessário reconhecer as diferenças e não negar identidades, com intenção de afirmar outras. É preciso reconhecer que o homem cis e o homem trans partem de lugares diferentes. O fato de Nicolas não possuir a genitália masculina, que é um marcador para se definir o que é homem, faz com seja colocado fora da caixa de homem, mas também não é inserido na caixa de mulher, pois sua performance e identidade não condizem com sua genitália. Assim, essa nova caixa de homem trans pode ser

⁴³ Hormônio masculino.



usada a seu favor e pode, inclusive, provocar mudanças sociais, pois pode potencializá-la e provocar fissuras nos nós de resistência das teias de poder disseminadas na sociedade. Conforme Pereira (2018, p. 155) defende, “lugar/posição de fala não se refere necessariamente a indivíduos dizendo algo; é um conceito que parte da perspectiva de que as visões de mundo se apresentam desigualmente posicionadas”.

Nicolas afirma que só queria viver a sua verdade e ser ele próprio.



Figura 50: "caixas da verdade"



Fonte: autora, 2023.

Na primeira caixa, a família lhe impõe o gênero feminino durante a infância. Na adolescência, há o conforto de se encontrar em uma outra caixa como mulher cis lésbica. Com o passar do tempo, a concepção binária vai ficando pequena, e os marcadores de gênero acabam sendo limitantes. Nicolas entra em uma nova caixa – agora por livre e espontânea vontade – a caixa da mulher lésbica e, mesmo nessa caixa, não conseguia se identificar com o corpo, isto é, com a performance que exercia. Assim, entra em uma nova caixa, a de um homem trans. No início, muitos o achavam homem cis gay, mas ele ressalta que nunca

vai ser homem, ou mulher, pois nunca vai ser homem de *verdade*. Em determinado ponto, vai implicar que não pode voltar para o lugar de mulher, quando vai à ginecologista por exemplo.

Enquanto que corpos dissidentes são silenciados no modelo de sociedade patriarcal, machista, branca e heterossexual, seja pela violência física, estrutural e discursiva, outros grupos se silenciam, como ocorreu no percorrer da minha pesquisa, em que procurei pessoas trans que não queriam/podiam reviver memórias, visitar o passado e compartilhar a experiência⁴⁴ de um corpo trans, seja pela justificativa de eu não estar no lugar de fala, seja por se sentir usado(a) como objeto de pesquisa e, até mesmo, por exigir remuneração para que eu pudesse entrevistar. Muitos(as) não entenderam que, quando se mantêm silenciados, ainda que provocados, alimentam o silenciamento que foi imposto aos seus corpos.

Ao me valer do conceito de Wittig (2022), proponho que o homem trans não é homem, pois está para além da oposição binária homem/mulher, numa matriz heterossexual, definida pela diferença anatômica. É um terceiro gênero em que a identidade, o exercício da subjetividade e a performatividade o encaixa.

Por meio do conceito de performatividade, a construção do que entendemos como *homem verdadeiro* ou *mulher verdadeira* é explicada pela repetição e pela consolidação das normas de gênero ao longo do tempo. Essa repetição cria a ilusão de que existe uma essência inerente à natureza feminina e masculina, aparentemente independente da história. Roupas, gestos, olhares e expressões verbais são definidos como conjuntos de estilos corporais que parecem ser formas naturais de se expressar para homens e mulheres, tudo isso resultado de uma imposição das normas de gênero que dividem a sociedade em dois sexos inter-relacionados (Porchat, 2014).

O conceito de masculinidade perpassa por múltiplas relações de poder. A masculinidade hegemônica pode ser entendida como um conjunto de práticas que propicia a dominação masculina por meio de uma normatividade que impõe a submissão das

⁴⁴ A ideia de experienciar parte do pressuposto de que se trata de uma vivência do sujeito e não apenas uma observação. (Dering, 2021).

mulheres aos homens. Esses homens foram favorecidos pelo discurso do patriarcado e pelo apoio das mulheres heterossexuais. Esse conceito foi utilizado na área da Educação para compreender tanto as relações em sala de aula quanto a dificuldade de aplicar uma pedagogia neutra de gênero, influenciando também a área da criminologia, haja vista que determinados tipos penais são praticados por homens, como estupro, crimes de colarinho branco, massacres em escolas nos Estados Unidos etc. Perceberam-se também as representações dos homens na mídia, quanto aos esportes de contato e quanto ao imaginário da guerra, bem como em estudos de organização de empresas. Conforme Connell e Esserschmidt (2013, p. 248) defendem: “pesquisas internacionais confirmaram fortemente o *insight* inicial de que ordens de gênero constroem masculinidades múltiplas”.

A compreensão das situações de risco enfrentadas pelos homens, assim como o combate às próprias incapacidades e ferimentos, tem sido impulsionada pelos conceitos de masculinidade hegemônica e masculinidade subordinada. Essas perspectivas ajudam a entender como a sociedade influencia as expectativas e os comportamentos masculinos, e como isso pode afetar a saúde e o bem-estar dos homens.

O conceito de masculinidade é problemático, pois tende a simplificar o caráter dos homens ou a impor uma visão enganosa sobre uma realidade complexa e contraditória. Alguns argumentos criticam as pesquisas sobre masculinidades por não adotarem uma abordagem pós-estruturalista específica – como, por exemplo, a valorização da construção discursiva das identidades. Este conceito é, além disso, questionado por ser inserido dentro de uma concepção heteronormativa de gênero, que essencializa a diferença entre homem e mulher e ignora as diferenças e exclusões dentro das categorias de gênero. Atribui-se ao conceito de masculinidade a responsabilidade por manter uma dicotomia entre sexo e gênero, o que acaba marginalizando ou naturalizando o corpo (Connell; Esserschmidt, 2013).

Este conceito foi construído como oposição, isto é, negação ao conceito de feminilidade. Expressões como *homem não chora, não expressa suas emoções, é agressivo e autoconfiante e não demonstra fraquezas* alimentam a ridicularização da

feminilidade. Existe uma necessidade cultural de se provar que, para ser homem, é preciso exercer o poder político, econômico, a força física e, até mesmo, a performance sexual. Associada a essa ideia de poder, temos uma contradição no exercício das relações afetivas, pois, ao mesmo tempo em que se exige que o homem deve desejar as mulheres, também deve desprezá-las; além disso, ensina-se que ele deve ser competidor, mas, ao mesmo tempo, companheiro. A ideia da masculinidade é associada ao distanciamento da feminilidade. Assim, alimenta-se uma visão de contradição e de dominação da figura masculina (Saavedra, 2004).

A masculinidade, segundo Connel (1995), não é uma entidade fixa, mas dinâmica, pois varia de acordo com o contexto social e histórico. É preciso reconhecer a multiplicidade de experiências masculinas e compreender como a desigualdade de gênero afeta a construção da masculinidade. Os homens são atravessados por diversas categorias sociais, como a raça, a etnia e a classe social, tal como as mulheres. Na perspectiva marxista, o poder advém da classe dominante que detinha os meios de produção e o exercia sobre a classe trabalhadora; enquanto isso, na perspectiva feminista, o poder é exercido pelos homens sobre as mulheres, e gera uma série de desigualdades sociais, econômicas e políticas. No entanto, o poder percorre todas as relações sociais, não sendo uma característica de determinado grupo. Existe uma dinâmica de controle que oculta os seus próprios mecanismos (Foucault, 2021). Dessa forma, é possível resistir e romper nós de resistência, seja nas relações diárias, seja nas estruturas organizadas, como o Estado, a escola, a igreja etc.

De acordo com Connel (1995), pode-se citar mais três formas de identidade masculina: a subordinada, a cúmplice e a marginal.

A masculinidade subordinada diz respeito à apresentação de uma masculinidade que é subordinada à masculinidade hegemônica, em razão da orientação sexual, em que homens *gays* não se conformam com as normas da masculinidade hegemônica e acabam por sofrer exclusão política, social, econômica, cultural e violência pessoal.

A masculinidade cúmplice se caracteriza pelo fato de os homens se aproveitarem dos benefícios do patriarcado, não existindo um confronto com as pessoas do sexo feminino. Já a masculinidade marginalizada reconhece que a classe social, a raça e a etnia exercem influência na formação das identidades. A masculinidade hegemônica de padrão branca, que influencia na configuração da identidade masculina negra, não altera a subordinação dos homens negros em geral (Saavedra, 2004, p.07).

Percebe-se que a abordagem não essencialista a respeito da identidade masculina busca compreender fatores como orientação sexual, classe social, raça, etnia, os quais influenciam a formação das diversas identidades masculinas dentro de um contexto sócio-histórico e cultural. O enfrentamento às normas hegemônicas, com o surgimento do homem trans, como é o caso de Nicolas, busca o exercício de uma inclusão social, que vai para além das mencionadas formação de identidades aqui evidenciadas, pois parte de um corpo definido como feminino e atravessa esse corpo pelas normas da masculinidade, de modo a vivenciar a sua própria verdade, mas influenciado pelos ditames do patriarcado e pela construção de uma identidade que busca romper um padrão que não se encaixa fora da binariedade.

Percebe-se que os transexuais buscam adequar a anatomia corporal a um ideal social, simbólico de feminilidade ou de masculinidade. O homem trans emerge como uma representação social que desafia a binariedade de gênero e que envolve uma série de fatores, incluindo a identificação de gênero, a expressão de gênero e a autopercepção. Não há uma verdade absoluta no processo identificatório. Existe uma contradição entre o corpo e a identidade sexual. Nicolas comenta que não se vê como um homem *verdadeiro*, pois, pela sua estatura, pelo seu porte físico, pelo seu tom de voz e pelo trato com o(a) outro(a) muitos o apontam como um homem *gay*.

A partir do reconhecimento da masculinidade dos homens trans, ocorreu um deslocamento da masculinidade do corpo masculino cis. É necessário ressaltar que o comportamento masculino e feminino não é inato. O fato de Nicolas ter sido lésbica não quer dizer que seja um caminho predecessor para a transmasculinidade. A lesbiandade está associada à homossexualidade e

à orientação sexual; já a transmasculinidade associa-se à identidade sexual (Pereira; Gaudenzi; Bonan, 2021). Segundo Aboim e Vasconcelos (2022, p.3),

os indivíduos incorporam a masculinidade a partir de um determinado lugar, encenam a masculinidade à medida que é incorporada e vivem com os efeitos da masculinidade que contribuem para produzir e reproduzir. Os efeitos estão relacionados com realidades sociais micro e macroestruturais, incluindo, a nível pessoal, a experiência corporal e a subjetividade.

A masculinidade pode ser considerada autônoma da categoria homem, e a relação entre ambas é complexa e sujeita a diferentes interpretações e experiências individuais. As práticas corporais de Nicolas propiciaram uma mudança do seu lugar social dentro da ordem de gênero. As intervenções físicas, a prática discursiva e a representação social tinham o objetivo de desconectar-se da feminilidade, como uma forma de genitália cultural, baseado na sua performance pública (Aboim; Vasconcelos, 2022). Para Nicolas, é importante ser interpretado como masculino na lógica da estética corporal e do discurso.

Vivenciamos uma era em que o que vemos influi em nossa capacidade crítica em torno da realidade que nos cerca, capaz de produzir novos conhecimentos acerca do que lemos e ouvimos. Ancorando-nos em Hernandez (2007, p.41), “[...] a cultura visual suscita "uma compreensão crítica do papel das práticas sociais do olhar e da representação visual, de suas funções sociais e das relações de poder às quais se vincula". Assim, o discurso da visualidade provoca o direito a olhar, o qual desperta a autonomia daquele que o reivindica.

Mirzoeff (2016) defende a ideia de que o direito a olhar vai para além da visão, reconhecendo o outro – neste caso, presente as pessoas trans – a reivindicar o direito à diversidade, a garantia de existir e de ser respeitado(a). O direito a olhar esbarra no discurso da visualidade, o qual se expressa não somente na linguagem escrita, simbólica, em signos, como as fotografias, mas também nos sentidos, naquilo que não é dito e/ou visto, mas propositadamente omitido pela autoridade do visualizador. A prática

discursiva naturaliza aquilo que se deseja ser visto como correto, natural no exercício da sexualidade. O discurso da visualidade exerce não somente uma função de controle e de limitação, mas valida as regras de poder dentro da sociedade (Stolz, 2008).

Percebe-se, segundo Alloa (2015, p. 15), que “a imagem não coloca tanto um problema teórico, mas formará um objeto a mais para um pensamento já constituído”. Nessa perspectiva, cabe refletir sobre o que talvez Nicolas ainda não pensou e questionou. Aos olhos sensíveis do espectador da imagem, há uma tentativa de compreender questões como gênero, identidade, representação e transexualidade num discurso pautado na visualidade e na contravisualidade pelo olhar da Cultura Visual.

A visualidade, nesse contexto, envolve o discurso da autoridade, por meio da classificação, da separação e da estetização (Mirzoeff, 2016). O discurso heteronormativo apresenta a classificação binária de gênero (homem/mulher). Nesse sentido, a apresentação estética de como se apresentar e pensar, enquanto homem e mulher; reforça a autoridade da visualidade através de um discurso hegemônico. Pensar na contravisualidade requer a autonomia deste discurso e de repensar o que seria gênero, sexo, representação, identidade e subjetividade. A emancipação envolve alterar e compartilhar o significado de tais dispositivos no contexto social, para que haja a mudança do senso comum (Ranciere 2012). Segundo Abreu *et al.* (2019, p.835-836), os discursos da homogeneidade e das visualidades “são frequentemente questionados pela pluralidade das experiências subjetivas, coletivas e individuais, que constroem narrativas visuais não oficializadas como forma e estratégia para contrapor as formas como representamos e somos representados”.

A contravisualidade tem a finalidade de questionar a naturalização do olhar e propor a visibilidade daquele que não é visto no discurso hegemônico da visualidade. Ela surge para apresentar o lugar de fala do subalterno, do excluído e do marginalizado. As fotografias aqui apresentadas questionam a visualidade do discurso hegemônico e exigem um posicionamento crítico perante o conteúdo da imagem, desafiando o modo de ver dominante. O significado das fotografias complementa o significado textual e apresenta uma narrativa contravisual. Nicolas, assim, desafia a ordem de gênero imposta pela sociedade.

Ele reivindica um lugar de fala ao exercer sua representatividade social, na performance da sua vida cotidiana que identificará o seu corpo cultural, sem se ater à referência biológica. A sua identidade de gênero é construída através da forma pela qual se identifica no grupo social, bem como pelo seu comportamento, pelas vestimentas e pelo discurso que o faz ser um homem trans. O direito a olhar, nesta pesquisa, envolve não só a representatividade, mas essencialmente o modo de ver a existência de pessoas transexuais e de explorar o visível e o invisível no jogo de forças discursivas e de poder.

O controle do discurso ocorre pela produção do que é verdade e que interessa a um grupo social, enquanto prática social. Segundo Stolz (2008, p. 168), “o discurso é o encadeamento de significantes em si mesmo e de outros discursos externos. Não possui foco no significado e sim no significante e, portanto, no imaginário dos receptores”. Ele tem a finalidade de manter as leis, os valores do que é socialmente, culturalmente aceito. Stolz (2008) destaca que entre os princípios reguladores para a análise dos discursos, destaca-se a interdição, a qual se aplica à sexualidade, que leva à subalternidade e à omissão. O jogo do verdadeiro e falso flutua e altera-se no movimento histórico, de acordo com quem interessa determinar o que é verdadeiro e falso.

Há dois saberes que mantêm, bem como alteram a ordem vigente: o conhecimento médico e o sistema legal. O poder, além de reprimir, cria efeitos de saber e de verdade (Foucault, 2008b). Vejamos: no caso da transexualidade e da transgeneridade que foram consideradas doenças pela medicina (psiquiatria) e pela psicologia e, considerando a pessoal transexual como um doente, então ela não poderia exercer determinados direitos civis, como alterar o nome; usufruir dos direitos decorrentes da união estável, como partilha de patrimônio, pensão e sucessão; casar-se; escolher regime de bens; adotar filhos; e constituir família. O saber científico acabava por respaldar a legislação vigente que proibia a união de pessoas de mesmo sexo e, até mesmo, a mudança de sexo. Esse mesmo conhecimento se altera, uma vez que a cirurgia de mudança de sexo passa a ser realizada pelo SUS, além do fato de o poder Judiciário passar a reconhecer os direitos civis a homossexuais, a transgêneros e a transexuais. Aqui, evidencia-se que tais decisões influenciam membros do poder Legislativo e do Conselho Nacional de Justiça que passaram,

então, a regulamentar direitos civis, sendo evidenciados com o voto favorável do Supremo Tribunal Federal acerca da criminalização da homofobia⁴⁵.

Para que as instituições possam exercer o poder, há o Direito, através de prescrição de normas que sustentam esse poder e produzem a verdade, que ocorre pelos discursos, enquanto prática histórico-sociocultural. A dimensão de discurso em Foucault (2008a) está para além da concepção linguística, como ato que possa ser verbalizado ou escrito. Conforme Passos (2019, p.02),

o discurso, em Foucault, é uma produção coletiva e histórica, portanto anônima, que na maior parte do tempo trabalha em silêncio, dando sentido ao que dizemos e fazemos. Há, portanto, uma inversão do pensamento hermenêutico que põe na intencionalidade de um sujeito, seja ele individual ou coletivo, a origem do sentido. Em Foucault é o discurso, como prática discursiva histórica e anonimamente determinada, que define tanto o lugar de sujeito quanto o sentido ou sentidos possíveis dos enunciados linguísticos.

A sociedade produz a verdade imposta pelo poder, que dela necessita para funcionar. As relações de poder impostas pelas instituições, como a família, a igreja e os quartéis impõem disciplina, trazendo uma forma específica de punir, aspecto em que é facilmente observável a relação opressor x oprimido, soberano x subalterno.

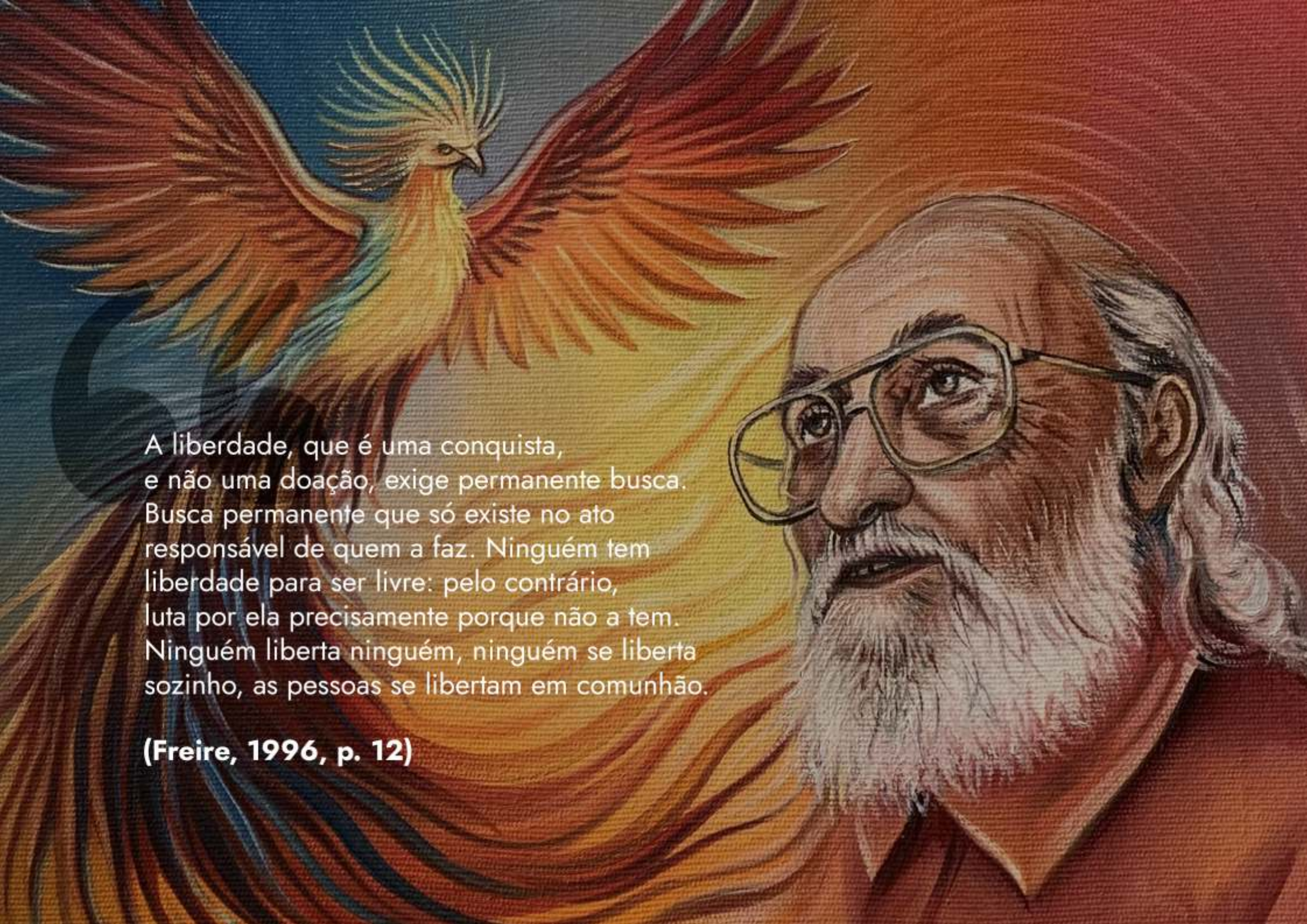
⁴⁵ As relações sexuais homoafetivas até 1830 eram consideradas crimes no Código Penal do Império, no Brasil. Em 1985, a homossexualidade deixa de ser considerada doença. Em 1997, foi regulamentada a cirurgia de redesignação sexual, pela Resolução 1995/2010. Em 2008 o SUS passa a realizar cirurgia do fenótipo masculino para o feminino; em 2010, passa a ser realizada pelo SUS cirurgia do fenótipo feminino para o masculino. Em 2011, as uniões homoafetivas foram consideradas entidades familiares. Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça regulamenta o casamento de pessoas do mesmo sexo. Em 2015, o Supremo Tribunal Federal reconhece o direito de casais homoafetivos poderem adotar crianças. Em 2018, o Supremo Tribunal Federal reconhece o direito de alterar o nome de acordo com o gênero que a pessoa declarar, independentemente da cirurgia de redesignação sexual (Provimento 73/2018). A Resolução nº 01/2018 do Conselho Federal de Psicologia, a transexualidade deixa de ser considerada transtorno mental e passa ser considerada incongruência de gênero (Menezes, 2019).

De acordo com a análise proposta por Foucault (1982), percebe-se uma estrutura triangular em relação ao poder, em que temos o poder, o direito e a verdade em cada um de seus vértices numa relação intrínseca. Entretanto, as relações de força são tão complexas que até mesmo pelo interesse individual estão difusamente espalhadas pela sociedade (Ferreirinha; Raitz, 2010).

Dentre as tecnologias de poder desenvolvidas por Foucault (1982), tem-se uma técnica que é centrada no corpo, na disciplina e no campo individual, para tornar os corpos dóceis e obedientes. Nesse caso, surge o poder disciplinar. As fissuras nas teias do poder disciplinar provocam a visualidade do discurso, que também envolve a contravisualidade. Romper com o discurso da visualidade produz a contravisualidade do discurso, provocando a formação de um deslocamento do que considerado como *verdade*. No caso de Nicolas, a verdade para ele é exercer a performance, a identidade de um homem trans; é exigir o exercício de direitos e garantias respaldados no princípio da dignidade da pessoa humana⁴⁶; é poder se ver respeitado, amar e ser amado e exercer plenamente a cidadania.

⁴⁶ Esse princípio tem previsão em sua previsão no art. 1º, III da Constituição Federal.





A liberdade, que é uma conquista,
e não uma doação, exige permanente busca.
Busca permanente que só existe no ato
responsável de quem a faz. Ninguém tem
liberdade para ser livre: pelo contrário,
luta por ela precisamente porque não a tem.
Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta
sozinho, as pessoas se libertam em comunhão.

(Freire, 1996, p. 12)

4. A EXPERIÊNCIA EM SALA DE AULA PARA PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE

“O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém.” (Freire, 2018, p.34)

A experiência didático-pedagógica ocorreu no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás (CEPAE/UFG), nas duas salas do terceiro ano do ensino médio no mês de outubro de 2022⁴⁷. Foram três semanas de aula, com duas horas-aula semanais em cada turma e, ao final, houve uma exposição dos trabalhos realizados em sala de aula. Em todas as aulas, o professor responsável pela disciplina esteve presente, acompanhando e oferecendo o suporte necessário para o bom desempenho das aulas ministradas. Sou professora da Universidade Federal de Goiás há 21 anos no *Campus* da cidade de Goiás, no curso de Direito, em disciplinas do eixo profissionalizante, em prática jurídica e em núcleos livres.

A escolha do colégio CEPAE/UFG se deu em função dos objetivos e das práticas pedagógicas implementados na escola, ou seja, “[...] um espaço que propicie o desenvolvimento de habilidades e operações mais elevadas do pensamento, tais como: observação, comparação, classificação, coleta e organização de dados, busca de suposições, levantamento de hipóteses, interpretação, crítica e imaginação” (CEPAE/UFG,2022). Efetivamente, o colégio tem um Projeto Político-Pedagógico que propicia uma educação com autonomia, garantindo a emancipação e o acolhimento dos pesquisadores da UFG, para, de fato, implementarem projetos de pesquisa.

⁴⁷ Parecer nº 5.606.963 e CAAE nº 60589422.8.0000.5083 devidamente aprovado pelo Comitê de Ética da Plataforma Brasil



Pensar numa educação que vai além do letramento escolarizado, mas numa perspectiva decolonial, era perfeitamente cabível de se implementar, pois o colégio busca e efetivamente pratica uma educação para além da reprodução. Assim, me vi entusiasmada e desafiada a experienciar a sala de aula com discentes adolescentes que estão abertos a novas metodologias, dispostos a participar ativamente das discussões dos temas apresentados. É necessário dar voz aos sujeitos participantes do processo de aprendizagem, num processo de escuta, que pudesse validar o conhecimento por eles trazidos e, assim, haver troca de saberes.

Dentre os objetivos traçados no plano de ensino, destaca-se a ampliação da capacidade crítica de discussão sobre a produção artística nacional e mundial, bem como o emprego de metodologia ativa de produção artística individual e em grupo que estimula as habilidades artísticas dos(as) discentes (CEPAE/UFG, 2018)⁴⁸.

Nesses 26 anos de docência, lecionando em instituições públicas e privadas, percebo que os alunos do curso de Direito são resistentes às metodologias ativas e, por se tratar de jovens adultos, muitos já chegam à universidade com preconceitos, o que dificulta discutir temas com transversalidade, envolvendo sociologia, filosofia, sexualidade e outras áreas dos saberes. Melo (2018, p. 109) confirma que “o modelo de ensino jurídico no Brasil e nos países que seguem o sistema jurídico da Civil Law no mundo, ou seja, a estrutura de normas jurídicas e o modo de conhecer e interpretar o direito, cuja fonte principal de normas jurídicas é a lei criada pelo Estado, tem priorizado o estudo exaustivo em perspectiva metodológica dogmática e formal do direito positivo”.

Por se tratar de um curso de Bacharelado, nós, profissionais do Direito, não somos preparados para sermos professores e, infelizmente, há uma dificuldade de romper com o modelo dogmático e formal do direito posto em normas, e buscar implementar metodologias ativas, quando não estão previstas no projeto político pedagógico do curso. Inclusive, não

⁴⁸ Projeto Pedagógico do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás (CEPAE/UFG).

há cursos de formação e atualização dos professores, bem como o interesses de docentes na busca para essa capacitação. Os(as) discentes do Ensino Médio são os que vão chegar à universidade. Assim, é preciso uma educação para a diversidade na educação básica, para que cheguem à universidade com um posicionamento crítico, consciente e autônomo e o respeito às diferenças seja exercido e defendido de forma emancipatória.

Retomo o objetivo de minha pesquisa para melhor elucidar e contextualizar o projeto educacional de uma perspectiva decolonial. Tenho como objetivo geral a busca da promoção da diversidade através da apresentação dos sujeitos de pesquisa e suas memórias por meio das imagens presentes nos álbuns de família e, com isso, promover a discussão e a conscientização do exercício da cidadania de grupos subalternizados ao longo da história (LGBTQIAPN+) no processo educativo, formal e cultural. O Plano Nacional de Educação (2014-2024), em seu artigo 2º, prevê entre as suas diretrizes: "X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental". A previsão legal que norteia esse dispositivo legal me empolgou, a fim de que, nessa vertente, ocorra, também, a contribuição para a formação da cidadania.

Escolhi implementar um plano de aula no 3º ano do Ensino Médio para poder experienciar ministrar aulas fora da minha área de atuação, mas que pudesse trazer minha experiência enquanto educadora e discutir temas associados à Cultura Visual, à Sociologia, à Filosofia e aos Direitos Humanos. Assim, pude sair da minha zona de conforto e vivenciar a experiência de dialogar com adolescentes que sonham em entrar numa universidade pública e perceber como pensam, como agem e como debatem acerca de temas relacionados ao exercício do gênero e sexualidade, que suscitam discussões, curiosidades e que não possuem uma única resposta, e, dessa forma, promover a reflexão, a conscientização e o desenvolvimento de um pensamento crítico sobre o respeito à diversidade sexual e de gênero, podendo acompanhar uma oficina de fazeres artísticos com esses alunos(as).

Ao elaborar o plano de aula, foram escolhidos textos, fotografias, reportagens, tirinhas, *anime* com diferentes abordagens e linguagem acessível, aspectos que pudessem despertar o interesse e o diálogo com o público adolescente. A proposta final era a produção de quadrinhos com diálogos e personagens, mas, ao final tiveram alunos(as) que se expressaram por meio de desenhos e gravuras, sem a rigidez de ser em formato de quadrinhos.

4.1. A práxis arte/educativa e a relação com os princípios da pedagogia freireana

As imagens desempenham um papel significativo em nossa percepção de sociedade, pois influenciam a construção da nossa identidade e a percepção das relações de poder no aspecto social, cultural e político. Venho apresentar as imagens dos sujeitos da pesquisa com seus significados em um contexto cultural no ambiente de proposta de um letramento decolonial para turmas do terceiro ano do Ensino Médio. O olhar cultural que lançamos sobre as nossas vivências contemporâneas nos leva a repensar as narrativas do passado, como no caso de Nádia Köller, e ter uma escuta sensível sobre a história de vida de Nicolas Mardem, o qual se encontra no presente e que, assim, desafia-nos a pensar de forma crítica, buscando a contravisualidade sobre questões associadas à sexualidade e à cidadania. Com isso, proponho a fissura das imagens apresentadas, pois a ruptura identitária vai provocar a construção da contravisualidade.

Figura 51: Fissuras das imagens de Nádía e Nicolas



Fonte: Arquivo pessoal de Nicolas Mardem e Ana Christina da Rocha Lima

Os estudos em Cultura Visual se apresentam como sendo um elemento robusto para a crítica social, o qual possibilita reorganizar conteúdos com interdisciplinaridade e promover um letramento visual crítico. Conforme Hernandez (2007, p.22), “a expressão cultura visual refere-se a uma diversidade de práticas e interpretações críticas em torno das relações entre as posições subjetivas e as práticas culturais e sociais do olhar”. Estamos vivenciando uma era em que as imagens (fotografias, cinema, televisão e outras mídias digitais) fazem parte do nosso cotidiano e nos desafiam a vivenciar uma realidade reflexiva crítica e perceber como elas influenciam o nosso modo de ser e de sentir dentro de um contexto sócio-histórico. Na imagem acima temos

Nádia e Nicolas, sujeitos da pesquisa, que rasuraram o sistema dominante cis heteronormativa e que, através de suas imagens e biografias, podem ser utilizadas em sala de aula, para desafiar os(as) discente(s) pensarem de forma crítica a ordem vigente.

Hernandez (2007) entende que não somos receptores das imagens, mas intérpretes, inseridos numa relação interacionista de acordo com as experiências que cada um tem dentro de sua própria realidade e considerando a percepção social, cultural e histórica que o sujeito possui no contexto mundo-sociedade. Nesse contexto, o papel do educador é de ampliar os horizontes de saber dos(as) discentes, na troca de experiências. Os relatos visuais permitem discutir as relações de poder e os modos como se articulam na forma de ver e produzir sentidos.

Logo, a partir da Cultura Visual é possível apresentar uma experiência cotidiana com uma abordagem crítica que desenvolve a autonomia e que o professor seja o moderador dessa aprendizagem, mobilizando significados como a dialogicidade, a exploração dos sentidos e a vivência. Segundo Hernandez (2007, p. 89), os professores "deixam, então, de ser transmissores de informações a uma audiência passiva, para se transformarem em "atores", junto com os alunos, em um processo de reelaboração de suas próprias experiências". Fernando Hernandez, tal como Paulo Freire, nega que a educação bancária seja um modelo de ensino eficaz, visto que os alunos seriam meros receptáculos vazios usados a fim de receber conhecimentos. Por isso, é preciso entender que, no processo ensino-aprendizagem, o professor e o aluno(a) possam e devam participar ativamente das interações educacionais para que ocorra o desenvolvimento de autonomia e de emancipação.

Diante disso, pensar na *práxis* educativa implica buscar o sentido da ação humana que emerge do entendimento ou da representação que o ser humano constrói do mundo ao seu redor. A arte é uma ação voluntária com sentidos que partem da experiência humana. Freitas (2020, p.102) comenta que "a *práxis* é a união dialética da teoria e da ação moral. O homem se autoproduz conduzido pela teoria que determina os modos de ação humana e pela prática refletida, consciente, projetada,

racionalizada. No pensamento grego teoria e prática não se dissociam. Em Sócrates, o ser humano é um ser que planeja e raciocina para depois aplicar o pensamento em forma de ações, é um ser da práxis”.

Considerando o exposto, podemos entender a práxis como um conceito fundamental para o ensino de artes, já que ela busca uma proposição do sujeito da aprendizagem em suas formas de se ver e de entender o mundo. Assim, pensar em uma práxis educativa, no ensino de artes, é também partir da ideia de que seu ensino não deve ser apenas um processo passivo e os(as) alunos(as) sejam tomados como observadores, mas que se promova uma reflexão crítica por meio da autonomia e da interação do sujeito com a arte.

O letramento escolarizado ainda perpetua no modelo de educação pautado na cultura do silêncio, na opressão e na manipulação que alimenta a colonialidade do saber. Diante disso, ao relacionar o letramento escolarizado ao ensino de arte na educação básica, o que se pode perceber é a execução tarefas e técnicas, mas pouca criticidade que advém dessa linguagem. Ensina-se a conhecer o conhecido, mas não a fruir o desconhecido que dele é proveniente. É justamente essa crítica que Dering (2021) propõe ao discutir o Letramento Escolarizado, visto que, para o referido autor, há uma pedagogização do que deveria ser inserido para que houvesse a criticidade, contudo, a criticidade do(a) aluno(a), em si, pouco é considerada, prevalecendo a do(a) professor(a).

Pensar numa educação democrática exige um tratamento horizontal, dialógico e dialético entre discentes e professores, cujo diálogo seria uma das matrizes de uma educação democrática pautada numa comunicação existencial de seus pares, num compartilhamento de seus problemas e na busca de soluções práticas e simples no envolvimento das necessidades da comunidade e, com isso, poder transformar a própria realidade (Freire, 2018; Dering, 2021). Os interlocutores buscam, de forma solidária, a compreensão do mundo. Desse modo, a humanização, dentro da prática educacional, diz respeito ao processo de conscientização – livre da domesticação, da coisificação e da alienação. Assim, deparamo-nos com a educação homem-sujeito

libertando o homem-objeto, num processo de desenvolvimento de sua própria autonomia, em que o sujeito não só está no mundo, mas com o mundo, pois o ser humano é um ser de relações.

A educação tradicional reproduz os sistemas de dominação e de exploração, com o intuito de manter a matriz colonial do poder, sob a roupagem da modernidade. Freire (2012) defende que a ação política deve ser humanizada e em conjunto. Para além disso, o pensador argumenta que a libertação deve ser para todos(as) e não somente para os(as) oprimidos(as). A luta pela emancipação é um processo coletivo, humanizado e solidário, em que o oprimido toma consciência de sua condição e das próprias estruturas sociais que o oprimem.

Acerca disso, destaca Mota Neto (2015, p.179) que “o opressor, em Freire, é mais que um indivíduo, é uma categoria histórica, um sistema social, uma cultura, um modelo pedagógico”. Essa perspectiva se fundamenta na ideia de que os oprimidos(as), por vivenciarem diretamente a opressão, possuem um conhecimento profundo sobre suas dinâmicas e mecanismos. Munidos dessa compreensão, assumem, então, um papel crucial na luta pela restauração da humanidade de todos, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária, e podendo lutar pela restauração da humanidade de todos(as).

Vejamos: “não podemos esquecer que a libertação dos oprimidos é libertação de homens e não de “coisas”. Por isto, se não é autolibertação – ninguém se liberta sozinho -, também não é libertação de uns feitas por outros” (Freire, 2012, p. 59). A partir do exercício da *práxis* transformadora, o ser humano estará num processo permanente de libertação, pois as diversas formas de opressão, como ideológica, econômica e social limitam o desenvolvimento individual e coletivo e estão constantemente se renovando. Assim, a luta pela emancipação é constante e, a partir de uma educação em que se desenvolvam o diálogo e o pensamento crítico, há, como efeito, a transformação contínua do corpo social, na busca do ideal de uma sociedade justa e solidária.

Por isso, trazemos a relação da práxis, com a perspectiva freireana, e do letramento, numa perspectiva decolonial, visto que objetivamos uma abordagem que não apenas reconheça as interculturalidades e identidades de gênero, mas também que as valorize e entenda que a arte também carrega consigo um processo cultural e histórico que pode promover, desde a marginalização até a potencialização, um viés crítico daqueles que foram marginalizados e subalternizados. Nesse sentido, o que pensamos, nesta tese, por práxis educativa, dentro do escopo do ensino de artes, diz respeito à integração entre teoria e a prática de modo mais autônomo pelo sujeito, o que também promove significados múltiplos, permitindo o desenvolvimento crítico e o senso estético, além da expressão criativa.

Na pedagogia freireana, destacam-se os princípios do diálogo, da humanização, da autonomia, da conscientização e da emancipação. Segundo Freire (1967), é essencial rejeitar a visão eurocêntrica sobre o Brasil e, ao invés disso, construir uma perspectiva que reconheça e que valorize as realidades próprias do País. Freire (1967), sem utilizar o termo colonialidade, faz crítica à matriz colonial de poder, principalmente quando discorre sobre a perpetuação das hierarquias culturais, epistêmicas, territoriais e raciais. Essa estrutura de dominação impede o desenvolvimento autônomo e a emancipação dos indivíduos e da sociedade brasileira.

Pensar numa *práxis* educativa decolonial nos evoca incursões dialógicas entre Frantz Fanon, Paulo Freire e Catherine Walsh. Fanon (2022) parte da problemática da racialização e da desumanização ao discutir sobre a colonização e contribuir para uma luta decolonial, enquanto Paulo Freire dialoga com a pedagogia libertadora diante da realidade do oprimido, o qual é excluído e/ou manipulado pelo opressor que acaba por desumanizá-lo. A prática, a estratégia e a metodologia estão presentes no processo pedagógico dos autores com o intuito de possibilitar resistências e insurgências que provocam lutas sociais e políticas que visem à libertação. Eles apontam para uma educação intercultural crítica, reflexiva e decolonial.

Em relação aos aspectos epistemológicos, Freire defende que é necessário conhecer a realidade para transformá-la, e, assim, enfrentar a opressão, de modo a se emancipar e a se humanizar. Já Fanon (2022) argumenta que as estruturas de opressão promovem, além da exploração econômica, consequências na saúde mental dos colonizados, os quais internalizam estereótipos e preconceitos impostos pelos colonizadores, negando sua identidade cultural. O pensador também destaca que a decolonização é um processo político, psicológico e cultural de libertação das estruturas coloniais. Assim, ele propõe ação e resistência para gerar uma nova ordem social.

Walsh (2019) critica o modelo educacional eurocêntrico que silencia a cultura dos povos originários e subalternizados. Ela questiona a neutralidade do conhecimento ocidental e propõe a valorização dos saberes locais e ancestrais na busca do diálogo intercultural, com metodologias que valorizam a problematização do conhecimento, além da participação ativa dos sujeitos envolvidos na promoção e na troca de saberes com o exercício de um pensamento crítico.

Paulo Freire, Frantz Fanon e Catherine Walsh emergem em um contexto de reflexão sobre a *práxis* educativa, especialmente no ensino de artes, sob uma perspectiva decolonial. Ao entrelaçar as ideias desses três autores, podemos reconhecer uma *práxis* educativa em artes que reconhece e que valoriza a interculturalidade e as identidades de gênero. Essa abordagem propicia uma reflexão crítica sobre as estruturas de opressão, inclusive no campo das artes, que irá refletir na expressão criativa e sendo estético dos(as) discentes. Através da conscientização, do diálogo e da ação coletiva e solidária, é possível desenvolver um processo de emancipação e libertação.

Logo, a conscientização crítica é um passo fundamental para a emancipação, pois o colonizado entende criticamente sua realidade para transformá-la, sendo essa uma superação da consciência ingênua herdada do período colonial, em que, no exercício dessa consciência, o sujeito passa a entender e a exercer seu papel de autor da História, não sendo mero espectador. A

decolonialidade do saber, pensando no ensino de Arte e nas discussões de gênero por meio da imagem, apresenta críticas aos fenômenos da modernidade/colonialidade no que se refere a uma *práxis* educativa que se volta à autonomia do sujeito.

É nesse sentido que o letramento na perspectiva decolonial, aliado à *práxis* educativa no ensino de arte, busca rasurar o *status quo* da modernidade e de epistemologias eurocêntricas que criaram hierarquias de poder, bem como discursos hegemônicos, a fim de que se possa promover um ensino mais crítico e emancipatório dos alunos. Assim, faz-se necessário apresentar o que significa a prática do letramento decolonial na aula de artes face ao letramento escolarizado que mantém a colonialidade do saber e do poder.

4.2.– O letramento de perspectiva decolonial para aula de artes

Ao iniciar a elaboração do meu plano de aula, deparei-me com o seguinte questionamento: qual é a diferença entre o letramento escolarizado e o letramento decolonial para a aula de artes? De que forma os conteúdos a serem discutidos podem ultrapassar a prática de ensino colonial?

Percebe-se que o fato de sermos uma ex-colônia não quer dizer que não sofremos ainda com os reflexos do processo de colonização, haja vista o fato de que a matriz colonial do saber faz com que todo conhecimento, para ser válido, deva ser validado pela ciência. Contudo, quando nos ancoramos Freire (2018), percebe-se que, devido ao fato de o ser humano ser inacabado, o saber também o é. E isso ocorre mesmo nas pessoas analfabetas, as quais não se submeteram a um saber sistematizado, não sendo ignorantes em caráter absoluto. Freire (2018) menciona, por exemplo, o conhecimento de camponeses que sabem quando devem semear, a forma de cultivo e de manejo do solo, mesmo sem serem pessoas alfabetizadas. Assim, comenta:

O saber se faz através de uma superação constante. O saber superado já é uma ignorância. Todo saber humano tem em si o testemunho do novo saber que já anuncia. Todo saber traz consigo sua própria superação. Portanto, não há saber nem ignorância absoluta: há somente uma relativização do saber ou da ignorância (Freire, 2018, p. 35).

Pode-se entender que tanto o conhecimento popular quanto o científico são válidos, e o fato de todas as formas de conhecimento não serem validados em todas as esferas sociais confirma o projeto de colonialidade. Desse modo, Dering (2021, p.196) comenta que “o saber e o conhecimento popular são uma epistemologia que não precisam ser validadas, mas respeitadas; não precisam ser reconhecidas (isso iria pressupor que alguém a autenticou) e sim conhecidas (existirem sem serem subjugadas), visto que a descoberta gera novas epistemologias, novas formas de saber”.

Vale retomar que a palavra letramento surge na década de 1980, por influência do termo *literacy*, cuja significado está relacionado ao envolvimento da pessoa alfabetizada nas práticas sociais da leitura e de escrita (Soares, 2002). Conforme Mortatti (2004, p. 67), “em seu uso corrente, o termo ‘pressupõe uma interação entre exigências sociais e competências individuais. Assim, os níveis de [letramento] necessários ao funcionamento social podem variar e, de fato, têm variado de uma cultura para outra e, dentro da mesma cultura, de uma época para outra”.

Para Tfouni (1988), o termo letramento é mais amplo, pois engloba o espaço social, ou seja, os aspectos sócio-históricos da escrita, e a alfabetização já diz respeito à questão individual, àquele que sabe ler e escrever. Para Soares (2002), o letramento envolve uma reflexão sobre a importância da alfabetização crítica, que vai além da simples decodificação de letras e palavras, buscando capacitar os alunos a compreenderem criticamente o mundo ao seu redor e a se engajarem, de forma ativa, na transformação da sociedade.

Percebe-se que Freire (2012) inspirou as concepções trazidas por Magda Soares, ao enfatizar a participação ativa dos alunos, a reflexão crítica e a busca por uma educação libertadora no letramento. A educação capacita os alunos a pensarem de

forma autônoma, a questionarem as estruturas de poder e a trabalharem pela justiça social e pela transformação da sociedade, pois o oprimido é o sujeito da história, e, a partir dele – e não sobre ele –, deve-se transformar a si mesmo e o mundo em que se vive.

Portanto, o fato de as pessoas serem alfabetizadas não significa que sejam letradas, e o fato de estarem inseridas em uma sociedade letrada não lhes garante a oportunidade de terem acesso à cultura escrita (Mortatti, 2014). Em analogia, considerar a ideia de que as pessoas tenham contato com os diversos tipos de imagens não significa que elas possuem consciência da relação dessas imagens com as formas que circulam social e culturalmente. Logo, é preciso entender que as diversas linguagens, dentro do processo de escolarização, necessitam de uma perspectiva de letramento decolonial.

Observa-se que o letramento escolarizado é uma prática social que visa manter a colonialidade, movimento no qual a leitura e a escrita são as formas que promovem o letramento e a ascensão social dos sujeitos, por se pautarem em um conhecimento válido e validado pela ciência. A cultura oral e outras formas de práticas linguísticas não possuem o mesmo *status* no processo de educação formal. A modernidade criou um modelo de ensino que pode conservar o conhecimento criado pela ciência, cuja pessoa é, inclusive, inserida no sistema de educação formal, mas não é reconhecido a ponto de compreendê-lo como parte do sistema sociedade-nação (Dering, 2021). A colonialidade do saber é mantida também pela colonialidade do poder, em que indivíduos dóceis são letrados com a reprodução de conhecimentos que interessam ao poder dominante.

Dentro do espaço-escola, definir-se-ão, no projeto político pedagógico, planos de ensino das aulas, bem como a forma de conduzir o conhecimento para os discentes. E, a partir de uma cultura dominante, definir-se-á como será conduzido o letramento. A inserção do(a) aluno(a) nesse sistema de aprendizado tem o intuito de adentrá-lo à cultura do outro, a ponto de não se identificar com sua própria cultura. Nesse caso, a escola seria uma instituição de ensino formal que reproduz um conhecimento válido e

validado e que torna o indivíduo um ser letrado, em que outros conhecimentos, fora da validade científica, não são apresentados e explorados, pois não promovem a ascensão do indivíduo dentro da concepção de "sociedade moderna".

Dering (2021) comenta que há outros letramentos além do letramento dominante escolarizado, mas que o conceito envolve aspectos que vão além da percepção de conteúdos, sendo necessário entender o processo de aquisição de conhecimentos. Street(2014, p.13) defende que as práticas de letramento "são produtos da cultura, da história e dos discursos e nas relações de poder a ele associadas". Contudo, o sistema brasileiro sustenta o letramento autônomo, isto é, neutro, sem situar ideologicamente – como deveria – a escrita e a leitura, em que se valoriza o letramento escolarizado em relação a outras formas de aquisição de conhecimento.

Compactuando com Dering (2021) e Street (2014), defendemos um letramento de perspectiva decolonial no ensino de Artes, em que se desenvolva o exercício pleno da cidadania e que exista, no discente, uma leitura da sua condição social, a fim de que esse sujeito possa ser protagonista, o qual participa ativamente das transformações sociais de forma autônoma. As habilidades e competências a serem desenvolvidas devem proporcionar uma visão crítica a respeito das relações de poder e que, de alguma forma, se articulam, disciplinando e controlando os indivíduos. Fato é que mesmo que se reconheçam os diversos tipos de letramento, ainda se mantém o letramento escolarizado como o mais aceito.

Street (2014) afirma que é preciso desenvolver estratégias para que se possa lidar com a variedade de letramentos existentes no meio social. Ele defende o modelo ideológico de letramento em que se "ressalta a importância do processo de socialização na construção do significado do letramento para os participantes e se preocupa com as instituições sociais gerais por meio das quais esse processo se dá, e não somente com as instituições pedagógicas" (Street, 2014, p. 44). O letramento não é somente adquirir conteúdos, mas perceber e aprender dentro de um processo de aprendizado.

Dering (2021) defende a ideia de que a verticalização, proposta no ensino escolarizado, contribui para a manutenção da colonialidade do saber e do poder, pois sendo o professor a autoridade do conhecimento, e os(as) alunos(as), aprendizes, então os aprendizes só terão seus conhecimentos validados por aquele que detém o conhecimento. Essa dinâmica de aprendizado é uma forma de colonialidade do saber, ao manter a lógica colonial a respeito das relações econômicas, políticas e de conhecimento. O letramento baseado no conteudismo e numa prática de repetição alimenta a relação opressor (professor) x oprimido (aluno).

O letramento, além de ser uma prática social, deve ser um projeto político em que o indivíduo se perceba como integrante de um sistema, devendo-se questionar e subverter a ordem de regulação imposta pelo Estado e, nessa lógica, ser inserido e percebido como um ser presente no processo de aprendizagem e produção de conhecimento. Ainda hoje, o professor ocupa uma posição autoritária, e o aluno, de subordinação. Partindo do pressuposto de que o ser humano se torna letrado na escola, e a cultura, isto é, o saber que carrega é invisibilizado no ambiente escolar, percebe-se que a cultura que o professor transmite se sobrepõe a do(a) aluno(a), sendo este(esta) escupido pelo próprio mestre.

Freire (2018, p.34) deixa claro que o homem não deve ser o objeto da educação, mas o sujeito de sua própria educação. A busca da educação deve ser conjunta, em comunhão, pois, quando se é solitária, imposta, “[...] se faria de umas consciências objetos de outras. Seria “coisificar” consciências”. O letramento deve ser plural, com diálogo e com o desenvolvimento de uma consciência crítica, em que o homem pode transformar o seu contexto social e responder aos desafios que lhe são apresentados. Não é possível estar e fazer parte da sociedade-mundo de forma neutra, sem se posicionar. É necessário o exercício de uma pedagogia polifônica, isto é, em que há a escuta do outro em um processo dialógico de ensino e aprendizagem.

Diante disso, tem-se que a *práxis* implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. É preciso problematizar aquilo que é naturalizado e transformar a sociedade. O ponto de partida está em nós mesmos, para que ocorra a

superação da contradição ainda existente na relação educador-educando. Conforme Freire (2012, p. 73): “[...] A libertação autêntica, que é a humanização nesse processo, não é uma coisa que se deposita nos homens”. Não é mais uma palavra a mais, oca, mitificante.

Observada essa reflexão, o projeto da modernidade, alicerçado na colonialidade, faz com que o sujeito acredite que necessite do conhecimento adquirido dentro daquele contexto formal de aprendizado, e a lógica opressor x oprimido se inverte e faz com que o oprimido se torne opressor e, ali, mantenha o *status* da colonialidade do poder. Sustenta-se uma hierarquia de saberes, em que existem saberes válidos face a outros que não são validados pela ciência, aspecto que reflete numa hierarquização dos sujeitos envolvidos nesse processo de conhecimento. As ideias e o conhecimento do professor se tornam o centro da aprendizagem, o que faz com que o saber do (a) discente seja desconsiderado nesse processo de aprendizagem.

Há uma ideia de salvacionismo desses sujeitos, em que a política educacional vigente visa à formação de um indivíduo completo que esteja preparado para o exercício pleno da cidadania e, além disso, qualificado para o trabalho, de acordo com o art. 2º, V da Lei n. 13005/2014 (Plano Nacional de Educação-PNE). Tal modelo acaba por manter a colonialidade do saber e do poder. A colonialidade do ser também se sustenta, especialmente a partir do momento em que vozes e corpos são invisibilizadas ao desvalorizar o conhecimento do (a) aluno (a) frente a(o) professor (a) e na visão de que o modelo formal de educação é a base de sustentação para que ocorra o avanço intelectual e social do indivíduo.

Pensar o letramento numa perspectiva decolonial é discutir sobre uma metodologia, isto é, sobre um processo de como trabalhar em sala de aula que visa compreender a autonomia do(a) educando(a) no processo ensino-aprendizagem, numa perspectiva de ser um ato social, partindo da dialogicidade (Dering, 2021). Assim, para embasar essa metodologia me valho de Santos (2014) que cria a ecologia de saberes que emerge como uma epistemologia inovadora que celebra a diversidade de formas de conhecimento e busca transcender a hegemonia do conhecimento científico ocidental e, assim, abrir um diálogo intercultural e

interdisciplinar, com o intuito de valorizar a diversidade, para haja uma educação plural e democrática. Santos (2009, p.44) comenta: "É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer sua autonomia. A ecologia dos saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento".

Ao partir dessa perspectiva decolonial, percebe-se que essa visão de letramento nega o modelo eurocêntrico de saber, combate às desigualdades sociais e busca superar o saber das instituições formais de ensino que ditam o que é válido e o que é inválido, tudo isso num processo pautado no diálogo, na vivência e na convivência, buscando uma interação das experiências trazidas pelos(as) alunos(as) e pelo(a) professor(a) dentro do sistema-mundo. Assim, questiona-se o modelo de colonialidade do saber, para que se possa, assim, romper com esse modelo e reconhecer que há diferentes conhecimentos, sem hierarquia. O(a) discente exerce sua autonomia quando se permite ouvi-lo. Segundo Dering (2021, p. 195),

é preciso ter um horizonte pluriversal e não uma sociedade moderna tal qual conhecemos e reproduzimos. E, por assim ser, entendermos de que não se fala para as pessoas, mas se fala com elas, respeitando o seu lugar de existência e tudo que envolve esse lugar e essa existência. O sujeito, quando alienado – quando tem suas subjetividades omitidas e aniquiladas – deixa de se presentificar e historicizar. Isso é feito quando para ele é dada a condição de marginalizado, subalternizado.

É preciso estruturar os saberes hegemônicos com outros saberes, como o saber popular, bem como o letramento escolarizado com outros letramentos e perceber que o diálogo permitirá reconhecer os corpos e vozes até então silenciados, oprimidos e desconsiderados em sua própria existência. Dering (2021, p.197) propõe ações para desenvolver o letramento decolonial, como "[...] saber, conhecer, ouvir, compreender, compartilhar, analisar em diálogo, criticar e propor". Tais práticas permitem conhecer e reconhecer os sujeitos numa ação baseada na interculturalidade, com o compartilhamento de experiências pelo diálogo e pela escuta. Aquele que não ouve se impõe de forma autoritária. O diálogo é essencial nesse processo de

letramento, o qual leva a uma análise crítica do que está sendo proposto em discussão e, assim, apresentar uma proposta, a qual não tem a pretensão de ser salvacionista. Logo, depreende-se, aqui, que o letramento escolarizado é excludente e gera fissuras no modelo de saber eurocêntrico, sendo necessário conscientizar os sujeitos de que outros saberes e culturas existem e podem coexistir no espaço formal de ensino. Nesse conjunto de ações, não se propõe uma solução, mas pensa-se, de forma crítica, a verticalização de saberes e desmistifica a sua hierarquia, oportunizando, com isso, que corpos e vozes não sejam silenciados, inferiorizados e/ou excluídos.

Nesse contexto cultural de perspectiva de letramento decolonial, houve a escolha do colégio CEPAE/UFG e, precisamente, a aula de artes, em virtude das rasuras presentes no modelo tradicional de escolas de Ensino Médio que buscam o preparo por meio da leitura e escrita para o Enem⁴⁹ e outros vestibulares. A prática da produção artística é oportunizada para todos(as), e cada discente cria um portfólio ao longo do ano letivo. O estudo das Artes é associado à literatura⁵⁰, o que permite o trabalho com temas transversais associados à Sociologia e à Filosofia. Assim, vi-me desafiada a utilizar um instrumento de educação não formal – o álbum de família – para educar olhares para a diversidade.

⁴⁹ Enem - Exame Nacional do Ensino Médio.

⁵⁰ Plano de ensino da disciplina de Artes do colégio CEPAE/UFG.



4.3.– Experienciação em sala de aula: as imagens educam os olhares

Embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não mencione explicitamente os termos *gênero* e *sexualidade*, o que representa um retrocesso em termos de representatividade e de combate à discriminação, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) abre caminho para a construção de uma escola mais diversa e acolhedora.

O artigo 2º do PNE prevê a implementação de programas e políticas educacionais que combatam "todas as formas de discriminação" presentes nas escolas, incluindo desigualdades de gênero, raça, orientação sexual e identidade de gênero. Além disso, o documento defende a promoção dos direitos humanos e da diversidade na educação brasileira, estabelecendo um compromisso com a construção de um ambiente escolar que valorize as diferenças. A escola deve ser um espaço acolhedor dessas diferenças. O ensino de Artes, ao buscar as diferentes expressões artísticas nos períodos históricos, permite-nos refletir sobre as diversas hipóteses de inclusão (Soares; Januário; Dering, 2022).

Assim, ao elaborar o plano de aula para o colégio CEPAE - Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da UFG, senti-me desafiada a pensar e a executar uma sequência didática dialógica e interacionista numa proposta de letramento decolonial, com a utilização e produção de imagens na perspectiva da Cultura Visual. A temática a ser discutida era "Diversidade sexual e de gênero: preconceito e violência".

O letramento na perspectiva decolonial, considerando a minha proposta da sequência didática, envolvia as seguintes ações: saber, conhecer, ouvir, compreender, compartilhar, analisar em diálogo, criticar e propor (Dering, 2021). Primeiro, faz-se necessário **saber** e **conhecer** a realidade dos discentes do terceiro ano do Ensino Médio dentro do espaço escolar do Colégio

CEPAE/UFG. Uma semana antes de iniciar as aulas, fui visitar as duas salas de aula e entregar para os alunos o TCLE⁵¹. Eu me apresentei, comentei sobre a minha pesquisa, e os estudantes foram muito receptivos. Em sua maioria, os participantes já estavam no colégio desde o Ensino Fundamental. Eram duas salas de aula, com 30 discentes em cada uma. Eu conheci a estrutura física da escola, cujas salas acomodavam bem os(as) alunos(as); inclusive, encontrei uma sala dedicada à oficina de Artes, com material mínimo necessário fornecido pela escola, como papel, lápis para desenho, lápis de cor, tesoura, revistas, *data-show* etc. Percebi que o colégio prioriza não só o conhecimento sobre a história da arte e sua interdisciplinaridade, mas também o fazer artístico, pois cada discente produz um portfólio ao longo do ano, sendo exigida a sua apresentação ao final do ano para compor a nota de avaliação.

Ao me apresentar e discutir um pouco sobre a minha trajetória acadêmica, e estar disposta a conhecê-los e a ouvi-los, vou situando o meu lugar de fala enquanto pesquisadora e professora. O ato de conhecer é também reconhecer-se no outro, ou seja, é troca de conhecimentos e autoconhecimento (Santos, 2010). No modelo de letramento escolarizado, o conhecimento é hierarquizado, isto é, há o conhecimento validado pela ciência, hierarquicamente superior, e o conhecimento não validado, que não foi adquirido na academia, seja por falta de oportunidade, seja por decisão própria de não querer adquiri-lo.

É necessário **ouvir** o outro para que a presença não seja autoritária. A escuta é o primeiro passo para o diálogo e para a troca de saberes. É necessário o exercício de uma pedagogia dialógica, em que há de se respeitar a escuta do(a) outro(a). Conforme Freire (1967, p.107):

E que é o diálogo? É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (Jaspers). Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois pólos do diálogo se

⁵¹ Termo de consentimento livre e esclarecido

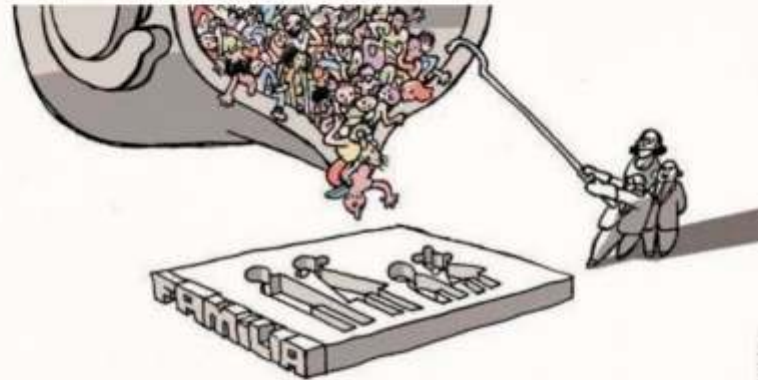
ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação.

O diálogo deve ser incentivado, especialmente numa dimensão humanista e democratizada. Assim, na primeira aula escrevi na lousa algumas palavras que remetia à sigla LGBTQUIAPN+: lésbica, *gay*, bissexual, transexual, *queer*, intergênero, assexual, pansexual e não binário, para que pudesse ser esclarecido o significado, com o conhecimento que já detinham e esclarecendo os termos que talvez não conhecessem. Com o intuito de dialogar sobre questões de gênero, a criação artística espontânea final seria, preferencialmente, a produção de quadrinhos. Assim, fez-se a opção pelo uso de tirinhas de Laerte Coutinho. Iniciei abordando a vida e obra e a transição de gênero ocorrida próxima aos 60 anos de Laerte. Trazer as tirinhas como instrumento didático, para discutir identidade de gênero como os(as) discentes do terceiro ano do Ensino Médio, atende, assim, à oitava competência disposta no Plano Nacional de Educação (2014-2024).

A escuta nos conduz ao ato de **compreender** e, no exercício do processo de alteridade, é possível reconhecer a diferença com/no(a) outro(a). O exercício do diálogo ocorreu com perguntas que foram lançadas para a turma pela interpretação das tirinhas apresentadas. Primeiro, eu propus discutirmos sobre a constituição da entidade familiar e os seus novos arranjos, a partir da seguinte tirinha:



Figura 51: Modelo de família



Fonte: <http://redacaoemrede.blogspot.com/2015/10/ideias-charge-de-laerte-sobre.html>

Apresentei os seguintes questionamentos: Qual é o tipo de família que se visualiza na charge? Como ela se caracteriza? Que tipos de família temos hoje?

Para iniciar o nosso diálogo, perguntei sobre a família visualizada na charge, e os(as) discentes foram participando. Ali, fui explicando a respeito dos novos arranjos familiares: família matrimonial (casamento), família informal (união estável), família homoafetiva monoparental, anaparental, substituta, mosaico ou pluriparental e família socioafetiva. A imagem suscitou a discussão a respeito da família tradicional, isto é, patriarcal e sua transformação na sociedade brasileira. A partir do momento em que começamos a dialogar, fomos **compartilhando** experiências numa proposta de conhecimento horizontal. Os(as) discentes foram relatando a respeito de sua própria família e os arranjos que envolviam os seus parentes. Os termos até então desconhecidos foram esclarecidos. Com isso, os(as) discentes perceberam que, mesmo sem saber a nomenclatura, já conheciam a respeito de cada

arranjo familiar e puderam se posicionar de forma crítica a respeito da charge apresentada. Assim, valho-me de Freire (1992, p. 43), para a prática do respeito ao saber popular: "refiro-me à insistência com que, desde faz longo tempo, defendo a necessidade que temos, educadoras e educadores progressistas, de jamais subestimar ou negar os saberes de experiência feitos, com que os educandos chegam à escola ou aos centros de educação informal".

Após a discussão a respeito da família tradicional (formal e informal), apresentei a seguinte tirinha à turma:

Figura 53: O que é ser normal?



Fonte: < http://murieltotal.zip.net/arch2011-05-22_2011-05-28.html >. Acesso em 10 de out. 2024.

Para iniciar a **dialogar** com eles sobre gênero e identidade, propus fazermos análise de tirinhas de Laerte Coutinho, uma artista e mulher trans que se revela por volta dos 60 anos de idade. Apresentei a sua biografia e comentei que Laerte é uma ilustradora com experiência na produção audiovisual e uma referência no País no que tange à confecção de histórias em quadrinhos, charges, *cartoons* e desenhos de humor. Propus um olhar que decompõe a imagem e que propõe uma rasura no

discurso da colonialidade do ser e da visualidade em torno da questão binária, cis-heteronormativa. Quando perguntei o que entendiam por gênero, me responderam que já tinham lido textos de Judith Butler e discutido o assunto na disciplina de Sociologia. Apresentei os seguintes questionamentos: Que situação apresentada na tirinha está gerando estranhamento? Há tolerância? Mas o que é ser “normal”?

Por meio desses questionamentos, tive a intenção de apresentá-los o objeto da Cultura Visual, ou seja, não só o que vemos, mas como vemos e o que é permitido ver. Conversamos sobre gênero e orientação sexual. Abordei a questão normativa da tipificação do crime de homofobia e a repercussão do tratamento diferenciado entre a pessoa heterossexual, homossexual e transexual, que gera preconceito e homofobia. Em seguida apresentei a seguinte tirinha, para refletirmos juntos(as):

Figura 54: Preconceito



Fonte: COUTINHO, Laerte. Longe de mim ter preconceito, mas... Folha de S. Paulo, 2006.

Os questionamentos propostos foram: O que é preconceito? Os crimes contra heterossexuais e homossexuais não são iguais para a personagem Rosa. O que acham desse discurso?

Percebe-se, na charge, que a autoridade do visualizador dita o que, no discurso, pode ser visto e interpretado. Assim, propus **analisar em diálogo** a reflexão que a charge propõe, para que, com esses questionamentos, pudessem criticar o discurso apresentado e a questão presente nas entrelinhas. Apresentei para eles o conceito de *visualidade*, objeto da Cultura Visual, que dita o lugar do subalterno e provoca a fissura, isto é, a ruptura do discurso dominante em torno da cultura, dos fatos sociais e históricos. Fiz referência a Michel Foucault, filósofo e autor já trabalhado com eles nas aulas de Filosofia. Discuti, também, a vigilância que ocorre sobre o indivíduo numa sociedade de controle, em que o castigo, a correção e a recompensa são elementos de tecnologia de controle (Foucault, 2014). Ao analisarmos a questão da sexualidade, o discurso dominante reforça a visualidade do discurso da questão binária: homem/mulher, cisgênero e heterossexual. Essa visão hegemônica impõe a ideia de que o gênero é algo natural e intrinsecamente ligado à biologia. Dessa forma, instiguei os(as) discentes a pensarem sobre as perguntas propostas. As respostas encontradas foram no sentido de se posicionarem criticamente que o tratamento não é o mesmo pela sociedade, pela mídia e pelo Poder Judiciário.

Ao analisarem criticamente os fatos cotidianos que foram trazidos pelas charges, os(as) discentes responderam de forma unânime que o tratamento era desigual e que "a violência de gênero é naturalizada contra o grupo LGBTQIAPN+, pois o preconceito ainda está presente na sociedade. Em regra, a sociedade não tolera quem foge ao padrão heteronormativo"⁵².

A visualidade da composição das personagens indica o gênero, através das vestimentas, dos adereços, do

⁵² Fala de uma discente durante a aula.

comportamento e se faz necessário frisar que o gênero é uma construção histórico-social, fluido.

Com o intuito de aproximar a linguagem textual aos interesses do(a)s discentes, apresentei o *anime* abaixo, do personagem Naruto, com o diálogo de duas personagens, em que uma delas apresenta gênero fluido.

Figura 55: Anime do Naruto





Fonte: episódio 231 do anime Boruto: Naruto Next Generations, intitulado "O Novo Trio", 2011.

Para iniciarmos a discussão sobre a fluidez de gênero, ainda sobre a **análise em diálogo**, propus os seguintes questionamentos: Orochimaru afirma que há épocas em que foi homem, há épocas em que foi mulher. O gênero que a pessoa exerce é estático ou pode ser fluído? Kawaki afirma que não liga para o que seja, mas o que interessa é a sua verdadeira essência. Será que uma pessoa se define pela identidade de gênero que exerce? Vocês sabem o significado da sigla LGBTQUIAPN+? Gênero e sexualidade são termos sinônimos?

Ao analisar o conceito de gênero, proposto por Judith Butler, a autora discute que o gênero não é inato à pessoa, mas é uma construção social, histórica e cultural obtida por meio de repetições de atos, comportamentos e vestimentas, sendo performativo, pois diz respeito a algo que fazemos e que não diz respeito à nossa essência. A diferença entre sexo e gênero é superficial, pois se trata de uma construção histórico-social. O sexo é associado às características biológicas.

No diálogo crítico com o(a)s discente(s), eles deixaram claro que o gênero é fluido e pode ser alterado ao longo da vida, e, ainda, que o gênero não se confunde com orientação sexual. Responderam que a essência de uma pessoa não está associada ao gênero, ao sexo e/ou a orientação sexual. Um aluno respondeu que a essência diz respeito a valores e ao caráter, e os demais aluno(a)s concordaram. Quanto ao significado da sigla LGBTQIAPN+, vários aluno(a)s não conheciam todas as letras, mas teve uma aluna de 17 anos que pediu para explicar e expôs que era pansexual, explicando para a turma o exercício de sua sexualidade. Aqui, há de se registrar que ninguém riu ou fez comentários pejorativos. Respeitaram a colega e ouviram atentos o relato pessoal.

Na segunda aula, apresentei os sujeitos da minha pesquisa, Nádía e Nicolas. Primeiro, coloquei em *slides* fotos da Nádía e do Nicolas, e perguntei que gênero percebiam ao visualizar as imagens?



Figura 56: Nádía e Nicolas



Fonte: Arquivo pessoal de Ana Christina R. Lima e de Nicolas N. Mardem

Respoderam, de forma unânime, que se tratava de uma mulher e um homem. Eu narrei para eles as histórias de vida de cada um e a travessia que enfrentaram ao alterar o gênero. O(a)s discentes ouviram atentos aos relatos, e um dos alunos se manifestou sobre o fato de a sociedade vilaboense ser patriarcal e machista, e o quanto Nádía deve ter sofrido com esse

enfrentamento.

Quanto ao Nicolas, os(as) discentes viram como um ato de coragem o enfrentamento com a família e com a sociedade, elogiando o fato de a Universidade Federal de Jataí tê-lo apoiado durante todo o curso. Eu expliquei para eles que o enfrentamento ao discurso dominante é denominado, na Cultura Visual, por contravisualidade. Tais rasuras exigem resistência, persistência, vontade e necessidade de vivenciar um gênero diferente do que lhe havia sido imposto, pois o que reivindicava era o direito de existir. Expliquei a eles e elas os direitos que são assegurados às pessoas transexuais, como: retificação de nome e sexo, atendimento junto ao Sistema Único de Saúde (SUS), tanto para a cirurgia de redesignação sexual, como para a hormonioterapia, acompanhamento psicológico, casamento, a constituição de família e ter filhos; ou seja, o exercício do gênero com o qual a pessoa se identifica não limita o exercício de sua cidadania.

Ainda discuti com os estudantes sobre a questão da violência contra pessoas LGBTQIAPN+ e trouxe dados do IPEA (2021), pois o Brasil é o país em que mais ocorrem assassinatos desse grupo de pessoas. A violência tanto é simbólica, quanto se materializa com o abandono material e afetivo, com injúria, difamação, lesão corporal, tentativa de homicídio e homicídio. Há uma tentativa de desaparecer, isto é, de silenciar os corpos dissidentes. Apresentei dados da Associação Nacional de Trans e Travestis (ANTRA), sendo que, em 2021, 80 pessoas foram assassinadas. Inclusive, dialogamos sobre o caso da Keron Kavash, uma adolescente trans que foi assassinada em 2021, aos 13 anos de idade com pauladas, chutes e socos por um rapaz de 17 anos em Camocim, no norte do Ceará.

Ao comentar sobre o caso da Keron, apresentei a imagem dela e lancei o seguinte questionamento: que visualidade você percebe na imagem e fatos apresentados?

Figura 57: Keron Kavash



Fonte: Associação Nacional de Transexuais e Travetis (ANTRA), 2021.

O(a)s discentes ficaram estarelecidos. Eles se manifestaram sobre a naturalização da violência contra a comunidade LGBTQIAPN+. Um dos alunos comentou que o caso da Keron retrata uma sociedade intolerante com a diversidade e que é preciso um trabalho de conscientização, para que fatos como o apresentado não venham a ocorrer. Inclusive, houve uma aluna que se valeu de Michel Foucault e Judith Butler para explicar que o gênero não é inato ao indivíduo, e que o discurso dominante dita o que é correto naquele momento histórico. Particularmente, fiquei encantada com a argumentação, com o pensamento crítico e com a sensibilidade que demonstrou em suas falas. A imagem educa olhares.

Na terceira aula, foi **proposto que fizessem tirinhas e/ou desenhos** – desenvolvendo, assim, os termos **criticar e propor** – que abordassem os assuntos discutidos em sala de aula. O resultado foi maravilhoso, pois tive a oportunidade de acompanhar o fazer artístico de cada aluno(a) que estava em sala de aula. O apoio do professor da disciplina de Artes foi fundamental. Os(as) discentes perceberam o quanto era importante participar e se manifestar através da atividade proposta. Eu propus que fizessem no formato de um atlas, com a montagem de painel com alguns desenhos para serem expostos.



Figura nº 58 : Atlas da diversidade



Fonte: Produção artística do(a)s discentes do 3º ano do ensino médio do colégio CEPAE/UFG, 2002.

Eu me vali de Aury Warburg (2013) para propor um atlas de imagens, sendo montado um painel em que, ao mesmo tempo, fosse possível identificar uma única imagem pela proposta do tema, mas que também fosse possível evidenciar um mosaico de imagens que estão relacionadas entre si, mesmo preservando a sua unidade, que se comunicam entre si e com o espectador da imagem. No canto superior esquerdo, temos um tronco de uma árvore cortado em sua base, cujas raízes continuam numa teia sob o solo, gerando novas raízes, com outras cores⁵³. No tronco que está sobre a terra, nasce uma folha, dando a ideia de florescimento e de resistência. As raízes nos remetem ao rizoma de Deleuze e Guatarri (2000), o qual não tem início nem fim definidos, mas tem potência, e onde há espaço, o rizoma floresce e encontra possibilidades de se remeter a outras linhas. A dimensão imagética do rizoma é uma árvore com suas raízes e, numa dimensão conceitual, contrapõe-se ao conceito de sistema (Souza, 2012). O emaranhado conceitual que se propõe advém do conceito de gênero, identidade e orientação sexual, para chegarmos a um conceito que proporciona a livre existência do indivíduo, já que, mesmo sobre uma superfície árida, ainda encontra forças para persistir no exercício pleno de sua cidadania.

Tais rizomas nos remetem à próxima imagem que se encontra ao lado no mosaico, a qual sugere uma pessoa que, de olhos fechados, num emaranhado de sentimentos, liga sua expressão facial ao coração, à boca e ao cérebro. Talvez, aqui, esteja o dilema de ser e de se expressar como quer ser. Interligada a essa imagem, temos a figura de uma pessoa que questiona o próprio conceito do que é ser Ayesha, um sonho que se encontra no inconsciente ou no real e que reflete no espelho aquilo que realmente é. A imagem final traz um diálogo entre pai e filho, em uma tirinha que aborda o conceito de gênero, o significado da sigla LGTQIAPN+, o conceito de homofobia e de exclusão social. O diálogo apresenta uma forma de educar com posicionamento crítico e com esclarecimentos.

⁵³ Cores da bandeira LGTQIAPN+.

De forma criativa, o(a) discente trabalha com imagens e com uma frase impactante, em que cada parte dessa frase nos remete a uma imagem. Com o título *os rótulos que colocamos*, a tirinha vai decompondo a frase: *O que usamos, fazemos, não define quem somos*, pois a nossa essência vai além da forma como nos apresentamos. Por fim, temos pessoas diversas, que não se rotulam em uma caixa, são coloridas e podem exercer livremente sua sexualidade e gênero. Inclusive, uma das personagens segura duas bandeiras, não tendo a necessidade de se adequar a nenhum rótulo.

Assim, essa experiência artística é produto do exercício das ações propostas no letramento decolonial, com a perspectiva de uma educação dialógica e conscientizadora, a fim de combatemos o preconceito e a homofobia, como as imagens sugerem. A partir daí, surgem novos rizomas livres para abrir espaços a novas identidades, sendo muito bem sintetizado na imagem em movimento de pessoas coloridas, sem rótulos, estigmatizações e exercendo plenamente sua cidadania.

Percebe-se, assim, que a Cultura Visual, através do seu objeto, associada ao letramento decolonial, é capaz de proporcionar uma educação inclusiva, emancipatória e autônoma. Destaco que a proposta de letramento aqui apresentada não exclui outras formas de letramento. Pelo contrário, dialoga com outras formas de letramento, pois o que é proposto aqui é uma reflexão crítica no projeto colonialidade/modernidade, que, muitas vezes, valida e invalida saberes, não permitindo a escuta daquele(a) que não tem autorização discursiva. A proposição baseada no multiculturalismo, com respeito ao diálogo crítico e à diversidade, é uma forma de causar rasuras no modelo de saber eurocêntrico.



“Liberdade é pouco. O que desejo ainda não tem nome.”

(Lispector, 1980, p. 29)



CONSIDERAÇÕES

A presente pesquisa buscou analisar as mediações entre as imagens dos sujeitos da pesquisa, Nádia Köller e Nicolas N. Mardem, com base nas entrevistas realizadas e os registros fotográficos dos álbuns de família, com o intuito de discutir a formação da identidade de gênero, a transexualidade e a emancipação no processo de educação formal, com alunos do terceiro ano do Ensino Médio do colégio CEPAE/UFG no ano de 2022, num processo de experientiação de letramento decolonial, guiado pelos princípios da pedagogia freireana.

Buscou-se atingir o sentido da imagem para além dela mesma, buscando um posicionamento crítico a respeito do seu conteúdo, num processo de decodificação de seus signos. Os textos e imagens produzem sentidos, cada um na sua singularidade. A imersão no universo de significados das imagens, moldados pelo contexto sócio-histórico-cultural, permite-nos afrontar a autoridade do visualizador, desmascarando as construções sociais que se escondem atrás do discurso e dos signos, fazendo emergir uma análise crítica, bem como provocando questionar conceitos e comportamentos impostos por um discurso hegemônico, que dita o que é *normal*, sendo, na verdade, resultado do exercício do biopoder que se encontra disseminado na sociedade, agindo e controlando a superfície dos corpos.

Os sujeitos da pesquisa foram Nádia Köller e Nicolas N. Mardem, pessoas transexuais, os quais representam uma voz coletiva, intermediada pelas narrativas da sobrinha de Nádia, Ana Christina R. Lima, e pelos relatos de Nicolas. Ao apresentar a visualidade das imagens dos álbuns de família, constatou-se o discurso dominante em torno da sexualidade. Apesar de serem de épocas e cidades diferentes do interior do estado de Goiás, cidade de Goiás e Jataí, ambos afrontaram o sistema binário, cis-heteronormativo.

Dentre as visualidades emanadas da biografia de Nádía, a mais representativa é em torno do seu sepultamento, quando, silenciada pela morte, lhe impuseram a vestimenta de homem, para que fosse sepultada; além disso, seu nome no registro civil é colocado em destaque em sua lápide. Tal ato foi um desrespeito à mulher que se fez existir, a qual rompeu com os ditames de uma sociedade machista e conservadora. Nádía afrontou o sistema patriarcal, pertencente a uma família tradicional da cidade de Goiás, que se impôs pelo seu modo de ser e de agir na sociedade vilaboense. Nádía e Nicolas foram atravessados pela colonialidade de gênero, em que se legitima o corpo que é validado a se posicionar. Os corpos trans estão fora da classificação colonial da binariedade de gênero, sendo silenciados pela sociedade patriarcal, cuja voz, a escuta e, até mesmo, a sua existência são negados. O silenciamento é uma forma de manter a pessoa trans no lugar em que se encontra, sem exercer plenamente sua cidadania. Pela narrativa da sobrinha Ana Christina, constata-se que, desde criança, Nádía se interessava mais pelo universo feminino. O mesmo se pode afirmar a respeito de Nicolas, pois o universo masculino o acolhia desde criança. A cultura do silêncio move uma sociedade opressora, patriarcal e hierarquizada.

O poder é exercido em rede, num emaranhado de forças que estão disseminadas na sociedade, sendo que o indivíduo o exerce, mas também sofre sua ação. Grupos subalternos, como a comunidade LBTQUIAPN+, são invisibilizados, e o sistema de poder procura impedir que essas vozes sejam escutadas. O próprio sistema de colonização europeia a que fomos submetidos impôs o discurso de uma elite masculina, branca, cis-heteronormativa, movida por uma ideologia de gênero a qual pudesse atender à formação de mão de obra. A colonialidade do ser reflete na construção da colonialidade do saber, que produz um falso discurso universal, o qual não leva em consideração as diferenças existentes em cada sociedade, os saberes dos povos originários e da cultura popular. Tais colonialidades sustentam a matriz colonial do poder

Compreender o que seja *gênero* e *sexo* se fez necessário, pois o discurso da colonialidade sustenta o binarismo masculino/feminino, tendo o referencial biológico ligado à diferença anatômica das genitálias, de modo que esse regime de

verdade se sustente. Nádía e Nicolas afrontaram o sistema patriarcal, pois exerceram a representação social condizente com o gênero com o qual se identificaram, causando fissuras no discurso da visualidade e provocando a contravisualidade com seu modo de ser e existir.

A teoria *queer*, nessa lógica, surge contrapondo-se a esse discurso hegemônico, e sustenta que o gênero e o sexo são construtos sociais e históricos. O gênero de um indivíduo perpassa a sua identidade, representação social, comportamento, vestimentas, performance, enquanto o discurso da binaridade de gênero sustenta um regime de dominação, cujos seres humanos femininos, cis ou trans, são subjugados, isto é, inferiorizados aos seres humanos masculinos, cis. Apesar do discurso dominante, não há como negar que existem pessoas que não se encaixam nessa classificação. Os corpos dissidentes promovem a fluidez de gênero, pois é uma ficção, ou seja, uma invenção inscrita sobre a superfície dos corpos.

No processo transexualizador de Nádía, houve um rompimento a partir do falecimento do pai dela, major Geraldino, quando este vem a Goiânia, compra roupas e acessórios femininos e volta para a cidade de Goiás como Nádía Köller, enquanto o processo transexualizador de Nicolas foi gradual; o ápice da satisfação pessoal ocorre com a mastectomia masculinizante. O gênero advém de uma prática discursiva, de acordo com a cultura a que o indivíduo está inserido. A masculinidade e a feminilidade são sistemas de poder e não há uma identidade que seja verdadeira e/ou estática, pois ela depende de um processo cultural e simbólico.

Nádía e Nicolas passaram por *caixas da verdade*, em que, primeiramente, lhes é imposta a caixa de pessoa cis e gênero condizente com o sexo biológico. Ao longo de suas existências, eles mudam de caixa e passam a se adequar a de pessoa cis, homossexual e, por fim, chegam a uma caixa que condiz com suas expectativas, a caixa de pessoa trans. O gênero trans é um terceiro gênero em que a identidade, o exercício da subjetividade e a performatividade o encaixam.

Assim, reivindico o direito a olhar, reconhecendo a pessoa trans com direito ao exercício de existir, de ser ouvida, de exercer a cidadania e de ser respeitadas. A prática discursiva naturaliza aquilo que deve ser visto como sendo uma forma correta de exercer o gênero e sexualidade. Nesse movimento, o discurso da contravisualidade questiona a naturalização do olhar e do discurso da visualidade, provocando uma fissura nesse discurso e propõe questionamentos desse regime de *verdades*.

Com o intuito de experienciar aulas que estejam fora da minha área de atuação, mas com foco na interdisciplinaridade, e que pudessem proporcionar um fazer artístico dentro de uma perspectiva de letramento decolonial, apresentei uma sequência didática aos (às) alunos(as) do terceiro ano do Ensino Médio do colégio CEPAE/UFG. A escolha do colégio se deu em virtude do projeto pedagógico da instituição que vai para além da educação bancária, isto é, de mera reprodução de conteúdo. O plano de aula atendeu à diretriz do art. 2º do Plano Nacional de Educação.

Através da arte, os discentes ganham voz para protagonizar suas vivências e experiências, projetando no imaginário aquilo que foi dialogado e refletido numa análise crítica das imagens, dos fatos e dos conceitos apresentados. Com base nos princípios da pedagogia de Paulo Freire e de Fernando Hernandez, é possível a promoção de uma educação libertadora e emancipatória. O letramento escolarizado é uma forma de manter o projeto de colonialidade/modernidade. Como alternativa entre as várias formas de letramento, vali-me do letramento decolonial, o qual envolve as seguintes ações: saber, conhecer, ouvir, compreender, compartilhar, analisar em diálogo, criticar e propor.

Assim, ao final, propôs-se uma oficina artística, a qual funciona como um instrumento de resistência e de potência, buscando abrir caminhos para a superação da colonialidade do ser, do saber e da visualidade dominantes, produzindo um discurso de contravisualidade.

REFERÊNCIAS

ABOIM, Sofia; VASCONCELOS, Pedro. O lugar do corpo. Masculinidades Trans e a materialidade corporal do gênero. *In: Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 30(3): e81202. DOI: 10.1590/1806-9584-2022v30n381202.

ABREU, Carla Luíza de; ÁLVAREZ, Juan Sebastián Ospina; MONTELES, Nayara Joyse Silva. O que podemos aprender das contravisualidades? **28º Encontro Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas Origens** – Cidade de Goiás – 16 a 20 dezembro de 2019. Disponível em:

https://anpap.org.br/anais/2019/PDF/ARTIGO/28encontro_ABREU_Carla_Luzia_de_e_%C3%81LVAREZ_Juan_Sebasti%C3%A1n_Ospina_e_MONTELES_Nayara_Joyse_Silva_831-846.pdf; acesso em 11 de fev. de 2024.

AFONSO, Almerindo Janela. Os lugares da educação. Orgs.: , Olga Rodrigues Moraes Von; PARK, Margareth Brandini & Renata Sieiro Fernandes. *In: Educação não formal: cenários da educação*. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade: feminismos plurais**. Coord.: Djamilia Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. A identidade sertaneja na literatura regionalista: Euclides, Hugo de Carvalho Ramos e Guimarães Rosa. *In: Revista de História Regional*, 17(1): 89-111, 2012/Doi: 10.5212.

ALLOA, Emmanuel. Entre a transparência e a opacidade – o que a imagem dá a pensar. Org.: Emmanuel Alloa. *In: Pensar imagem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

ALVES, Roger Fabiano Pacheco; MARTINS, Márcio André Rodrigues. O método de pesquisa cartográfica como estratégia de formação para educadores-pesquisadores. *In: Anais do 9º Salão internacional de ensino, pesquisa e extensão - SIEPE* Universidade Federal do Pampa | Santana do Livramento, 21 a 23 de novembro de 2017.

ARÁN, Márcia. Por uma cartografia não-normativa das identificações e do desejo: algumas reflexões a partir das experiências trans. *In: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. (Orgs.). In: Discursos fora da ordem: Sexualidades, Saberes e Direitos*. São Paulo: Annablume Editora, 2022.

AUSTIN, J. L. Teoria dos atos de fala I. In: **Reviravolta pragmática**. Org.: Maria Tereza de Albuquerque R. e Sousa. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

BARBOSA, Andréa. Fotografia e memória – Entrevista com Miriam Leite In: **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, ano 13, vol. 20(1+2),2009.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: Nota sobre a fotografia. Trad. de Júlio Castañon. 9.ed. Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BASTOS, Laísa Marra de Paula Cunha. Diadorim trans? Performance, gênero e sexualidade em Grande Sertão: Veredas. In: **Anais da XIV Semana de Letras da UFOP**, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. Trad.: Sérgio Milliet, 2.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro,1967.

BENJAMIN, H. **The transexual phenomenon**. New York: The Julian Press, 1966.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. **Bagoas - Estudos gays**: gêneros esexualidades, [S. l.], v. 3, n. 04, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2298>. Acesso em: 1 mai. 2024.

BENTO, Berenice. **Homem não tece dor**: queixas e perplexidades masculinas. 2.ed Natal: Editora da UFRN,

2015.BERGER, Jonh. **Para entender uma fotografia**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017.

BHABHA Homi K. **O local da cultura**. Trad.: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. Trad.: Antônio Pereira de Figueredo. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2019.

BORGES, Cibele Dias. Memória coletiva e individual. In: **Seminário Internacional em Memória e Patrimônio com o tema Memória e Esquecimento**, realizado na cidade de Pelotas no ano de 2011. Disponível em: http://www.sabercom.furg.br/bitstream/1/1440/1/A_memoria_coletiva_e_individual.pdf; acesso em 23 de set. 2023.

BORGES, Cristina. Colonialidade do ser e sustentação do racismo: entendimento à luz de Néelson Maldonado-Torres. In: **Anais do VI Congresso em Desenvolvimento Social**, 2018, ISSN 2358-3991.

BORGES, Maria Elizia. Arte funerária no Brasil: uma pesquisa peculiar no campo das artes visuais. In: **Revista de História**, Juiz de Fora, v.37, n.01, p. 103-123, 2013.

BOSI, Éclea. **Memória e sociedade** – lembrança de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor Ltda., 1979.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad.: Maria Helena Kühner. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 05 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação – PNE. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 20 de set. de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 8.727 de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso em: 02 fev. 2023.

BRITZMAN, D. O que é essa coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo. In: **Educação e Realidade**. Vol. 21 (1), jan./jul. 1996.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"*. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Trad.: Renato Aguiar. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista*. In.: **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Org.: Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"**. Trad.: Verônica Daminelli, Daniel Yago Françoli. São Paulo: Crocodilo Edições, 2019.

CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: Editora Vieira, 2015.

COLLING, L.; ARRUDA, M. S.; NONATO, M. N. Perfechatividades de gênero: a contribuição das fechativas e afeminadas à teoria da performatividade de gênero. In: **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 57, p. e195702, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8658138>. Acesso em: 23 jun. 2023.

CONNEL, Robert W. **Masculinities: knowledge, power and social change**. California: University of California Press, 1995.

CONNEL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(1): 241-282, janeiro-abril/2013.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução nº 1995 de 03 de setembro de 2010**. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2010/1955_2010.pdf. Acesso em 10 out. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução nº 01 de 29 de janeiro de 2018**. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Resolução nº 175 de 14 de maio de 2013**. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754>. Acesso em: 02 fev. 2023.

COSTA, Nelson Barros da. Dialogismo e análise do discurso – alguns efeitos do pensamento bakhtiniano nos estudos do discurso. *In: Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, SC, v.15, n. 2, p. 321-335, maio/ago. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-150207-1215>

COUTINHO, Laerte. Longe de mim ter preconceito, mas... **Folha de S. Paulo**, 2006.

CUKIERT, Michele; Prizskulnik, Léia. Considerações sobre eu e o corpo em Lacan. *In: Estudos de Psicologia*, 2002, 7(1), 143-149. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/B6bDhRYBMtzmhTs6m4tW4rd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 març. 2024.

CUNHA, Geruza Tomás da. **Protagonismo feminino em terras de coronéis**: mulheres em resistência. Dissertação (Mestrado em Letras), Faculdade de Letras (FL), Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2021.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia, Vol. 1. Trad.: Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs 1**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Ed. 34/1995, 4. reimpressão, 2006

DERING, Renato de Oliveira. **A prova de redação do Enem**: manutenção da colonialidade por meio do ensino de produção textual. (Tese de Doutorado em Letras e Linguística) Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil, 2021. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11287?mode=full> Acesso: 11 set. 2023.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FERNANDES, Renata Sieiro. **Educação não formal**: cenários da criação. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". In: **Revista Educação & Sociedade**, 79, ano XXIII, ago/2002, CEDES, Campinas – SP. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/alle/textos/NSAF-AsPesquisasDenominadasEstadodaArte.pdf>; acesso em 11 de dez. 2021.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. In: **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, pp. 367-83, Mar./Abr. 2010. ISSN 0034-7612.

FORTIN, Sylvie; Pierre GOSSELIN. Considerações metodológicas para a pesquisa em arte no meio acadêmico. Tradução: Marília C.G. Carneiro e Déborah Maia de Lima. **ARJ | Brasil | Vol. 1/1 | p. 1-17 | jan./jun. 2014**. ISSN: 2357-9978.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. In: **Çadernos de Pesquisa**, n. 114, novembro/ 2001, n. 114, p. 197-223, novembro/ 2001, p. 197-223.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad.: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad.: Luiz Felipe Baeta Neves. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. por Roberto Machado, 3.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Trad.: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad.: Raquel Ramallete. 42.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. Verdade, poder e si mesmo. In: **Ditos e escritos: ética, sexualidade, política**. Org. por Manoel Barros da Motta. Trad.: Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. v. 5. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

1967. FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 39.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 57.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREITAS, Raquel Lima: Arte: uma práxis humana. In: Revista A Educação em Foco, 2020. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco>. Acesso em 10 marc. 2024.

FROTA, Adolfo José de Souza; SOARES, Walquíria. Memória e esquecimento em Fahrenheit 451. In: **Anais do Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão na Graduação do Campus de Campos Belos (SEPEG)**, 2014. Disponível em: <<https://www.anais.ueg.br/index.php/sepeg/article/view/3292>>. Acesso em: 12 ago.2020.

GOMES, Ana Laudelina Ferreira. A Sociologia das ausências e das emergências em sala de aula. In: **Cronos: Revista da Pós-Grad. em Ciências Sociais**, UFRN, Natal, v. 18, n. 2, jul./dez. 2017, ISSN 1982-5560.

GRECO, Musso. Os espelhos de Lacan. In: **Opção Lacaniana online nova série**, Ano 2, Número 6, novembro 2011, ISSN 2177-2673

GREINER, Christine. **O Corpo**: pistas para estudos indisciplinados. 2.ed. São Paulo: 2022.

GUEIROS, José Alberto. **Brigitte Montfort**: a espiã mais linda do mundo. Rio de Janeiro: Editora Monterrey, 1976.

GUIMARÃES, Leda Maria de Barros. Pesquisa e Educação: quando arte tensiona sentidos na construção de um campo. ISSN 2358-0488 **Anais do VII Simpósio Internacional de Inovação em Mídias Interativas**. HUB Eventos 2020. ROCHA, Cleomar etall (Org.). São Paulo: Media Lab. / BR, PUC-SP, 2020.

GUSMÃO, Roney. Entre a performance e a performatividade: (Re)visitando o gênero pelo campo da memória. *In: Cadernos de Gênero e Diversidade*, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 316–340, 2022. DOI: 10.9771/cgd.v8i2.48508. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/48508>. Acesso em: 12 abr. 2023.

GRAÇA, Rodrigo. Performatividade e política em Judith Butler: corpo, linguagem e reivindicação de direitos. *In: Revista Perspectiva Filosófica*, v. 43, n.1, 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad.: Laurent Leon Schaffer. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. *In: Org.: SILVA, Tomaz Tadeu da*. 15. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HERNANDEZ, Fernando. **Catadores da Cultura Visual**: transformando fragmentos em nova narrativa educacional. Trad.: AnaDuarte. Porto Alegre: Mediação, 2007.

IMANISHI, Helena Amstalden. A metáfora na teoria lacanianiana: o estádio do espelho. *In: BOLETIM DE PSICOLOGIA*, 2008, VOL.LVIII, Nº 129: 133-145

JESÚS, Bento Manoel de. **Transexualidades**: experiências possíveis de constituição subjetiva em relação ao gênero. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

JOANILHO, André Luís; JOANILHO, Mariângela P. Galli. **Enunciado e sentido em Michel Foucault**. Disponível em <http://www.revistalinguas.com/edicao27e28/artigo2.pdf>; acesso em 23/03/202.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KASTRUP, Virginia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. In: PASSOS et al. (Org.) **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Trad.: Jess Oliveira. Rio de Janeiro : Cobogó, 2020.

KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia**. São Paulo: Ateliê, 2007.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LEÃO, Eliane; PALAFOX, Gabriel Humberto Muñoz. Paulo Freire: Análise da relação:opressor-oprimido na sua pedagogia dalibertação. In: **Revista de Educação Popular**, Uberlândia (MG), n.3, setembro, 2004.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 2.ed Trad.: Sônia M.S. Fuhrmann. Petrópolis: Vozes,

2007. LEITE, Mirian L. M. Fotografia e História. In: **Ciência hoje**, vol. 7, nº 39, janeiro/fevereiro de 1988.

LEITE, Mirian L. M. **Retratos de família**: leitura da fotografia histórica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993 (Coleção Texto & Arte, v.9)

LIMA, Daslan Melo. Sessão Nostalgia – Maria de Fátima Monteiro, aquela que poderia ter sido Miss Guanabara 1967. In: **Passarela Cultural**, 02/09/2009. Disponível em: <https://passarelacultural.blogspot.com/2009/09/sessao-nostalgia-maria-de-fatima.html> . Acesso em: 07 dez 2023.

LIMA, Ana Christina da Rocha. **Nádia Köller: memórias e receitas de Goyas**. Goiânia: Selo Eclea – Nega Lilu Editora, 2017.

LIMA, Jorge Aparecido Cordeiro de. Cartografia de imagens políticas: pistas para o “método” cartográfico em Arte e Cultura Visual. *In: (Re)existências: anais do 30º encontro nacional da ANPAP*. Anais... João Pessoa (PB) ANPAP, 2021. Disponível em: <https://www.event3.com.br/anais/30ENANPAP2021/375184-CARTOGRAFIA-DE-IMAGENS-POLITICAS--PISTAS-PARA-O-METODO-CARTOGRAFICO-EM-ARTE-E-CULTURA-VISUAL>. Acesso em: 26 de set. 2023.

LOUREIRO, Carolina Piazzarollo. **Corpo, beleza e auto-objetificação feminina**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) –Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. *In: Estudos Feministas*, ano 9, 2º sem. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/ij/ref/a/64NPxWpgVkJT9BXvLXvTvHMr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 dez 2022.

LOURO, Guacira Lopes. O “estranhamento” queer. *In: labrys, études féministes/ estudos feministas* janvier /juin 2007 - janeiro /junho 2007. Disponível em: abrys.net.br/labrys11/libre/guacira.htm. Acesso em 12 dez. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. *In: Tabula Rasa*. Bogotá - Colombia, No.9: 73-101, julio-diciembre 2008, ISSN 1794-2489.

MAHFOU. Maria Luísa Sandoval Schimdt. Halbwachs: Memória coletiva e experiência. *In: Psicologia USP*, São Paulo, v.4, n. 1-2 p. 285-298, 1993. ISSN 1678-5177. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v4n1-2/a13v4n12.pdf>; acesso em 24 deset. 2023.

MARCIEIRA, Rita de Cássia. **Pequena reflexão em tempos de alethéia**. Disponível em: <<https://www.ijep.com.br/index.php/artigos/show/pequena-reflexao-em-tempos-de-aletheia>>. Acesso em: 12 ago.2020.

MARTINS, Racquel Valério. Compreendendo a decolonialidade no âmbito de Paulo Freire. *In: Eventos Pedagógicos*, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 803–814, 2022. DOI: 10.30681/reps.v13i3.6440. Disponível em:

<https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/view/6440>. Acesso em: 2 mar. 2024.

MELO, Celso Eduardo Santos de. Metodologias Ativas de Ensino e Aprendizagem no Curso de Direito: Breves Relatos da Experiência na Faculdade Ages. *In: Revista de Graduação USP*, vol.3, n. 2, jul. 2018.

MENEZES, Tayana Dias. Identidade e subjetividade: uma reflexão sobre o que é ser mulher. *In: Revista Letra Capital*, v. 1, n. 1, jan./jun. 2016, p. 70-91.

MENEZES, Luiz Fernando. Desenhemos as conquistas LGBTQI no Brasil. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/desenhemos-as-conquistas-lgbtqi-no-brasil/>. Acesso em 10 out. 2023.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de ladescolonialidad. Ediciones del signo, 2010.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Trad.: Marco Oliveira. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais* - Vol. 32, nº 94, junho/2017, DOI 10.17666/329402/2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em: 10 de mar. 2022.

MIRZOEFF, Nicholas. O direito a olhar. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 18, n. 4, p. 745–768, 2016. DOI: 10.20396/etd.v18i4.8646472. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8646472>. Acesso em: 16 nov. 2022.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MIRZOEFF, Nicholas. O direito a olhar. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 18, n. 4, p. 745–768, 2016. DOI: 10.20396/etd.v18i4.8646472. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8646472>. Acesso em: 16 nov. 2022.

MITCHELL, W.J.T. *Picture Theory*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

MITCHELL, W.J.T. Showing seeing: a critique of visual culture. **Journal of Visual Culture**. v. 1, n. 2, 2002.

MITCHELL, W.J.T. O que as imagens realmente querem. Org.: Emmanuel Alloa. *In: Pensar a imagem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MITCHELL, W.J.T. Mostrar o ver: uma crítica à cultura visual. *In: Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal*. vol. 1, núm. 1, 2006, pp. 1-20. E-ISSN: 1980-5276

MOCELLIM, Alan. A questão da identidade em Giddens e Baumann. *In: Em Tese*, Vol. 5, n. 1 (1), agosto-dezembro/2008, p. 01-31, ISSN 1806-5023

MONTEIRO, Hosana Horio. Cultura Visual: definições, escopo, debates. *In: Domínios da Imagem*, Londrina, ano I, n. 2, p. 129-134, maio, 2008.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e letramento**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

MOTA NETO, João Carlos da. Educação popular e educação decolonial latino-americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borda. (Tese de doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Disponível em: <http://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/TeseColares2015.pdf>. Acesso em 05 de mar. 2024.

MUNIN, Pietra Mello. **Processo Transexualizador**: discurso, lutas e memórias – Hospital das Clínicas de São Paulo (1997 a 2013). Orientadora: Dra. Maria Izilda Santos de Matos. 2018. Dissertação (Mestrado), Mestrado em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *In: Psicologia & Sociedade*; p. 49-55; jan/abr. 2006.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaira, 2021 (Feminismos Plurais/coordenação de Djamila Ribeiro).

NATIVIDADE, Marcelo Tavares; OLIVEIRA, Leandro de. Nós acolhemos os homossexuais”: homofobia pastoral e regulação da sexualidade. *In: Tomo São Cristovão-SE*, nº14, jan./jun.

2009. OLIVEIRA, Sandra Ramalho e. **Imagem também se lê**. São Paulo: Rosari, 2004.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; SANTOS, Tânia Regina Lobato dos. A educação de Paulo Freire – Andarilho da utopia - em diferentes Contextos. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 42, n. 1, p. 1-19, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/43631> . Acesso em: 12 ago.2020.

OLIVEIRA, Francine Natacha Alves de. Gênero, cultura e o dispositivo da transexualidade: a formação da identidade travesti no Brasil. **DARANDINA REVISTA ELETRÔNICA**, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, p. 1–20, 2019. DOI: 10.34019/1983-8379.2017.v10.28254. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/darandina/article/view/28254>. Acesso em: 1 maio. 2024.

OLIVEIRA, Elizabeth de Souza; LUCINI, Marizete. O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência. *In: Boletim Historiar*, vol. 08, n. 01, jan./Mar. 2021, p. 97-115
<https://seer.ufs.br/index.php/historiar/index>

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**. 13.ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

OTTONI, Paulo Roberto. **Visão Performativa da linguagem**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

OTTONI, Paulo Roberto. **John Langshaw austin e a visão performativa da linguagem**. Conferência proferida no ciclo “Geofilosofia do Século XX” promovido pela Faculdade de Filosofia da PUC – Rio e Fundação Planetário do Rio de Janeiro no dia 15 de julho de 1998, D.E.L.T.A., 18:1, 2002 (117-143)

PAIXÃO, Frederico O. da; SILVA, Margot Riemann Costa e. Formação histórica do território goiano e a política coronelística. *In: Estudos*, Goiânia, v. 40, n. 3, p. 215-227, jun./ago. 2013.

PALACÍN, Luís; MORAES, **Maria Augusta de S. História de Goiás (1722-1972)**. 7.ed. Goiânia: Editora Vieira, 2008.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. a como método de pesquisa-intervenção. *In: Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Org.: Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, Izabel Christina Friche. A Análise Foucaultiana do Discurso e sua Utilização em Pesquisa Etnográfica. *In: Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 2019, v. 35. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e35425>

PÊCHEUX, M. **Papel da Memória**. *In: Papel da Memória*. Pierre Achard et al. Trad.: José Horta Nunes. 1.ed. Campinas, SP: Pontes, 1999, p.49-50.

PEREIRA, Artur Oriel. O que é lugar de fala? *In: Leitura: Teoria & Prática*, Campinas, São Paulo, v.36, n.72, p.153-156, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.34112/2317-0972a2018v36n72p153-156>. Acesso em 25 nov. 2023.

PEREIRA, Pamella Liz Nunes; GAUDENZI, Paula; BONAN, Cláudia. Masculinidades trans em debate: uma revisão da literaturasobre masculinidades trans no Brasil. *In: Saúde Soc. São Paulo*, v.30, n.3, e190799, 2021

PINHEIRO, Jane. Antropologia, arte, fotografia: diálogos interconexos *In: Cadernos de Antropologia e Imagem*. Rio de Janeiro, 10(1): 125-135, 2000.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Lafonte, 2021.

PORCHAT, Patrícia. **Psicanálise e Transexualismo: desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler**. Curitiba: Juruá, 2014.

PRECIADO, Beatriz Paul. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. Trad.: Cleiton Zóia Münchow e Viviane Teixeira Silveira. *In: Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(1): 312, janeiro-abril/2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/yvLQcj4mxkL9kr9RMhxHdwk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de mar. 2023.

PRECIADO, Beatriz Paul. Eu sou o monstro que vos fala. Trad.: Sara Wagner York. *In: Cadernos PET Filosofia*, Curitiba, v.22, n.1, 2021 (2022), pp. 278-331. <http://dx.doi.org/10.5380/petfilo.v22i1.88248>.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, globalización y democracia. *In: Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Autónoma de Nuevo León*, Año 4, Números 7 e 8, Septiembre-Abril, 2001-2002.

QUIJANO, Aníbal.. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. LANDER, E. (org). *In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.118-142.

RANCIERE, Jacques. **O espectador emancipado**. Trad.: Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

REZENDE, Daniela Leandro. Patriarcado e formação do Brasil: uma leitura feminista de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. *In: Pensamento Plural*, ano 9, n.17, julho/dezembro 2015, ISSN 1982-2707

RIBEIRO, Andréa da Silva. **Conscientização e Emancipação em Paulo Freire**. Sinergia, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 16-20, jan./jun. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Editora Jandaira, 2021.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *In: Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012.

ROCHA, Kélgia Betania S. da.; LUZ, Janes Socorro da. A manutenção do controle sociopolítico do território goiano através do sistema coronelista. *In: Anais do III Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG – Inovação: Inclusão social de direitos*. 19 a 21 de out. de 2016 – Pirenópolis/Goiás.

RODRIGUES, Ricardo Crisafulli. Análise e tematização da imagem fotográfica. *In: Ci. Inf.*, Brasília, v. 36, n. 3, p. 67-76, set./dez.2007.

ROUILLÉ, André. **A fotografia: entre documento e arte contemporânea**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

ROLNIK, Sueli. **Cartografia Sentimental: Transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

ROSA, Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. São Paulo: Nova Aguilar, v.II, 1994.

ROSÁRIO, M.; MORTATTI, L. **Educação e letramento** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2004. Coleção paradidáticos; Educação series. ISBN 978-85-393-0298-7. Available from SciELO Books.

ROSE, Gillian. **Visual Methodologies: An Introduction to the Interpretation of Visual Materials**. London: Sage Publications, 2002.

RUBIO, Affonso García. **Unidade na pluralidade: o ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs**. 2.ed.rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2001.

SAAVEDRA, Luísa. Diversidade na identidade. *In: Psicologia Educação e Cultura*, Universidade do Minho/Portugal, 2004, vol.VIII, pp.103-120.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo**. Para uma nova cultura política. Vol. 4. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.63, outubro 2002: 237-280. Disponível em: https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.PDF. Acesso em 25 marc. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Org.: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *In: Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Trad.: Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. *In: Educação & Realidade*, v.15, n.2, jul./dez. 1990.
- SCOTT, R. Parry. Família, gênero e poder no Brasil do Século XX. *In: BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, v. 58, 29–78, 2004.
- SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Trad.: Rose Barboza. *In: e-cadernos CES* [Online], 18 | 2012, colocado online no dia 01 dezembro 2012, consultado a 30 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/eces/1533> ; DOI : 10.4000/eces.1533.
- SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**: um tema em três gêneros. 3.ed. São Paulo: Autêntica editora, 2002.
- SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- SOARES, Márcia Santana; JANUÁRIO, Brendaly Santos de Freiras; DERING, Renato de Oliveira. Uma proposta didática para trabalhar questões de gênero no ensino médio por meio das tirinhas de Laerte. *In: Anais do V Seminário Internacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual: (en)volver*. Anais...Goiânia (GO) On-line, 2022. ISSN 2595-8992. DOI 10.29327/1203597. Disponível em: <https://seminarioculturavisual.fav.ufg.br/p/44606-2022-v-sipacv>. Acesso em: 29 de mar. 2024.
- SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.
- SOUZA, Eneida Maria de. Notas sobre a crítica biográfica. *In: V Encontro de Literatura Osmaniana*. "O que entendo por críticabiográfica". Recife, 2020, pp. 1-10. (Mimeo)
- SOUZA, Rodrigo Matos de. **Rizoma deleuze-guattariano**: representação, conceito e algumas aproximações com a educação. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*. Número 18: maio-out/2012.
- SPIKAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad.: Sandra Regina Goulart de Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STOLZ, SCHEILA. A ordem do discurso e suas relações com o poder: vertigem e quebra de certezas. *In: JURIS*, Rio Grande do Sul, pp.159-176, 2008.

STREET, Brian V. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola editorial, 2014.

SWANI, Tânia Navarro. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário? *In: Textos de História*, Brasília: Ed. UnB, v.8, n.1-2, p.47-84, 2000.

TALAMONI, ACB. O programa da descrição densa. *In: Os nervos e os ossos do ofício*: uma análise etnológica da aula de Anatomia [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014, pp. 53- 66. ISBN 978-85- 68334-43-0. Available from SciELO Books.

TESSARI, Anthony Beux. Fotografia na história e no ensino de História. *In: Aedos*, n. 11 vol. 4 - set. 2012.

TFOUNI, Leda V. **Adultos não alfabetizados**: o avesso do avesso. Campinas: Pontes, 1988.

THOMPSON, Pat. **O que é discurso?** Uma abordagem Foucaultiana. Disponível em: <https://colunastortas.com.br/o-que-e-discurso/#:~:text=Segundo%20Foucault%2C%20o%20discurso%20n%C3%A3o,lhe%20d%C3%A3o%20uma%20determinada%20positividade>. Acesso em: 27 de mar. de 2021.

TIBURI, Márcia. Diadorim: biopolítica e gênero na Diadorim: biopolítica e gênero na metafísica do Sertão. *In: Estudos Feministas*, Florianópolis, 191-207, janeiro-abril/2013.

TOREZAN, Zeila C. Facci; AGUIAR, Fernando. O sujeito da psicanálise: particularidades na contemporaneidade. *In: Rev. Mal-Estar Subj.*, Fortaleza, v. 11, n. 2, p. 525-554, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000200004&lng=pt&nrm=iso. acessos em 02 abr. 2024.

TORRES, Nelson Maldonado. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. En: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds.), **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007, pp. 127-167.

VALDEZ, Diane. **Da história da infância em Goiás: séculos XVIII e XIX**, Goiânia: Editora Alternativa, 2003 (Coleção Histórias de Goiás).

VERENA, Alberti. **Manual de História Oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

WALSH, Catherine E. **Interculturalidade e Decolonialidade do Poder: Um Pensamento e Posicionamento "Outro" a partir da Diferença Colonial**. In: Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), v. 05, n. 1, Jan.-Jul., 2019.

WALSH, Catherine E.; MIGNOLO, Walter; LINERA, Álvaro García. **Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2006

WEBER, Max. Sociologia da dominação. In: WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB,

1991. WEINBERG, Georgee. **Society and the healthy homosexual**. New York: St Martin's Press, 1972.

WITTIG, Monique. **O pensamento hetero e outros ensaios**. São Paulo: Autêntica, 2022.

Sites:

BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE CORNELL. Disponível em: <https://warburg.library.cornell.edu/about/mnemosyne-themes>. Acesso em 09 abr. 2024.

CEPAE/UFG. Disponível em: <https://cepae.ufg.br/p/890-colegio-de-aplicacao>. Acesso em 01 nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Transexualidade não é transtorno mental, oficializa OMS. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/#:~:text=A%20informa%C3%A7%C3%A3o%20j%C3%A1%20havia%20sido,como%20%E2%80%9Cincongru%C3%Aancia%20de%20g%C3%AAnero%E2%80%9D>. Acesso em: 21 de jun. 2023.

MSD. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/transtornos-psi%C3%A1tricos/sintomas%C3%A1tico-e-transtornos-relacionados/vis%C3%A3o-geral-da-somatiza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 23 jan. 2023.

PASSARELA CULTURAL. Disponível em: <https://passarelacultural.blogspot.com/2009/09/sessao-nostalgia-maria-de-fatima.html>. Acesso em 07 de dez. 2023.

REVISTA CRESCER. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Guia-de-nomes/nadia/>. Acesso em 15 mai. 2022.

REDAÇÃO EM REDE. Disponível em: <http://redacaoemrede.blogspot.com/2015/10/ideias-charge-de-laerte-sobre.html>. Acesso em 10 nov. 2022.

REPRESENTAR. *In*: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/representar/>. Acesso em: 22/07/2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Entrevista semi-estruturada com Ana Christina da Rocha Lima

Entrevistada: Ana Christina da Rocha Lima

- 1) Nas suas lembranças, como era o tio Agnaldo e Nádia Köller?
- 2) Como a família e pessoas próximas, amigos e parentes, percebiam a sexualidade de Nádia Köller?
- 3) Você narra em seu livro que Nádia viajou para a Goiânia, após a morte de seu avô e voltou para a Cidade de Goiás, exercendo performance feminina. Como a família reagiu?
- 4) E a sociedade da Cidade de Goiás? Tinha preconceito?
- 5) Comente como era a relação da Nádia com os irmãos, a mãe, o pai, seja como Agnaldo, seja como Nádia? O que mudou?
- 6) Como era a relação de Nádia com os irmãos e, em especial, com Hélios José, seu pai?
- 7) As fotos de Nádia são revisitadas pela família? Como a família lembra de Nádia?
- 8) Como era o exercício da identidade de gênero de Nádia?
- 9) Nádia era católica e como conviveu com o dilema do pecado que acreditava estar cometendo?
- 10) Havia uma confidente?
- 11) E os amores que Nádia vivenciou? Eram públicos? Assumiu para a família?
- 12) Numa sociedade patriarcal e machista como a da Cidade de Goiás, como Nádia enfrentou a sua dissidência sexual?
- 13) No livro de memórias que publicou, você descreve o velório de Nádia e pergunto: a família achou natural, correto ter enterrado Nádia com paletó?

APÊNDICE B – Entrevista semi-estruturada com Nicolas N. Mardem⁵⁴

Foto 1



- 1) Quanto meses você tinha nessa foto?
- 2) Quando criança, você já se percebia como uma criança transgênero?

⁵⁴ Todas as imagens aqui apresentadas foram cedidas por Nicolas N. Mardem e fazem parte de seu acervo pessoal.

3) O que você percebe nessa imagem com o homem que se transformou hoje? Ainda há algo da menina que você vivenciou?

Foto 2



1) Qual é a sua idade nessa foto?

2) Nessa foto, você estava num momento de transição de gênero? Como foi esse momento? Como foi essa percepção de mudança?

- 3) Percebo que na sua performance, como a vestimenta e acessórios como o boné você já se identificava com o gênero masculino?
- 4) Você já utilizava seu nome social? Como fez a alteração do seu nome, ou seja, foi por via judicial ou administrativa? Quando começou a utilizar o seu nome social?
- 4) Já tinha começado a fazer intervenções farmacológicas, como uso de hormônios? Ou quando começou a usar? Fazia terapia?
- 5) E sua relação com a família, amigos(as), namorado(a), como foi recepcionada a sua transição?

Foto 3



- 1) Qual é a sua idade nessa foto?

- 2) Qual é a percepção do exercício do seu gênero nesse momento da sua vida?
- 3) Percebo 2 imagens projetadas. O que elas indicam?
- 4) Nessa época você aceitava o seu corpo? Já pensava em fazer mamoplastia ou mastectomia masculinizadora?

Foto 4



- 1) Nessa imagem você já tinha feito a cirurgia de mastectomia?
- 2) Ao puxar com a mão a alça do colete, o que esse ato significou naquele momento?
- 3) O que a mão no rosto simboliza?

4) Que sensação teve após a retirada das mamas?

Foto 5



- 1) Nessa imagem, como se percebe ao colocar a sua mão no rosto?
- 2) Como foi o processo de transição de gênero?
- 3) Como você vê a concepção binária definidora da identidade sexual?

4) Através das intervenções que seu corpo sofreu, desconstruindo a categoria de gênero “mulher”, como você se define? Pensa enfatizar outras intervenções como a faloplastia?

Foto 6



- 1) Nesse momento, diante da imagem em quem e/ou o que você pensa em aniquilar?
- 2) A imagem sobreposta demonstra preocupação, angústia? Em que ou por quê?

Foto 7

- 1) Você recorre à testosterona, enquanto hormônio sintético, para adequar a sua performance à sua identidade. No início, como foram as sensações do uso? Qual significado da testosterona para você?
- 2) Você afirma no TCC que “Não foi fácil optar por viver a minha verdade, assim como para Preciado (2020), eu também havia sido designado para o sexo feminino ao nascer, mas me libertei dessa espécie de “gaiola”, de maneira consciente para entrar em outra, só que dessa vez por minha própria vontade e iniciativa”. Existia a rede de apoio? Como foi impacto para a sua vida?

Foto 8



- 1) Nessa imagem você está no campus da UFJ? Esse cartaz foi produzido para qual evento?
- 2) Você já foi ativista? Na sua perspectiva, quais as reivindicações mais urgentes do movimento LGBTQIAPN+ ?
- 3) Na sua experiência, como você percebe a questão do preconceito, discriminação na sua cidade natal e em Jataí?
- 4) No cartaz está escrito palavras como coragem, autoaceitação, amor, identidade, liberdade, paz, empatia, diferença, diversidade, respeito. Comente o que essas palavras trazem de significado para sua trajetória.

Foto 9



1) Como você analisa a sua trajetória acadêmica? Participou de grupos de pesquisa, extensão?

2) Você abordou no seu TCC Vitória e Suzzanny, dedicando a todes que vieram antes de você, deixando claro a sua voz de r(existência) de um corpo trans nesse sistema colonial binário de gênero. Como foi resgatar sua história, suas vivências no processo de escolha do tema e escrita?

Foto 10

- 1) Por que você separou essa imagem? O que aconteceu como marco para ser importante para você deixar aqui registrado seus 19 anos de vida?
- 3) Quem estava presente?

Foto 11

1) Nessa foto, você está com seu pet. Nesse momento, como estava se sentindo? E como você define o seu gênero?

Foto 12

1) Qual é a sua relação com o seu ambiente doméstico e a natureza? Que papel exerce no cotidiano do lar? Hoje convivendo com sua companheira, como vê a construção e exercício desses papéis masculino/feminino?

Foto 13

- 1) Com quem você está na foto?
- 2) Por que você achou que fosse importante compartilhar essa foto?
- 3) Como os seus colegas de turma homens, parentes, amigos homens te percebem?

Foto 14



- 1) Quem está com você na foto?
- 2) Essa pessoa é importante na sua vida? Por que?
- 3) Você faz atividade física. Você faz musculação? Cuidar do corpo envolve saúde, mas também estética?

Foto 15

- 1) Descreva, por favor, quem se encontra com você na foto? Era aniversário de quem?
- 2) Como é a sua relação com sua família? Irmã(ãos), pai, mãe, avó, avô, etc?
- 3) Todos te reconhecem como um homem trans?
- 4) Em algum momento precisou sair de casa para assumir a sua identidade?

Foto 16

- 1) Nessa foto você está com sua companheira. Qual é o nome dela?
- 2) Quando e como iniciou o relacionamento afetivo de vocês?
- 3) Você já teve namorado também?
- 4) Como é o relacionamento seu com a família dela? Eles te aceitam?
- 5) E sua família? Como a recepciona?
- 6) O fato dela fazer psicologia, você acredita que a escolha profissional facilitou o relacionamento de vocês?
- 7) Como você percebe a instituição família? Pensa em se casar, ter filhos, ou seja, vivenciar o modelo de uma família tradicional?

APÊNDICE C – PLANO DE AULA – COLÉGIO CEPAE/UFG**DEPARTAMENTO DE ARTE****ENSINO DE ARTES VISUAIS – Sequência didática**

Turma de 3º ano do ensino médio. Profa. Ma. Márcia Santana Soares (doutoranda em Arte e Cultura Visual –PPGACV/ UFG)

Curso: artes visuais	Componente curricular: 32 horas aula / ano	Período: 2022/02
Tema: Diversidade sexual e de gênero, preconceito e violência.		
Objetivos: Esta sequência didática tem como objetivo abordar questões sobre diversidade sexual e de gênero, orientação sexual, preconceito e violência, sob a perspectiva da Cultura Visual, com apresentação de fotografias, tirinhas e um vídeo que possam estimular uma aula dialogada com os discentes. Trata-se de temas que envolve a interdisciplinariedade, como a filosofia, sociologia e matemática (estatística). Assim, procura-se apresentar a diversidade presente no nosso meio social e possibilitar através da didática apresentada uma aula que seja construtiva, interacionista e inclusiva, possibilitando que a apresentação prévia de conceitos e a interação com os(as) discentes possa promover a reflexão, conscientização e desenvolvimento de um pensamento crítico sobre o respeito à diversidade sexual e de gênero, bem como dados estatísticos da violência contra LGBTQIAPN+ e questionar que sociedade queremos viver e conviver.		

Metodologia:

A metodologia empregada para as aulas desta sequência didática é do exercício de um letramento na perspectiva decolonial, considerando a minha proposta da sequência didática, envolvia as seguintes ações: saber, conhecer, ouvir, compreender, compartilhar, analisar em diálogo, criticar e propor (Dering, 2021), em que o conteúdo planejado não será apenas exposto para os(as) alunos(as), mas também contruído com eles(as), num processo dialogado e participativo, que possibilite o desenvolvimento de um pensamento crítico e a desconstrução de preconceitos. Os(as) alunos(as) serão instigados a participar da aula através de questionamentos que irei propor com as fotos e tirinhas apresentadas.

Materiais utilizados

Para a construção da sequência didática, foi selecionada fotografias, reportagem, tirinha, mangá, textos, com a finalidade de propiciar materiais variados às (aos) discentes poderem perceber diferentes abordagens em torno das temáticas apresentadas e apresentar materiais com uma linguagem acessível, envolvente e que desperte a participação de todos(as).

Atividades

A sequência didática foi dividida em três aulas. Nas primeira e segunda aula, a temática será apresentada e discutida. Na terceira e quarta aula haverá a elaboração individual de forma criativa de cartazes com HQ sobre as temáticas apresentadas e exposição no hall da escola. Os alunos irão avaliar as aulas de forma anônima, respondendo um questionário, que será entregue e recolhido pela pesquisadora.

Período de execução: 17 a 31 de outubro de

2022 Cada aula tem o tempo de execução de 50 minutos.

Total de horas de trabalho: 4 horas-aula (2 aulas expositivas e dialogadas; 2 aulas de atividades orientadas/produção, com a apresentação da atividade e avaliação)

Conteú**do1º****Aula**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não aborda os termos gênero e sexualidade, sendo que foi um retrocesso, nesse assunto, a sua aprovação. Mas o Plano Nacional de Educação (2014-2024), em seu artigo 2º, prevê a implementação de programas e políticas educacionais destinadas a combater “todas as formas de discriminação” existentes nas escolas, entre elas, as que se referem às desigualdades de gênero, de raça, de orientação sexual e de identidade de gênero e, ainda, dispõe a promoção dos direitos humanos e da diversidade na educação brasileira.

Com respaldo no PNL, Constituição Federal, Diretrizes Nacionais de Educação e Diversidade, nas Diretrizes Curriculares do Ensino Médio, Lei Maria da Penha, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989), a Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino (1960), a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), a temática proposta pode e deve ser trabalhada no ensino médio.

Assim, para abordar a temática proposta, será designada a primeira aula da sequência didática com 2 horas-aula de 50 minutos e tem como objetivo apresentar a temática de diversidade sexual e de gênero, preconceito e violência através de recursos didáticos que provoquem a participação, com reflexão e discussão sobre conceitos fundamentais associados ao comportamento humano, numa perspectiva interdisciplinar (sociologia, filosofia e matemática).

A sala de aula é um espaço para que os alunos manifestem suas opiniões de forma livre e à medida que palavras surjam nas respostas e questionamentos dos(as) discentes, dentro do contexto das temáticas abordadas, a professora irá registrar na lousa, para que possa ser esclarecido mais à frente (homossexual, transexual, gênero, cisgênero, etc).

A docente irá entregar as tirinhas, anime e mangá aos alunos e fazer sua leitura em conjunto. Cada tirinha traz uma temática a ser discutida, com perguntas que serão apresentadas para a turma:

As tirinhas escolhidas são do Laerte Coutinho, cartunista, que se assumiu ser mulher trans aos 58 anos.

Figura 1: Modelo de família



1) Qual é o tipo de família que se visualiza na charge? Como se caracteriza? 2) Que tipos de família temos hoje?

O que é ser normal?



Fonte: < >. Acesso em 10 de out. 2024.

1) Que situação apresentada na tirinha está gerando estranhamento? Há tolerância? 2) Mas o que é ser "normal"?

Figura 2: Preconceito



- 1) O que é preconceito?
- 2) Os crimes contra heterossexuais e homossexuais não são iguais para a personagem Rosa. O que acham desse discurso?

Outro recurso a ser utilizado é o mangá e anime. O primeiro história de quadrinhos japonês, voltada para o público juvenil; já o segundo é a animação dessa história. Devido ao fato dos quadrinhos, em geral, fazerem parte do cotidiano dos alunos, contendo diálogos curtos e não aprofundados, com imagens que envolve o espectador e fora da rotina escolar, gera interesse e aceitação nos assuntos que serão abordados. A temática a ser abordada faz parte do cotidiano dos(as) discentes e é preciso trazê-la para a sala de aula, numa discussão que provoque reflexão e desenvolvimento de um pensamento crítico.

O corpo das personagens indicam o gênero, através das vestimentas, comportamento e se faz necessário frisar que o gênero é uma construção histórico-social, fluido. Assim, há de se observar que conforme o contexto sócio-histórico-cultural, a pessoa pode se apresentar socialmente como homem ou mulher, conforme as vestimentas, adereços e comportamento que se apresente. A professora irá apresentar o anime do Naruto, com o diálogo entre duas personagens, em que uma delas apresenta gênero fluido.

Anime: Naruto





- 1) Orochimaru afirma que há épocas em que homem, há épocas em que foi mulher. O gênero que a pessoa exerce é estático, ou pode ser fluido?
- 2) Kawaki afirma que não liga para o que seja, o que interessa é a sua verdadeira essência. Será que uma pessoa se define pela identidade de gênero que exerce?
- 3) Vocês sabem a diferença entre os termos travesti, transexual, transgênero?

4) Gênero e sexualidade são termos sinônimos?

Para entender melhor as questões referentes a gênero, sexualidade, diversidade, alguns conceitos são importantes que sejam apresentados. A professora o fará através de slides.

Esses conceitos estão associados à experiência vivenciada por cada pessoa, associada à experiência individual e construção cultural. A compreensão de tais termos é importante para despertar o respeito à diversidade e desconstruir preconceitos. Segundo a Organização Mundial da Saúde a sexualidade é "uma energia que nos motiva para encontrar amor, contato, ternura e intimidade; ela integra-se no modo como sentimos, movemos, tocamos e somos tocados, é ser-se sensual e ao mesmo tempo ser-se sexual".

O sexo se refere ao aspecto biológico, órgãos sexuais, cromossomos, hormônios. Assim, temos o sexo feminino, masculino e o intersexual, também conhecido como hermafroditismo. Quanto à orientação sexual pode ser heterossexual, bissexual, homossexual e assexual. Já o gênero diz respeito a um papel social, uma construção cultural e não é estático, podendo ser alterado ao longo da existência humana. A pessoa pode ser cisgênero ou transexual.

Não há uma definição única de homem e mulher entre todas as culturas, não podendo tais conceitos serem atribuídos à natureza biológica do indivíduo (Bortolini, 2020). Gênero é um conceito científico, produto da cultura, não sendo imutável, natural e estável. Os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres variam do ponto de vista histórico, social e cultural. A construção do conceito de gênero possibilitou desmitificar a ideia de papéis que são "naturais" aos homens e às mulheres, como o casamento, a maternidade, a submissão da esposa ao marido, etc, pois comprovou-se que esses papéis não são pré-determinados. O conceito de gênero possibilitou pensar sobre o discurso dominante da heteronormatividade, que naturaliza as relações heterossexuais e outras formas de relações afetivas e sexuais seriam desviantes (Bortolini, 2020).

Duas imagens dos sujeitos da pesquisa serão apresentadas, para que os(as) discentes possam perceber pelas

visualidades apresentadas, os conceitos que foram discutidos e irei apresentar o seguinte questionamento: Que gênero percebem nas imagens apresentadas?

Foto: Nicolas e Nádía



Nádía Köller, mulher transexual, já falecida, afeta às belas artes, residente da Cidade de Goiás, fazia parte de famílias tradicionais de Goiás: Rocha Lima, Caiado e Fleury . Nicolas N. Mardem, homem trans, era estudante do curso de Letras na Universidade Federal de Jataí (UFJ)

A violência contra pessoas LGBTQIA+ também é um tema a ser abordado, pois o Brasil é o país que mais ocorre assassinatos desse grupo de pessoas. A violência tanto é simbólica, quando no discurso dominante ainda está presente um modelo de família patriarcal, biparental, matrimonial, que nega, rejeita a existência de outros núcleos familiares, como as uniões homossexuais, poliafetivas e com um dos parceiros(as) ou ambos transexuais. A violência sobre a superfície dos corpos se materializa com o abandono material e afetivo, injúria, difamação, lesão corporal, tentativa de homicídio e homicídio. Há uma tentativa de desaparecer, silenciar os corpos dissidentes (IPEA, 2021).

Foto: Mulheres trans assassinadas



80 pessoas trans foram mortas entre janeiro e junho de 2021, segundo levantamento da Associação Nacional de Trans e Travestis (Antra). O relatório considerou o caso de Lorena Muniz, onde 6 pessoas foram indiciadas por homicídio e omissão após ela inalar fumaça em clínica de SP que sofreu um princípio de incêndio, em fevereiro — Foto: Reprodução e arquivo pessoal.

Foto: Keron Kavash



Keron Ravach é a vítima mais jovem nos relatórios da Antra, que faz dossiês sobre mortes de transexuais no Brasil desde 2018 — Foto: Arquivo pessoal – ANTRA, 2021.

Ao apresentar a foto de Keron, será lançada a seguinte pergunta: que visualidade você percebe na imagem apresentada?

Depois que os(as) discentes se manifestarem, a professora irá esclarecer que Keron tinha 13 anos quando foi

assassinata a pauladas, chutes e socos por um rapaz de 17 anos em Camocim, no norte do Ceará. De acordo com o delegado Herbert Ponte, responsável pelas investigações, após o encontro ficou combinado primeiro o pagamento de R\$ 30 e em seguida R\$ 20. A vítima ficou cobrando e o adolescente que confessou o crime disse que não tinha o dinheiro e cometeu esse crime bárbaro", afirmou o delegado (G1, 2021)

1ª aula – A primeira aula será pautada em **saber, conhecer, ouvir, compreender, compartilhar, analisar em diálogo** os temas que serão compartilhados, numa perspectiva de letramento decolonial:

-Apresentação das tirinhas de Laerte Coutinho com questionamentos propostos para cada tirinha e discussão das temáticas apresentadas;

Apresentar os seguintes questionamentos para a turma:

-O que se entende por gênero?

-Qual a diferença entre sexo biológico e identidade de gênero?

- O que vem a ser a sexualidade?

-A respeito da orientação sexual temos a seguinte classificação: Heterossexual, homossexual, bissexual e assexuado (Qual o conceito de cada um?)

-A respeito da identidade de gênero, temos a seguinte classificação: cisgênero e transgênero.

- O que é homofobia?

- Que gênero percebem nas imagens dos sujeitos de pesquisa apresentados?

- Após a discussão sobre o crime de homofobia, a professora irá apresentar dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)

2ª aula – Elaboração e criação de quadrinhos de forma individual com colagem ou desenho à mão livre, numa perspectiva de **criar e propor**, com desenhos e textos sobre os temas trabalhados obedecendo a seguinte estrutura: enredo, personagens, tempo, lugar e desfecho. No geral, apresentam linguagem verbal e não-verbal, sendo utilizado a onomatopeia. Os balões são utilizados para comunicar as falas das personagens e conforme o formato, implicam diferentes intenções.

3ª aula – Apresentação dos cartazes com a produção individual dos quadrinhos e desenhos realizados. A apresentação será em formato de um Atlas da diversidade.

Bibliografia básica:

ARAÚJO, Denise Lino de. O que é (e como faz) sequência didática? *In: Entrepalavras, Fortaleza - ano 3, v.3, n.1, p. 322-334, jan/jul 2013.*

BRAGA JR. Amaro X. O humor dos mangás e a educação para diversidade sexual e de gênero. *In: 9ª Arte. São Paulo, vol. 5, n. 1, 1º semestre/2016.*

HERNANDEZ, Fernandez. **Cultura Visual, mudança educativa e projeto de trabalho.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

Bibliografia complementar:

BORTOLINI, Alexandre. **Pode falar sobre gênero na escola?** Org: Diógenes Pinheiro e Cláudia Reis. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2020.

DERING, Renato de Oliveira. **A prova de redação do Enem:** manutenção da colonialidade por meio do ensino de produção textual. (Tese de Doutorado em Letras e Linguística) Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil, 2021. Disponível em:
<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11287?mode=full> Acesso: 11 set. 2023.

FERRAZ, Maria Heloisa; FUSARI, Maria Resende. **Arte na educação escolar.** São Paulo: Cortez, 2010.

PEDROSA, Adriano; MESQUISA, André (Org.). **Histórias da sexualidade:** antologia. São Paulo: Masp, 2017.

ZABALA, Antoni. As sequências didáticas e as sequências de conteúdo. *In: A prática educativa - Como ensinar.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Site

<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/01/08/jovem-trans-de-13-anos-foi-morto-a-pauladas-no-ceara-por-cobrar-divida-de-r-50-do-suspeito.ghtml>

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “Caixas das verdades” e imagens de vivências trans sob o olhar da cultura visual: as imagens educam os olhares”. Meu nome é Márcia Santana Soares, sou a pesquisador(a) responsável e minha área de atuação é docência no ensino superior, na área do Direito. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail (marcia.soares@ufg.br) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do seguinte contato telefônico: (62) 981124034 Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215.

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

1.1 Título: “Caixas das verdades” e imagens de vivências trans sob o olhar da cultura visual: as imagens educam os olhares”

Justificativa: O presente estudo justifica-se, em sua proposta, por tratar-se de uma temática contemporânea, articulada aos novos objetos, novos problemas e novas abordagens pelos saberes escolares. A pesquisa justifica-se na preocupação de se observar, analisar e revelar, através das imagens analisadas e propondo-me a analisar a entrevista a ser realizada, bem como análise das memórias, narrativas dos sujeitos da pesquisa e perceber como ocorreu a construção de sua identidade de gênero, buscando-se através das referências teóricas, entender e esclarecer à comunidade acadêmica e à sociedade a importância da análise das imagens, o que apresentam e representam na construção da identidade de gênero, sendo que a pesquisa irá contribuir para entender o processo de mudança e a presença de diversidades no nosso meio social, utilizando as memórias através das imagens presentes nos retratos do álbum de família como instrumento de educação não formal dentro do processo educativo e cultural.

Objetivos:

Geral: Investigar as mediações entre as imagens e os sujeitos através da pesquisa baseada em entrevistas e da análise de registros imagéticos do álbum de família de pessoas trans, discutindo através dessas imagens a emancipação, a transexualidade e formação de uma identidade de gênero num processo de educação não formal permeada pelos princípios da pedagogia freireana.

Secundários: -Analisar as imagens dos álbuns de família de pessoas transexuais, bem como descrever as imagens, o que se percebe das imagens e o que se pode levantar das imagens dentro da própria imagem;-problematizar a sequência de fotos apresentadas, para que se revele o conteúdo da identidade dos sujeitos de pesquisa;-investigar as experiências entre as visualidades no processo da transexualidade;-analisar as questões de gênero, corpo, poder e sexualidade na perspectiva Foucaultiana e respaldada na teoria queer;-entender o processo construção da identidade gênero feminina no contexto familiar, social, no trabalho e universitário;-analisar a representação da mulher nos vários espaços apresentados nas imagens fotográficas;-analisar o álbum de família como uma tecnologia que educa os olhares, os corpos, os comportamentos e as relações sociais;-perceber como se aplica os princípios da pedagogia freireana inserido na educação não formal e como essa educação libertadora, emancipadora influenciou a formação da identidade do sujeito da pesquisa; -questionar a construção social das diferenças e seus efeitos sociais, na perspectiva da interculturalidade crítica proposta por Catherine Walsh, numa perspectiva da pedagogia decolonial;-apresentar e executar um projeto de formação continuada de educadores em artes no ensino médio (1º e 3º anos) no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), com o intuito de discutir a diversidade, a sexualidade, a autonomia, o empoderamento, através das memórias de álbuns de família de mulheres trans.

1.1 Procedimentos utilizados da pesquisa ou descrição detalhada dos métodos.

Haverá no caso das entrevistas ou questionários registros fotográficos, sonoros e/ou audiovisuais da conversa, permitindo, assim, faça uma rubrica entre parênteses em uma das afirmações que se segue a respeito da *concessão do uso de sua voz, imagem ou opinião*.

() Permito a divulgação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa;

() Não permito a publicação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Poderá ocorrer desconforto emocional e/ou riscos psicossociais como constrangimento, angústia, insatisfação, tristeza, depressão, mal-estar) e, caso ocorra, haverá suporte psicológico, com encaminhamento a um(a) profissional na área de psicologia. Destaca-se que benefícios acadêmicos e sociais decorrentes da participação do participante em sua pesquisa como contribuição para a formação continuada de professores do ensino médio em Artes, ampliar a discussão a respeito do tema sexualidade, envolvendo os discentes em oficinas que

promovam a discussão em torno de diversidade, preconceito, emancipação feminina, gênero e transexualidade e servir, assim, para o conhecimento e o debate da questão para subsídio à qualificação de futuros trabalhos e mais ações na área.

1.2 Caso a participante da pesquisa necessite, será ressarcido a respeito de transporte para locomoção quando for ser entrevistada, bem como alimentação e as ligações para a pesquisadora podem ser feitas a cobrar.

1.3 É garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato da participante. Do contrário, caso seja do interesse da pesquisa a identificação da participante, faz-se imprescindível esclarecer a ele/ela que também que haverá a divulgação do seu nome quando for de interesse da mesma ou não houver objeção. Neste caso, deverá incluir dentro do box a rubrica da proposição escolhida:

() Permito a minha identificação através de uso de meu nome nos resultados publicados da pesquisa;

() Não permito a minha identificação através de uso de meu nome nos resultados publicados da pesquisa.

1.4 Há a garantia expressa de liberdade da participante de se recusar a participar ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma;

1.5 Há a garantia expressa de liberdade da participante de se recusar a responder questões que lhe causem *desconforto emocional* e/ou *constrangimento* em entrevistas e questionários que forem aplicados na pesquisa;

1.6 Os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não;

1.7 Os resultados da pesquisa serão divulgados na tese de doutorado com análise das imagens apresentadas e narrativas da participante da pesquisa;

1.8 A participante tem o direito de pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), garantida em lei, decorrentes da sua participação na pesquisa em caso de prática de ato ilícito e desobediência aos preceitos éticos e desrespeito à privacidade, intimidade e descumprimento de obrigações assumidas.

1.9 A pesquisa envolve o *armazenamento em banco de dados pessoal*, pelo prazo de 5 (cinco) anos e a pesquisadora esclarece a(ao) participante que a pesquisa será feita com os dados que foram coletados. Assim, como já foi esclarecido que os resultados se tornarão

públicos, sejam eles favoráveis ou não; a justificativa e os objetivos, a(o) participante deve fazer a leitura de cada box que se segue e rubricar dentro do parêntese, a alternativa quanto à guarda do material coletado, para uso em pesquisa futura

() Declaro ciência de que os meus dados coletados podem ser relevantes em pesquisas futuras e, portanto, autorizo a guarda do material em banco de dados;

() Declaro ciência de que os meus dados coletados podem ser relevantes em pesquisas futuras, mas não autorizo a guarda do material em banco de dados;

Obs7.: O/a participante a rubricar dentro do parêntese com a proposição escolhida.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,, inscrito(a) sob o RG/ CPF....., abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “Caixas das verdades” e imagens de vivências trans sob o olhar da cultura visual: as imagens educam os olhares”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora responsável sobre a pesquisa, Márcia Santana Soares, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, de de

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

ANEXO B – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TALE

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “Caixas das verdades” e imagens de vivências trans sob o olhar da cultura visual: as imagens educam os olhares”. Meu nome é Márcia Santana Soares, sou a pesquisador(a) responsável e minha área de atuação é docência no ensino superior, na área do Direito. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail (marcia.soares@ufg.br) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do seguinte contato telefônico: (62) 981124034 Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215.

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

1.10 **Título:** “Caixas das verdades” e imagens de vivências trans sob o olhar da cultura visual: as imagens educam os olhares”

Justificativa: O presente estudo justifica-se, em sua proposta, por tratar-se de uma temática contemporânea, articulada aos novos objetos, novos problemas e novas abordagens pelos saberes escolares. A pesquisa justifica-se na preocupação de se observar, analisar e revelar, através das imagens analisadas e propondo-me a analisar a entrevista a ser realizada, bem como análise das memórias, narrativas do sujeito da pesquisa e perceber como ocorreu a construção de sua identidade de gênero, buscando-se através das referências teóricas, entender e esclarecer à comunidade acadêmica e à sociedade a importância da análise das imagens, o que apresentam e representam na construção da identidade de gênero, sendo que a pesquisa irá contribuir para entender o processo de mudança e a presença de diversidades no nosso meio social, utilizando as memórias através das imagens presentes nos retratos do álbum de família como instrumento de educação não formal dentro do processo educativo e cultural.

Objetivos:

Geral: Investigar as mediações entre as imagens e os sujeitos através da pesquisa baseada em entrevistas e da análise de registros imagéticos do álbum de família de pessoas trans, discutindo através dessas imagens a emancipação, a transexualidade e formação de uma identidade de gênero num processo de educação não formal permeada pelos princípios da pedagogia freireana.

Procedimentos utilizados da pesquisa ou descrição detalhada dos métodos

O aluno(a) participará de uma oficina criativa com a elaboração de história em quadrinhos ou desenhos livres sobre as temáticas abordadas no plano de ensino e no final haverá apresentação de um atlas da diversidade.

A participação do(a) menor sob a sua responsabilidade é importante para a realização desta pesquisa que tem o título: “Caixas das verdades” e imagens de vivências trans sob o olhar da cultura visual: as imagens educam os olhares” . Caso o(a) menor se sinta constrangido(a), é garantida a total liberdade de recusar a participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem penalidade alguma.

Poderá ocorrer desconforto emocional e/ou riscos psicossociais como constrangimento, angústia, insatisfação, tristeza, depressão, mal-estar e, caso ocorra, haverá suporte psicológico, com encaminhamento a um(a) profissional na área de psicologia. Destaca-se benefícios acadêmicos e sociais decorrentes da participação na minha pesquisa, como a oportunidade de discutir a respeito de sexualidade, diversidade, preconceito, gênero, violência e transexualidade e servir, assim, para o conhecimento e o debate da questão para subsídio à qualificação de futuros trabalhos e mais ações na área, com o desenvolvimento do exercício de uma cidadania plena respaldada no respeito.

A participação na pesquisa será voluntária, portanto, não haverá despesas pessoais ou gratificação financeira decorrente da participação.

Na execução do Projeto de Ensino haverá 4 horas-aula presididas pela professora-pesquisadora apresentando, discutindo com os(as) alunos (as) a seguinte temática: sexualidade, gênero, diversidade, preconceito e violência, com a execução de uma atividade artística, criativa

Orçamento	ORCAMENTO.pdf	05/07/20 2 11:22:14	Márcia Santana Soares	Aceit o
Declaração de concordância	TERMO_DE_ANUENCIA_CEPAE.pdf	04/07/20 2 16:50:47	Márcia Santana Soares	Aceit o
Declaração de Pesquisadores	TERMO_DE_COMPROMISSO.pdf	04/07/20 2 16:49:12	Márcia Santana Soares	Aceit o
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Assinada.pdf	04/07/20 2 15:03:59	Márcia Santana Soares	Aceit o

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 25 de Agosto de 2022

Assinado por:**Rosana de Moraes Borges Marques(Coordenador(a))**

(produção de histórias em quadrinhos sobre as temáticas abordadas em sala de aula) no colégio CEPAE - Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação.

Caso ocorra algum dano o direito a pleitear indenização para reparação imediato ou futuro, decorrentes da cooperação com a pesquisa está garantido em Lei.

- 1.11 É garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato da participante.
- 1.12 Há a garantia expressa de liberdade da participante de se recusar a participar ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma;
- 1.13 Há a garantia expressa de liberdade da participante de se recusar a responder questões que lhe causem *desconforto emocional* e/ou *constrangimento* em questionário que for aplicado na pesquisa;
- 1.14 Os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não;
- 1.15 Os resultados da pesquisa serão divulgados na tese de doutorado com análise das imagens apresentadas quanto aos trabalhos das oficinas que serão produzidos pelos(as) discentes e questionário de avaliação do plano de aula executado;
- 1.16 Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, identificar-lhe, será mantido em sigilo. Todo material ficará sob minha guarda por um período mínimo de cinco anos. A participante tem o direito de pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), garantida em lei, decorrentes da sua participação na pesquisa em caso de prática de ato ilícito e desobediência aos preceitos éticos e desrespeito à privacidade, intimidade e descumprimento de obrigações assumidas.
- 1.17 A pesquisa envolve o *armazenamento em banco de dados pessoal*, pelo prazo de 5 (cinco) anos e a pesquisadora esclarece a(ao) participante que a pesquisa será feita com os dados que foram coletados.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “Caixas das verdades” e imagens de vivências trans sob o olhar da cultura visual: as imagens educam os olhares”. Informo ter anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) responsável **Márcia Santana Soares** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, de de

Assinatura por extenso do(a) participante ou de seu representante legal

Assinatura por extenso da pesquisadora responsável

Márcia Santana Soares

“Dizem que sou louco
por pensar assim
Se eu sou muito louco
por eu ser feliz
Mas louco é quem me diz
E não é feliz, não é feliz...”

(BAPTISTA, Arnaldo; CARVALHO Rita Lee Jones
De; RANSON, Roger. *Balada do louco*. 1972)

